



ALECE
ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ

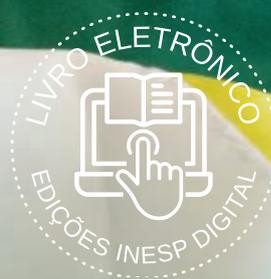


CONSTITUIÇÃO

DO ESTADO DO CEARÁ DE 1989

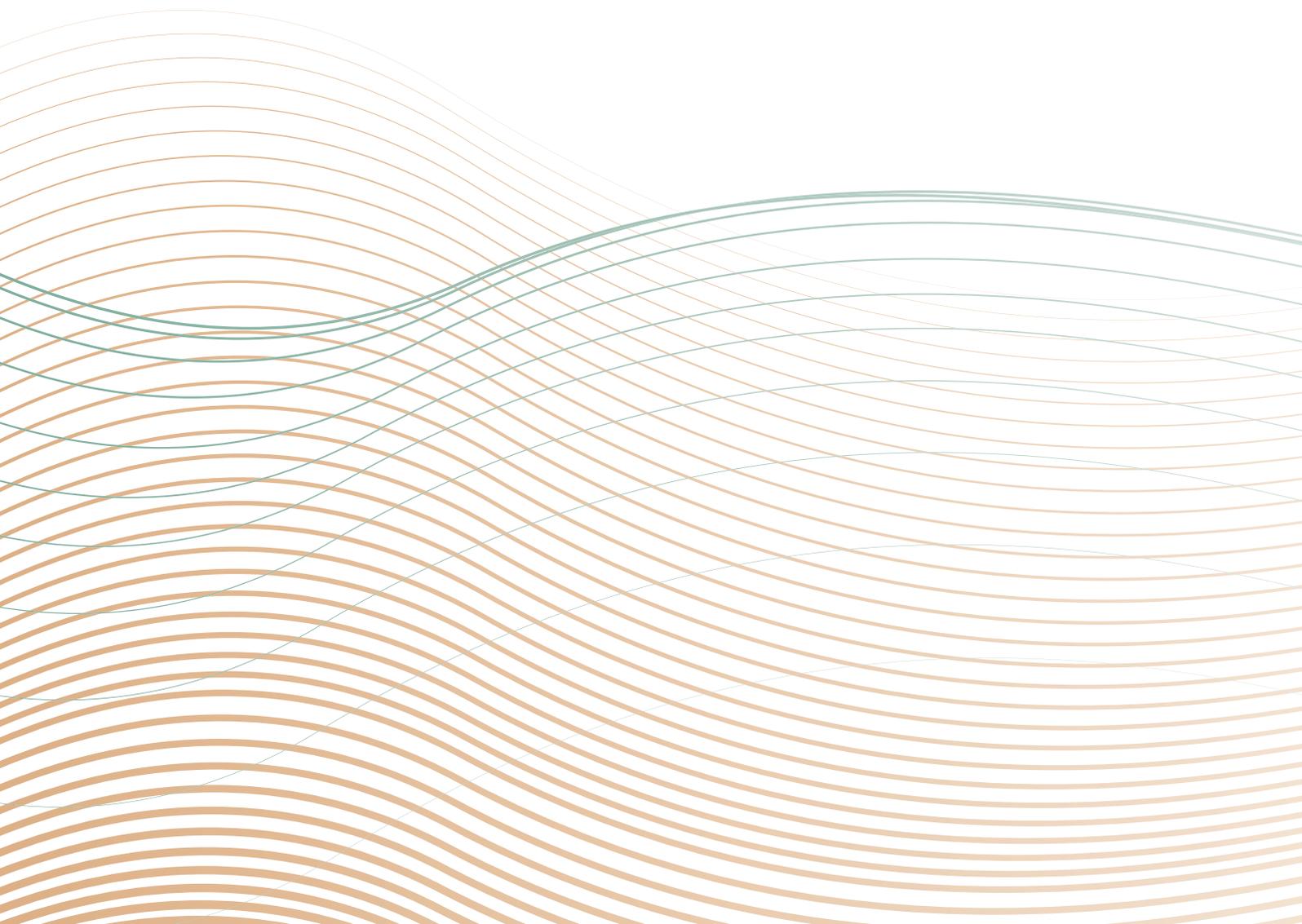
ATUALIZADA ATÉ A EC Nº 128/2025





CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ DE 1989

ATUALIZADA ATÉ A EC Nº 128/2025





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

COMPILAÇÃO DAS EMENDAS DA CONSTITUIÇÃO
DO ESTADO DO CEARÁ ATÉ A EMENDA N° 128/2025,
PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO
CEARÁ (D.O.E.), EM 21.05.2025

Fortaleza - Ceará
2025

Art. 162-B. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 162-B. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

(Substituída a expressão "os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios" por "o Tribunal de Contas do Estado do Ceará" pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo configura lesão ao patrimônio público estadual, à moralidade e à publicidade administrativas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001).

Art. 162-C. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores gastos, em cada um dos doze meses anteriores ao mês de publicação, com o pagamento dos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e pensionistas, e com o pagamento das pessoas físicas que, no mesmo período, prestaram serviços de natureza eventual ou permanente aos Poderes e órgãos do Estado do Ceará, e que por eles foram diretamente remunerados. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001).

Art. 162-C. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores gastos, em cada um dos 12 (doze) meses anteriores ao mês de publicação, com o pagamento dos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e pensionistas, e com o pagamento das pessoas físicas que, no mesmo período, prestaram serviços de natureza eventual ou permanente aos Poderes e órgãos do Estado do Ceará, e que por eles foram diretamente remunerados.

(Substituída a expressão "os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios" por "o Tribunal de Contas do Estado do Ceará" pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo configura lesão ao patrimônio público estadual, à moralidade e à publicidade administrativas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001).

Art. 163. O Estado responsabilizará os seus servidores por alcance e outros danos causados à administração, ou por pagamentos efetuados em desacordo com as normas legais, sujeitando-os ao sequestro e perdimento de bens, nos termos da legislação pertinente.

Art. 164. É gratuita, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, além dos atos previstos no art. 5º, inciso LXXVI, da Constituição Federal, a expedição de cédula de identidade individual.

Art. 165. Os deficientes físicos sensoriais ou não, que ingressarem no serviço público, aposentar-se-ão integral e optativamente por tempo de serviço, após vinte e cinco anos, caso não sobrevenha doença correlata ou agravante.

Art. 165. Os servidores públicos deficientes físico-sensoriais, ou não, farão jus a aposentadoria na mesma forma estabelecida para os demais servidores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

Art. 165. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

Seção II Dos Servidores Públicos Civis

Art. 166. O Estado, no âmbito de sua competência, instituirá regime único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações:

Art. 166. Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas estarão sujeitos a regime jurídico de direito público administrativo, instituído em lei, a qual também instituirá planos de carreira.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º A lei assegurará aos servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.⁹³

(Trecho declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADIn nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 10 de agosto de 2018, no DJE).

§2º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição da República.

§2º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

93 Além da ADI, ocorreu a não recepção da parte remanescente do §1º do art. 166, em face da Emenda Constitucional Federal nº 19/1998, incidindo, na espécie, a vedação de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeitos de remuneração de pessoal do serviço público, prevista no art. 37, XIII, da Constituição Federal. Julgado em 20/06/2018 e publicado no DJE 10/08/2018. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

COMO USAR A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

LEGENDA NA COR AZUL: apresentam informações sobre dispositivos que passaram a ter novas redações ou que foram inseridos por emendas constitucionais, ou, ainda, que foram revogados, passando a não produzir mais efeitos (Lei da Técnica Legislativa – LC n.º 95/1988).

LEGENDA NA COR VERDE: apresenta a informação de não recepção da parte remanescente de dispositivo que perdeu seu fundamento na CF/88.

LEGENDA NA COR VERMELHA: apresentam informações sobre dispositivos declarados inconstitucionais por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), ou que estão suspensos em medida cautelar proferida pelo STF ou pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE) ou, ainda, que tiveram supressão parcial proferida pelo STF (Lei da Técnica Legislativa – LC n.º 95/1988).

LINHAS TACHADAS: apresentam os dispositivos não mais vigentes, mas cujo texto permanece para os cidadãos verificarem o que vigorava anteriormente.

ESTRUTURA DO TEXTO CONSTITUCIONAL

	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
ARTIGO	É a unidade básica de articulação da norma, indicado pela abreviatura "Art.".	Art. 1.º Art. 2.º Art. 3.º ... Art. 10 Art. 11 Art. 12
PARÁGRAFO	É utilizado para explicar ou especificar melhor o artigo, estabelecendo um esclarecimento ou uma exceção. Quando se tem apenas um parágrafo, ele é escrito por extenso como "Parágrafo único." Quando há mais de 1, é escrito utilizando-se o sinal gráfico "§".	Parágrafo único. ou § 1.º § 2.º § 3.º ... § 10. § 11. § 12.
INCISO, ALÍNEA e ITEM Servem para enumerações ou uma "lista" de informações.		
Inciso	Os incisos são representados por algarismos romanos;	I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X
Alínea	As alíneas por letras minúsculas;	a), b), c), d).
Ítem	Os itens por algarismos arábicos.	Item: 1. 2. 3. 4. 5.

EXPEDIENTE

Copyright by Inesp © 2025
**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ - INESP**

Diretor-Executivo do Inesp
João Milton Cunha de Miranda

Articulador
Ernandes do Carmo

Assistente Editorial
Valquíria Moreira / Rachel Garcia

Supervisão de Design
Valdemice Costa de Sousa (Valdo)

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa
Valdério da Costa

Revisão
Gustavo Vasconcelos

Apoio operacional
**Francisco de Moura Barros
Hadson França
Igor Pinho
João Alfredo Lanzillotti**

Créditos das imagens
**Rodrigo Carvalho
Dário Gabriel
Máximo Moura**



Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

C387c Ceará.
[Constituição (1989)]
Constituição do Estado do Ceará, 1989 [livro eletrônico]:
Atualizada até a EC N° 128/2025. – Fortaleza: ALECE, INESP, 2025.
189 p.; 5300 KB; PDF

Compilação das emendas da Constituição do Estado do
Ceará até a emenda n° 128/2025, publicada no Diário Oficial do
Estado do Ceará (D.O.E), em 21.05.2025
ISBN 978-65-6094-101-4

1. Constituição estadual – Ceará (1989). I. Ceará.
Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado. II. Título.

CDD 341.248131

***** DISTRIBUIÇÃO GRATUITA *****
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS ÀS EDIÇÕES INESP.
A presente obra não poderá ser comercializada e sua
reprodução, total ou parcial, por quaisquer meios
reprográficos ou digitais, deverá ter a autorização
prévia das Edições Inesp.

MESA DIRETORA

2025 - 2026

Deputado Romeu Aldigueri

PRESIDENTE

Deputado Dannel Oliveira

1º VICE-PRESIDENTE

Deputada Larissa Gaspar

2º VICE-PRESIDENTE

Deputado De Assis Diniz

1º SECRETÁRIO

Deputado Jeová Mota

2º SECRETÁRIO

Deputado Felipe Mota

3º SECRETÁRIO

Deputado João Jaime

4º SECRETÁRIO

Deputada Luana Régia

1º SUPLENTE DA MESA

Deputada Emilia Pessoa

2º SUPLENTE DA MESA

Deputado David Durand

3º SUPLENTE DA MESA

COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO ESTADO DO CEARÁ DE 2007

ESTA COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO FOI INSTITUÍDA POR MEIO DO ATO NORMATIVO Nº 242,
DE 2007, SENDO CONSTITUÍDA PELOS SEGUINTE MEMBROS:

COMISSÃO DE RELATORIA

Deputado Nelson Martins

RELATOR

Deputado Luiz Pontes

SUB-RELATOR

Deputado Welington Landim

SUB-RELATOR

COMISSÃO DE CONSULTORES CONSTITUCIONALISTAS

Paulo Bonavides

PRESIDENTE DE HONRA

Valmir Pontes Filho

Roberto Martins Rodrigues

CONSTITUCIONALISTAS

Sílvio Braz Peixoto da Silva

REPRESENTANTE DO PODER JUDICIÁRIO

Fernando Oliveira

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO

José Leite Jucá Filho

REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO

Manoel Lima Soares

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Hélio Leitão

REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO CEARÁ



PALAVRA DO PRESIDENTE DA ALECE

Constituir é juntar partes fundamentais para o funcionamento de algo. E a luta mais gloriosa que uma função pública pode trazer é fazer funcionar o estado de tal forma que vejamos ampliar o acesso à educação, à saúde, aos serviços, à justiça e demais.

É por meio da Constituição do Estado do Ceará que buscamos estabelecer diretrizes, elucidar conceitos, dirimir contradições a fim de levar ao cidadão, à cidadã, um terreno fértil para que ele, ela e seus filhos tenham possibilidade de seguir em frente.

É a Constituição do Estado do Ceará o resultado de inúmeros debates, os quais são sintetizados em entendimentos que dão origem a leis que precisarão ser entendidas pela população. Sempre com a intenção de protegê-la. Este livro que você tem em mãos, ou na tela a sua frente, é a materialização das divergências e convergências de pessoas das mais diversas matizes ideológicas e crenças de vida.

O Parlamento Estadual, responsável pelo livro que está em suas mãos, superou um grande desafio para concebê-lo. Esse desafio tem a ver com ser entendido. Sabemos que a comunicação, hoje em dia, não é um processo fácil, assim como também não é fácil explicar conteúdos normativos, processos legislativos, leis que se complementam, instrumentos legais que se sobrepõem.

Sendo assim, além da atualização meticulosa, da organização, da revisão de conteúdo de toda uma jurisprudência longeva, cujo objetivo é permitir o acesso das pessoas, ressalte-se a adoção da Linguagem Simples como ferramenta essencial e respeitosa com leitores e leitoras. Ser simples é complexo. E toda a complexidade organizativa de várias gerações está aqui, agora, detalhada e simplificada, à sua disposição. Espero que goste.

ROMEU ALDIGUERI

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PALAVRA DO DIRETOR-EXECUTIVO DO INESP

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinhem às demandas legislativas e culturais do estado, objetiva se referenciar no cenário nacional.

Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o Edições Inesp e o Edições Inesp Digital, que têm como objetivos editar livros, coletâneas de legislação e periódicos especializados. O Edições Inesp Digital obedece a um formato que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de Design Gráfico.

O Edições Inesp Digital já se consolidou. A demanda por suas publicações segue uma média de quarenta mil downloads por mês e alcançou um milhão de acessos. As estatísticas demonstram um crescente interesse pelas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados. A *Constituição do Estado do Ceará de 1989*, atualizada até EC n° 128/2025, de 21 de maio de 2025, é mais uma obra que compõe o diversificado catálogo de publicações do Edições Inesp Digital, que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.

PROF. DR. JOÃO MILTON CUNHA DE MIRANDA
Diretor-Executivo do Inesp

APRESENTAÇÃO

A atualização da Constituição do Estado do Ceará representa um marco essencial na modernização do ordenamento jurídico estadual. Como instrumento fundamental para garantir os direitos dos cidadãos e estabelecer diretrizes para a administração pública, a Constituição precisa refletir de forma clara e precisa as mudanças legislativas e jurisprudenciais que surgem ao longo do tempo. Diante dessa necessidade, a Diretoria Legislativa, em conjunto com a Consultoria Técnica Legislativa (CTLegis), conduziu um trabalho minucioso de revisão, organização e consolidação do texto constitucional, garantindo maior acessibilidade e segurança jurídica.

O objetivo central dessa iniciativa foi reunir e sistematizar as diversas emendas aprovadas desde a promulgação da Constituição, eliminando contradições, harmonizando o texto e promovendo uma maior coerência normativa. A consolidação não é apenas um exercício técnico, mas um compromisso com a transparência e a eficiência do sistema legislativo, assegurando que todas as modificações estejam devidamente incorporadas ao texto de forma clara e acessível. Dessa forma, a Constituição passa a ser um instrumento mais compreensível tanto para os operadores do Direito quanto para os cidadãos que buscam conhecer e exercer seus direitos.

Além disso, um aspecto inovador dessa edição é a adoção da Linguagem Simples, política instituída pelo estado do Ceará com o objetivo de tornar os textos normativos mais acessíveis à população. Sabemos que o excesso de termos técnicos e estruturas complexas muitas vezes dificulta a compreensão das leis e limita o acesso dos cidadãos ao conteúdo normativo. Ao utilizar uma linguagem mais clara e objetiva, sem comprometer a precisão jurídica, garantimos que a Constituição do Estado do Ceará cumpra plenamente sua função de orientar a vida social e política do nosso estado de maneira transparente e democrática.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará reafirma, com essa consolidação, seu compromisso com a democratização do acesso à informação legislativa. Mais do que um simples ajuste técnico, essa atualização reflete a preocupação do Parlamento cearense em fortalecer a segurança jurídica, garantir a efetividade das normas e oferecer à sociedade um documento atualizado, coerente e acessível.

Com este trabalho, a Assembleia Legislativa do Ceará se coloca na vanguarda de um movimento essencial para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito: tornar a legislação não apenas um conjunto de normas, mas um verdadeiro instrumento de cidadania. Essa é mais uma demonstração do compromisso do Legislativo cearense com a transparência, a legalidade e a participação popular, garantindo que a Constituição continue sendo uma referência para a sociedade e um pilar do desenvolvimento do nosso estado.

CARLOS MARTINS

Diretor Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

GRUPO TÉCNICO-EXECUTIVO DO PROCESSO DE COMPILAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ EM 2025

COORDENAÇÃO-GERAL

Carlos Antônio Martins Bezerra

DIRETOR LEGISLATIVO

COORDENAÇÃO TÉCNICA DO PROCESSO DE COMPILAÇÃO E DE ANÁLISE TÉCNICA

Erliene Alves da Silva Vale

ORIENTADORA DA CTLEGIS

COMPILAÇÃO E ANÁLISE TÉCNICA

Allysson Marcus Pessoa de Lima

CONSULTOR LEGISLATIVO DA CTLEGIS

REVISÃO ORTOGRÁFICA (PARTE PRELIMINAR)

Tereza Porto

REVISORA DA CTLEGIS

COLABORAÇÃO ESPECIAL

Maria Luiza Ribeiro Pedroza

SUPERVISORA DA CTLEGIS

Maria da Consolação Bezerra Freire

Pedro Daniel Braz Sidrim

Pedro Henrique de Freitas Coelho

CONSULTORES LEGISLATIVOS DA CTLEGIS

Débora Pimentel de Sousa

ASSESSORA DA CTLEGIS

Leila Paula Viana Pires

ARTICULADORA DA DIRETORIA LEGISLATIVA

SUMÁRIO

PREÂMBULO	
TÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	24
TÍTULO II - DA PARTICIPAÇÃO POPULAR	25
TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO ESTADUAL	27
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	27
CAPÍTULO II - DOS BENS	29
TÍTULO IV - DO MUNICÍPIO	31
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	31
CAPÍTULO II - DA CÂMARA MUNICIPAL	33
CAPÍTULO III - DO EXECUTIVO MUNICIPAL	34
CAPÍTULO IV - DA INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO	35
CAPÍTULO V - DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA	36
CAPÍTULO VI - A INTEGRAÇÃO REGIONAL	40
TÍTULO V - DOS PODERES ESTADUAIS	41
CAPÍTULO I - DO PODER LEGISLATIVO	41
Seção I - Disposições Gerais	41
Seção II - Das Atribuições da Assembleia Legislativa	43
Seção III - Dos Deputados	45
Seção IV - Das Comissões	47
Seção V - Do Processo Legislativo	47
Subseção - Da Emenda Constitucional	48
Subseção II - Das Leis	48
Seção VI - Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária	50
Subseção I - Disposições Gerais	50
Subseção II - Do Tribunal de Contas	51
Subseção III - Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária do Município	54
CAPÍTULO II - DO PODER EXECUTIVO	59
Seção I - Do Governador e do Vice-Governador do Estado	59
Seção II - Das Atribuições do Governador do Estado	61
Seção III - Das Responsabilidades do Governador e do Vice-Governador do Estado	62
Seção IV - Dos Secretários de Estado	63
CAPÍTULO III - PODER JUDICIÁRIO	64
Seção I - Disposições Gerais	64
Seção II - Do Tribunal de Justiça	69
Seção III - Dos Tribunais de Alçada	72
Seção IV - Do Tribunal do Júri	73
Seção V - Dos Juizes de Direito	73
Seção VI - Dos Juizes Substitutos	74
Seção VII - Da Justiça Militar	74
Seção VIII - Dos Juizes Especiais	74
Seção IX - Dos Juizados de Pequenas Causas	74
Seção X - Dos Juizados de Paz	75
Seção XI - Do Controle Direto de Inconstitucionalidade	75
TÍTULO VI - DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DOS PODERES ESTADUAIS	76
CAPÍTULO I - DO MINISTÉRIO PÚBLICO	76
CAPÍTULO II - DA DEFENSORIA PÚBLICA	79
CAPÍTULO III - DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	81
CAPÍTULO III - A - DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	83
CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	83
Seção I - Disposições Gerais	83
Seção II - Dos Servidores Públicos Cíveis	90
Seção III - Dos Servidores Públicos Militares	95
CAPÍTULO V - DA SEGURANÇA PÚBLICA, PENITENCIÁRIA E DEFESA CIVIL	96
Seção I - Disposições Gerais	96
Seção II - Da Polícia Civil	98
Seção III - Da Polícia Militar	99
Seção IV - Da Polícia Penal	99
Seção V - Do Corpo de Bombeiros	99
CAPÍTULO VI - DO CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	100
TÍTULO VII - DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO	101
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	101
CAPÍTULO II - DOS IMPOSTOS ESTADUAIS	102
CAPÍTULO III - DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS	104
CAPÍTULO IV - DOS ORÇAMENTOS	104
TÍTULO VIII - DAS RESPONSABILIDADES CULTURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS	108
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	108
CAPÍTULO II - DA EDUCAÇÃO	109
CAPÍTULO III - DA CULTURA	113
CAPÍTULO IV - DO DESPORTO E DO TURISMO	115
CAPÍTULO V - DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	116
CAPÍTULO VI - DA SAÚDE	116
CAPÍTULO VII - DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	119
CAPÍTULO VIII - DO MEIO AMBIENTE	120
CAPÍTULO IX - DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO, DA MULHER E DO ÍNDIO	123
CAPÍTULO X - DA POLÍTICA URBANA	126
CAPÍTULO XI - DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA	128
CAPÍTULO XII - DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAIS	132
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	138
ANEXO I - EMENTÁRIO DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1989	150
Emenda Constitucional nº 01, de 09 de abril de 1991 (D.O.E. 12/04/1991).....	152

Emenda Constitucional nº 02, de 16 de maio de 1991 (D.O.E. 20/05/1991)	152	(D.O.E. 11/12/1996)	153
Emenda Constitucional nº 03, de 5 de agosto de 1991 (D.O.E. 21/08/1991)	152	Emenda Constitucional nº 28, de 30 de abril de 1997 (D.O.E. 09/05/1997)	153
Emenda Constitucional nº 04, de 25 de setembro de 1991 (D.O.E. 01/10/1991)	152	Emenda Constitucional nº 29, de 30 de abril de 1997 (D.O.E. DE 14/05/1997)	154
Emenda Constitucional nº 05, de 13 de dezembro de 1991 (D.O.E. 19/12/1991)	152	Emenda Constitucional nº 30, de 13 de maio de 1997 (D.O.E. 20/05/1997)	154
Emenda Constitucional nº 06, de 13 de dezembro de 1991 (D.O.E. 19/12/1991)	152	Emenda Constitucional nº 31, de 12 de agosto de 1997 (D.O.E. 13/08/1997)	154
Emenda Constitucional nº 07, de 26 de junho de 1992 (D.O.E. DE 30/06/1992)	152	Emenda Constitucional nº 32, de 14 de outubro de 1997 (D.O.E. 22/10/1997)	154
Emenda Constitucional nº 08, de 03 de novembro de 1992 (D.O.E. 09/11/1992)	152	Emenda Constitucional nº 33, de 15 de dezembro de 1997 (D.O.E. 22/12/1997)	154
Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992 (D.O.E. 22/12/1992)	152	Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998 (D.O.E. 13/07/1998)	154
Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994 (D.O.E. 30/03/1994)	152	Emenda Constitucional nº 35, de 30 de junho de 1998 (D.O.E. 13/07/1998)	154
Emenda Constitucional nº 11, de 29 de março de 1994 (D.O.E. 30/03/1994)	152	Emenda Constitucional nº 36, de 30 de junho de 1998 (D.O.E. 13/07/1998)	154
Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994 (D.O.E. 30/03/1994)	152	Emenda Constitucional nº 37, de 30 de junho de 1998 (D.O.E. 13/07/1998)	154
Emenda Constitucional nº 13, de 07 de abril de 1994 (D.O.E. 13/04/1994)	152	Emenda Constitucional nº 38, de 28 de abril de 1999 (D.O.E. 30/04/1999)	154
Emenda Constitucional nº 14, de 07 de abril de 1994 (D.O.E. 13/04/1994)	152	Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 (D.O.E. 10/05/1999)	154
Emenda Constitucional nº 15, de 07 de abril de 1994 (D.O.E. 13/04/1994)	153	Emenda Constitucional nº 40, de 29 de junho de 1999 (D.O.E. 02/07/99).....	154
Emenda Constitucional nº 16, de 13 de abril de 1994 (D.O.E. 22/12/1994)	153	Emenda Constitucional nº 41, de 29 de junho de 1999 (D.O.E. 02/07/99).....	154
Emenda Constitucional nº 17, de 13 de dezembro de 1994 (D.O.E. 22/12/1994)	153	Emenda Constitucional nº 42, de 2 de setembro de 1999 (D.O.E. 15/09/1999)	155
Emenda Constitucional nº 18, de 13 de dezembro de 1994 (D.O.E. 22/12/1994)	153	Emenda Constitucional nº 43, de 14 de outubro de 1999 (D.O.E. 20/10/1999)	155
Emenda Constitucional nº 19, de 13 de dezembro de 1994 (D.O.E. 22/12/1994)	153	Emenda Constitucional nº 44, de 28 de dezembro de 2000 (D.O.E. 04/01/2001)	155
Emenda Constitucional nº 20, de 23 de novembro de 1995 (D.O.E. 04/12/1995)	153	Emenda Constitucional nº 45, de 28 de dezembro de 2000 (D.O.E. 04/01/2001)	155
Emenda Constitucional nº 21, de 14 de dezembro de 1995 (D.O.E. 21/12/1995)	153	Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001 (D.O.E. 12/12/2001)	155
Emenda Constitucional nº 22, de 14 de dezembro de 1995 (D.O.E. 21/12/1995)	153	Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001 (D.O.E. 26/12/2001)	155
Emenda Constitucional nº 23, de 14 de dezembro de 1995 (D.O.E. 21/12/1995)	153	Emenda Constitucional nº 48, de 04 de abril de 2002 (D.O.E. 11/04/2002)	155
Emenda Constitucional nº 24, de 21 de dezembro de 1995 (D.O.E. 21/12/1995)	153	Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002 (D.O.E. 11/04/2002)	155
Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995 (D.O.E. 22/12/1995)	153	Emenda Constitucional nº 50, de 16 de dezembro de 2002 (D.O. 27/12/2002).....	155
Emenda Constitucional nº 26, de 06 de agosto de 1996 (D.O.E. 19/08/1996)	153	Emenda Constitucional nº 51, de 16 de dezembro de 2002 (D.O.E. 27/12/2002)	155
Emenda Constitucional nº 27, de 04 de dezembro de 1996		Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 (D.O.E. 02/05/2003)	155

Emenda Constitucional nº 53, de 22 de dezembro de 2003 (D.O.E. 23/12/2003).....	155
Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003 (D.O.E. 23/12/2003).....	156
Emenda Constitucional nº 55, de 22 de dezembro de 2003 (D.O.E. 23/12/2003).....	156
Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004 (D.O.E. 07/01/2004).....	156
Emenda Constitucional nº 57, de 7 de março de 2006 (D.O.E. 08/03/2006).....	156
Emenda Constitucional nº 58, de 06 de abril de 2006 (D.O.E. 10/04/2006).....	156
Emenda Constitucional nº 59, de dezembro de 2006 (D.O.E. 28/12/2006).....	156
Emenda Constitucional nº 60, de 08 de julho de 2008 (D.O.E. 09/07/2008).....	156
Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 (D.O.E. 15/01/2009).....	156
Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 (D.O.E. 27/04/2009).....	156
Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009 (D.O.E. 07/07/2009).....	156
Emenda Constitucional nº 64, de 15 de julho de 2009 (D.O.E. 22/07/2009).....	156
Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 (D.O.E. 24/09/2009).....	156
Emenda Constitucional nº 66, de 18 de novembro de 2009 (D.O.E. 25/11/2009).....	157
Emenda Constitucional nº 67, de 02 de dezembro de 2009 (D.O.E. 08/12/2009).....	157
Emenda Constitucional nº 68, de 14 de dezembro de 2010 (D.O.E. 21/10/2010).....	157
Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 (D.O.E. 09/02/2011).....	157
Emenda Constitucional nº 70, de 18 de janeiro de 2011 (D.O.E. 23/02/2011).....	157
Emenda Constitucional nº 71, de 18 de janeiro de 2011 (D.O.E. 25/02/2011).....	157
Emenda Constitucional nº 72, de 1º de dezembro de 2011 (D.O.E. 06/12/2011).....	157
Emenda Constitucional nº 73, de 01 de dezembro de 2011 (D.O.E. 06/12/2011).....	157
Emenda Constitucional nº 74, de 19 de abril de 2012 (D.O.E. 23/04/2012).....	157
Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012 (D.O.E. 27/12/2012).....	157
Emenda Constitucional nº 76, de 21 de dezembro de 2012 (D.O.E. 02/01/2013).....	157
Emenda Constitucional nº 77, de 03 de outubro de 2013 (D.O.E. 07/10/2013).....	157
Emenda Constitucional nº 78, de 17 de outubro de 2013 (D.O.E. 17/10/2013).....	157

Emenda Constitucional nº 79, de 05 de dezembro de 2013 (D.O.E. 11/12/2013).....	158
Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014 (D.O.E. 16/04/2014).....	158
Emenda Constitucional nº 81, de 26 de agosto de 2014 (D.O.E. 28/08/2014).....	158
Emenda Constitucional nº 82, de 28 de maio de 2015 (D.O.E. 29/05/2015).....	158
Emenda Constitucional nº 83, de 02 de julho de 2015 (D.O.E. 14/07/2015).....	158
Emenda Constitucional nº 84, de 03 de dezembro de 2015 (D.O.E. 04/12/2015).....	158
Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015 (D.O.E. 14/12/2015).....	158
Emenda Constitucional nº 86, de 16 de fevereiro de 2016 (D.O.E. 16/02/2016).....	158
Emenda Constitucional nº 87, de 21 de dezembro de 2016 (D.O.E. 21/12/2016).....	158
Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016 (D.O.E. 21/12/2016).....	158
Emenda Constitucional nº 89, de 11 de maio de 2017 (D.O.E. 17/05/2017).....	158
Emenda Constitucional nº 90, de 01 de junho de 2017 (D.O.E. 08/06/2017).....	158
Emenda Constitucional nº 91, de 06 de junho de 2017 (D.O.E. 12/06/2017).....	158
Emenda Constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017 (D.O.E. 21/08/2017).....	158
Emenda Constitucional nº 93, de 29 de novembro de 2018 (D.O.E. 29/11/2018).....	159
Emenda Constitucional nº 94, de 17 de dezembro de 2018 (D.O.E. 27/12/2018).....	159
Emenda Constitucional nº 95, de 27 de junho de 2019 (D.O.E. 04/07/2019).....	159
Emenda Constitucional nº 96, de 3 de outubro de 2019 (D.O.E. 07/07/2019).....	159
Emenda Constitucional nº 97, de 19 de dezembro de 2019 (D.O.E. 19/12/2019).....	159
Emenda Constitucional nº 98, de 19 de dezembro de 2019 (D.O.E. 19/12/2019).....	159
Emenda Constitucional nº 99, de 3 de março de 2020 (D.O.E. 03/03/2020).....	159
Emenda Constitucional nº 100, de 29 de abril de 2020 (D.O.E. 29/04/2020).....	159
Emenda Constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020 (D.O.E. 17/08/2020).....	159
Emenda Constitucional nº 102, de 3 de dezembro de 2020 (D.O.E. 04/12/2020).....	159
Emenda Constitucional nº 103, de 17 de dezembro de 2020 (D.O.E. 21/12/2020).....	159
Emenda Constitucional nº 104, de 22 de dezembro de 2020 (D.O.E. 23/12/2020).....	159
Emenda Constitucional nº 105, de 22 de dezembro de 2020	

(D.O.E. 23/12/2020)	159
Emenda Constitucional nº 106, de 25 de fevereiro de 2021 (D.O.E. 04/03/2021)	160
Emenda Constitucional nº 107, de 25 de fevereiro de 2021 (D.O.E. 04/03/2021)	160
Emenda Constitucional nº 108, de 30 de março de 2021 (D.O.E. 30/03/2021)	160
Emenda Constitucional nº 109, de 20 de abril de 2021 (D.O.E. 20/04/2021)	160
Emenda Constitucional nº 110, de 04 de maio de 2021 (D.O.E. 06/05/2021)	160
Emenda Constitucional nº 111, de 14 de outubro de 2021 (D.O.E.14/10/2021)	160
Emenda Constitucional nº 112, de 28 de outubro de 2021 (D.O.E. 28/10/2021)	160
Emenda Constitucional nº 113, de 02 de dezembro de 2021 (D.O.E. 02/12/2021)	160
Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022 (D.O.E. 30/03/2022)	160
Emenda Constitucional nº 115, de 05 de maio de 2022 (D.O.E. 06/05/2022)	160
Emenda Constitucional nº 116, de 03 de novembro de 2022 (D.O.E. 04/11/2022)	160
Emenda Constitucional nº 117, de 09 de novembro de 2022 (D.O.E. 09/11/2022)	160
Emenda Constitucional nº 118, de 23 de novembro de 2022 (D.O.E. 23/11/2022)	161
Emenda Constitucional nº 119, de 01 de dezembro de 2022 (D.O.E. 01/12/2022)	161
Emenda Constitucional nº 120, de 01 de dezembro de 2022 (D.O.E.01/12/2022)	161
Emenda Constitucional nº 121, de 11 de maio de 2023 (D.O.E. 16/05/2023)	161
Emenda Constitucional nº 122, de 22 de junho de 2023 (D.O.E. 22/06/2023)	161
Emenda Constitucional nº 123, de 27 de dezembro de 2023 (D.O.E. 28/12/2023)	161
Emenda Constitucional nº 124, de 18 de dezembro de 2024 (D.O.E. 19/12/2024)	161
Emenda Constitucional nº 125, de 06 de março de 2025 (D.O.E. 06/03/2025)	161
Emenda Constitucional nº 126, de 02 de abril de 2025 (D.O.E. 02/04/2025)	161
Emenda Constitucional nº 127, de 07 de maio de 2025 (D.O.E. 07/05/2025)	161
Emenda Constitucional nº 128, de 21 de maio de 2025 (D.O.E. 21/05/2025)	161
ANEXO II - EMENTÁRIO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADIs) SEQUENCIADO POR ORDEM CRESCENTE DOS DISPOSITIVOS IMPUGNADOS	163
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 307-1	164
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 143-4	164

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4775	164
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5768	164
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3076-1	164
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3078-7	164
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5117	165
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1780	165
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3276	165
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 136	165
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 251	165
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 6514	165
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3140	165
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2212	166
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 145-1	166
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3160-1	166
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 749-1	166
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1443-9	166
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 702-5	166
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 429	167
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2.824	167
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4597	167
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2142	167
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 188-4	167
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 279	167
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3315	167
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 289	167
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 6061	168
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5767	168
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 6316	168
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0622098-92.2017.8.06.0000	168
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0628158-47.2018.8.06.0000	168
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0628428-71.2018.8.06.0000	168

ANEXO III - ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO DA CONSTITUIÇÃO DO CEARÁ

171

ANEXO IV - ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT

187



PREÂMBULO

Em nome do povo cearense, no exercício da atividade constituinte, derivada da expressa reserva de poder da representação soberana da Nação brasileira, a Assembleia Estadual Constituinte, invocando a proteção de Deus, adota e promulga a presente Constituição, ajustada ao Estado Democrático de Direito, implantado na República Federativa do Brasil.

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º O Estado do Ceará, unidade integrante da República Federativa do Brasil, com os seus Municípios, exprime a sua autonomia política na esfera de competências remanescentes, mediante esta Constituição e as leis que adotar.

Art. 1º O Estado do Ceará, unidade integrante da República Federativa do Brasil, exerce a sua autonomia política no âmbito das competências que lhe são conferidas pela Constituição da República, regendo-se por esta Constituição e as leis que adotar.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 2º O povo é a fonte de legitimidade dos poderes constituídos, exercendo-os diretamente ou por seus representantes, investidos na forma estabelecida por esta Constituição.

Art. 2º O povo é a fonte única de legitimidade do poder, que o exerce diretamente ou por seus representantes eleitos, na forma estabelecida na Constituição da República e nesta Constituição.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 3º São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

§ 1º O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa e através do povo, na forma estabelecida por esta Constituição.

§ 1º O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 2º O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, auxiliado pelos secretários e órgãos que lhe são subordinados na forma prevista por esta Constituição e legislação infraconstitucional.

§ 2º O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, auxiliado pelos Secretários de Estado.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 3º O Poder Judiciário é exercido por juízes e tribunais.

§ 3º O Poder Judiciário é exercido pelo Tribunal de Justiça e pelos juízes estaduais.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 4º É vedada a delegação de atribuições de um Poder ao outro, salvo as exceções previstas nesta Constituição.

§ 4º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 4º O espaço territorial cearense é constituído por conformações regionais microrregiões e região metropolitana por aglutinação de Municípios limítrofes, atendendo as suas peculiaridades fisiográficas, socioeconômicas e culturais, para fins de planejamento, alocação de recursos e cumprimento da ação governamental, em todas as atividades essenciais, objetivando o desenvolvimento

integrado, a erradicação da miséria e da marginalidade, com generalizada partilha dos benefícios civilizatórios pelos diferentes núcleos populacionais.

Art. 4º O território cearense, para os fins das políticas governamentais de estímulo e desenvolvimento, será constituído por conformações regionais resultantes da aglutinação de municípios limítrofes, com base nas suas peculiaridades fisiográficas, socioambientais, socioespaciais, socioeconômicas e socioculturais para fins de planejamento e gestão das ações do governo.¹

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

§ 1º A articulação regional destina-se ao fortalecimento dos Municípios, com a participação comunitária de maior alcance no equacionamento dos problemas básicos, corrigindo as disparidades, diminuindo os custos operativos nos empreendimentos governamentais, eliminando os desperdícios e ampliando os mecanismos de controle, visando à eficiência, à lisura e à celeridade.

§ 1º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

§ 2º O sistema de integração regional será observado em toda a operacionalização das atividades dos órgãos e das entidades estaduais, respeitando as peculiaridades dos poderes do Estado com aplicação dos disciplinamentos seguintes:

§ 2º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

I – elaboração por lei dos planos globais de desenvolvimento, contemplando os espaços regionais, firmando as diretrizes, objetivando metas na destinação de despesas de capital e outras delas decorrentes e relativas a programas de duração continuada;

I – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

II – as leis de diretrizes orçamentárias compreenderão as metas e prioridades estaduais, de forma regionalizada, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da lei orçamentária anual, dispondo sobre as alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de ampliação das agências oficiais de financiamento, objetivando eliminar os desníveis e promover a integração de todo o espaço cearense;

II – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

III – o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativos regionalizados do efeito sobre a receita e a despesa, tendo entre suas finalidades reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional.

III – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

§ 3º Promover-se-á a descentralização física dos órgãos judiciários, sempre no propósito de estimular integração com as respectivas comunidades, para maior comodidade e presteza no atendimento ao jurisdicionado, com o estabelecimento de:

1 Ver Lei Complementar nº 03, de 26 de junho de 1995; Lei Complementar nº 18, de 29 de dezembro de 1999; e Lei Complementar nº 34, de 21 de maio de 2003 no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

§ 3º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

I – tribunais de alçada em maiores núcleos populacionais;

I – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

II – varas cíveis e criminais, distribuídas por distritos, bairros e aglomerados urbanos, sempre em contexto de áreas residenciais;

II – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

III – implantação de juizados de pequenas causas em aglomerados urbanos mais populosos;

III – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

IV – vara especializada, de entrância especial, em cada microrregião, localizada em uma das comarcas que a integram, com jurisdição em todos os seus Municípios, com competência exclusiva para questões fundiárias;

IV – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

V – juizado de paz, com atribuições específicas para conciliar ou dirimir conflitos.

V – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

Parágrafo único. Com o objetivo de buscar o desenvolvimento e integração regional sustentável, o crescimento econômico com distribuição de renda e riqueza e a conquista de uma sociedade justa e solidária, as conformações de que trata este artigo são assim classificadas:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

a) regiões metropolitanas;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

b) microrregiões; e

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

c) aglomerações urbanas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

TÍTULO II DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 5º O povo é titular do poder de sufrágio, que o exerce em caráter universal, por voto direto e secreto, com igual valor, na localidade do domicílio eleitoral, nos termos da lei, mediante:

I – eleição para provimento de cargos representativos;

I – eleição dos representantes políticos federais, estaduais e municipais;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – plebiscito;²

III – referendo.³

IV – iniciativa popular;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

V – iniciativa compartilhada.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 6º A iniciativa popular será exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa Estadual de projeto de lei, subscrito por eleitor, respeitadas as hipóteses de iniciativa privativa, previstas nesta Constituição:

Art. 6º A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Assembleia Legislativa, de projeto de lei e de emenda à Constituição, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado cearense, distribuído pelo menos por cinco municípios, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º Os projetos de iniciativa popular tramitarão no prazo de quarenta e cinco dias, em regime de prioridade, turno único de votação e discussão, para suprir omissão legislativa, constituindo causa prejudicial à aplicabilidade de mandado de injunção.⁴

§ 2º O regimento interno da Assembleia aplicar-se-á nas demais hipóteses de iniciativa popular, observado o disposto no art. 62 e no seu parágrafo único⁵.

Art. 7º Todos os órgãos e instituições dos poderes estadual e municipal são acessíveis ao indivíduo, por petição ou representação, em defesa do direito ou em salvaguarda cívica do interesse coletivo e do meio ambiente.

2 Ver Lei Complementar Estadual nº 29, de 21/02/2002, que regulamenta a realização de plebiscito e referendo no âmbito do estado do Ceará no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

3 Ver Lei Complementar Estadual nº 29, de 21/02/2002, que regulamenta a realização de plebiscito e referendo no âmbito do estado do Ceará no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

4 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADI nº 143-4 no Anexo II.

5 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADI nº 143-4 no Anexo I.

§1º A autoridade, a quem for dirigida a petição ou representação, deverá oficializar o seu ingresso, assegurando-lhe tramitação rápida, dando-lhe fundamento legal, ao exarar a decisão.

§2º O interessado deverá ser informado da solução aprovada, por correspondência oficial, no prazo de sessenta dias, a contar do protocolo, sendo-lhe fornecida certidão, se a requerer.

§3º É facultado a todos o acesso gratuito às informações do que constar a seu respeito nos registros em bancos de dados estaduais e municipais, públicos ou privados, bem como do fim a que se destinam essas informações, podendo exigir, a qualquer tempo, sua retificação e atualização.

§4º Pode o cidadão, diante da lesão ao patrimônio público, promover ação popular contra abuso de poder, para defesa do meio ambiente, ficando o infrator ou autoridade omissa responsável pelos danos causados e custas processuais.

§4º Pode o cidadão, diante de lesão ao patrimônio público estadual e nas demais hipóteses previstas no art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição da República, promover ação popular.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 8º Os órgãos do Poder Judiciário do Estado, em qualquer grau de jurisdição em suas respectivas esferas de competência, podem ser provocados por quem tiver legítimo interesse a defender, particular ou público, obedecido o processo legal.

Art. 8º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, far-se-á presente o juiz no local do litígio.

§1º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º Aos necessitados será assegurada assistência integral e gratuita perante à jurisdição estadual.

§2º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§3º Serão gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

§3º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

a) o registro civil de nascimento;

a) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

b) a certidão de óbito.

b) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§4º Nenhum serventuário da Justiça, sob pena de responsabilidade, poderá receber custas, emolumentos ou qualquer tipo de remuneração nos procedimentos intentados por pessoas beneficiadas com assistência gratuita.

§4º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 9º A Assembleia Legislativa, através de comissão específica, de caráter permanente, de ofício ou à vista de representação de paciente, de abuso de poder cometido por autoridade policial, instaurará procedimento de controle político, para fazer aplicável a sanção do art. 37, §4º, da Constituição da República.

Parágrafo único. No exercício dessa atividade de controle podem ser adotadas as seguintes medidas, tendentes à elucidação dos fatos:

I – convocar o Secretário de Estado responsável pelo assunto em pendência ou o Comandante-Geral da Polícia Militar;

II – solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

III – examinar o funcionamento de setor público sobre problema específico ou para avaliação de distorções que o estejam afetando, verificando a ocorrência de falhas e ministrando indicações conclusivas;

IV – submeter a plenário, conforme a gravidade do problema ou em face da natureza das medidas, a matéria em causa, podendo ser constituída comissão parlamentar de inquérito, caso não estejam configurados, de logo, os elementos elucidativos ao encaminhamento do assunto para os fins contemplados no caput deste artigo;

V – cientificar o Tribunal de Justiça ou o Procurador-Geral da Justiça, em caso, respectivamente, de conduta omissiva de magistrado ou de membro do Ministério Público.

Art. 10. É direito de todos o ensino de 1º e 2º graus, devendo o Estado e os Municípios dar condições ao setor educacional para o alcance desse objetivo.

Art. 11. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato de classe é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado ou do Conselho de Contas dos Municípios, exigir-lhes completa apuração e devida aplicação das sanções legais aos responsáveis, ficando a autoridade que receber a denúncia ou requerimento de providências, obrigada a manifestar-se sobre a matéria.

Art. 11. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato de classe é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado, exigir-lhes completa apuração e devida aplicação das sanções legais aos responsáveis, ficando a autoridade que receber a denúncia ou requerimento de providências, obrigada a manifestar-se sobre a matéria.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992). (Suprimida a expressão “ou Tribunal de Contas dos Municípios” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§1º A denúncia deverá ser instruída com documentos que revelem indícios suficientes à apuração dos fatos.

§2º Assiste ao cidadão legitimidade para postular, perante os órgãos públicos estaduais ou municipais, a apuração de responsabilidade, em caso de danos ao meio ambiente, conforme o disposto em lei.

Art. 12. É assegurada aos portadores de deficiência, através dos movimentos representativos, a participação na elaboração dos planos estaduais, bem como o acompanhamento de sua execução.

Art. 12. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º Assegura-se o direito à representatividade, opinião e parecer sobre assuntos pertinentes às deficiências múltiplas.

§1º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º Todos os assuntos sobre deficientes serão objeto de discussão e parecer dos movimentos representativos da categoria.

§2º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 13. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Parágrafo único. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ESTADUAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. O Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, exerce em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal, observados os seguintes princípios:

I – respeito à Constituição Federal e à unidade da Federação;

II – promoção da justiça social e extinção de todas as formas de exploração e opressão, procurando assegurar a todos uma vida digna, livre e saudável;

III – defesa da igualdade e combate a qualquer forma de discriminação em razão de nacionalidade, condição e local de nascimento, raça, cor, religião, origem étnica, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, doença, idade, atividade profissional, estado civil, classe social e sexo;

III – defesa da igualdade e combate a qualquer forma de discriminação em razão de nacionalidade, condição e local de nascimento, raça, cor, religião, origem étnica, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, doença, idade, atividade profissional, estado civil, classe social, sexo e orientação sexual;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IV – respeito à legalidade, à moralidade e à probidade administrativa;

IV – respeito à legalidade, impessoalidade, à moralidade, à publicidade, à eficiência e à probidade administrativa;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

V – colaboração e cooperação com os demais entes que integram a Federação, visando ao desenvolvimento econômico e social de todas as regiões do país e de toda a sociedade brasileira;

VI – defesa do patrimônio histórico, cultural e artístico;

VII – defesa do meio ambiente;

VIII – eficiência na prestação dos serviços públicos, garantida a modicidade das tarifas;

IX – desenvolvimento dos serviços sociais e programas para garantir habitação, educação gratuita em todos os níveis e compatível atendimento na área de saúde pública de toda a população, sempre em projeções regionais;

IX – desenvolvimento dos serviços sociais e programas destinados à garantia de habitação digna, com adequada infraestrutura, de educação gratuita em todos os níveis, bem como compatível atendimento na área de saúde pública;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

X – prestação de assistência social aos necessitados e à defesa dos direitos humanos;

XI – promoção do livre acesso a fontes culturais e o incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação tecnológica;

XII – incentivo ao lazer e ao desporto, prioritariamente, através de programas e atividades voltadas à população carente;

XIII – remuneração condigna e valorização profissional dos servidores públicos;

XIV – respeito à autonomia dos Municípios;

XV – contribuição para a política de integração nacional e de redução das desigualdades socioeconômicas regionais do Brasil e internamente em seu próprio território;

XVI – elaboração e execução de planos estaduais de ordenação do território e desenvolvimento econômico e social, ajustando os delineamentos nacionais às peculiaridades do ambiente estadual;

XVI – elaboração e execução de planos estaduais de ordenação do território e desenvolvimento socioeconômico, socioambiental e socioespacial, ajustando os delineamentos nacionais às peculiaridades do ambiente estadual;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

XVII – promoção de medidas de caráter preventivo sobre o fenômeno das secas, utilizando estudos e pesquisas desenvolvidos pelos órgãos competentes, nos níveis federal, regional e estadual, repassando os dados aos Municípios, prestando-lhes apoio técnico e financeiro;

XVIII – exploração, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão através de concorrência pública, dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros que não transponham os limites do Estado;

XIX – prestação de assessoria e apoio financeiro, quando solicitado, aos Municípios que apresentarem carência de recursos técnicos para a elaboração e implantação dos serviços públicos básicos.

XX – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 15. É competência comum do Estado, da União e dos Municípios:

Art. 15. São competências do Estado, exercidas em comum com a União, o Distrito Federal e os Municípios:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia aos portadores de deficiência;

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obra de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. O sistema de cooperação entre as entidades políticas para aplicação das normas previstas neste artigo far-se-á em conformidade com lei complementar federal.

Art. 16. O Estado participará, em caráter concorrente, da legislação sobre:

Art. 16. O Estado legislará concorrentemente, nos termos do art. 24 da Constituição da República, sobre:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

III – juntas comerciais;

IV – custas dos serviços forenses;

V – produção e consumo;

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

X – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;⁶

6 Os Juizados de Pequenas Causas, atualmente, têm sua nomenclatura como Juizados Especiais, podendo ser cíveis, criminais ou da Fazenda Pública, além do Juizado Móvel, que trabalha em casos de acidentes de trânsito.

- XI – procedimentos em matérias processuais;
- XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII – assistência jurídica e defensoria pública;
- XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV – proteção à infância, à juventude e à velhice;
- XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§1º A competência da União, em caráter concorrente, limitar-se-á a estabelecer as normas gerais e, à sua falta, não ficará o Estado impedido de exercer atividade legislativa plena.

§2º A superveniência de lei federal contrária à legislação estadual importará na revogação desta.

§2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§3º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da Lei Estadual, no que lhe for contrário.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 17. A cidade de Fortaleza é a capital do Estado do Ceará e a sede do Governo.

Parágrafo único. Os Poderes Estaduais têm sede na capital do Estado e em caso de eventual mudança do Executivo ou Judiciário, deverá esta ser precedida de comunicação à Assembleia Legislativa e consequente publicação no Diário Oficial.

Parágrafo único. Em caso de eventual mudança do Executivo ou Judiciário, deverá esta ser precedida de comunicação à Assembleia Legislativa e consequente publicação no Diário Oficial.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 18. São símbolos estaduais a bandeira, o hino e as armas do Ceará.

Parágrafo único. O dia 25 de março fica estabelecido como data magna do Estado do Ceará.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 73, de 01 de dezembro de 2011).

CAPÍTULO II DOS BENS

Art. 19. Incluem-se entre os bens do Estado:

I – os que atualmente lhe pertencem;

II – os lagos e os rios em terrenos de seu domínio e os que têm nascente e foz em seu território;

III – as ilhas fluviais, lacustres e as terras devolutas não compreendidas entre os bens da União;

IV – a dívida ativa proveniente de receita não arrecadada;

V – os que tenham sido ou venham a ser, a qualquer título, incorporados ao seu patrimônio.

§1º A alienação de bens imóveis do Estado dependerá, em cada caso, de prévia autorização legislativa; nas alienações onerosas, salvo os casos especialmente previstos em lei, observar-se-á o princípio da licitação, desde que o adquirente não seja pessoa jurídica de direito público interno, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação pública; a lei disporá sobre as concessões e permissões de uso de bens móveis e imóveis do Estado.

§1º Exceto nas hipóteses previstas nas letras b e c, do inciso V do art. 316, a alienação de bens imóveis do Estado dependerá, em cada caso, de prévia autorização legislativa; nas alienações onerosas, salvo os casos especialmente previstos em lei, observar-se-á o princípio da licitação, desde que o adquirente não seja pessoa jurídica de direito público interno, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação pública; a lei disporá sobre as concessões e permissões de uso de bens móveis e imóveis do Estado. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 06 de agosto de 1996).*

§1º Exceto nas hipóteses previstas nas alíneas “b” e “c” do inciso V do art. 316, a alienação de bens imóveis do Estado dependerá de prévia autorização legislativa. Nas alienações onerosas, salvo os casos especialmente previstos em lei, observar-se-á o princípio da licitação, desde que o adquirente não seja pessoa jurídica de direito público interno, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação pública. A lei disporá sobre as concessões e permissões de uso de bens móveis e imóveis do Estado.

(Redação dada Emenda Constitucional nº 119, de 01 de dezembro de 2022).

§2º Os bens públicos estaduais são impenhoráveis, não podendo, ainda, ser objeto de arresto ou qualquer medida de apreensão judicial, ressalvada a hipótese de que trata o §2º, do art. 100 da Constituição da República.

§3º Os bens públicos, nos termos desta Constituição, deverão ser considerados, sempre que possível, como ativos públicos, no intuito de promover a geração, a otimização e o melhor retorno possível, respeitando os riscos e o perfil do Estado pela aplicação e gestão eficiente desses ativos.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 119, de 01 de dezembro de 2022).

§4º São ativos públicos do Estado do Ceará aqueles declarados como tal por órgão colegiado, que será presidido pelo Governador do Estado e composto por Secretários de Governo como membros titulares, e que, entre suas competências, deliberará acerca da gestão de ativos públicos do Estado, nos termos de Lei Complementar.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 119, de 01 de dezembro de 2022).

Art. 20. É vedado ao Estado e aos Municípios:

Art. 20. É vedado ao Estado:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

- I – recusar fé aos documentos públicos;
- II – estabelecer qualquer tipo de discriminação ou privilégios entre cidadãos brasileiros;
- III – fazer concessões de isenções fiscais, bem como prescindir de receitas, sem que haja notório interesse público;
- IV – subvencionar cultos religiosos ou igrejas, ou dificultar-lhes seu funcionamento;
- V – atribuir nome de pessoa viva à avenida, praça, rua, logradouro, ponte, reservatório de água, viaduto, praça de esporte, biblioteca, hospital, maternidade, edifício público, auditórios, cidades e salas de aula.⁷

Parágrafo único. Entende-se por dificultar o funcionamento previsto no inciso IV deste artigo, quaisquer atos de agentes públicos que venham impedir, ameaçar ou embaraçar o livre funcionamento dos templos e espaços de comunidades religiosas, inclusive com a exigência de documentos ou outros meios, sob o pretexto de condição necessária para seu regular funcionamento, devendo ser punidos os autores, especialmente se ocorrer prática de ato, fiscalizatório ou não, que venha a interferir de forma a impedir ou perturbar a realização de momentos de oração, celebração, cultos e liturgias.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 83, de 2 de julho de 2015) (Suspensão por medida cautelar no TJ-CE, em 22/06/2017, aguardando julgamento de mérito, nº do processo 0622098-92.2017.8.06.0000).⁸

Art. 21. Ao Estado do Ceará cabe explorar diretamente, mediante empresa estadual, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado.

Art. 21. Ao Estado do Ceará cabe explorar diretamente, ou mediante concessão, na forma da lei, os serviços de gás canalizado em seu território, incluído o fornecimento direto a partir de gasodutos de transporte, de maneira a atender às necessidades dos setores industrial, domiciliar, comercial, automotivo e outros.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 14 de outubro de 1997).

Parágrafo único. Os serviços de transporte coletivo devem utilizar, preferencialmente, o gás canalizado, referido no caput deste artigo.

Art. 22. É assegurada, nos termos da lei, ao Estado e aos Municípios, a participação do resultado da exploração de petróleo e gás

natural, de recursos hídricos, para fins de geração de energia e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

Art. 23. As praias são bens públicos de uso comum, inalienáveis e destinadas perenemente à utilidade geral dos seus habitantes, cabendo ao Estado e a seus Municípios costeiros compartilharem das responsabilidades de promover a sua defesa e impedir, na forma da lei estadual, toda obra humana que as possam desnaturar, prejudicando as suas finalidades essenciais, na expressão de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural, incluindo, nas áreas de praias:

- I – recursos naturais, renováveis ou não renováveis;
- II – recifes, parcéis e bancos de algas;
- III – restingas e dunas;
- IV – florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas;
- V – sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades de preservação permanente;
- VI – promontórios, costões e grutas marinhas;
- VII – sistemas fluviais, estuários e lagunas, baías e enseadas;
- VIII – monumentos que integram o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, étnico, cultural e paisagístico.

Parágrafo único. Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas marítimas, fluviais e lacustres, acrescidas da faixa de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural ou outro ecossistema, ficando garantida uma faixa livre, com largura mínima de trinta e três metros, entre a linha da maré máxima local e o primeiro logradouro público ou imóvel particular decorrente de loteamento aprovado pelo Poder Executivo Municipal e registrado no Registro de Imóveis do respectivo Município, nos termos da lei.

Art. 24. Incumbe ao Estado e aos seus Municípios costeiros manter, cada um em sua esfera organizacional, órgão especializado, sintonizado com as diretrizes federais, promovendo a elaboração de plano, a ser convertido em lei, e velar por sua execução.

Art. 24. O Estado, respeitada a Lei Federal, e seus Municípios costeiros, respeitadas as Leis Federal e Estadual, deverão elaborar planos,

7 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 307-1, julgada improcedente. DJE 01/07/2009.

8 Suspensão por medida cautelar do Tribunal de Justiça do Ceará, em 22/06/2017, até o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, nº do processo no TJ-CE: 0622098-92.2017.8.06.0000. Ver ADI no Anexo I

convertidos em leis, que definirão as diretrizes de gerenciamento costeiro e de meio ambiente, velando por sua execução.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º O plano definirá as diretrizes de gerenciamento costeiro e defesa do ambiente, compreendendo:

§1º Os planos compreenderão as seguintes matérias:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – urbanização;

II – ocupação, uso do solo, do subsolo e das águas;

III – restingas e dunas;

IV – atividades produtivas;

V – habitação e saneamento básico;

VI – turismo, recreação e lazer.

§2º Os processos concernentes aos incisos precedentes devem tramitar pelos órgãos estaduais e municipais indicados, sem prejuízo da audiência obrigatória dos órgãos públicos federais que compartilham das responsabilidades da área costeira.

§3º Qualquer infração determinará imediata medida de embargo, com lavratura dos autos correspondentes, para aplicação das sanções legais cabíveis nas esferas administrativas, civil e penal.

TÍTULO IV DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. A estrutura organizacional do Estado do Ceará é constituída por Municípios, politicamente autônomos, nas latitudes previstas na Constituição da República e nesta Constituição.

Art. 25. O Estado do Ceará se constitui de Municípios, politicamente autônomos, nos termos previstos na Constituição da República.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 26. O Município reger-se-á por sua própria Lei Orgânica e leis ordinárias que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição Federal.

Art. 26. O Município reger-se-á por Lei Orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 27. A Lei Orgânica é elaborada e promulgada pela Câmara Municipal, após aprovação em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, por maioria de dois terços de seus membros.

Parágrafo único. As alterações na Lei Orgânica estão sujeitas às mesmas formalidades previstas no caput deste artigo, sendo incorporadas mediante emendas em ordem numérica crescente.

Art. 28. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão e ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

V – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VI – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

VIII – criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

X – dar ampla publicidade a leis, decretos, editais e demais atos administrativos, através dos meios de que dispuser.

XI – o direito de liberdade de decisão quanto à associação ou não à Associação de Municípios, em nível estadual e em nível federal, inclusive com pagamento de contribuição, prevista em lei.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 79 de 5 de dezembro de 2013).

XII – garantir a liberação de crença, não dificultando o funcionamento de cultos religiosos ou igrejas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 83, de 2 de julho de 2015).

§1º Entende-se por dificultar o funcionamento previsto no inciso XII deste artigo, quaisquer atos de agentes públicos que venham impedir, ameaçar ou embaraçar o livre funcionamento dos templos

e espaços de comunidades religiosas, inclusive com a exigência de documentos ou outros meios, sob o pretexto de condição necessária para seu regular funcionamento, devendo ser punidos os autores, especialmente se ocorrer prática de ato, fiscalizatório ou não, que venha a interferir de forma a impedir ou perturbar a realização de momentos de oração, celebração, cultos e liturgias.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 83, de 02 de julho de 2015).

§2º Os preços dos serviços, de que trata o inciso IV, do art. 28, serão fixados por uma comissão municipal, encarregada da política de tarifas e qualidades dos serviços prestados pelo transporte coletivo urbano, que será composta por representantes:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 13, de 07 de abril de 1994).

(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 83, de 28 de maio de 2015)

- Concessionários ou Permissionários;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 13, de 07 de abril de 1994).

- Trabalhadores;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 13, de 07 de abril de 1994).

- Estudantes;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 13, de 07 de abril de 1994).

- Câmara Municipal;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 13, de 07 de abril de 1994).

- Secretário de Transporte Coletivo.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 13, de 07 de abril de 1994).

Art. 29. As divulgações oficiais devem ficar circunscritas a matérias de significação relevante para conhecimento coletivo, com caráter educativo, informativo ou de orientação social, vedada a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 29. As divulgações oficiais, pelos Municípios, para conhecimento coletivo, devem ficar circunscritas a matérias de caráter educativo, informativo ou de orientação social, vedada a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 30. Constitui encargo das administrações municipais transportar da zona rural para a sede do Município, ou para o Distrito mais próximo, alunos carentes, matriculados a partir da 5ª série do 1º grau.

Art. 30. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 307-1, no dia 13 de fevereiro de 2008, publicada no dia 24 de agosto de 2009, no DJE).⁹

Art. 31. Nenhum Município será criado sem a verificação da existência na respectiva área territorial dos seguintes requisitos:

I – população superior a cinco mil habitantes;

II – eleitorado não inferior a vinte por cento de sua população;

III – centro urbano já constituído, com número de prédios superior a cento e cinquenta, possuindo infraestrutura mínima, como seja, eletrificação na sede, grupo escolar e condições para instalação da Prefeitura e Câmara Municipal;

IV – distrito devidamente constituído perante a lei.

Art. 31. Nenhum Município será criado sem a verificação da existência na respectiva área territorial dos requisitos relacionados com a população, densidade eleitoral, infraestrutura, renda, ou potencial econômico e demais critérios estabelecidos em Lei Complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 15 de agosto de 1991).

Art. 31. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 32. O Estado e os Municípios atuarão conjuntamente, nas microrregiões, na região metropolitana e nas aglomerações urbanas, para ordenar as ações governamentais, assim configuradas:

Art. 32. O Estado e os Municípios atuarão conjuntamente nas microrregiões, nas aglomerações urbanas e nas regiões metropolitanas visando integrar, articular e compatibilizar as ações governamentais, com base:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

I – planejamento e disciplinamento urbano físico e social;

II – no planejamento e na gestão do desenvolvimento urbano, local e regional sustentável e participativo;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

III – compatibilização de planos, programas e projetos;

IV – articulação do sistema viário em que se inserem os Municípios.

Art. 33. Os subsídios dos Vereadores às Câmaras Municipais do interior do Estado, abrangendo a representação parlamentar não podem exceder a trinta por cento da remuneração dos respectivos Prefeitos municipais.

Art. 33. A remuneração de Vereador às Câmaras Municipais do Interior do Estado do Ceará, será fixada pelas próprias Câmaras Municipais, em cada Legislatura, para a subsequente, podendo ser com base na remuneração do Prefeito ou na receita orçamentária efetivamente arrecadada, não podendo exceder, para cada Vereador, 30% (trinta por cento) do que perceber o Prefeito Municipal, e/ou ultrapassar para todos os Vereadores do Município a 4% (quatro por cento) de sua receita orçamentária, em nenhum dos casos ultrapassará a 25% (vinte e cinco por cento) do que perceber a qualquer título o Deputado Estadual.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 06, de 13 de dezembro de 1991).

9 Ver ADI nº 307-1 no Anexo II.

Art. 33. O número de Vereadores será proporcional à população do Município, observados os limites estabelecidos na Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º Aos Vereadores fica assegurada a faculdade de contribuírem para o órgão de previdência estadual, na mesma base percentual dos seus servidores públicos;

§1º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 16, de 13 de abril de 1994).

§2º Lei complementar estadual regulamentará a concessão de aposentadoria ou pensão aos Vereadores.

§2º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 16, de 13 de abril de 1994).

CAPÍTULO II DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 34. Compete à Câmara Municipal:

- I – legislar sobre matérias do peculiar interesse do Município;
- II – deliberar sobre a realização de referendo, destinado a todo o seu território ou limitado a distritos, bairros ou aglomerados urbanos;
- III – fixar os seus tributos;
- IV – elaborar o seu sistema orçamentário, compreendendo:
 - a) plano plurianual;
 - b) lei de diretrizes orçamentárias;
 - c) orçamento anual.
- V – representar contra irregularidades administrativas;
- VI – exercer controle político da administração;
- VII – dar curso à iniciativa popular que seja regularmente formulada, relativa às cidades e aos aglomerados urbanos e rurais;
- VIII – celebrar reuniões com comunidades locais;
- IX – convocar autoridades municipais para prestarem esclarecimentos;
- X – requisitar dos órgãos executivos informações pertinentes aos negócios administrativos;
- XI – apreciar o veto a projeto de lei emanado do Executivo, podendo rejeitá-lo por maioria absoluta de votos;

XII – fazer-se representar, singularmente, por Vereadores das respectivas forças políticas majoritárias e minoritárias, nos conselhos das microrregiões ou região metropolitana;

XIII – compartilhar com outras Câmaras Municipais de proposta de emenda à Constituição Estadual;

XIV – emendar a Lei Orgânica do Município, com observância do requisito da maioria de dois terços, com aprovação em dois turnos;

XV – ingressar perante os órgãos judiciários competentes com procedimentos para a preservação ou reivindicação dos interesses que lhe são afetos;

XVI – deliberar sobre a adoção do plano diretor, com audiência, sempre que necessário, de entidades comunitárias;

XVII – exercer atividade de fiscalização administrativa e financeira.

Art. 35. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, destinados às Câmaras Municipais, serão entregues até o dia vinte de cada mês.

§1º As Câmaras Municipais terão organização contábil própria, devendo prestar contas ao Plenário dos recursos que lhes forem consignados, respondendo os seus membros por qualquer ilícito em sua aplicação.

§2º Aplicam-se aos balancetes mensais e às prestações de contas anuais das Câmaras Municipais todos os procedimentos e dispositivos previstos para matérias correspondentes relacionadas com o Poder Executivo Municipal.

§3º As Câmaras Municipais funcionarão em prédio próprio ou público, independente da sede do Poder Executivo.

§3º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 307-1, no dia 13 de fevereiro de 2008, publicada no dia 24 de agosto de 2009, no DJE).¹⁰

§4º Os Vereadores deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Tribunal de Contas dos Municípios que adotar as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades. *(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).*

§4º Os Vereadores deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, que adotar as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

10 Ver ADI nº 307-1 no Anexo II.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 5º As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

Art. 36. Os Vereadores, na circunscrição de seus Municípios, gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato.

CAPÍTULO III DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 37. O Prefeito é o chefe do Executivo Municipal.

§ 1º O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos mediante sufrágio direto, secreto e universal, em pleito simultaneamente realizado, em todo o País, até noventa dias antes do término dos mandatos daqueles a que devam suceder.

§ 2º Em caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores, aplicar-se-ão as regras do art. 77 da Constituição Federal.

§ 3º Os mandatos de Prefeito e Vice-Prefeito serão de quatro anos e a posse verificar-se-á em 1º de janeiro do ano subsequente à eleição.

§ 4º Perderá o mandato o Prefeito que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a investidura decorrente de concurso público, observado o disposto no art. 38, I, IV e V da Constituição da República.

§ 5º O Prefeito será julgado perante o Tribunal de Justiça.

§ 6º A remuneração do Prefeito é composta de subsídio e representação, fixada pela Câmara Municipal, cujo total não poderá exceder a um quinto, um terço, dois quintos, metade e quatro quintos da remuneração do Governador para Municípios com população, respectivamente, igual ou inferior a quinze mil, quarenta mil, setenta mil, quinhentos mil e acima de quinhentos mil habitantes, observados os dados populacionais mais recentes fornecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

§ 6º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 307-1, no dia 13 de fevereiro de 2008, publicada no dia 24 de agosto de 2009, no DJE).¹¹

§ 7º Os valores dos subsídios e da representação do Prefeito, a serem fixados pela Câmara Municipal, serão reajustados na data e na razão dos aumentos concedidos ao Governador do Estado.

§ 7º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 307-1, no dia 13 de fevereiro de 2008, publicada no dia 24 de agosto de 2009, no DJE).¹²

§ 8º Se a Câmara Municipal não fixar os valores do subsídio e representação do Prefeito, prevalecerão os limites previstos no parágrafo anterior.

§ 8º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 307-1, no dia 13 de fevereiro de 2008, publicada no dia 24 de agosto de 2009, no DJE).¹³

§ 9º O Prefeito não pode ausentar-se do Município, por tempo superior a dez dias, sem prévia licença da Câmara Municipal, sujeito à perda do cargo.

§ 9º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 307-1, no dia 13 de fevereiro de 2008, publicada no dia 24 de agosto de 2009, no DJE).¹⁴

§ 10. Os Prefeitos e Vice-Prefeitos deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Tribunal de Contas dos Municípios que adotar as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

§ 10. Os prefeitos e vice-prefeitos deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, que adotar as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 11. As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

Art. 38. As competências dos Prefeitos devem constar da Lei Orgânica do Município, incluídas, dentre outras, as seguintes:

11 Ver ADI nº 307-1 no Anexo II.

12 Ver ADI nº 307-1 no Anexo II.

13 Ver ADI nº 307-1 no Anexo II.

14 Ver ADI nº 307-1 no Anexo II.

CAPÍTULO IV DA INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO

- I – representar o Município;
- II – apresentar projetos de lei à Câmara Municipal;
- III – sancionar e promulgar as leis aprovadas pela Câmara Municipal;
- IV – apor veto, total ou parcial, a projetos de lei, por razões de conveniência, oportunidade ou inconstitucionalidade;
- V – prover os cargos públicos na forma da lei;
- VI – elaborar os projetos:
 - a) do plano plurianual;
 - b) da lei de diretrizes orçamentárias;
 - c) do orçamento anual.
- VII – participar, com direito a voto, dos órgãos colegiados que compõem o sistema de gestão da região metropolitana, das aglomerações urbanas e microrregiões a que estiver vinculado o Município.¹⁵

§ 1º Ao Vice-Prefeito compete substituir o titular nas ausências e suceder-lhe em caso de vaga, representar o Município e exercer outras atividades por delegação do Prefeito, auxiliando-o em diferentes misteres político-administrativos.

§ 2º O Vice-Prefeito, ocupante de cargo ou emprego no Estado ou Município, ficará, automaticamente, à disposição da respectiva municipalidade, enquanto perdurar a condição de Vice-Prefeito, sem prejuízo dos salários e demais vantagens junto à sua instituição de origem.

§ 2º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 3º Ao Vice-Prefeito será assegurado vencimento não superior a dois terços do atribuído ao Prefeito, cabendo-lhe quando no exercício deste cargo, por mais de quinze dias, o vencimento integral assegurado ao titular efetivo do cargo.

§ 3º Ao Vice-Prefeito será assegurado representação equivalente a dois terços da remuneração atribuída ao Prefeito, cabendo-lhe, quando no exercício deste cargo, por mais de quinze dias, a remuneração integral assegurada ao titular efetivo do cargo. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 07 de abril de 1994).*

§ 3º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 307-1, no dia 13 de fevereiro de 2008, publicada no dia 24 de agosto de 2009, no DJE).¹⁶

Art. 39. O Estado não intervirá no Município, exceto quando:

- I – deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;
- II – não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;
- III – não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- IV – o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou para prover a execução de lei, ordem ou decisão judicial.

Art. 40. A intervenção far-se-á mediante decreto do Governador, submetido ao referendo da Assembleia Legislativa, por maioria absoluta de votos em escrutínio secreto.

Art. 40. A intervenção far-se-á mediante decreto do Governador, sujeito a referendo da Assembleia Legislativa.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 118, de 23 de novembro de 2022).

§ 1º O pedido de intervenção encaminhado pelo Conselho de Contas dos Municípios ou mediante solicitação da Câmara Municipal, aprovada pelo voto da maioria absoluta de seus membros será feito conforme representação fundamentada, ao Governador do Estado.

§ 1º O pedido de intervenção encaminhado pelo Tribunal de Contas dos Municípios ou mediante solicitação da Câmara Municipal, aprovada pelo voto da maioria absoluta de seus membros, será feito conforme representação fundamentada ao Governador do Estado. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992).*

§ 1º O pedido de intervenção encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado ou mediante solicitação da Câmara Municipal, aprovada pelo voto da maioria absoluta de seus membros, será feito conforme representação fundamentada ao Governador do Estado.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 2º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, designará o interventor, será submetido à apreciação da Assembleia Legislativa no prazo de vinte e quatro horas.

15 Ver Lei Complementar nº 18 de 29 de dezembro de 1999 D.O.E. 29/12/1999, alterada pela Lei Complementar nº 34, de 21 de maio de 2003 no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

16 Ver ADI nº 307-1 no Anexo II.

§3º Em caso de rejeição do nome indicado, o Executivo disporá de vinte e quatro horas para indicar outro nome.¹⁷

§4º Se não estiver funcionando a Assembleia Legislativa, far-se-á a convocação extraordinária no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

§5º Na hipótese do art. 39, IV, dispensada a apreciação pela Assembleia Legislativa, limitar-se-á o decreto a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida for suficiente ao restabelecimento da normalidade.

§6º Em caso de solicitação pelo Poder Judiciário, nos termos da Constituição, a intervenção deverá limitar-se a dar garantia à ação dos órgãos judiciários.

§7º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a esses retornarão, no prazo máximo de trinta dias, salvo impedimento legal.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Art. 41. A fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios será exercida pela Câmara e pelos sistemas de controle interno do Executivo Municipal, na forma da lei.

Art. 41. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legitimidade, legalidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, na forma da Lei, e pelo sistema de controle interno de poder. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 30 de junho de 1998).

Art. 41. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos Municípios far-se-á na forma disciplinada por suas respectivas Leis Orgânicas e os princípios desta Constituição.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Parágrafo único. O controle externo da Câmara de Vereadores será exercido com auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios.

§1º O controle externo da Câmara de Vereadores será exercido com auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios. (Renumerado pela Emenda Constitucional nº 36, de 30 de junho de 1998).

§1º O controle externo da Câmara de Vereadores será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§2º A fiscalização, de que trata o parágrafo anterior, será realizada mediante tomada ou prestação de contas de governo, de responsabilidade do Chefe do Executivo e de gestão, a cargo dos ordenadores de despesa.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 36, de 30 de junho de 1998).

§3º O controle interno relativo aos atos e fatos administrativos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e a formalização do processo de prestação de contas de governo e de gestão será regulamentado por lei municipal. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 36, de 30 de junho de 1998).

§3º O controle interno relativo aos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, será regulamentada por lei municipal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001).

§4º Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, inclusive fundos e instituições civis sem fins lucrativos, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais os Municípios respondam, ou que, em nome destes, assuma obrigações de natureza pecuniária.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 42. Os Prefeitos Municipais são obrigados a enviar as respectivas Câmaras e ao Conselho de Contas dos Municípios, até o dia quinze do mês subsequente, prestação de contas relativa à aplicação dos recursos, acompanhada da documentação atusiva à matéria que ficará à disposição dos Vereadores para exame.

Art. 42. Os Prefeitos municipais são obrigados a enviar às respectivas Câmaras Municipais e ao Tribunal de Contas dos Municípios, até o dia 30 do mês subsequente, os balancetes mensais relativos à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados por todas as Unidades Gestoras da Administração Municipal, acompanhadas da documentação comprobatória das receitas e das despesas e dos créditos adicionais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992).

Art. 42. Os Prefeitos Municipais são obrigados a enviar às respectivas Câmaras e ao Tribunal de Contas dos Municípios, até o dia 30 do mês subsequente, as prestações de contas mensais relativas à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados por todas as Unidades Gestoras da administração municipal, mediante Sistema Informatizado, e de acordo com os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios, e composta, ainda, dos balancetes demonstrativos e da respectiva documentação comprobatória das receitas e despesas e dos créditos adicionais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001).

Art. 42. Os Prefeitos Municipais são obrigados a enviar às respectivas Câmaras e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, até o dia 30 do mês subsequente, as prestações de contas mensais relativas à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados por todas as Unidades Gestoras da administração municipal, mediante Sistema Informatizado, e de acordo com os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, e composta, ainda,

17 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 143-4, a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADI nº 143-4 no Anexo II.

dos balancetes demonstrativos e da respectiva documentação comprobatória das receitas e despesas e dos créditos adicionais.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 1º A não-observância do disposto neste artigo, constitui crime de responsabilidade.

§ 1º A inobservância do disposto neste artigo, implicará a proibição para realizar novos convênios e contratos com o Governo Estadual e na suspensão das transferências de receitas voluntárias do Estado para os municípios infratores, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47 de 13 de dezembro de 2001).

§ 1º A inobservância do disposto neste artigo, implicará a proibição para realizar novos convênios e contratos com o Governo Estadual e na suspensão das transferências de receitas voluntárias do Estado para os municípios infratores, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente, ressalvada a hipótese do § 1º H deste artigo.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 15 de julho de 2009).

§ 1º A. Os agentes responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da Administração Municipal Indireta, incluídas as Fundações e Sociedades instituídas pelo poder público, bem como os Presidentes das Câmaras Municipais, deverão, também no prazo definido no caput deste artigo, remeter prestações de contas mensais, de acordo com os critérios estabelecidos no mesmo dispositivo.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001).

§ 1º B. As prestações de Contas mensais relativas à aplicação dos recursos destinados aos Fundos Especiais bem como as suas respectivas Prestações de Contas anuais, deverão ser enviadas, separadamente, das demais Unidades Gestoras, respeitadas as disposições do Inciso II do art. 71 da Constituição Federal e inciso II, do art. 78, da Constituição Estadual.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001).

§ 1º C. As Prestações de Contas referidas no parágrafo anterior, no que diz respeito ao FUNDEF, deverão ser enviadas, também, dentro do mesmo prazo, ao respectivo Conselho Municipal de Acompanhamento Social. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001).

§ 1º C. As Prestações de Contas referentes ao FUNDEB, deverão ser enviadas, também, dentro do mesmo prazo, ao respectivo Conselho Municipal de acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDEB.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º D. O Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEF, ao detectar irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo, deverá comunicar o fato ao Tribunal de Contas dos Municípios e este adotará as providências cabíveis. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001).

§ 1º D. O Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEB, ao detectar irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo, deverá comunicar o fato ao Tribunal de Contas dos Municípios e este adotará as providências cabíveis. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º D. O Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEB, ao detectar irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo, deverá comunicar o fato ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará e este adotará as providências cabíveis.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 1º E. O Tribunal de Contas dos Municípios poderá, a qualquer tempo, solicitar às Prefeituras e Câmaras Municipais, suas Unidades Gestoras e aos demais Órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, incluídas as Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo poder público municipal, quaisquer documentos e demonstrativos contábeis relativos à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001).

§ 1º E. O Tribunal de Contas dos Municípios poderá, a qualquer tempo, requisitar das Prefeituras, das Câmaras, suas unidades gestoras e aos demais órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público municipal, quaisquer documentos e demonstrativos contábeis relativos à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º E. O Tribunal de Contas do Estado do Ceará poderá, a qualquer tempo, requisitar das prefeituras, das câmaras, suas unidades gestoras e aos demais órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, quaisquer documentos e demonstrativos contábeis relativos à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 1º F. As Prefeituras, Câmaras Municipais e demais Órgãos e Entidades da Administração Direta, Indireta incluídas as Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo poder público municipal, bem como os Fundos Especiais, terão o prazo de 3 (três) meses para se adequarem aos critérios estabelecidos no caput deste Artigo. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001).

§ 1º F. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º G. Recebida a prestação de contas de que trata o caput deste artigo, o TCM emitirá relatórios trimestrais, os quais serão enviados para os respectivos Gestores e disponibilizados para qualquer contribuinte quando solicitados.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001).

§ 1º H. A inadimplência de que trata o § 1º do art. 42, será suspensa, sem qualquer ressalva, e certificada pelo Tribunal de Contas dos Municípios expressamente, caso a nova gestão municipal mantiver-se adimplente com todas as suas obrigações de prestações de contas, relativas às competências de seu mandato, e tiver comprovado perante o Tribunal de Contas dos Municípios, o ajuizamento de ação para apurar as responsabilidades pelo descumprimento daquelas obrigações de prestação de contas devidas por seus antecessores, ressalvando-se os casos em que o gestor municipal seja reeleito. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 64, de 15 de julho de 2009).

§1º H. A inadimplência de que trata o §1º do art. 42 será suspensa, sem qualquer ressalva, e certificada pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará expressamente, caso a nova gestão municipal mantiver-se adimplente com todas as suas obrigações de prestações de contas, relativas às competências de seu mandato, e tiver comprovado perante o Tribunal de Contas do Estado, o ajuizamento de ação para apurar as responsabilidades pelo descumprimento daquelas obrigações de prestação de contas devidas por seus antecessores, ressalvando-se os casos em que o gestor municipal seja reeleito.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional n 92, de 16 de agosto de 2017).

§2º O parecer prévio sobre as contas que a Mesa da Câmara e o Prefeito devem prestar anualmente, emitido pelo Conselho de Contas dos Municípios, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§2º O parecer prévio sobre as Contas que a Mesa da Câmara e o Prefeito devem prestar anualmente, emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara, e qualquer que seja o resultado, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, após decorrido o limite de apreciação e julgamento do processo, comunicar ao Tribunal de Contas dos Municípios para adoção de medidas necessárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional n 15, de 07 de abril de 1994).

§2º O parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, a qual, no prazo máximo de dez dias após o julgamento, comunicará o resultado ao TCM. (Redação dada pela Emenda Constitucional n 29, de 30 de abril de 1997).

§2º O parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, a qual, no prazo máximo de dez dias após o julgamento, comunicará o resultado ao TCM. (Redação dada pela Emenda Constitucional n 47, de 13 de dezembro de 2001).

§2º O parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Ceará sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, a qual, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o julgamento, comunicará o resultado ao TCE.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional n 92, de 16 de agosto de 2017).

§2º A. A Câmara Municipal disciplinará sobre os prazos para apresentação de defesa quanto ao julgamento das prestações de contas do Executivo Municipal.

(Inserido pela Emenda Constitucional n 47, de 13 de dezembro de 2001).

§3º A apreciação das contas da Mesa da Câmara e do Prefeito se dará no prazo de trinta dias após o recebimento do parecer prévio do Conselho ou, estando a Câmara em recesso, durante o primeiro mês da sessão legislativa imediata, observados os seguintes preceitos:

§3º A apreciação das contas do Prefeito se dará no prazo de trinta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou, estando a câmara em

recesso, durante o primeiro mês da sessão legislativa imediata. (Redação dada pela Emenda Constitucional n 29, de 30 de abril de 1997).

§3º A apreciação das contas do Prefeito se dará no prazo de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou, estando a Câmara em recesso, durante o primeiro mês do período legislativo imediato.

(Redação dada pela Emenda Constitucional n 47 de 13 de dezembro de 2001).

I – decorrido o prazo para deliberação, sem que essa tenha sido tomada, as contas serão tidas como aprovadas ou rejeitadas conforme a conclusão do parecer do Conselho:

I – desaprovadas as contas anuais pela Câmara, o Presidente desta, no prazo de dez dias, sob pena de responsabilidade, remeterá cópia autêntica dos autos ao Ministério Público para os fins legais. (Redação dada pela Emenda Constitucional n 29, de 30 de abril de 1997).

I – desaprovadas as contas anuais pela Câmara, o Presidente desta, no prazo de dez dias, sob pena de responsabilidade, remeterá cópia autêntica dos autos ao Ministério Público, para os fins legais.

(Redação dada pela Emenda Constitucional n 47, de 13 de dezembro de 2001).

II – rejeitadas as contas, com ou sem apreciação da Câmara, serão elas remetidas ao Ministério Público para os fins da lei:

II – No caso de omissão do Presidente da Câmara na remessa da cópia prevista no inciso anterior, caberá ao Tribunal de Contas dos Municípios comunicar a desaprovação das contas ao Ministério Público. (Redação dada pela Emenda Constitucional n 29, de 30 de abril de 1997).

II – no caso de omissão do Presidente da Câmara na remessa da cópia prevista no inciso anterior, caberá ao Tribunal de Contas dos Municípios comunicar a desaprovação das contas ao Ministério Público. (Redação dada pela Emenda Constitucional n 47, de 13 de dezembro de 2001).

II – no caso de omissão do Presidente da Câmara na remessa da cópia prevista no inciso anterior, caberá ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará comunicar a desaprovação das contas ao Ministério Público.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional n 92, de 16 de agosto de 2017).

§4º As contas anuais do Município, Poderes Executivo e Legislativo, serão apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 de janeiro do ano subseqüente, ficando, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei e, decorrido este prazo, as contas serão, até o dia dez de abril de cada ano, enviadas pela Presidência da Câmara Municipal ao Conselho de Contas dos Municípios para que este emita o competente parecer prévio:

§4º As contas anuais do Município, Poderes Executivo e Legislativo, serão apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 de janeiro do ano subseqüente, ficando, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei e, decorrido este prazo, as contas serão, até o dia dez de abril de cada ano, enviadas pela Presidência da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas dos Municípios para que este emita o competente parecer prévio. (Redação dada pela Emenda Constitucional n 09, de 16 de dezembro de 1992).

§4º As contas anuais do Município, Poderes Executivo e Legislativo, serão apresentadas à Câmara Municipal até o dia trinta e um de janeiro do ano subsequente, ficando, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei e, decorrido este prazo, as contas serão, até o dia dez de abril de cada ano, enviadas pela Presidência da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas dos Municípios para que este emita o competente parecer. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001).*

§4º As contas anuais do Município, Poderes Executivo e Legislativo, serão apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, ficando, durante 60 (sessenta) dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei e, decorrido este prazo, as contas serão, até o dia 10 de abril de cada ano, enviadas pela Presidência da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas do Estado para que este emita o competente parecer.

(Substituída a expressão "Tribunal de Contas dos Municípios" por "Tribunal de Contas do Estado" pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§5º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado pelo Poder Executivo, até o dia primeiro de novembro de cada ano, à Câmara Municipal que apreciará a matéria no prazo improrrogável de trinta dias e a lei orçamentária deverá ser encaminhada pelo Prefeito ao Conselho de Contas dos Municípios até o dia trinta de dezembro.

§5º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado pelo Poder Executivo, até o dia primeiro de novembro de cada ano, à Câmara Municipal que apreciará a matéria no prazo improrrogável de trinta dias e a lei orçamentária deverá ser encaminhada pelo Prefeito ao Tribunal de Contas dos Municípios até o dia trinta de dezembro. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992).*

§5º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado pelo Poder Executivo, até o dia primeiro de outubro de cada ano, à Câmara Municipal, que apreciará a matéria no prazo improrrogável de trinta dias, e a Lei Orçamentária deverá ser encaminhada pelo Prefeito ao Tribunal de Contas dos Municípios até o dia trinta de dezembro. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001).*

§5º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado pelo Poder Executivo, até o dia 1º de outubro de cada ano, à Câmara Municipal, que apreciará a matéria no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, e a Lei Orçamentária deverá ser encaminhada pelo Prefeito ao Tribunal de Contas do Estado até o dia 30 de dezembro.

(Substituída a expressão "Tribunal de Contas dos Municípios" por "Tribunal de Contas do Estado" pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§6º As disponibilidades provenientes de receitas de qualquer natureza terão, de acordo com o parágrafo 3º do Artigo 164 da Constituição Federal, que ser depositadas em bancos oficiais no próprio Município ou em Municípios vizinhos quando não existirem, e a retirada coincidente com o documento de despesa para controle e fiscalização do Conselho de Contas dos Municípios. *(Inserido pela Emenda Constitucional nº 08, de 03 de novembro de 1992).*

§6º As disponibilidades provenientes de receitas de qualquer natureza terão, de acordo com o § 3º do art. 164, da Constituição Federal, que ser depositadas em bancos oficiais no próprio Município ou em Municípios vizinhos quando

não existirem, e os pagamentos deverão ser realizados mediante cheque nominal ao credor. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001).*

§6º As disponibilidades provenientes de receitas de qualquer natureza terão, de acordo com o §3º do art. 164, da Constituição Federal, que ser depositadas em bancos oficiais no próprio Município, ou em Municípios vizinhos quando não existirem, e os pagamentos deverão ser realizados mediante ordem bancária nominal ao credor.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§7º Entende-se por Unidade Gestoras para fins deste artigo todo órgão ou entidade da Administração Municipal autorizado a ordenar despesas públicas, incluindo-se neste conceito os Fundos Especiais. *(Inserido pela Emenda Constitucional nº 40, de 29 de junho de 1999).*

§7º Entende-se por unidade gestora todo órgão ou entidade da administração municipal autorizado a ordenar despesas públicas, incluindo-se neste conceito os fundos especiais e a Câmara Municipal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§8º Os balancetes mensais e a documentação comprobatória correspondente relativos à aplicação de Contas anuais deverão ser enviados separadamente das demais Unidades Gestoras, respeitados os dispostos no Inciso II do art. 71 da Constituição Federal e Inciso II do art. 78 da Constituição Estadual.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 40, de 29 de junho de 1999).

§9º Os documentos referidos no parágrafo anterior, no que diz respeito ao FUNDEF, deverão ser enviados, também, dentro do mesmo prazo, ao Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEF. *(Inserido pela Emenda Constitucional nº 40, de 29 de junho de 1999).*

§9º Os documentos referidos no parágrafo anterior, no que diz respeito ao FUNDEB, deverão ser enviados, também, dentro do mesmo prazo, ao Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEB.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§10. O Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEF ao detectar irregularidades na aplicação dos recursos, deverá comunicar o fato ao Tribunal de Contas dos Municípios e este deverá adotar as providências cabíveis. *(Inserido pela Emenda Constitucional nº 40, de 29 de junho de 1999).*

§10. Equipara-se aos ordenadores de despesas, na obrigação de prestar contas ao Tribunal, qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, inclusive fundos e instituições civis sem fins lucrativos, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§11. Todos os documentos e demonstrativos contábeis relativos à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados deverão permanecer na sede do Município, à disposição irrestrita dos cidadãos e dos controles interno e externo.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 12. As Câmaras Municipais podem se valer do disposto no § 3º, relativamente às respectivas Prefeituras, suas unidades gestoras e aos demais órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público municipal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

CAPÍTULO VI A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Art. 43. A conformação municipalista exprime-se pela convergência de dois processos articulados: descentralização e integração:

Art. 43. O desenvolvimento regional se realiza por meio dos processos de descentralização, afirmando-se a individualidade política do Município, compreendendo a auto-organização, o autogoverno e a integração, aglutinando municípios limítrofes que se identifiquem por suas afinidades geoambientais, socioespaciais, socioeconômicas e socioculturais, visando a utilização dos potenciais locais e das regiões, sem prejuízo de ações exógenas, para buscar inibir os fatores que provocam desequilíbrios e desigualdades inter e intrarregionais.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

I – pela descentralização, afirma-se a individualidade política do Município, compreendendo a auto-organização e autogoverno;

I – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

II – pela integração regional, realiza-se a aglutinação de Municípios limítrofes, identificados por afinidades geoeconômicas, socioeconômicas e socioculturais, para superar os desequilíbrios internos e os efeitos inibitórios do desenvolvimento harmônico em todo o espaço territorial cearense, com as discriminações seguintes:

II – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

a) região metropolitana, formada pelos Municípios adjacentes a Fortaleza atingidos pelos efeitos da conurbação;

a) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

b) microrregiões, integrando os Municípios em comuns peculiaridades fisiográficas e sócio-culturais;

b) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

c) aglomerados urbanos definidos por agrupamentos de Municípios limítrofes que possuam função pública de interesse comum.

c) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

§ 1º Lei complementar disporá sobre a composição e alterações da Região Metropolitana e das microrregiões.

§ 1º Para a realização do desenvolvimento e integração regional, os Municípios poderão aglutinar-se nas seguintes conformações:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

I – regiões metropolitanas, formada por Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

II – microrregiões, formadas pelos Municípios com peculiaridades fisiográficas, socioeconômicas e socioculturais comuns;

III – aglomerados urbanos, definidos por agrupamentos de Municípios limítrofes que possuam função pública de interesse comum.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

§ 2º Cada Município participará, igualmente, na composição dos seguintes órgãos regionais: Conselho Deliberativo e Conselho Diretor.

§ 2º Cada Município integrante da Região Metropolitana e das Microrregiões, participará, igualmente, do órgão regional denominado Conselho Deliberativo, com composição e funções definidas em Lei Complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998):

I – funções do Conselho Deliberativo:

I – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998)

a) manifestar-se nos assuntos de interesse dos Municípios integrantes do complexo microrregional ou metropolitano;

a) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

b) formular proposições sobre os planejamentos, programas e definições de prioridades nos escalões intermunicipais e estaduais;

b) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

c) transmitir indicações à Assembleia Legislativa sobre os planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais;

c) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

d) indicar medidas que abstem o comprometimento da integridade de espaços territoriais que exijam proteção especial do Estado;

d) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

e) formular representações sobre os atentados perpetrados aos ecossistemas naturais;

e) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

f) decidir a realização de empreendimentos comuns sobre questões educacionais, saúde, defesa ecológica, utilização de recursos hídricos, abastecimento, transportes, saneamento básico, observadas as formalizações compatíveis;

f) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

II – composição do Conselho Deliberativo:

II – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

a) presidentes das Câmaras Municipais e de dois vereadores, sendo um representante das correntes majoritárias e o outro, das minoritárias de cada unidade municipal;

a) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

b) representante de sindicato dos trabalhadores rurais ou urbanos, respectivamente para as microrregiões ou região metropolitana;

b) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

c) representante de associação dos proprietários rurais ou urbanos, nas mesmas circunstâncias da alínea precedente;

c) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

d) representante da área médica, por equivalente critério;

d) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

e) arquiteto, preferencialmente urbanista;

e) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

f) professor do magistério público ou particular, eleito entre os profissionais da região;

f) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

g) representante da área discente, de preferência da área universitária, quando existente no complexo regional;

g) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

h) representante escolhido pelos advogados em reunião conjunta de sua categoria profissional;

h) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

i) deputados que tiverem os mais elevados índices de votação no contexto regional;

i) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

III – função do Conselho Diretor: acompanhar a execução das medidas de interesse comum dos Municípios regionalmente interligados.

III – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

IV – composição do Conselho Diretor: integrado dos respectivos Prefeitos sendo substituídos, em seus impedimentos, pelos Vice-Prefeitos ou por quem, eventualmente, estiver no exercício da chefia do Executivo Municipal.

IV – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

§ 2º Lei Complementar disporá sobre a composição e alterações da Região Metropolitana, aglomerados urbanos e das microrregiões.¹⁸

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

§ 3º As medidas que acarretarem compromissos das microrregiões ou regiões metropolitanas demandam manifestação de assentimento ou rejeição pelo Conselho Diretor, somente podendo ser sobrepujado seu ato por manifestação plebiscitária por maioria absoluta.

§ 3º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998).

§ 3º Cada Município integrante da Região Metropolitana, das aglomerações urbanas e das microrregiões participará, igualmente, do órgão regional denominado Conselho Deliberativo, com composição e funções definidas em Lei Complementar.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009).

Art. 44. Os Municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza deverão, também, ser contemplados em todos os programas específicos de desenvolvimento rural, oriundos dos Governos Federal e Estadual.

TÍTULO V DOS PODERES ESTADUAIS

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção I Disposições Gerais

Art. 45. O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa, constituída por representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional e investidos na forma da lei, para uma legislatura de quatro anos.

18 Ver Lei Complementar nº 03, de 26 de junho de 1995; Lei Complementar nº 18, de 29 de dezembro de 1999; e Lei Complementar nº 34, de 21 de maio de 2003, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

§1º O número de Deputados corresponde ao triplo dos representantes eleitos à Câmara dos Deputados, e, após atingir o número de trinta e seis, o acréscimo será de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§2º A elevação da representação somente vigorará para a legislatura subsequente.

Art. 46. Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia financeira e administrativa, cabendo-lhe, pelo menos, três por cento da receita estadual.¹⁹

Parágrafo único. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, serão repassados, obrigatoriamente, até o dia vinte de cada mês, com as atualizações decorrentes do excesso na arrecadação, em face da previsão orçamentária.

Art. 47. A Assembleia Legislativa reunir-se-á, anualmente, de quinze de fevereiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a quinze de dezembro.

Art. 47. A Assembleia Legislativa reunir-se-á, anualmente, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 57, de 07 de março de 2006).

§1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§2º No primeiro ano da legislatura serão realizadas sessões preparatórias, a partir de primeiro de fevereiro, para posse dos Deputados diplomados e eleição de seu órgão colegiado dirigente, com mandato de dois anos, vedada a recondução ao mesmo cargo no período imediato.

§2º No primeiro ano da legislatura, serão realizadas sessões preparatórias, a partir de primeiro de fevereiro, para a posse dos Deputados diplomados e eleição da Mesa Diretora, com mandato de dois anos, admitida a recondução ao mesmo cargo para o período imediato, vedada a reeleição, para mais de um mandato, mesmo que na legislatura imediatamente subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 43, de 14 de outubro de 1999).

§2º No primeiro ano da legislatura, serão realizadas sessões preparatórias, no dia 1º de fevereiro, para a posse dos Deputados diplomados e eleição da Mesa Diretora, com mandato de dois anos, admitida a recondução ao mesmo cargo na eleição subsequente, na mesma legislatura e na seguinte. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 57, de 07 de março de 2006).²⁰

§2º No primeiro ano da legislatura, serão realizadas sessões preparatórias, no dia 1º de fevereiro, para posse dos Deputados diplomados e eleição da Mesa Diretora, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 105, de 22 de dezembro de 2020).

§3º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§4º Durante o recesso, haverá comissão representativa da Assembleia Legislativa, respeitado o critério da proporcionalidade das representações partidárias, observados os condicionamentos seguintes:

a) seus membros serão eleitos na última reunião de cada período da sessão legislativa ordinária, vedada a recondução para o posterior período de recesso;

a) seus membros serão eleitos na última reunião de cada Sessão Legislativa ordinária, admitida a recondução para o posterior período de recesso; e

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 43, de 14 de outubro de 1999).

b) suas atribuições serão definidas no regimento interno.

§5º A convocação extraordinária far-se-á por dois terços de seus membros, pelo Presidente, em caso de intervenção em Município, pelo Chefe do Poder Executivo, quando houver matéria de interesse público relevante e urgente.

§5º A convocação extraordinária da Assembleia Legislativa far-se-á:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 57, de 07 de março de 2006).

I – pelo Presidente em caso de intervenção em Município e para compromisso e posse do Governador e Vice-Governador do Estado;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 57, de 07 de março de 2006).

II – pelo Governador, pelo seu Presidente, ou a requerimento da maioria dos seus membros, em caso de urgência ou de interesse público relevante e urgente, em todas as hipóteses deste inciso com aprovação da maioria absoluta da Assembleia.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 57, de 07 de março de 2006).

§6º No período extraordinário, restringir-se-á a Assembleia a deliberar sobre a matéria para a qual tenha sido convocada.

§6º No período extraordinário, restringir-se-á a Assembleia a deliberar sobre a matéria para a qual tenha sido convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 57, de 07 de março de 2006).

Art. 48. Salvo disposição constitucional em contrário, a Assembleia Legislativa funcionará em sessões públicas, com a presença da maioria absoluta de seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria de voto.

Art. 48. Salvo disposição constitucional em contrário, a Assembleia Legislativa funcionará em sessões públicas, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 22 de dezembro de 2003).

Parágrafo único. A sessão somente poderá ser secreta por deliberação da maioria absoluta de seus membros, no interesse da segurança ou do decoro parlamentar, com voto a descoberto.

19 Ver Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016 (Novo Regime Fiscal).

20 Havia o questionamento na ADI nº 6715. No entanto, houve a perda do objeto questionado devido à EC nº 105/2020 ter modificado o dispositivo impugnado.

Seção II

Das Atribuições da Assembleia Legislativa

Art. 49. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa:

I – autorizar referendo e convocar plebiscito de amplitude estadual;

II – aprovar a intervenção estadual em Município;

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) dois sétimos dos membros do Tribunal de Contas do Estado e um terço do Tribunal de Contas dos Municípios;

a) três sétimos dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003);

a) três sétimos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Ceará;

(Suprimida a expressão “e dos Municípios” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

b) interventores do Estado, em Municípios;

c) presidente e diretores de estabelecimentos de crédito, cujo controle acionário pertença ao Estado;

c) (revogado);

(Revogada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

d) titulares de outros cargos que a lei determinar.

IV – escolher cinco sétimos dos membros do Tribunal de Contas do Estado e dois terços do Conselho de Contas dos Municípios;

IV – escolher cinco sétimos dos membros do Tribunal de Contas do Estado e dois terços do Tribunal de Contas dos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992);

IV – escolher quatro sétimos dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003);

IV – escolher quatro sétimos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Ceará;

(Suprimida a expressão “e dos Municípios” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

V – autorizar, previamente, a ausência do Governador e do Vice, quando o afastamento for para o Exterior;

V – autorizar, previamente, o afastamento do Governador e do Vice-Governador, para fora do País;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

VI – sustar os atos normativos emanados do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa;

VII – mudar temporariamente a sua sede;

VIII – fixar a remuneração de seus membros para vigorar na legislatura subsequente, observadas as limitações constitucionais;

VIII – fixar por lei a remuneração de seus membros, observadas as limitações constitucionais;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

IX – fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador e do Vice-Governador, observados os disciplinamentos constitucionais;

X – julgar as contas apresentadas, anualmente, pelo Governador do Estado, a prestação de contas dos Interventores, apreciar os relatórios sobre a execução dos planos governamentais e suas correlações aos planos plurianuais;

XI – fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XII – velar pela preservação de sua competência legislativa, em face da competência normativa dos outros Poderes;

XIII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas;

XIII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, exceto nas hipóteses previstas nas letras b e c do inciso V do art. 316;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26/95, de 06 de agosto de 1996).

XIV – convocar, por sua iniciativa ou de qualquer de suas comissões, os Secretários de Estado, dirigentes de autarquias, empresa pública, sociedade de economia mista e de fundações, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto específico, com atendimento no prazo de trinta dias, sob pena de responsabilidade;

XV – encaminhar, por seus Deputados, Comissões ou Mesa, pedidos escritos de informação aos Secretários de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas;

XVI – proceder à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas à Assembleia Legislativa dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

XVII – eleger a Mesa Diretora;

XVIII – elaborar o regimento interno;

XIX – dispor sobre sua organização, funcionamento, criação, transformação ou extinção de cargos, encargos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração de seu pessoal, por resolução, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIX – dispor sobre sua organização, funcionamento, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação, por lei, da respectiva remuneração de

seu pessoal, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

XX – processar e julgar, na forma da lei, o Governador e Secretários de Estado nos crimes de responsabilidade;

XX – (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 4775, no dia 19 de maio de 2017, publicada no dia 10 de agosto de 2017, do DJE e no DOU).²¹

XXI – exercer poder de polícia em seus recintos e para assegurar o cumprimento de requisições e diligências emanadas de suas comissões parlamentares de inquérito;

XXII – aprovar, por maioria absoluta e voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da Justiça, antes do término de seu mandato;

XXIII – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou ato normativo estadual ou municipal declarado inconstitucional por decisão definitiva do Tribunal de Justiça;

XXIII – suspender a execução, no todo ou em parte, na medida em que se der a declaração judicial de lei ou ato normativo estadual ou municipal declarado inconstitucional por decisão definitiva do Tribunal de Justiça, na hipótese de controle incidental;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

XXIV – processar o Procurador-Geral da Justiça, o Procurador-Geral do Estado e o Defensor-Geral da Defensoria Pública nos crimes de responsabilidade;

XXIV – processar o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral do Estado;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

XXV – autorizar o Governador a efetuar ou a contrair empréstimos e a referendar convênios e acordos celebrados com entidades públicas ou particulares dos quais resultem encargos não previstos no orçamento;

XXV – autorizar o Governador a efetuar ou a contrair empréstimos;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

XXVI – ordenar a sustação de contrato impugnado pelo Tribunal de Contas;

XXVII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantias pelo Estado, em operações de crédito, bem como sobre condições para os empréstimos realizados pelo Estado;

XXVIII – solicitar a intervenção federal no Estado para garantir o livre exercício de suas funções e prerrogativas;

XXIX – dar posse aos Deputados, receber a renúncia e declarar a perda de mandato;

~~**XXX** – conceder licença para processar Deputados;~~

XXX – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

XXXI – propor, em conjunto com outras Assembleias Legislativas, emenda à Constituição Federal;

~~**XXXII** – aprovar previamente, por voto secreto, a escolha do Superintendente da Fundação de Teleducação do Estado do Ceará.~~

XXXII – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

Parágrafo único. A Assembleia Legislativa mantém, para apoio cultural a seus desempenhos, o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, com programas de participação popular e fortalecimento da representação política, fornecendo subsídios, sempre que solicitado, sobre elaboração e discussão dos planos plurianuais.

Parágrafo único. (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§1º A Assembleia Legislativa manterá, como instituição de apoio a seu desempenho, o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, com programas de participação popular e fortalecimento da representação política, fornecendo subsídios, sempre que solicitado, sobre elaboração e discussão dos planos plurianuais.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§2º A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará manterá a Universidade do Parlamento Cearense, com o objetivo de aperfeiçoar o serviço público, de promover e de manter atividades voltadas para formação, qualificação profissional dos servidores públicos em geral e dos cidadãos e notadamente voltada às reivindicações profissionais dos parlamentares e agentes políticos vinculados às Assembleias Legislativas e às Câmaras Municipais conveniadas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§3º À Procuradoria da Assembleia Legislativa cabe exercer a assessoria e a consultoria jurídica do Poder Legislativo, na forma da lei, observadas as competências da Procuradoria Geral do Estado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

Art. 50. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor acerca de todas as matérias de competência do Estado do Ceará, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

21 Ver ADI nº 4775, no Anexo II.

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;

II – plano estratégico de longo prazo, plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

III – fixação e modificação do efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros;

IV – planos e programas regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites dos territórios estaduais e municipais;

VI – criação, incorporação, subdivisão ou desmembramento de Municípios, ouvidas em plebiscito as populações interessadas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Estadual;

VIII – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

IX – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública estadual;

X – atividades financeiras em geral;

XI – fixação das custas judiciais;

XII – planos e programas regionais e setoriais de investimento e de desenvolvimento;

XIII – bens de domínio do Estado e proteção do patrimônio público;

XIV – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Procuradoria-Geral do Estado;

XV – fiscalização das tarifas do serviço público.

Seção III Dos Deputados

Art. 51. Os Deputados são invioláveis no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 51. Os Deputados Estaduais são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 48, de 04 de abril de 2002).

§ 1º Desde a expedição do diploma, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembleia Legislativa.

§ 1º Os Deputados Estaduais serão, desde a expedição do diploma, processados e julgados pelo Tribunal de Justiça.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 48, de 04 de abril de 2002).

§ 2º No caso de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.

§ 2º Desde a expedição do diploma, os Deputados Estaduais não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, devendo os autos dessa prisão ser remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 48, de 04 de abril de 2002).

§ 3º Os Deputados serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado.

§ 3º Recebida a denúncia, por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal dará ciência à Assembleia Legislativa, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 48, de 04 de abril de 2002).

§ 4º Os Deputados não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Assembleia Legislativa no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 48, de 04 de abril de 2002).

§ 5º A remuneração dos Deputados será fixada, em cada legislatura para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, sujeita aos impostos gerais, inclusive o de renda.

§ 5º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõe os Arts. 150, II, 153, III e 153 § 2º, I, na razão de, no máximo 75% daquela estabelecida em espécie para os Deputados Federais. (Redação da Emenda Constitucional nº 07, de 26 de junho de 1992).

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 48, de 04 de abril de 2002).

§ 6º Os Deputados Estaduais não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 48, de 04 de abril de 2002).

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados Estaduais, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Assembleia Legislativa.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 48, de 04 de abril de 2002).

§ 8º As imunidades dos Deputados Estaduais subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois

terços dos membros da Assembleia Legislativa, nos casos de atos, praticados fora do recinto da Assembleia, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 48, de 04 de abril de 2002).

Art. 52. Os Deputados não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior.

II – desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades a que se refere o inciso I, a;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

§1º Os Deputados Estaduais deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que adotarà as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002).

§2º As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002).

Art. 53. Perderá o mandato o Deputado:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a terça parte das sessões ordinárias da Assembleia, salvo licença ou missão, por esta autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos seus direitos políticos;

V – que, por decisão da Justiça Eleitoral, for condenado por abuso do poder econômico ou do poder político;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§1º É incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas aos Deputados ou a percepção de vantagens indevidas, além dos casos definidos no regimento da Assembleia Legislativa.

§2º No caso do inciso III, a perda de mandato será decidida pela Assembleia Legislativa, mediante provocação de qualquer de seus membros, da respectiva Mesa ou de partido político, assegurada ampla defesa.

§3º Nos casos previstos nos incisos IV a VI, a perda ou suspensão de mandato será automática e declarada pela Mesa da Assembleia Legislativa.

Art. 54. Não perderá o mandato o Deputado:

I – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, da Prefeitura da Capital ou Chefe de missão diplomática temporária;

II – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, da Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática Temporário, ou a eles equiparados.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 51, de 16 de dezembro de 2002).

III – licenciado por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, nessa hipótese, o afastamento não transponha cento e vinte dias por sessão legislativa.

II – licenciado por motivo de doença, licença-maternidade, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, nessa hipótese, o afastamento não transponha 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 82, de 28 de maio de 2015).

§1º Far-se-á a convocação do suplente, respeitada a ordem da diplomação na respectiva legenda partidária, nos casos de vaga, de investidura nas funções previstas neste artigo ou de licença por prazo igual ou superior a cento e vinte dias.

§2º Ocorrendo vaga, sem que haja suplente, deverá realizar-se eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§3º Na hipótese do inciso I, poderá o Deputado optar pela remuneração parlamentar.

§4º Será de 120 (cento e vinte) dias o afastamento por licença-maternidade, prorrogável por 60 (sessenta) dias.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 82, de 28 de maio de 2015).

Seção IV Das Comissões

Art. 55. Na Assembleia Legislativa funcionarão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Constituição, no regimento interno ou no ato legislativo de que resultar sua criação.

§1º Na constituição da Mesa e na de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional dos partidos políticos ou dos blocos parlamentares com representação na Assembleia Legislativa.

§2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar o projeto de lei que dispensar, na forma do regimento interno, a competência do plenário, salvo se houver, para decisão deste, recurso de um décimo dos membros da Assembleia;

II – realizar audiências públicas com entidades organizadas da sociedade civil, na forma do regimento interno;

III – realizar audiências públicas em regiões do Estado para subsidiar o processo legislativo;

IV – convocar Secretários de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

V – convocar dirigentes de órgãos públicos estaduais, civis e militares, de autarquia, de empresa pública e sociedade de economia mista e de fundações, instituídas ou mantidas pelo poder público, dentre outras autoridades, ficando estes com prazo de trinta dias para cumprimento;

VI – receber petições, reclamações, representações ou queixa de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade pública, de concessionário ou de permissionário de serviço público;

VII – acompanhar, junto ao Poder Executivo, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

VIII – apreciar e acompanhar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

IX – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

Art. 56. A Assembleia Legislativa criará comissões parlamentares de inquérito para apuração de fato determinado, sempre que o requerer a quarta parte dos seus membros, observada na sua composição a proporcionalidade de representação partidária, ficando obrigatório, sob pena de sanção definida em lei complementar, o

comparecimento de autoridades, servidores e quaisquer pessoas convocadas.

§1º As comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, cumulativamente com os de natureza parlamentar.

§1º As comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, cumulativamente com os de natureza parlamentar, podendo inclusive decretar, motivadamente, a quebra de sigilo bancário dos investigados.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§2º As conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 57. A Assembleia Legislativa e suas comissões, pelo voto de um terço dos seus membros, podem convocar Secretário de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

Seção V Do Processo Legislativo

Art. 58. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I – emendas à Constituição;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – leis delegadas;

V – decretos legislativos; e

VI – resoluções.

§1º Não cabendo no Processo Legislativo proposição de interesse Público, o Deputado poderá sugerir ao Poder Executivo a adoção do competente Projeto de Lei, na forma de Indicação.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 18, de 13 de dezembro de 1994).

§2º Uma vez recebida a Indicação, aprovada em Plenário, o Governador do Estado, no prazo de 90 (noventa) dias, dará ciência à Assembleia Legislativa de sua conveniência ou não.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 18, de 13 de dezembro de 1994).

§3º As entidades da sociedade civil, legalmente constituídas, poderão, nos termos do disposto em Resolução da Assembleia Legislativa, apresentar projetos de iniciativa compartilhada, os quais tramitarão, se acolhidos, como proposição da Mesa Diretora.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

Subseção I Da Emenda Constitucional

Art. 59. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II – do Governador do Estado;

III – de mais da metade das Câmaras Municipais, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros; e

IV – de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por um por cento dos eleitores.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada pela Assembleia Legislativa, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 2º A proposta será discutida e votada pela Assembleia Legislativa, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos seus membros.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembleia, com respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta que vise modificar as regras atinentes à alteração constitucional nem aquela tendente a abolir:

I – a autonomia dos Municípios;

II – o voto direto, secreto, universal, igual e periódico; e

III – a independência e a harmonia dos Poderes.

§ 5º A matéria constante de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Subseção II Das Leis

Art. 60. Cabe a iniciativa de leis:

I – aos Deputados Estaduais;

II – ao Governador do Estado;

III – ao Presidente do Tribunal de Justiça, em matérias de privatividade judiciária, indicadas nesta Constituição;

III – ao Presidente do Tribunal de Justiça, em matérias de sua competência privativa, previstas nesta Constituição;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

IV – ao cidadão, nos casos e nas formas previstas nesta Constituição;

IV – aos cidadãos, mediante proposta de projeto de lei à Assembleia Legislativa, subscrito por no mínimo um por cento do eleitorado estadual;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

V – ao Ministério Público e aos Tribunais de Contas, em matérias de sua competência privativa, previstas nesta Constituição; e *(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).*

V – ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos Tribunais de Contas, em matérias de sua competência privativa, previstas nesta Constituição; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014).*

V – ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em matérias de sua competência privativa, previstas nesta Constituição;

(Substituída a expressão “aos Tribunais de Contas” por “ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

VI – a entidades da sociedade civil, por meio dos projetos de lei de iniciativa compartilhada, nos termos do § 3º do art. 58 desta Constituição.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§ 1º Não será admitido aumento da despesa, prevista:

(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994).

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado;

II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, dos Tribunais Estaduais e do Ministério Público Estadual;

III – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual e dos Tribunais de Contas. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).*

IV – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública Estadual e dos Tribunais de Contas. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014).*

II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública Estadual e do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

(Substituída a expressão “dos Tribunais de Contas” por “do Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 2º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994).

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional ou aumento de sua remuneração; (Inserido pela Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994).

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, e de empregos nas empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, ou aumento de sua remuneração;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal, da administração direta, autárquica e fundacional; (Inserido pela Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994).

b) servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis e militares, seu regime jurídico, ingresso, limites de idade, estabilidade, direitos e deveres, reforma e transferência de policiais militares e de bombeiros militares para a inatividade;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

c) servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de policiais militares e de bombeiros para a inatividade; (Inserido pela Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994).

c) criação, organização, estruturação e competências das Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, concessão, permissão, autorização, delegação e outorga de serviços públicos;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994).

d) concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas e contribuições; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

d) (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 5768, no dia 11 de setembro de 2019, publicada no dia 14 de outubro de 2019, do DJE e no DOU).²²

e) matéria orçamentária. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

e) plano estratégico de longo prazo, plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

§ 3º Ressalvadas as hipóteses previstas no § 2º deste artigo, a iniciativa de leis que disponham sobre as matérias da competência comum e concorrente da União e Estados, previstas na Constituição Federal, poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Governador do Estado e Deputados Estaduais.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

Art. 61. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos votos dos membros da Assembleia Legislativa, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Art. 62. As propostas de cidadãos serão, inicialmente, submetidas à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, que deverá manifestar-se sobre sua admissibilidade e constitucionalidade.

Art. 62. As propostas de iniciativa popular serão inicialmente submetidas à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa, que deverá manifestar-se sobre sua admissibilidade e constitucionalidade.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

Parágrafo único. A proposta, se aprovada pela Comissão, seguirá o rito do processo legislativo ordinário.

Art. 63. O Governador do Estado poderá solicitar que os projetos de lei de sua iniciativa sejam apreciados dentro de quarenta e cinco dias pela Assembleia Legislativa.

Art. 63. O Governador do Estado poderá solicitar que os projetos de lei e de lei complementar de sua iniciativa sejam apreciados dentro de quarenta e cinco dias pela Assembleia Legislativa, em regime de urgência.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§ 1º O pedido de apreciação de projeto de lei, dentro do prazo estabelecido neste artigo, deverá ser enviado com a mensagem de seu encaminhamento à Assembleia Legislativa.

§ 1º O pedido de apreciação de projeto de lei e de projeto de lei complementar dentro do prazo estabelecido neste artigo, deverá ser solicitado na mensagem de seu encaminhamento à Assembleia Legislativa.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§ 2º Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido neste artigo, o projeto será automaticamente incluído na ordem do dia, em regime de urgência, nas dez sessões consecutivas; se ao final dessas não for apreciado, considerar-se-á definitivamente rejeitado.

§ 2º Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido neste artigo, o projeto será automaticamente incluído na ordem do dia,

22 Ver ADI nº 5768, no Anexo II.

em regime de urgência, nas dez sessões consecutivas; se ao final dessas não for apreciado, considerar-se-á rejeitado.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§ 3º O prazo estabelecido neste artigo não correrá nos períodos de recesso da Assembleia Legislativa.

Art. 64. As leis delegadas serão elaboradas pelo Governador do Estado ou por comissão da Assembleia Legislativa.

§ 1º Não poderão ser objeto de delegação as matérias de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, nem as de iniciativa do Poder Judiciário.

§ 1º Não poderão ser objeto de delegação a matéria reservada à Lei Complementar, as matérias de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, nem as de iniciativa do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).*

§ 1º Não poderão ser objeto de delegação a matéria reservada à Lei Complementar, as matérias de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, nem as de iniciativa do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Tribunais de Contas. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014).*

§ 1º Não poderão ser objeto de delegação a matéria reservada à Lei Complementar, as matérias de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, nem as de iniciativa do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

(Substituída a expressão “dos Tribunais de Contas” por “do Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 2º No caso de delegação à comissão da Assembleia, que será constituída nos termos do regimento interno da Casa, será o projeto aprovado remetido à sanção do Governador do Estado.

§ 3º A delegação ao Governador, que dependerá de solicitação deste, terá a forma de resolução da Assembleia, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 4º Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Assembleia, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 65. Concluída a votação de um projeto, será este remetido ao Governador do Estado que, aquiescendo, sancionar-lo-á.

§ 1º Se o Governador considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia, os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial só poderá incidir sobre texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Governador importará sanção.

§ 4º O veto será apreciado dentro de trinta dias, a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, em escrutínio secreto.

§ 4º O veto será apreciado dentro de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 118, de 23 de novembro de 2022).

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado ao Governador, para promulgação.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas todas as demais proposições, até sua votação final.

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Governador, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente da Assembleia a promulgará, e se não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

Art. 66. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa.

Seção VI

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 67. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Estado; e

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 67. (Revogado).

(Revogado pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

Art. 68. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante o controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.²³

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos, ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou de direito privado que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

Art. 69. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.²⁴

Art. 70. A comissão permanente da Assembleia Legislativa, incumbida de emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a comissão solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

§ 2º Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá à Assembleia Legislativa sua sustação.

Subseção II Do Tribunal de Contas

Art. 71. O Tribunal de Contas do Estado, integrado por sete Conselheiros, tem sede na capital, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual.

Art. 71. O Tribunal de Contas do Estado, integrado por sete Conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

§ 1º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de idoneidade moral, reputação ilibada e notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros ou de administração pública, com mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados.

§ 1º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados pelo Governador do Estado dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

I – mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

II – idoneidade moral e reputação ilibada;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

III – notórios conhecimentos jurídicos, contábeis econômicos e financeiros ou de administração pública;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

IV – mais de dez anos no exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

§ 2º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos:

§ 2º. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos:²⁵

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

I – dois pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao tribunal, que satisfaçam os requisitos do parágrafo anterior, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, apontados, em caso de merecimento, em lista triplíce;

I – dois pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo que a primeira vaga ao ocorrer será de sua livre escolha, e a segunda dentre auditores ou membros do Ministério Público, alternadamente, e nessa ordem, indicados em lista triplíce, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994).²⁶

I – três pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo dois alternadamente dentre auditores

23 Ver Lei Complementar nº 26, de 15 de janeiro de 2001, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

24 Ver Lei Complementar nº 26, de 15 de janeiro de 2001, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

25 Regulamentado pela Lei nº 12.509, de 6.12.1995, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

26 Na redação anterior havia duas arguições de inconstitucionalidade de nº 3076-1 e 3078-7, as quais foram julgadas prejudicadas em decisão monocrática. Ver ADIs nº 3076-1 e 3078-7 no Anexo II.

e membros do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, observando-se os critérios de antiguidade e merecimento;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

II – cinco pela Assembleia Legislativa.

II – quatro pela Assembleia Legislativa.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

§3º Os Conselheiros terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos, direitos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça, e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo, quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.

§3º O processo de escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, em caso de vaga ocorrida na vigência desta Constituição, atendidos os requisitos previstos no § 1º deste artigo, obedecerá aos seguintes critérios:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

I – na primeira, na quarta e na sétima vaga, a escolha caberá ao Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo que:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

a) a primeira vaga será de sua livre escolha; e

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

b) a quarta e a sétima vaga deverão recair em auditor ou membro do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, alternadamente, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

b) a quarta vaga recairá em auditor e a sétima vaga recairá em membro do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 67, de 02 de dezembro de 2009).

II – Os Conselheiros terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos, direitos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.

II – na segunda, terceira, quinta e sexta vaga, a escolha caberá à Assembleia Legislativa do Estado.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

§4º É vedado aos Conselheiros, sob pena de perda do cargo, ainda que em disponibilidade, o exercício de outra função pública, salvo uma de magistério, bem como receber, a qualquer título, custas ou participação nos processos ou ainda dedicar-se à atividade político-partidária.

§4º Os cargos preenchidos na vigência desta Constituição serão providos, quando vagarem, por indicação de quem escolheu originalmente os seus ocupantes, sempre com aprovação da Assembleia Legislativa.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

§5º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

§5º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos, direitos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido por mais de cinco anos.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003).

§5º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, subsídios, direitos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça Estadual, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40 da Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§6º As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

§6º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§7º As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

Art. 72. Os Auditores, em número de três, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos que preencham as qualificações exigidas para o cargo de Conselheiro, mediante concurso de provas e títulos, promovido pelo Tribunal de Contas, observada a ordem de classificação.

Art. 72. Os Auditores, em número de 6 (seis), serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos que preencham as qualificações exigidas para o cargo de Conselheiro, mediante concurso de provas e títulos, promovido pelo Tribunal de Contas, observada a ordem de classificação.

(Redação dada pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§1º O Auditor, quando em substituição a Conselheiro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de direito da mais elevada entrância.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§ 2º As atribuições do Auditor, quando não estiver substituindo Conselheiro, serão definidas na Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

Art. 73. O Auditor, quando em substituição a Conselheiro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de direito da mais elevada entrância.

Art. 73. Haverá uma Procuradoria de Contas, junto ao Tribunal de Contas do Estado, integrada por Procuradores de Contas, organizados em carreira, nomeados pelo Governador do Estado, escolhidos mediante concurso público de provas e títulos, dentre brasileiros e bacharéis em Direito, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008):

Art. 73. Haverá uma Procuradoria de Contas, em número igual de Auditores, junto ao Tribunal de Contas do Estado, integrada por Procuradores de Contas, organizados em carreira, nomeados pelo Governador do Estado, escolhidos mediante concurso público de provas e títulos, dentre brasileiros e bacharéis em Direito, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil.²⁷

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 03 de outubro de 2013).

(Declarado parcialmente inconstitucional na ADI nº 5117. Data da sessão de julgamento: 13 de dezembro de 2019).

§ 1º A Procuradoria de Contas será dirigida pelo Procurador-Geral de Contas, nomeado dentre os Procuradores de Contas, pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§ 2º Aos Procuradores de Contas aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado, pertinentes a direitos, subsídios, garantias, vedações, regime disciplinar e forma de investidura; aplicando-se ainda, quanto à carreira, à competência e às atribuições, o disposto na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e na Lei Federal nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

Art. 74. Ao Tribunal de Contas do Estado, garantida a sua autonomia administrativa e financeira, serão asseguradas as seguintes atribuições:

- a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seu regimento interno;
- b) organizar sua secretaria e serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecidas as regras estabelecidas nesta Constituição;
- c) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros, auditores e servidores;

d) propor à Assembleia Legislativa, respeitados os limites estabelecidos em lei, a criação de cargos; e

e) elaborar sua proposta de orçamento, dentro dos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias.²⁸

Parágrafo único. A assessoria e a consultoria jurídica do Tribunal de Contas do Estado serão exercidas por sua Procuradoria Jurídica, observada as competências da Procuradoria Geral do Estado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

Art. 75. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados ao Tribunal de Contas, serão entregues até o dia vinte de cada mês, na forma da respectiva lei complementar.

Art. 76. Compete ao Tribunal de Contas:

I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento;

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual;

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões das aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV – realizar, de ofício, ou por iniciativa da Assembleia Legislativa, de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V – fiscalizar as contas estaduais de empresas ou consórcios interestaduais, de cujo capital social o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo;

VI – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;

27 Ver ADI nº 5117, no Anexo II.

28 Ver Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016 (Novo Regime Fiscal), no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

VII – prestar as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa, ou por qualquer das suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, irregularidade de contas ou descumprimento de suas decisões, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa;

XI – homologar os cálculos das cotas do ICMS devidas aos Municípios; e

XII – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Assembleia Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se a Assembleia Legislativa ou Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a esse respeito.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º O tribunal encaminhará à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

§ 4º O Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da Sessão Legislativa, bem como remeterá, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 27, de 04 de dezembro de 1996).

§ 5º O Tribunal de Contas do Estado, no exercício de suas competências, observará os institutos da prescrição e da decadência, no prazo de cinco anos, nos termos da legislação em vigor.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 76, de 21 de dezembro de 2012).

Do Conselho de Contas dos Municípios

Do Tribunal de Contas dos Municípios

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992).

Subseção III

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária do Município.

(Redação dada pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno dos Poderes Municipais.

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelas respectivas Câmaras Municipais, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno dos Poderes Municipais.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais os Municípios respondam, ou que, em nome destes, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Art. 78. O Controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Conselho de Contas dos Municípios, ao qual compete:²⁹

Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, ao qual compete: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992).

Art. 78. Compete ao Tribunal de Contas dos Municípios: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

Art. 78. Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará:

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

I – apreciar as contas prestadas pelos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais, mediante parecer prévio;

I – apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado no prazo de doze (12) meses, a contar do seu recebimento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 08, de 03 de novembro de 1992).

I – apreciar as contas prestadas pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de doze meses, a contar do seu recebimento;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 30 de abril de 1997).

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas

29 Nesta redação havia a ADI nº 1.780, a qual foi julgada extinta sem julgamento do mérito pelo STF. Ver ADI 1.780 no Anexo II.

daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;

II – julgar as contas dos Administradores, inclusive as das Mesas das Câmaras Municipais e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29/97, de 30 de abril de 1997\).](#)

II – julgar as contas dos administradores, das Mesas das Câmaras Municipais e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário;

[\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008\).](#)

III – apreciar, para fim de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, e as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

III – apreciar, para fim de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelos municípios, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, e as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

[\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008\).](#)

IV – realizar, por iniciativa própria, ou da Câmara Municipal, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas do Poder Legislativo e Executivo Municipal, e demais entidades referidas no inciso II;

V – prestar as informações solicitadas pela Câmara Municipal sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VI – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

VII – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade;

VIII – propor à Câmara Municipal a sustação de execução de ato impugnado por irregularidade;

IX – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados;

X – comunicar à Câmara Municipal, para fins de direito, a falta de remessa, dentro do prazo, das contas anuais e balancetes mensais;

X – comunicar à Câmara Municipal, para fins de direito, a falta de remessa, dentro do prazo, das contas anuais;

[\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008\).](#)

XI – examinar as demonstrações contábeis e financeiras constantes de balancetes mensais, determinando as regularizações necessárias na forma que a lei estabelecer;

XII – editar atos, instruções normativas e resoluções, no âmbito de suas atribuições, para o completo desempenho do controle externo, os quais deverão ser observados pelas administrações municipais.

§1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Municipal, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será expedido pela Câmara Municipal, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.

[\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008\).](#)

§2º Se a Câmara Municipal ou o Poder Executivo, no prazo de trinta dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Conselho de Contas dos Municípios adotará as medidas legais cabíveis.

§2º Se a Câmara Municipal ou o Poder Executivo, no prazo de trinta dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal de Contas dos Municípios adotará as medidas legais cabíveis.

[\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992\).](#)

§ 2º Se a Câmara Municipal ou o Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal de Contas do Estado adotará as medidas legais cabíveis.

[\(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017\).](#)

§3º As decisões do Conselho de Contas dos Municípios de que resulte imputação de delito ou multa, terão eficácia de título executivo.

§3º As decisões do Tribunal de Contas dos Municípios, de que resulte imputação de delito ou multa, terão eficácia de título executivo, cabendo ao próprio Tribunal de Contas dos Municípios exigir a devolução do processo dentro do prazo improrrogável de 40 (quarenta) dias para a adoção de medidas cabíveis junto à Procuradoria Geral de Justiça, Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Eleitoral. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 7 de abril de 1994\).](#)

§ 3º As decisões do Tribunal de Contas do Estado, de que resulte imputação de delito ou multa, terão eficácia de título executivo, cabendo ao próprio Tribunal de Contas exigir a devolução do processo dentro do prazo improrrogável de 40 (quarenta) dias para a adoção de medidas cabíveis junto à Procuradoria-Geral de Justiça, Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Eleitoral.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§4º O Conselho de Contas dos Municípios encaminhará à Assembleia Legislativa Estadual, anualmente, até cento e vinte dias após o início do exercício financeiro, relatório de suas atividades, prestando informações sempre que lhe forem requisitadas.

§4º O Tribunal de Contas dos Municípios encaminhará à Assembleia Legislativa Estadual, anualmente, até cento e vinte dias após o início do exercício financeiro, relatório de suas atividades, prestando informações, sempre que lhe forem requisitadas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992).

§4º O Tribunal de Contas do Estado encaminhará à Assembleia Legislativa Estadual, anualmente, até 120 (cento e vinte) dias após o início do exercício financeiro, relatório das atividades desenvolvidas no âmbito das competências descritas no art. 78 desta Constituição, prestando informações, sempre que lhe forem requisitadas, sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Constituição ou em lei.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§5º Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas dos Municípios. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§5º Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§6º A assessoria e a consultoria jurídica do Tribunal de Contas dos Municípios serão exercidas por sua Procuradoria Jurídica, observada as competências da Procuradoria Geral do Estado. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§6º A assessoria e a consultoria jurídica do Tribunal de Contas do Estado serão exercidas por sua Procuradoria Jurídica, observada as competências da Procuradoria-Geral do Estado.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§7º O Tribunal de Contas dos Municípios, no exercício de suas competências, observará os institutos da prescrição e da decadência, no prazo de cinco anos, nos termos da legislação em vigor. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 76, de 21 de dezembro de 2012).

§7º O Tribunal de Contas do Estado, no exercício de suas competências, observará os institutos da prescrição e da decadência, no prazo de 5 (cinco) anos, nos termos da legislação em vigor.

(Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

Art. 79. O Conselho de Contas dos Municípios, integrado por nove Conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual.

Art. 79. O Tribunal de Contas dos Municípios, integrado por sete Conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o Território Estadual. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994).

Art. 79. (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§1º Os Conselheiros do Conselho de Contas dos Municípios serão nomeados pelo Governador do Estado dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

§1º Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios serão nomeados pelo Governador do Estado dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992).

§1º (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

I – mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, e mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade que exija os conhecimentos referidos no inciso III, deste artigo; e

I – (revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

II – idoneidade moral e reputação ilibada;

II – (revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

III – notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros e de administração pública.

III – (revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§2º Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios serão escolhidos:

§2º Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios serão escolhidos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 12 de agosto de 1997).

§2º (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

I – três nonos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa Estadual;

I – dois sétimos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa Estadual; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994).

I – quatro sétimos pela Assembleia Legislativa, para provimento da primeira, terceira, quinta e sexta vaga ocorrida, ou que venha a ocorrer, na vigência da atual Constituição do Estado do Ceará; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 12 de agosto de 1997).

I – (revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

II – seis nonos pela Assembleia Legislativa Estadual.

II – Cinco sétimos pela Assembleia Legislativa Estadual. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994).

II – três sétimos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, para provimento da segunda, quarta e sétima vaga ocorrida, ou que venha a ocorrer, na vigência da atual Constituição do Estado do Ceará, observados os seguintes critérios: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 12 de agosto de 1997).

II – (revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

a) na segunda e na sétima vaga a indicação deverá recair, respectivamente, em Procurador de Contas do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e em auditor deste Tribunal, indicados em lista triplíce pelo Tribunal, observando-se a alternância dos critérios de antiguidade e merecimento; (Inserida pela Emenda Constitucional nº 31, de 12 de agosto de 1997).

a) (revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

b) na quarta vaga, a indicação será de livre escolha do Governo do Estado; (Inserida pela Emenda Constitucional nº 31, de 12 de agosto de 1997).

b) (revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

c) na falta de Procurador de Contas do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas dos Municípios ou de auditor do tribunal, pela inexistência de cargo ou do provimento, o Governador do Estado indicará, também em livre escolha, para o provimento da vaga correspondente, quem atenda os requisitos estabelecidos no § 1º deste artigo. (Inserida pela Emenda Constitucional nº 31, de 12 de agosto de 1997).

c) (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 3276, no dia 2 de junho de 2005, publicada no dia 18 de fevereiro de 2008, no DJE e no DOU).³⁰

c) (revogado).

(Revogada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§ 3º Os Conselheiros do Conselho de Contas dos Municípios terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.

§ 3º Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992).

§ 3º Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, subsídios, direitos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40 da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§ 3º (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 4º O Auditor, quando em substituição a Conselheiro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de entrância especial.

§ 4º (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 5º Os Auditores, em número de três, serão nomeados mediante concurso de provas e títulos, promovido pelo Conselho de Contas dos Municípios, sobre assuntos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros e de administração pública.

§ 5º Os Auditores, em número de três, serão nomeados mediante concurso de provas e títulos, promovido pelo Tribunal de Contas dos Municípios, sobre assuntos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros e de administração pública. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992).

§ 5º Os Auditores, em número de três, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos que preencham as qualificações exigidas para o cargo de Conselheiro, mediante concurso de provas e títulos, promovido pelo Tribunal de Contas, observada a ordem de classificação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§ 5º (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 6º Haverá uma Procuradoria de Contas, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, integrada por um Procurador Geral e dois Procuradores, nomeados, pelo Governador do Estado, dentre brasileiros, bacharéis em Direito, mediante concurso público de provas e títulos. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994).

§ 6º Haverá uma Procuradoria de Contas, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, integrada por Procuradores de Contas, organizados em carreira, nomeados pelo Governador do Estado, escolhidos mediante concurso público de provas e títulos, dentre brasileiros e bacharéis em Direito, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008).

§ 6º Haverá uma Procuradoria de Contas, em número igual de Auditores, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, integrada por Procuradores de Contas, organizados em carreira, nomeados pelo Governador do Estado, escolhidos mediante concurso público de provas e títulos, dentre brasileiros e bacharéis em Direito, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 03 de outubro de 2013).

30 Ver ADI nº 3276, no Anexo II.

§ 6º (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 7º O Procurador Geral, de que trata o parágrafo anterior, deverá ser nomeado, em comissão, dentre os Procuradores de Contas, pelo Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994).

§ 7º A Procuradoria de Contas será dirigida pelo Procurador-Geral de Contas, nomeado, dentre os Procuradores de Contas, pelo Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008):

§ 7º (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 8º Aos Procuradores de Contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado, pertinente a direitos, garantias, vedações, regime disciplinar e forma de investidura. A competência e atribuições do Procurador Geral e dos Procuradores serão definidas em Lei Ordinária, nos moldes preconizados pela Lei Federal nº 8.443, de 16 de julho de 1992. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994).

§ 8º Aos Procuradores de Contas aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado, pertinente a direitos, subsídios, garantias, vedações, regime disciplinar e forma de investidura; aplicando-se ainda, quanto à carreira, à competência e às atribuições, o disposto na Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios e na Lei Federal nº 8.443, de 16 de julho de 1992. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008):

§ 8º (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 9º Os atuais cargos de Procurador junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, de que trata o art. 16 das disposições transitórias desta Constituição, serão extintos quando vagarem, permanecendo seus atuais ocupantes a funcionar junto à Procuradoria de Contas, de que trata este artigo. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994).

§ 9º Os cargos de Procurador junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, de que trata o art. 16 do Ato das Disposições Transitórias desta Constituição, serão extintos quando vagarem, permanecendo seus atuais ocupantes a funcionar junto à Procuradoria de Contas, de que trata este artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008):

§ 9º (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 10º Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa que adotar as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

§ 10. (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 11. As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002):

§ 11. As declarações de bens a que se refere o § 10 deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008):

§ 11. (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 12. O Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa, bem como remeterá, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008):

§ 12. (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§ 13. Lei disporá sobre um Fundo de Controle Externo Municipal do Estado do Ceará, vinculado e administrado pelo Tribunal de Contas dos Municípios. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008):

§ 13. (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

Art. 80. Os Poderes Públicos Municipais manterão de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de Governo e do orçamento do Município;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Município;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, para tal fim designados pelo Prefeito Municipal, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Conselho de Contas dos Municípios, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, para tal fim designados pelo Prefeito Municipal, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas dos Municípios, sob pena de responsabilidade solidária.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992).

§2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Conselho de Contas dos Municípios.

§2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas dos Municípios.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992).

Art. 81. A lei disporá sobre a organização do Conselho de Contas dos Municípios, podendo dividi-lo em câmaras e criar delegações para auxiliá-lo no exercício de suas funções e na descentralização de seus serviços.

Art. 81. A lei disporá sobre a organização do Tribunal de Contas dos Municípios, podendo dividi-lo em câmaras e criar delegações para auxiliá-lo no exercício de suas funções e na descentralização de seus serviços. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992).

Art. 81. (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

Parágrafo único. O Conselho de Contas dos Municípios terá quadro próprio de pessoal e autonomia administrativa e financeira.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas dos Municípios terá quadro próprio de pessoal e autonomia administrativa e financeira. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992).

Parágrafo único. (Revogado).

(Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO

Seção I Do Governador e do Vice-Governador do Estado

Art. 82. O Governador do Estado, eleito para um mandato de quatro anos, por sufrágio direto e secreto, exerce a Chefia do Poder Executivo.

§1º A eleição do Governador importará na do Vice-Governador do Estado, com ele conjuntamente registrado.

§1º A eleição do Governador e do Vice-Governador realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º A eleição do Governador e do Vice-Governador do Estado do Ceará, para mandato de 4 (quatro) anos, realizar-se-á no primeiro

domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em 6 de janeiro do ano subsequente.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 117, de 09 de novembro de 2022)

§2º São condições de elegibilidade para Governador e Vice-Governador:

§2º A eleição do Governador importará na do Vice-Governador do Estado, com ele conjuntamente registrado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 3º São condições de elegibilidade para Governador e Vice-Governador:³¹

(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o alistamento eleitoral;
- IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – a filiação partidária; e
- VI – a idade mínima de trinta anos.

§3º Será considerado eleito Governador o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§4º Será considerado eleito Governador o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§4º Proceder-se-á a um segundo turno de votação até vinte dias após a proclamação dos resultados, concorrendo apenas os dois candidatos mais votados, declarando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.

§5º No segundo turno, se houver, concorrerão os dois candidatos mais votados, declarando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.

(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§5º Se, antes de efetivado o segundo turno, ocorrer morte, renúncia ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§6º Se, antes de efetivado o segundo turno, ocorrer morte, renúncia ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

31 O § 2º foi renumerado como § 3º e, em seu lugar, foi inserido um novo § 2º pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009.

(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§6º Havendo em segundo lugar mais de um candidato com equivalente votação, qualificar-se-á para a disputa em segundo turno o mais idoso.

§ 7º Havendo em segundo lugar mais de um candidato com equivalente votação, qualificar-se-á para a disputa, em segundo turno, o mais idoso.

(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 83. O Governador e o Vice-Governador do Estado tomam posse em sessão da Assembleia Legislativa, prestando compromisso de manter e defender a Constituição Estadual, observar as leis, promover o bem geral do povo cearense, sustentar a autonomia, o respeito aos Municípios, ao Estado de Direito e à ordem federativa.

Art. 83. O Governador e o Vice-Governador do Estado tomam posse em sessão da Assembleia Legislativa, prestando compromisso de manter e defender a Constituição Federal, a Constituição Estadual, observar as leis, promover o bem geral do povo cearense, respeitar e sustentar a autonomia dos Municípios, sujeitar-se ao Estado Democrático de Direito e à ordem federativa.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Governador ou o Vice-Governador, salvo comprovado motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, será este declarado vago.

§2º O Governador e o Vice-Governador deverão, no ato de posse e no término do mandato, fazer declaração pública de bens.

§ 2º O Governador e o Vice-Governador deverão, no ato da posse e anualmente, fazer declaração pública de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, a ser publicada no Diário Oficial do Estado e posta à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49 de 04 de abril de 2002).

Art. 84. O Vice-Governador substituirá, automaticamente, o Governador do Estado em suas ausências do território estadual e em caso de impedimentos, e suceder-lhe-á por vacância.

Art. 84. O Vice-Governador substituirá o Governador do Estado em suas ausências do território estadual superiores a sete dias, do País por qualquer tempo e em caso de impedimentos, suceder-lhe-á por vacância. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 23 de novembro de 1995).

Art. 84. O Vice-Governador substituirá o Governador do Estado em suas ausências do território estadual superiores a sete dias, do País por qualquer tempo e em caso de impedimentos, sucedendo-lhe no caso de vacância.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º O Vice-Governador, além das atribuições definidas nesta Constituição, colaborará com o Chefe do Poder Executivo em missões e atividades especiais que lhe sejam por este conferidas.

§1º O Vice-Governador, além das atribuições definidas nesta Constituição, colaborará com o Chefe do Poder Executivo em missões e atividades especiais que lhe sejam por este conferidas.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º O Vice-Governador perceberá representação equivalente a dois terços da remuneração atribuída ao Governador.

§ 2º O Vice-Governador perceberá representação equivalente a dois terços da remuneração atribuída ao Governador.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§3º Aplica-se aos substitutos, chamados no art. 86 da Carta Estadual, o prazo estabelecido no caput deste Artigo. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 20, de 23 de novembro de 1995).

§3º Aplica-se aos substitutos, referidos no art. 86 desta Constituição, o prazo estabelecido no caput deste artigo.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 85. Aplicam-se ao Governador e ao Vice-Governador, desde a diplomação, as proibições e impedimentos estabelecidos para os Deputados Estaduais.

Art. 85. Aplicam-se ao Governador, desde a diplomação, as proibições e impedimentos estabelecidos para os Deputados Estaduais.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 01, de 09 de abril de 1991).

Art. 86. Em caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador, ou vacância conjunta dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Governadoria, pela ordem, o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça.

§1º O Governador e o Vice-Governador, para se ausentarem do Estado por prazo superior a quinze dias, ou do País, por qualquer tempo, devem obter licença prévia da Assembleia Legislativa, implicando a infração em crime de responsabilidade.

§ 1º O Governador e o Vice-Governador do Estado não poderão, sem licença da Assembleia Legislativa, ausentar-se do Estado e do País, por período superior a quinze dias, implicando a infração em crime de responsabilidade.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º Não podem o Governador e o Vice-Governador, a partir da posse, sob pena de perda do cargo:

§ 2º Não pode o Governador, a partir da posse, sob pena de perda do cargo:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 01, de 09 de abril de 1991).

a) aceitar mandato ou emprego da União, dos Estados ou dos Municípios;

b) ser proprietário ou sócio de empresa concessionária de serviço público ou que goze de favores decorrentes de contrato com pessoas jurídicas de direito público, ou nela exercer função remunerada de qualquer natureza;

c) ocupar cargo ou função de que seja demissível ad nutum de

pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

d) patrocinar causas contra a União, Estados ou Municípios ou favorecer interesses privados na administração pública em geral.

§ 3º Aplicam-se ao Vice-Governador as vedações contidas nas alíneas “a”, “b” e “d”, do parágrafo anterior.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 01, de 09 de abril de 1991).

Art. 87. Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador do Estado, proceder-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§1º Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, na forma da lei, devendo, em qualquer dos casos, os eleitos completarem o período de seus antecessores.

Parágrafo único. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, na forma da lei, devendo, em qualquer dos casos, os eleitos completarem o período de seus antecessores. (Renumerado pela Emenda Constitucional nº 20, de 04 de dezembro de 1995).

§1º Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, na forma da lei, devendo, em qualquer dos casos, os eleitos completarem o período de seus antecessores.

(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 50, de 16 de dezembro de 2002).

§2º Cessada a investidura no cargo de Governador do Estado, quem o tiver exercido em caráter permanente, fará jus, a título de representação, a um subsídio mensal e vitalício igual a remuneração do cargo do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, percebida em espécie a qualquer título. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 11, de 30 de março de 1994).

§2º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 20, de 04 de dezembro de 1995).

§2º O Governador e o Vice-Governador eleitos farão jus, desde que tenham exercido o cargo de Governador do Estado em caráter permanente e por período igual ou superior a seis meses, após cessada a investidura no cargo, a título de representação, a um subsídio mensal e vitalício igual à remuneração que for atribuída ao cargo de Governador do Estado do Ceará.³² (Inserido pela Emenda Constitucional nº 50, de 16 de dezembro de 2002).

§2º (Revogado).³³

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 59, de dezembro de 2006).

Seção II

Das Atribuições do Governador do Estado

Art. 88. Compete privativamente ao Governador do Estado:

I – nomear e exonerar os Secretários de Estado;

II – exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado e dos Comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, a direção superior da administração estadual;

III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento do Poder Executivo e da administração estadual, na forma da lei;

VII – decretar e executar a intervenção estadual em Municípios;

VIII – remeter mensagem acompanhada de plano de governo à Assembleia Legislativa para leitura na abertura da sessão legislativa, expondo a situação estadual e solicitando as medidas que reconhecer consentâneas;

IX – exercer o comando supremo das organizações militares estaduais Polícia Militar e Corpo de Bombeiros promover seus oficiais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;

X – nomear, após aprovação da Assembleia Legislativa, o Procurador-Geral da Justiça, o Defensor-Geral da Defensoria Pública e o Presidente e Diretores de estabelecimentos de crédito, cujo controle acionário pertença ao Estado;³⁴

X – nomear, após aprovação da Assembleia Legislativa, o Defensor-Geral da Defensoria Pública;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

32 Havia uma Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando o dispositivo (ADI nº 3728). No entanto, houve a perda do objeto questionado devido à EC nº 59/2006 ter revogado o dispositivo impugnado.

33 A EC nº 59/2006 assegura a possibilidade de aplicação do disposto no § 2º do art. 87 da Constituição do Estado do Ceará, acrescido pela EC nº 50/2002, aos que tenham preenchido os requisitos nele previstos entre a data da publicação da EC nº 50/2002 e a da publicação da EC nº 59/2006. No entanto, esse entendimento foi declarado inconstitucional pela ADI nº 5767. Data da sessão de julgamento: 10/10/2018. Ver ADI nº 5767, no anexo II.

34 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADI nº 143-4, no Anexo II.

XI – nomear, após aprovação da Assembleia Legislativa, o Superintendente da Fundação de Teleducação do Estado do Ceará;³⁵

XI – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

XII – nomear os magistrados nos termos desta Constituição;

XIII – nomear os membros do Tribunal de Contas e do Conselho de Contas dos Municípios, observadas, respectivamente, as disposições nos artigos 71, § 2º e 79, § 2º desta Constituição;

XIII – nomear os membros do Tribunal de Contas e do Tribunal de Contas dos Municípios, observadas, respectivamente, as disposições nos artigos 71, § 2º e 79, § 2º desta Constituição; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992);

XIII – nomear os membros do Tribunal de Contas, observadas as disposições do art. 71, § 2º desta Constituição;

(Redação dada pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

XIV – conferir condecorações e distinções honoríficas;

XV – enviar à Assembleia Legislativa o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamentos previstos nesta Constituição;

XV – enviar à Assembleia Legislativa os projetos de lei do plano estratégico de longo prazo, do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais previstos nesta Constituição;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

XVI – prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior;

XVI – prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de 60 (sessenta) dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior e, em caso de decretação de calamidade pública, este prazo será de até 120 (cento e vinte) dias após abertura da sessão legislativa.

(Redação dada pela Emenda constitucional nº 108, de 30 de março de 2021)

XVII – prover e extinguir os cargos públicos estaduais, na forma da lei;

XVIII – celebrar ou autorizar convênios, na forma prevista em lei;

XIX – decretar as situações de emergência e estado de calamidade pública;³⁶

XX – convocar extraordinariamente a Assembleia Legislativa, nos casos previstos nesta Constituição; e

XXI – exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Governador do Estado poderá delegar a atribuição mencionada no inciso XVII, primeira parte, aos Secretários de Estado, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 66, de 18 de novembro de 2009).

Seção III Das Responsabilidades do Governador e do Vice-Governador do Estado

Art. 89. São crimes de responsabilidade os atos do Governador do Estado que atentem contra a Constituição Estadual e, especialmente, contra:

I – o livre exercício dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes dos Municípios;

I – o livre exercício dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Poderes dos Municípios.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014).

II – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

III – a ordem pública no âmbito estadual;

IV – a probidade administrativa;

V – a lei orçamentária; e

VI – o cumprimento das leis, das decisões judiciais e deliberações legislativas.³⁷

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Art. 90. O Governador será julgado nos crimes **de responsabilidade pela Assembleia Legislativa e, nos** comuns, pelo Superior Tribunal de Justiça, **após admitida a acusação por dois terços dos membros da Assembleia.**³⁸

35 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 143-4, a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADI nº 143-4 no Anexo II.

36 Ver Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016 (Novo Regime Fiscal), no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

37 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADI nº 143-4 no Anexo II.

38 Ver ADI nº 4775, no Anexo II.

(Declarado parcialmente inconstitucional na ADI nº 4775. Data da sessão de julgamento: 19 de maio de 2017).

§1º O Governador será afastado de suas funções:

§1º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 4775, no dia 19 de maio de 2017, publicada no dia 10 de agosto de 2017, do DJE e no DOU).³⁹

I – nos crimes comuns, após recebida a acusação pelo Superior Tribunal de Justiça; e

I – (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 4775, no dia 19 de maio de 2017, publicada no dia 10 de agosto de 2017, do DJE e no DOU).

II – nos crimes de responsabilidade, após instaurado o processo pela Assembleia, acothida a acusação por dois terços dos seus membros.

II – (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 4775, no dia 19 de maio de 2017, publicada no dia 10 de agosto de 2017, do DJE e no DOU).

§2º O afastamento cessará, se o julgamento não estiver concluído no prazo de cento e vinte dias, sem prejuízo do regular andamento do processo.

§2º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 4775, no dia 19 de maio de 2017, publicada no dia 10 de agosto de 2017, do DJE e no DOU).⁴⁰

§3º Será assegurada ao acusado ampla defesa, somente prevalecendo a acusação se por ela se pronunciarem dois terços dos Deputados.

§4º Declarada procedente a acusação limitar-se-á a condenação à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das sanções penais.

§5º Aplicam-se ao Vice-Governador, no que couber, as normas constantes desta seção.

Seção IV Dos Secretários de Estado

Art. 91. Os Secretários de Estado são auxiliares de confiança do Governador, responsáveis pelos atos que praticarem ou referendarem no exercício do cargo.

39 Ver ADI nº 4775, no Anexo II.

40 Ver ADI nº 4775, no Anexo II.

Art. 92. Os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos de idade e no exercício dos direitos políticos.

Art. 92. Os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos de idade, no exercício dos direitos políticos, sendo vedada a nomeação daqueles considerados ilegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da Lei Complementar de que trata o § 9º do art. 14 da Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 74, de 19 de abril de 2012).

Parágrafo único. Ao assumirem, os Secretários são obrigados a fazer declaração pública de bens, inserida no termo de posse e ao término do exercício do cargo, sendo-lhes aplicáveis, enquanto permanecerem em suas funções, os impedimentos previstos nesta Constituição para os Deputados.

Parágrafo único. Os Secretários de Estado deverão, no ato da posse e anualmente, fazer declaração pública de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, a ser publicada no Diário Oficial do Estado e posta à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

§1º Os Secretários de Estado deverão, no ato da posse e anualmente, fazer declaração pública de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, a ser publicada no Diário Oficial do Estado e posta à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 74, de 19 de abril de 2012).

§2º As mesmas condições e vedações previstas no caput deste artigo aplicam-se à nomeação para os cargos de Secretário Adjunto e de outras autoridades que detenham, nos termos da lei, atribuições equiparadas ao de Secretário de Estado ou ao de Secretário Adjunto.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 74, de 19 de abril de 2012).

Art. 93. Compete aos Secretários de Estado, além das atribuições que lhes sejam conferidas por lei:

I – orientar, coordenar, dirigir e fazer executar os serviços correlacionados à respectiva área funcional;

II – referendar os atos e decretos assinados pelo Governador;

III – expedir atos e instruções para fiel execução da Constituição, das leis e regulamentos;

IV – fazer, anualmente, a estimativa orçamentária de sua Secretaria e apresentar relatório de sua gestão;

V – comparecer à Assembleia Legislativa ou perante as suas comissões para esclarecimentos, por sua direta solicitação ou quando regularmente convocados;

VI – prestar informações que lhes sejam solicitadas pelo Legislativo no prazo de trinta dias, implicando o não atendimento ou a prestação de informações falsas em crime de responsabilidade; e

VII – praticar atos decorrentes de delegação do Governador.

Parágrafo único. Nos crimes comuns, os Secretários de Estado serão julgados pelo Tribunal de Justiça e nos de responsabilidade, pela Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO III PODER JUDICIÁRIO

Seção I Disposições Gerais

Art. 94. São órgãos do Poder Judiciário Estadual:

I – Tribunal de Justiça;

II – Conselho de Justiça Estadual;⁴¹

II – (revogado).

[\(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009\).](#)

III – Tribunais de Atçada;

III – (revogado).

[\(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009\).](#)

IV – Tribunais do Juri;

V – Juízes de Direito;

VI – Juízes Substitutos;

VII – Auditoria Militar;

VIII – Juizados Especiais;

IX – Juizados de Pequenas Causas;

IX – (revogado);

[\(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009\).](#)

X – Juizados de Paz; e

XI – Outros órgãos criados por lei.

Art. 95. Os órgãos judiciários são independentes em seus desempenhos, observado o sistema de relações entre os poderes que norteiam a ordem política.

Art. 95. Os órgãos judiciários são independentes em seus desempenhos, ressalvada a estrutura recursal e observado o sistema de relações entre os poderes estabelecidos na Constituição da República e nesta Constituição.

[\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009\).](#)

Art. 96. A Lei de Organização Judiciária, de iniciativa do Tribunal de Justiça, disporá sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário do Estado e a carreira da magistratura, adotados os seguintes princípios:

I – ingresso na carreira, no cargo de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

I – ingresso na carreira, no cargo de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exigindo-se do bacharel em direito, ao se inscrever no concurso, três anos de atividade jurídica, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

[\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009\).](#)

II – promoção de entrância por entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

II – promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas ou condições:

[\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009\).](#)

a) obrigatoriedade da promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou em cinco listas trípticas alternadas de merecimento;

a) obrigatoriedade da promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas, ou em cinco alternadas, em listas trípticas de merecimento;

[\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009\).](#)

b) preexistência de dois anos de exercício na respectiva entrância e integração do juiz na primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo inexistindo quem, dentre os que disponham desses requisitos, aceite o lugar vago, caso em que concorrerão os integrantes da segunda quinta parte, e assim sucessivamente;⁴²

c) a aferição do merecimento pelos critérios de presteza e segurança no exercício da jurisdição, através de métodos definidos em lei, e pela frequência e aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento mantidos pelo próprio Poder Judiciário;

c) a aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos

41 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 136-1 e extinto o processo sem resolução de mérito. Ver ADI nº 136-1 no Anexo II.

42 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 251-1, a qual não foi reconhecida em se tratando desse dispositivo. Ver ADI nº 251-1 no Anexo II.

critérios de produtividade e presteza no exercício da jurisdição, bem como pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

d) a lista de merecimento será formada pelos três juízes mais votados, cabendo ao presidente do Tribunal de Justiça a escolha do provimento no prazo de três dias;

e) havendo mais de uma vaga a ser preenchida pelo critério de merecimento, a lista será formada por tantos juízes quantas vagas houver, mais dois;

f) na apuração da antiguidade, o Tribunal de Justiça poderá recusar, motivadamente, o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação, condicionada a recusa à existência de procedimento administrativo que a recomende, **ou à determinação de abertura de tal procedimento, contra o juiz recusado;**⁴³

f) na apuração da antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, assegurada a ampla defesa e se repetindo a votação até fixar-se a indicação;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

g) a aplicação alternada dos critérios de promoção atenderá a ordem numérica dos atos de vacância dos cargos a serem preenchidos; e

h) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão;

(Inserida pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

III – precedência de remoção ao provimento inicial e à promoção, observado o disposto no inciso anterior, no que couber, ressalvado o direito de opção de juízes da mesma comarca;

III – precedência de remoção ao provimento inicial e à promoção, ressalvado o direito de opção de juízes da mesma comarca;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

IV – publicação de edital de remoção ou promoção no prazo de dez dias, contado da data de vacância do cargo a ser preenchido;

V – o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância ou nos Tribunais de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e a classe de origem;

V – o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

VI – frequência e aproveitamento em curso de preparação da Escola de Magistratura, como requisito para ingresso na carreira;

VI – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

VII – os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias de carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

VII – o subsídio dos magistrados será fixado com diferença não superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento de uma para outra entrância a partir dos subsídios dos membros do Tribunal de Justiça, estes não excedentes a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, observado, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, inciso XI e 39, §4º, da Constituição Federal;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

VIII – a aposentadoria com proventos integrais e compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, ou facultativa aos trinta anos de serviços, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

VIII – a aposentadoria dos magistrados e a pensão dos seus dependentes observarão o disposto no art. 40 da Constituição Federal;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

IX – o juiz titular residirá na respectiva comarca;

X – o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do Tribunal de Justiça, assegurada ampla defesa;

X – o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do Tribunal de Justiça ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

XI – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

XI – todos os julgamentos dos órgãos judiciais serão públicos e fundamentadas as suas decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, nos casos em que a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

XII – as decisões administrativas dos órgãos judiciais serão motivadas, inclusive as relativas a avaliações de estágio probatório, promoções e remoções de

43 Suspensa por medida cautelar a expressão “ou à determinação de abertura de tal procedimento, contra o juiz recusado”, deferida pelo STF na ADI nº 251-1. Posteriormente, declarada a inconstitucionalidade na ADI nº 251-1. Data da sessão de julgamento 27/08/2014. Ver ADI nº 251-1 no Anexo II.

juizes, sendo as medidas disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XII – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

XIII – distribuição de varas cíveis e criminais por distritos e bairros de elevada densidade populacional;

XIII – distribuição de varas cíveis e criminais proporcionalmente à efetiva demanda judicial e à densidade populacional;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

XIV – alcançado, pelo Tribunal de Justiça do Ceará, o número de vinte e cinco integrantes, poderá o mesmo constituir, para os fins do art. 93, inciso XI, da Constituição Federal, seu Órgão Especial;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

XV – a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas “a”, “b”, “c” e “e” do inciso II, do art. 96;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

XVI – a atividade jurisdicional será ininterrupta, vedadas férias coletivas nos juízos e nos tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente normal, juízes em plantão permanente;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

XVII – o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

XVIII – os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente, sem caráter decisório;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

XIX – a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

XX – previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

XXI – será assegurada a permanência ininterrupta de juízes nas comarcas de mais de uma vara, fora do funcionamento externo do foro, devendo o Tribunal organizar e manter atualizado o sistema

rotativo de plantão aos sábados, domingos e feriados para conhecimento, com a devida presteza, de habeas corpus, mandado de segurança e outras medidas judiciais de urgência.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§1º Os meses de janeiro e julho serão reservados às férias forenses, assegurando-se o permanente funcionamento pelo menos de um órgão em cada comarca para atendimento de todo e qualquer procedimento de caráter urgente, ficando suspensas as audiências e sessões de julgamento.

§1º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§2º Nas comarcas com mais de um órgão judicante, é vedada a utilização simultânea de férias no mesmo período.

§3º Os membros do Poder Judiciário Estadual deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Conselho de Magistratura e à Corregedoria do Tribunal de Justiça, que adotarão as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.⁴⁴

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

§4º As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

Art. 97. Um quinto do Tribunal de Justiça e dos Tribunais de Alcada será composto de membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Art. 97. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Parágrafo único. Recebida a indicação, o Tribunal de Justiça formará lista triplíce, enviando-a ao Governador do Estado, que nos vinte dias subsequentes escolherá e nomeará um de seus integrantes.

Parágrafo único. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Art. 98. Os juízes gozam das seguintes garantias:

I – vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal de Justiça e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado, assegurado em qualquer hipótese o direito a ampla defesa;

44 Ver Lei nº 12.342, de 28 de julho de 1994, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 102, XI;

II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 96, inciso X, desta Constituição;⁴⁵

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

III – irredutibilidade de vencimentos, sujeitando-se aos impostos gerais, incluindo o de Renda, e aos impostos extraordinários, bem como aos descontos fixados em lei, observada a isonomia com os membros dos demais Poderes;

III – irredutibilidade do subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, incisos X e XI, 39, § 4º, 150, inciso II, 153, inciso III e § 2º, inciso I, da Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

I – exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo, emprego ou função remunerada, salvo uma de magistério;

II – receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participações em processo;

III – participar de atividades político-partidárias.

IV – receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei; e

(Inserido dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

V – exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

(Inserido dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º O Tribunal de Justiça elaborará proposta orçamentária relativa ao Poder Judiciário, dentro dos limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, depois de ouvidos os tribunais de segunda instância, os quais apresentarão suas propostas parciais e, sendo aprovada pelo plenário do Tribunal de Justiça, será encaminhada pelo Presidente à Assembleia Legislativa.

§ 1º O Tribunal de Justiça elaborará sua proposta orçamentária anual nos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual será encaminhada à Assembleia Legislativa.⁴⁶

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§ 2º Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, destinadas ao Poder Judiciário, serão entregues até o dia vinte de cada mês.

§ 2º Não encaminhada a proposta no prazo previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo deve considerar, para fim de consolidação da proposta orçamentária, os valores aprovados na lei em execução, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo, aplicáveis ainda, à proposta orçamentária do Tribunal, e à sua execução, o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 99 da Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§ 3º Os pagamentos devidos pela Fazenda Estadual ou Municipal, em virtude de condenação judicial, serão feitos exclusivamente na ordem cronológica da apresentação dos precatórios e da conta dos respectivos créditos, proibida a designação de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim, à exceção dos de natureza alimentar.

§ 3º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§ 4º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária aos pagamentos dos seus débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até primeiro de junho, data em que seus valores serão atualizados, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

§ 4º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§ 5º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal de Justiça determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterição do seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 5º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§ 6º Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Judiciário serão entregues até o dia vinte de cada mês.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Art. 100. O habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data, o mandado de injunção e a ação popular serão distribuídos no momento de seu regresso e remetidos, imediatamente, ao magistrado a que couberem.

Art. 100. Os processos de mandados de segurança, habeas corpus, habeas data, mandado de injunção e ação popular e respectivos recursos serão inteiramente gratuitos, ressalvadas as hipóteses de sucumbência, nos termos da legislação federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

45 Ver art. 96, II.

46 Ver Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016 (Novo Regime Fiscal), no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

Parágrafo único. Todos esses processos, incidentes e recursos serão inteiramente gratuitos, ressalvadas as hipóteses de sucumbência, nos termos da legislação federal.

Parágrafo único. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Art. 101. Será assegurada a permanência ininterrupta de juizes nas comarcas em que haja mais de uma vara, fora do horário de funcionamento externo do foro, devendo o Tribunal organizar e manter atualizado o sistema rotativo de plantão aos sábados, domingos e feriados para conhecimento, com a exigida presteza, de habeas corpus e mandado de segurança.

Art. 101. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Art. 101-A. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§ 2º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, subsídios, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§ 3º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal de Justiça determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§ 4º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor, que a Fazenda Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§ 5º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 4º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§ 6º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 4º deste artigo, segundo as diferentes capacidades dos entes de direito público.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§ 7º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§ 8º Lei, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, poderá dispor sobre a cessão de créditos representados por precatórios, vedada a previsão do poder liberatório do pagamento de tributos, salvo nas hipóteses previstas na Constituição Federal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Art. 102. Compete privativamente aos Tribunais:

Art. 102. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

I – eleger seus órgãos diretivos;

II – elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

III – organizar suas secretarias e serviços auxiliares e dos órgãos administrativos do primeiro grau;

IV – prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, vedado concurso exclusivamente interno, os cargos necessários à administração da justiça, exceto os de confiança, assim definidos em lei, que poderão ser providos sem concurso;

IV – prover, por concurso público de provas e títulos, os cargos de juiz da respectiva jurisdição, assim como os demais necessários à administração da justiça, dependentes, ou não, de concurso público, vedado processo de seleção interna; e

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

V – conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos servidores que lhes forem imediatamente subordinados.

Art. 103. Os proventos de aposentadoria serão reajustados na mesma proporção dos aumentos de vencimentos concedidos, a qualquer título, aos magistrados em atividade.

Art. 103. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Art. 104. Em cada município haverá sede de comarca, dependendo a sua implantação do cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei da Organização e Divisão Judiciária, mediante apuração pelo Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. No prazo máximo de 2 anos, contados da vigência da presente Emenda Constitucional, o Tribunal de Justiça implementará as ações necessárias à instalação de comarcas autônomas e independentes em todos os municípios do Estado, onde ainda não exista, na forma prevista neste artigo. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 37, de 30 de junho de 1998).

Parágrafo único. (Revogado).

(Revogado através da Emenda Constitucional nº 45, de 28 de dezembro de 2000).

Art. 105. As custas dos serviços forenses, inclusive diligências de oficial de justiça, serão elaboradas pelo Tribunal de Justiça com a aprovação do Poder Legislativo.

§1º Nas comarcas do Interior funcionam, conjugadas, as atividades cartorárias de registro civil e de imóveis, com zoneamento definido em lei de divisão e organização judiciária.

§1º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).⁴⁷

§2º As custas de transferência de imóveis não podem exceder o valor do imposto inter vivos, arrecadado pelo Município.

§3º Os emolumentos devidos às serventias extrajudiciais serão corrigidos automaticamente nos mesmos índices, sempre que ocorrer a revisão geral da remuneração dos servidores estaduais.

§3º Os emolumentos devidos às serventias extrajudiciais serão corrigidos nos mesmos índices, sempre que ocorrer a revisão geral da remuneração dos servidores estaduais, mediante Lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§3º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 106. O Conselho de Justiça Estadual é órgão de supervisão administrativa, orçamentária e de acompanhamento da regularidade do funcionamento dos

órgãos da Justiça e do exercício funcional dos magistrados, com a composição e as atribuições estabelecidas em lei complementar.

Art. 106. (Revogado).⁴⁸

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Seção II Do Tribunal de Justiça

Art. 107. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de vinte e um desembargadores, nomeados dentre os juizes de última entrância, observado o quinto constitucional.⁴⁹

Art. 107. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de desembargadores, nomeados dentre os juizes de última entrância, observado o quinto constitucional.⁵⁰

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§1º Um quinto do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§2º Recebidas as indicações, o Tribunal formará lista triplíce, enviando-a ao Poder Executivo que, nos vinte dias subsequentes, nomeará um dos seus integrantes.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Art. 108. Compete ao Tribunal de Justiça:

I – propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

- a) a alteração do número de seus membros;
- b) a criação, extinção ou alteração do número de membros dos Tribunais inferiores, que serão previamente ouvidos, nos últimos casos;
- c) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de magistrados do Estado, dos juizes de paz, dos serviços auxiliares e dos juizes que lhe forem vinculados;
- c) a criação e a extinção de cargos e a fixação de subsídios de magistrados do Estado;

47 Ver ADI nº 251-1 no Anexo II.

48 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 136-1, na qual foi extinto o processo sem resolução de mérito. Ver ADI nº 136-1 no Anexo I. Posteriormente, na ADI nº 251-1, foram apresentados os fundamentos da inconstitucionalidade, caso esse dispositivo continuasse a vigor. Data da sessão de julgamento 27/08/2014.

49 Em 1990, ocorreu a suspensão, em medida cautelar, da expressão: “vinte e um”, deferida pelo STF na ADI nº 251-1, posteriormente, em 2014, foi declarada a inconstitucionalidade desse trecho. Data da sessão de julgamento 27/08/2014. Ver ADI nº 251-1 no Anexo II.

50 Ver Lei nº 12.342, de 28 de julho de 1994 no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

d) a alteração, mediante lei, da organização e da divisão judiciária;

d) dispor sobre a regulamentação e remuneração dos juizes de paz e dos serviços auxiliares;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

e) a alteração, mediante lei, da organização e da divisão judiciária;

(Inserida pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

II – prover, na forma desta Constituição, os cargos da magistratura estadual de carreira, de primeiro e segundo graus;

III – aposentar os magistrados e os servidores da Justiça;

IV – conceder licença, férias e outros afastamentos aos juizes que lhe forem vinculados;

V – encaminhar as propostas orçamentárias do Poder Judiciário Estadual ao Poder Executivo;

VI – solicitar, quando cabível, a intervenção federal no Estado, nas hipóteses de sua competência;

VII – processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns e de responsabilidade, o Vice-Governador, Deputados Estaduais, Juizes Estaduais, membros do Ministério Público e Prefeitos, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

a) nos crimes comuns e de responsabilidade, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, os Juizes Estaduais, os membros do Ministério Público, os Prefeitos, o Comandante Geral da Polícia Militar e o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009);

a) Nos crimes comuns e de responsabilidade, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, os Juizes Estaduais, os membros do Ministério Público, **os membros da Defensoria Pública**⁵¹, os Prefeitos, o Comandante Geral da Polícia Militar e o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014).

(Trecho declarado inconstitucional na ADI 6.514/CE em 29 de março de 2021, publicado no DJE e no DOU em 19 de maio de 2021).

b) os mandados de segurança e os “habeas data” contra atos do Governador do Estado, da Mesa e da Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, do Tribunal de Alçada e de seus órgãos, dos Secretários de Estado, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, do

Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, do Procurador Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado, do Chefe da Casa Militar, do Chefe do Gabinete do Governador, do Comandante-Geral da Polícia Militar, do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar e de quaisquer outras autoridades a estes equiparadas, na forma da Lei;

b) os mandados de segurança e os habeas data contra atos do Governador do Estado, da Mesa e Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, do Tribunal de Alçada ou de algum de seus órgãos, dos Secretários de Estado, do Tribunal de Contas do Estado ou de algum de seus órgãos, do Tribunal de Contas dos Municípios ou de algum de seus órgãos, do Procurador Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado, do Chefe da Casa Militar, do Chefe do Gabinete do Governador, do Ouvidor Geral do Estado, do Defensor Público Geral do Estado, **e de quaisquer outras autoridades a estas equiparadas, na forma da Lei;**⁵² (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 15 de dezembro de 1997).

b) os mandados de segurança e os habeas data contra atos do Governador do Estado, da Mesa e Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, dos Secretários de Estado, do Tribunal de Contas do Estado ou de algum de seus órgãos, do Tribunal de Contas dos Municípios ou de algum de seus órgãos, do Procurador-Geral de Justiça, no exercício de suas atribuições administrativas, ou na qualidade de presidente dos órgãos colegiados do Ministério Público, do Procurador-Geral do Estado, do Chefe da Casa Militar, do Chefe do Gabinete do Governador, do Controlador e do Ouvidor Geral do Estado, do Defensor Público-Geral do Estado, do Comandante Geral da Polícia Militar e do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

b) os mandados de segurança e os habeas data contra atos do Governador do Estado, da Mesa e Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, dos Secretários de Estado, do Tribunal de Contas do Estado ou de algum de seus órgãos, do Procurador-Geral de Justiça, no exercício de suas atribuições administrativas, ou na qualidade de presidente dos órgãos colegiados do Ministério Público, do Procurador-Geral do Estado, do Chefe da Casa Militar, do Chefe do Gabinete do Governador, do Controlador e do Ouvidor Geral do Estado, do Defensor Público-Geral do Estado, do Comandante Geral da Polícia Militar e do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar;

(Suprimida a expressão “do Tribunal de Contas do Município ou de algum de seus órgãos” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

c) os mandados de injunção contra omissão das autoridades referidas na alínea anterior;

d) os habeas-corpus nos processos, cujos recursos forem de sua competência, ou quando o coator ou paciente for autoridade diretamente sujeita à sua jurisdição;

51 Ver ADI 6.514/CE no Anexo II.

52 Em 2004, foi arguida a inconstitucionalidade da expressão “e de quaisquer outras autoridades a estas equiparadas, na forma da lei” na ADI nº 3140. Posteriormente, em 2007, ação julgada procedente para excluir da norma do art. 108, inciso VII, alínea b, a expressão acima questionada. Ver ADI nº 3140 no Anexo I.

e) as ações rescisórias de seus julgados e as revisões criminais nos processos de sua competência;

f) as representações de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais contestados em face desta Constituição;

f) as ações diretas de inconstitucionalidade, nos termos do art. 128 desta Constituição;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

g) as representações para intervenção em Municípios;

h) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuição para a prática de atos processuais; e

i) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;⁵³

VIII – julgar, em grau de recurso, as causas não atribuídas por esta Constituição expressamente à competência dos Tribunais de Alçada, ou por órgãos recursais dos juizados especiais;

VIII – julgar, em grau de recurso, as causas não atribuídas por esta Constituição expressamente à competência dos órgãos recursais dos juizados especiais;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

IX – velar pelo exercício da atividade correicional respectiva; e

X – exercer as demais funções que lhe forem atribuídas por lei.

Art. 109. Junto à Corregedoria da Justiça, funcionará um conselho consultivo, para opinar em todos os processos e procedimentos administrativos referentes a juizes, podendo sugerir aos demais órgãos do Poder Judiciário medidas de interesse da magistratura.

Art. 109. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).⁵⁴

§1º O Conselho será presidido pelo Corregedor da Justiça e composto por:

§1º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

a) um desembargador;

a) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

b) um juiz de Tribunal de Alçada;

b) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

c) um juiz de entrância final;

c) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

d) um juiz de entrância intermediária;

d) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

e) um juiz de entrância inicial.

e) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

§2º Os integrantes do Conselho, à exceção do Corregedor, serão eleitos pelo voto direto e secreto dos juizes do correspondente Tribunal e dos integrantes da mesma entrância do mês de dezembro que anteceder o término do mandato dos dirigentes do Tribunal de Justiça.

§2º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

§3º O mandato dos Conselheiros coincidirá com o mandato dos dirigentes do Tribunal de Justiça, vedada a reeleição.

§3º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

§4º O Tribunal de Justiça, por resolução, disciplinará as atividades do Conselho, o funcionamento e a eleição de seus membros.

§4º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

53 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 2212-1, julgada improcedente pelo STF. Ver julgamento do mérito da ADI nº 2212-1 no Anexo II.

54 Ver ADI nº 251-1 no Anexo II.

Seção III Dos Tribunais de Alçada

Art. 110. Os Tribunais de Alçada têm jurisdição territorial definida no espaço cearense, constituindo-se, para efeito de acesso ao Tribunal de Justiça, a mais alta entrância da organização judiciária em primeiro grau.

Art. 110. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).⁵⁵

§1º Para efeito de acesso ao Tribunal de Justiça, os membros do Tribunal de Alçada, oriundos do Ministério Público e da advocacia, não se desvinculam das classes de origem, observados os critérios de antiguidade e merecimento; neste caso, mediante lista triplíce, se possível.

§1º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

§2º Não havendo juiz de Tribunal de Alçada integrante do quinto constitucional interessado na promoção, o Tribunal de Justiça solicitará ao órgão da respectiva classe a apresentação da lista sêxtupla.

§2º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

Art. 111. Aos juizes dos Tribunais de Alçada é assegurado o direito de permuta e de remoção, observados quanto a esta os critérios de antiguidade e merecimento; e em ambas as composições dos Tribunais quanto aos membros oriundos do Ministério Público e da advocacia.

Art. 111. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).⁵⁶

Art. 112. Compete aos Tribunais de Alçada:

Art. 112. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).⁵⁷

I – propor ao Tribunal de Justiça, para posterior encaminhamento à Assembleia Legislativa, a criação e extinção de cargos de suas secretarias e a fixação dos respectivos vencimentos;

I – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

II – processar e julgar originariamente:

II – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

a) as ações rescisórias de seus julgados e das sentenças proferidas nos processos de sua competência recursal;

a) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

b) as revisões criminais e habeas corpus nos processos, cujos recursos forem de sua competência;

b) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

c) os mandados de segurança contra atos de juiz de primeiro grau, praticados nos feitos de sua competência;

c) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

III – julgar em grau de recurso, observada a divisão territorial do Estado, esta-belecida nesta Constituição:

III – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
Posteriormente, declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

a) as ações relativas à locação de imóveis;

a) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

b) as ações possessórias;

b) (revogado).

55 Ver ADI nº 251-1 no Anexo II.

56 Ver ADI nº 251-1 no Anexo II.

57 Ver ADI nº 251-1 no Anexo II.

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

c) as ações relativas à matéria fiscal da competência dos Municípios;

c) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

d) as ações de acidentes do trabalho;

d) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

e) as ações de procedimento sumaríssimo;

e) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

f) as execuções por título extrajudicial e ações que lhes forem conexas, exceto as relativas à matéria fiscal da competência do Estado;

f) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

g) os crimes contra o patrimônio, seja qual for a natureza da pena cominada;

g) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

h) as demais infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente;

h) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

IV – eleger o Presidente e o Vice-Presidente;

IV – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

V – elaborar o regimento interno;

V – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

VI – exercer as demais funções que lhes forem atribuídas por lei.

VI – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).

Art. 113. O Tribunal de Alçada, com jurisdição prevista em lei e sede na Capital, compõe-se de, no mínimo, nove juizes, com competência definida nesta Constituição e na legislação pertinente.

Art. 113. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).
(Declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).⁵⁸

Seção IV Do Tribunal do Júri

Art. 114. O Tribunal do Júri, com a organização prevista na legislação processual penal, é competente para julgamento dos crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados, sendo soberanos os seus veredictos, com observância da plenitude de defesa e do sigilo das votações.

Seção V Dos Juizes de Direito

Art. 115. Os juizes de direito integram a magistratura de carreira, no exercício da jurisdição comum de primeiro grau nas comarcas e juzos, observadas as discriminações de competências estatuídas na Lei da Organização e Divisão Judiciária.

Art. 116. Em primeiro grau de jurisdição, a carreira da magistratura compreenderá quatro entrâncias.

Art. 116. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Art. 117. É requisito essencial à inscrição no concurso de ingresso na carreira, além de outros enumerados em lei, ser bacharel em Direito, com inscrição definitiva na Ordem dos Advogados do Brasil, salvo nos casos de impedimento legal à sua obtenção.

Art. 117. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Art. 118. Para conhecer e julgar conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça, por ato de seu Presidente, designará juizes de entrância especial, atribuindo-lhes competência exclusiva para questões agrárias.

58 Ver ADI nº 251-1 no Anexo II.

Art. 118. Para conhecer e julgar conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça, por ato de seu Presidente, designará juizes de entrância final, atribuindo-lhes competência exclusiva para questões agrárias.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§1º Para o efeito previsto neste artigo, considera-se especial a entrância mais alta de primeiro grau, em nível imediatamente inferior ao Tribunal de Alçada.

§1º Para o efeito previsto neste artigo, considera-se final a entrância mais alta de primeiro grau.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§2º Sempre que entender necessário à eficiente prestação da tutela jurisdicional, o juiz irá ao local do litígio.

Art. 119. O Tribunal de Justiça designará juiz de entrância especial, com competência exclusiva para conhecer e julgar danos e crimes ecológicos, lesivos ao meio ambiente.

Art. 119. O Tribunal de Justiça designará juiz de entrância final, com competência exclusiva para conhecer e julgar danos e crimes ecológicos, lesivos ao meio ambiente.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Parágrafo único. Aplica-se a este artigo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 118.

Art. 120. O Tribunal de Justiça designará juiz de entrância especial, com competência exclusiva para conhecer e julgar processos resultantes dos inquéritos instaurados pela delegacia especializada em crimes contra a mulher.

Art. 120. O Tribunal de Justiça designará juiz de entrância final, com competência exclusiva para conhecer e julgar processos resultantes dos inquéritos instaurados pela delegacia especializada em crimes contra a mulher.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Parágrafo único. Tal medida será progressivamente estendida às demais entrâncias.

Art. 121. O juiz de direito é titular de comarca, de vara ou membro de Tribunal de Alçada.

Art. 121. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Seção VI Dos Juizes Substitutos

Art. 122. O ingresso na carreira judiciária de primeiro grau far-se-á mediante concurso público, conforme o disposto no art. 96, I, fazendo-se o provimento para juiz substituto.

Parágrafo único. Expirado o prazo de dois anos, fará o Tribunal de Justiça a avaliação do desempenho e integração vocacional, com base no acompanhamento de suas atividades judicantes e do decoro funcional exigido, quando será emitido ato declaratório de vitaliciedade na categoria de juiz de direito.

Seção VII Da Justiça Militar

Art. 123. A Justiça Militar é competente para processo e julgamento dos integrantes das organizações militares estaduais Polícia Militar e Corpo de Bombeiros nos crimes militares definidos em lei, compondo-se:

I – em primeiro grau, da Auditoria e Conselho de Justiça Militar; e

II – em segundo grau, pelo Tribunal de Justiça, ao qual cabe decidir sobre a privação do posto e patente dos oficiais, sobre a perda da graduação de praças de ambas as corporações militares.

Seção VIII Dos Juizes Especiais

Art. 124. Os Juizados Especiais serão providos por juizes togados, ou togados e leigos, para atividade de conciliação, julgamento e execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de maior potencial ofensivo, mediante procedimento oral e sumaríssimo, admitida a transação.

Parágrafo único. A Lei da Organização e Divisão Judiciária disporá sobre as suas competências, prevendo os recursos de seus julgados para os Tribunais de Alçada.

Parágrafo único. A Lei da Organização e Divisão Judiciária disporá sobre as suas competências, prevendo os recursos de seus julgados.⁵⁹

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Seção IX Dos Juizados de Pequenas Causas

Art. 125. Os Juizados de Pequenas Causas devem ser encravados em áreas de elevada densidade residencial ou aglomerados urbanos, sendo vedada a sua instalação em locais discrepantes dessas especificações, incumbindo-se, de forma menos convencional e com rapidez, de solucionar as querelas cíveis e reparar, instantaneamente, os abusos à liberdade física, na forma definida em lei.

Art. 125. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

59 Ver Lei Estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

Seção X Dos Juizados de Paz

Art. 126. A Justiça de Paz, remunerada, será composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para celebrar casamentos, verificar de ofício ou em face de impugnação apresentada o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias e outras, sem caráter jurisdicional, conforme dispuser a Lei da Organização e Divisão Judiciária.

Seção XI Do Controle Direto de Inconstitucionalidade

Art. 127. São partes legítimas para propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo estadual, contestado em face desta Constituição, ou por omissão de medida necessária para tornar efetiva norma ou princípio desta Constituição:

I – o Governador do Estado;

II – a Mesa da Assembleia Legislativa;

III – o Procurador-Geral da Justiça;

IV – o Defensor-Geral da Defensoria Pública;

V – o Prefeito, a Mesa da Câmara ou entidade de classe e organização sindical, se se tratar de lei ou de ato normativo do respectivo Município;

VI – os partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa, ou, tratando-se de norma municipal, na respectiva Câmara;

VII – o Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil; e

VIII – organização sindical ou entidade de classe de âmbito estadual ou intermunicipal.

§1º Quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo, citará previamente o Procurador-Geral do Estado, que se pronunciará sobre a lei ou ato impugnado.

§2º Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida necessária para tornar efetiva norma ou princípio constitucional, será dada ciência da decisão ao Poder competente para a adoção de providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo no prazo de trinta dias.

§3º Declarada em ação direta ou, incidentalmente, em última instância, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, a decisão será comunicada pelo Tribunal à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal para a suspensão da execução, no todo ou em parte, da norma impugnada.

§4º Os legitimados referidos nos incisos I, II, III, IV, VI (parte inicial), VII e VIII poderão propor ação declaratória de constitucionalidade, de lei ou ato normativo estadual em face desta Constituição.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Art. 128. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, os Tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, incidentalmente ou em ação direta.

Parágrafo único. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Tribunal de Justiça, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade desta Constituição, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário estadual e aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, nas esferas estadual e municipal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

Art. 128-A. Os órgãos do Poder Judiciário do Estado, em qualquer grau de jurisdição em suas respectivas esferas de competência, podem, nos termos da lei, ser provocados por quem tiver legítimo interesse a defender, particular ou público.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§1º Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, far-se-á presente o juiz no local do litígio.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§2º Aos necessitados será assegurada assistência integral e gratuita perante a jurisdição estadual. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§2º Aos necessitados será assegurada assistência integral e gratuita perante a jurisdição estadual, por intermédio da Defensoria Pública.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§3º Serão gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

a) o registro civil de nascimento; e

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

b) a certidão de óbito.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

§4º Nenhum serventuário da Justiça, sob pena de responsabilidade, poderá receber custas, emolumentos ou qualquer tipo de remuneração nos procedimentos intentados por pessoas beneficiadas com assistência gratuita.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 63, de 02 de julho de 2009).

TÍTULO VI DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DOS PODERES ESTADUAIS

CAPÍTULO I DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 129. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.⁶⁰

Parágrafo único. São princípios inerentes ao Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 130. São funções institucionais do Ministério Público:⁶¹

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II – zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, adotando as medidas necessárias a sua garantia;

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV – promover a ação declaratória de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção do Estado em Municípios, nos casos previstos nesta Constituição;

V – expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instituí-los;

VI – exercer o controle externo da atividade policial para o primado da ordem jurídica;⁶²

VII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

VIII – exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abrigam idosos, menores, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência;

IX – exercer outras funções que forem conferidas por lei, compatíveis com as suas responsabilidades institucionais, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de órgãos e entidades públicas.⁶³

Art. 131. São órgãos do Ministério Público:⁶⁴

I – o Procurador-Geral de Justiça; e

II – os Procuradores de Justiça;

III – o Colégio de Procuradores de Justiça;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IV – os Promotores de Justiça;

V – o Conselho Superior do Ministério Público;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

VI – os Curadores Especiais.

VII – a Corregedoria-Geral do Ministério Público;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

VIII – os Procuradores de Justiça;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IX – os Promotores de Justiça.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º O Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral da Justiça, nomeado pelo Governador, após aprovação da Assembleia Legislativa, dentre os integrantes da carreira em atividade, maiores de trinta e cinco anos, indicados em lista triplíce, mediante escrutínio secreto pelos membros, em atividade, da instituição, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo processo.

§2º O Ministério Público tem por Chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, indicados em lista triplíce, mediante escrutínio secreto pelos membros, em atividade, da instituição, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

60 Ver Lei nº 10.675, de 08 de julho de 1982; e Lei Complementar nº 08, de 17 de julho de 1998, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

61 Ver Lei nº 10.675, de 08 de julho de 1982; e Lei Complementar nº 08, de 17 de julho de 1998, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

62 Ver Lei Complementar nº 09, de 23 de julho de 1998, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

63 Ver Lei Complementar nº 09, de 23 de julho de 1998, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

64 Ver Lei nº 10.675, de 08 de julho de 1982, e Lei Complementar nº 08, de 17 de julho de 1998 no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º Recebida a lista tríplice, o Governador do Estado, nos vinte dias subsequentes, nomeará um dos seus integrantes e lhe dará posse.

§ 2º Recebida a lista tríplice, o Governador do Estado, nos vinte dias subsequentes, nomeará um dos seus integrantes, que será empossado pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 3º O Procurador-Geral de Justiça poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

Art. 132. O Conselho do Ministério Público, sob a presidência do Procurador-Geral da Justiça, exercerá o controle hierárquico de ordem administrativa e disciplinar sobre todos os membros da instituição e será constituído por sete componentes do Ministério Público, eleitos pelos demais integrantes em votação secreta.

Art. 132. O Conselho Superior do Ministério Público, sob a presidência do Procurador-Geral de Justiça, exercerá o controle hierárquico de ordem administrativa e disciplinar sobre todos os membros da instituição e será constituído por sete componentes do Ministério Público, eleitos pelos demais integrantes, em votação secreta.⁶⁵

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 133. Integram a estrutura organizacional do Ministério Público as seguintes curadorias:

I – do meio ambiente;

II – do consumidor;

III – dos grupos socialmente discriminados;

IV – de acidentes do trabalho; e

V – de ausentes e incapazes.

§ 1º A essas curadorias devem ser submetidas as comunicações relativas a violações a direitos e desrespeitos às leis que tutelam seus interesses, cabendo-lhes efetuar as diligências que se façam necessárias para obtenção de adequados elementos de instrução e promover compatíveis medidas de proteção jurídica.

§ 2º Qualquer autoridade pública que tiver conhecimento de ato que exija a intervenção de curadores é obrigada a fazer o devido encaminhamento, sob pena de responsabilidade.

Art. 134. Lei complementar, de iniciativa reservada, privativamente, ao Procurador-Geral de Justiça, estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público, observadas, relativamente aos seus membros, as garantias, direitos, deveres e vedações estabelecidas na Constituição da República.

Art. 135. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, através do Procurador-Geral de Justiça⁶⁶:

I – propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos e serviços auxiliares, a fixação dos vencimentos dos membros e dos servidores de seus órgãos auxiliares;⁶⁷

II – expedir atos de provimento dos cargos da carreira e dos serviços auxiliares, de promoção, remoção, readmissão, disponibilidade e de reversão;

III – editar atos de aposentadoria, exoneração, demissão e outros que importem em vacância de cargos da carreira ou dos serviços auxiliares;

IV – editar atos, para, na forma da lei, organizar a secretaria e os serviços auxiliares da Procuradoria-Geral da Justiça.

Art. 136. O Ministério Público elaborará a sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo-lhe repassados os recursos correspondentes às suas dotações até o dia vinte de cada mês.⁶⁸

§ 1º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma prevista no caput.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 2º Se a proposta orçamentária, de que trata este artigo, for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do caput, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

65 Ver Lei nº 10.675, de 8 de julho de 1982; e Lei Complementar nº 08, de 17 de julho de 1998 no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

66 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 145-1. Contudo, o STF declarou o dispositivo constitucional. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

67 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 145-1. Contudo, o STF declarou o dispositivo constitucional. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

68 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 145-1. Contudo, o STF declarou o dispositivo constitucional. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

§ 3º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante abertura de créditos suplementares ou especiais.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 137. A atividade do Ministério Público perante o Tribunal de Contas do Estado e Conselho de Contas dos Municípios é exercida por Procurador de Justiça, designado pelo Procurador-Geral da Justiça.

Art. 137. A atividade do Ministério Público perante o Tribunal de Contas do Estado é exercida por Procurador de Justiça, designado pelo Procurador-Geral da Justiça.
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994).

Art. 137. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 3.160-1, no dia 25 de outubro de 2007, publicada no dia 12 de junho de 2009, no DJE).⁶⁹

Art. 138. O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se nas nomeações à ordem de classificação.

Art. 138. O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 139. O acesso na carreira dar-se-á sempre, alternadamente, por merecimento e antiguidade.

Art. 139. A promoção na carreira do Ministério Público dar-se-á de entrância para entrância ou classe, alternadamente, por antiguidade e merecimento, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 93 da Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 140. Os vencimentos dos membros do Ministério Público serão fixados por lei, com diferença não superior a dez por cento de uma para outra entrância ou classe.

Art. 140. Os subsídios dos membros do Ministério Público serão fixados por lei, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento de uma para outra entrância ou classe.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Parágrafo único. Os vencimentos do Procurador-Geral de Justiça não poderão ser inferiores aos atribuídos ao cargo de Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça e servirão de teto como remuneração para os cargos do Ministério Público e seus serviços auxiliares.⁷⁰

Parágrafo único. Na fixação dos subsídios dos membros do Ministério Público observar-se-á o disposto no art. 93, inciso V, da Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 141. Aos membros do Ministério Público são asseguradas as seguintes garantias:

I – vitaliciedade, após dois anos de exercício, somente sendo passíveis de perda do cargo, mediante sentença judicial transitada em julgado;

II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto de dois terços dos seus membros, assegurada ampla defesa;

II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, assegurada ampla defesa;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

III – irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o princípio da isonomia em relação ao órgão do Poder Judiciário junto ao qual oficiarem.⁷¹

III – irredutibilidade de subsídios, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 142. Os membros do Ministério Público sujeitam-se, entre outras previstas em lei, às seguintes vedações:

I – receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

II – exercer a advocacia, ainda que em disponibilidade;

III – exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, na forma da lei;

IV – exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

V – exercer atividade político-partidária, salvo as exceções previstas na lei.

69 Ver ADI nº 3.160-1 no Anexo II.

70 Havia uma suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADI nº 145-1 Contudo, julgada prejudicada em relação a esse parágrafo único por mudança substancial promovida pela EC 65/09. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

71 Havia uma suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADI nº 145-1 Contudo, julgada prejudicada em relação a esse inciso III por mudança substancial promovida pela EC nº 65/09. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

V – exercer atividade político-partidária;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

VI – receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

VII – é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º Os membros do Ministério Público Estadual deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Colégio de Procuradores e à Corregedoria do Ministério Público, que adotarão as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

§ 2º As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

Art. 143. As funções do Ministério Público são privativas dos integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação.

Art. 143. As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 144. Os proventos da aposentadoria dos membros do Ministério Público serão reajustados na mesma proporção dos aumentos concedidos, a qualquer título, aos que permanecem em atividade.

Art. 144. A aposentadoria dos membros do Ministério Público e a pensão de seus dependentes obedecerão ao disposto no art. 40 da Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 145. O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos.⁷²

Art. 145. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

CAPÍTULO II DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 146. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional, incumbida da prestação gratuita de assistência judicial e extrajudicial aos necessitados, compreendendo a orientação e patrocínio dos seus direitos e interesses à tutela jurídica em todos os graus e instâncias.⁷³

Parágrafo único. Em todas as comarcas haverá um representante da Defensoria Pública, por vara, cabendo ao Governador do Estado e a Defensoria Pública Geral, no prazo máximo de dois anos, contados da promulgação da presente Emenda Constitucional, adotarem as medidas que se fizerem necessárias neste sentido, assegurando, assim, aos carentes, o acesso à justiça e o respeito a seus direitos à cidadania.

Parágrafo único. Em todas as comarcas haverá representante da Defensoria Pública, assegurando aos carentes o acesso à Justiça e o respeito a seus direitos à cidadania.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 28 de dezembro de 2000).

Art. 147. A Defensoria Pública é organizada em carreira, com ingresso de seus integrantes na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, chefiada pelo Defensor-Geral nomeado pelo Governador do Estado, entre os membros da instituição, maiores de trinta anos e com mais de dez anos de efetivo exercício, escolhido em lista triplíce pelos integrantes da carreira, e previamente aprovado o nome pela Assembleia Legislativa, com o mandato de dois anos, permitida uma recondução.⁷⁴

§ 1º São aplicáveis aos Defensores Públicos o regime de garantias, vencimentos, vantagens e impedimentos do Ministério Público e da Procuradoria-Geral do Estado.

§ 1º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 26 de junho de 2018, no DJE).⁷⁵

72 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 145-1. Contudo, julgada prejudicada devido à revogação promovida pela EC nº 65/09. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

73 Ver Lei Complementar nº 06, de 28 de abril de 1997; alterada pelas Leis Complementares nº 11, de 17 de junho de 1999; Lei Complementar nº 20, de 29 de junho de 2000; e Lei Complementar nº 27 de 17, de janeiro de 2001, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

74 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 143-4, a qual foi julgada extinta pelo STF em 17/06/2002. Ver ADI nº 143-4 no Anexo II.

75 Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

§ 2º O Defensor-Geral poderá ser destituído por maioria absoluta de votos da Assembleia Legislativa, por sua própria iniciativa ou proposta do Governador do Estado.⁷⁶

§ 3º Os membros da Defensoria Pública deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Defensor Geral, que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

§ 4º As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

Art. 148. São funções institucionais da Defensoria Pública:

I – promover, extrajudicialmente, a conciliação entre as partes, em conflito de interesses;

II – promover ação penal privada e a ação subsidiária pública;

III – promover ação civil;

IV – promover defesa em ação penal;

V – promover defesa em ação civil e reconvir;

VI – atuar como curador especial, previsto em lei;

VII – atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando a assegurar à pessoa, sob qualquer circunstância, o exercício dos direitos e garantias individuais;

VIII – assegurar aos seus assistidos, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e ampla defesa, com os recursos de meios a ela inerentes.

§ 1º A defesa do menor caberá, especialmente, nas hipóteses previstas no artigo 227, § 3º, da Constituição Federal.

§ 2º A Defensoria Pública, na forma da lei, poderá ser encarregada, também, de prestar assistência judiciária, que for devida ao servidor público.

§ 3º Os membros da Defensoria Pública são aposentados nas mesmas condições previstas para os membros do Ministério Público e Procuradoria-Geral do Estado.

§ 3º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 749-1, no dia 20 de março de 2003, publicada no dia 28 de março de 2003, no DJE).⁷⁷

§ 3º A aposentadoria dos membros da Defensoria Pública e a pensão dos seus dependentes obedecerão ao disposto no art. 40 da Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 4º Os cargos de Defensor Público, junto às instâncias superiores em número igual aos de Procuradores de Justiça, serão ocupados pelos integrantes da carreira pertencentes à classe mais elevada da categoria, de acordo com os critérios fixados na lei complementar ou na lei de organização da carreira.

Art. 148-A. A Defensoria Pública é assegurada autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. *(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).*

Art. 148-A. A Defensoria Pública é assegurada autonomia funcional, financeira e administrativa, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º, da Constituição Federal, cabendo-lhe especialmente:⁷⁸

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014).

I – praticar atos próprios de gestão;

II – decidir sobre situação funcional e administrativa de seus membros e do serviço auxiliar ativo, organizados em quadro próprio;

III – apresentar sua proposta orçamentária;

IV – propor privativamente ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos da carreira e serviços auxiliares, bem como a fixação, revisão e reajuste dos subsídios de seus membros e dos vencimentos de seus servidores;

V – propor ao Poder Legislativo a criação e a alteração da legislação de interesse institucional;

VI – expedir atos de provimento dos cargos da carreira e dos serviços auxiliares, de promoção, remoção, readmissão, disponibilidade e de reversão;

76 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 143-4, a qual foi julgada extinta pelo STF em 17/06/2002. Ver ADI nº 143-4 no Anexo II.

77 Ver ADI nº 749-1 no Anexo II.

78 Ver Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016 (Novo Regime Fiscal), no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

VII – editar atos de aposentadoria, exoneração, demissão e outros que importem em vacância de cargos da carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros da Defensoria Pública do Estado e de seus servidores dos serviços auxiliares;

VIII – exercer outras competências decorrentes de sua autonomia na forma da lei.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014).

§1º Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e os especiais, consignados à Defensoria Pública, serão repassados em duodécimos até o dia vinte de cada mês.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º O Defensor Público-Geral poderá, justificadamente, solicitar créditos suplementares e especiais ao Chefe do Poder Executivo.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§3º Cabe à Lei Complementar organizar a Defensoria Pública, dispondo sobre sua competência, estrutura e funcionamento, bem como sobre a carreira de seus membros, observando as normas previstas na legislação federal e nesta Constituição, respeitada, obrigatoriamente, sua competência para:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – praticar atos e decidir sobre a situação funcional dos membros da carreira e dos serviços auxiliares que serão organizados em quadros próprios.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 149. Será criado junto à Defensoria-Geral Pública o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento da Mulher, com o objetivo de proporcionar à mulher orientação e acompanhamento jurídicos adequados, na medida em que estará voltado para os seus problemas específicos.

CAPÍTULO III DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Art. 150. A Procuradoria-Geral do Estado é uma instituição permanente, essencial ao exercício das funções administrativa e jurisdicional do Estado, sendo responsável, em toda sua plenitude, pela defesa de seus interesses em juízo e fora dele, bem como pelas suas atividades de consultoria e assessoria jurídica, à exceção de suas autarquias, sob a égide dos princípios da legalidade e da indisponibilidade dos interesses públicos.

Art. 150. A Procuradoria Geral do Estado é uma instituição permanente, essencial ao exercício das funções administrativa e

jurisdicional do Estado, sendo responsável, em toda sua plenitude, pela defesa de seus interesses em juízo e fora dele, bem como pelas suas atividades de consultoria e assessoria jurídica, à exceção de suas autarquias, sob a égide dos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência, da publicidade, da impessoalidade e da indisponibilidade dos interesses públicos.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º A Procuradoria Geral do Estado gozará de autonomia administrativa e financeira, com dotação orçamentária própria e quadro de carreira adequados à instituição.

§2º Lei orgânica, de natureza complementar, disporá sobre a Procuradoria-Geral do Estado, disciplinará suas competências e o funcionamento dos órgãos que a integram, regionalizando sua atuação, bem como estabelecerá o regime jurídico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, observados os princípios e regras desta Constituição.

§2º Lei Orgânica, de natureza complementar, disporá sobre a Procuradoria Geral do Estado, disciplinará suas competências e o funcionamento dos órgãos que a integram, regionalizando sua atuação, bem como estabelecerá o regime jurídico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado.⁷⁹

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 151. Compete, privativamente, à Procuradoria Geral do Estado:

I – representar judicial e extrajudicialmente o Estado, em defesa de seu patrimônio e da Fazenda Pública, observadas as competências das procuradorias autárquicas;

I – representar judicial e extrajudicialmente o Estado, em defesa de seu patrimônio e da Fazenda Pública, observadas as competências das procuradorias autárquicas, podendo intervir nos processos administrativos e judiciais da Administração Indireta, nas hipóteses de relevante interesse público;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – representar os interesses do Estado junto ao Contencioso Administrativo Tributário, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Conselho de Contas dos Municípios;

II – representar os interesses do Estado junto ao Contencioso Administrativo Tributário, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal de Contas dos Municípios;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992).

II – representar os interesses do Estado junto ao Contencioso Administrativo Tributário ao Tribunal de Contas do Estado;

(Suprimida a expressão “e ao Tribunal de Contas do Município” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

III – exercer as atividades de consultoria e assessoria jurídica do ente federado, observado o final do inciso I;

79 Lei Complementar nº 02, de 24 de maio de 1994; alterada pela Lei Complementar nº 07, de 11 de julho de 1997; Lei Complementar nº 10, de 17 de julho de 1999; Lei Complementar nº 15, de 07 de dezembro de 1999; e Lei Complementar nº 25, de 08 de janeiro de 2001, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

III – exercer as atividades de consultoria e assessoria jurídica do ente federado, observado o final do inciso I;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IV – realizar processos administrativo-disciplinares, instaurados contra servidores civis da administração direta e fundacional do Estado, inclusive os da Polícia Civil;

V – propor ações judiciais em defesa dos interesses e do patrimônio público estadual, na forma da lei processual pertinente;

V – propor ações judiciais em defesa dos interesses e do patrimônio público estadual, da Administração Direta e Indireta, na forma da lei processual pertinente;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

VI – fiscalizar a legalidade dos atos da administração pública estadual direta e fundacional, cabendo-lhe propor, quando se fizer necessário, as ações judiciais competentes;

VI – fiscalizar a legalidade dos atos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, cabendo-lhe propor, quando se fizer necessário, as ações judiciais competentes;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

VII – exercer outras funções que lhe forem conferidas por lei, compatíveis com a natureza da instituição.

Art. 152. A carreira de Procurador do Estado será estruturada com observância do disposto nos arts. 132 e 135 da Constituição da República e dos seguintes princípios e garantias:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – ingresso no cargo inicial da carreira exclusivamente por concurso público de provas e títulos, realizado pela Procuradoria-Geral do Estado e pelas respectivas autarquias, com a participação obrigatória da Ordem dos Advogados do Brasil;⁸⁰

I – ingresso no cargo inicial da carreira exclusivamente por concurso público de provas e títulos, realizado pela Procuradoria Geral do Estado, com a participação obrigatória da Ordem dos Advogados do Brasil;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – promoção, por critérios de merecimento e antiguidade, alternadamente, vedadas as transformações ou transposição de cargos;

III – vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo, senão por sentença judicial transitada em julgado;⁸¹

III – estabilidade, após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho, após relatório circunstanciado da Corregedoria;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IV – irredutibilidade de vencimentos, fixados em lei, com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra categoria, aplicando-se-lhes, por força do princípio da isonomia estabelecido no art. 135 da Constituição Federal, tratamento remuneratório idêntico ao dos membros do Ministério Público;⁸²

IV – irredutibilidade de vencimentos, fixados em lei, com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra categoria;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

V – inamovibilidade, salvo por interesse público, na forma prevista em lei.

Parágrafo único. O Governador do Estado, no prazo de cento e vinte dias, contado a partir da promulgação desta Constituição, encaminhará à Assembleia Legislativa projetos de lei, dispendo sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado e das **procuradorias autárquicas**.⁸³

(Trecho declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 10 de agosto de 2018, no DJE).

Art. 153. O Procurador-Geral do Estado, chefe da Procuradoria-Geral do Estado, e o Procurador-Geral Adjunto, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre advogados com pelo menos dez anos de prática forense e de notório saber jurídico e reputação ilibada, com idade mínima de trinta e cinco anos.

Art. 153. O Procurador-Geral do Estado, chefe da Procuradoria-Geral do Estado, e o Procurador-Geral Adjunto, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre advogados com pelo menos dez anos de prática forense e de notório saber jurídico e reputação ilibada, com idade mínima de trinta anos.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 68, de 14 de outubro de 2010).

§ 1º As atribuições da Procuradoria Geral do Estado só podem ser exercidas pelo Procurador-Geral, pelo Procurador-Geral Adjunto e pelos integrantes da carreira de Procurador do Estado;

§ 2º O Procurador-Geral, o Procurador-Geral Adjunto, os Procuradores do Estado, os Procuradores, Subprocuradores e os Consultores autárquicos serão

80 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 145-1. Contudo, julgada parcialmente procedente a ação, para julgar prejudicada. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II. DOU 25/06/2018.

81 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 145-1. Contudo, julgada parcialmente procedente a ação, para julgar prejudicada. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II. DOU 25/06/2018.

82 Suspensa por medida cautelar a expressão: “aplicando-se-lhes, por força do princípio da isonomia estabelecido no art. 135 da Constituição Federal, tratamento remuneratório idêntico ao dos membros do Ministério Público”, deferida pelo STF na ADI nº 145-1. Contudo, julgada parcialmente procedente a ação, para julgar prejudicada. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II. DOU 25/06/2018.

83 Ver ADI nº 145-1, no Anexo II. DOU 25/06/2018.

submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça, das infrações penais comuns, ressalvadas as competências previstas na Constituição da República;

§ 2º O Procurador-Geral, o Procurador-Geral Adjunto e os Procuradores do Estado, serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça, das infrações penais comuns, ressalvadas as competências previstas na Constituição da República.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 3º O Procurador do Estado, no exercício das funções do seu cargo, goza de independência e das prerrogativas inerentes à atividade advocatícia, cabendo-lhe, ainda, a faculdade de requisitar informações escritas, exames e diligências que julgar necessárias ao desempenho de suas atividades, além do auxílio da força policial e a instauração de procedimentos policiais para apuração das infrações penais praticadas contra bens, serviços ou interesses do Estado.

CAPÍTULO III - A DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 81, de 28 de agosto de 2014)

Art. 153-A. A Administração Fazendária é instituição permanente, essencial ao funcionamento do Estado, competindo-lhe a gestão tributária e das finanças estaduais, com dotação orçamentária própria, assegurada autonomia administrativa, funcional e financeira, nos termos, limites e condições estabelecidos na lei complementar de que trata o § 1º deste artigo, sendo ainda observado:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 81, de 28 de agosto de 2014)

I – precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 81, de 28 de agosto de 2014)

II – será composta por servidores de carreira específica, terá recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuará de forma integrada com a dos demais entes federados, inclusive com o compartilhamento de cadastros e informações fiscais, na forma da lei ou convênio;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 81, de 28 de agosto de 2014)

III – as atividades exercidas pelos integrantes da carreira da Administração Fazendária Estadual são consideradas essenciais e típicas de Estado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 81, de 28 de agosto de 2014)

§ 1º Lei orgânica, de natureza complementar, de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, disporá sobre a Administração Fazendária Estadual, disciplinará suas competências e estabelecerá o regime jurídico dos integrantes da carreira, suas prerrogativas, garantias e vedações.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 81, de 28 de agosto de 2014)

§ 2º O Estado destinará à Administração Fazendária, anualmente, percentual do total de sua receita de impostos, a ser estabelecido na lei complementar de que trata o § 1º deste artigo, para a realização de suas atividades, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 81, de 28 de agosto de 2014)

§ 3º O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, nos termos definidos na lei complementar de que trata o § 1º deste artigo.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 81, de 28 de agosto de 2014)

§ 4º Os integrantes da Administração Fazendária deverão enviar, anualmente, declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até primeiro grau ou por adoção, à unidade de gestão de pessoas competente, que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 81, de 28 de agosto de 2014)

§ 5º Compete exclusivamente aos integrantes da Administração Fazendária, o lançamento do crédito tributário, nos termos definidos na lei de que trata o § 1º do art. 153-A.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 81, de 28 de agosto de 2014).

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I Disposições Gerais

Art. 154. A administração pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes do Estado do Ceará obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e ao seguinte:

Art. 154. A administração pública direta, indireta e fundacional de quaisquer dos Poderes do Estado do Ceará obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, e ao seguinte:⁸⁴

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

I – os cargos, funções e empregos públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

I – os cargos, funções e empregos públicos são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – a investidura em cargo ou emprego público, na administração direta, indireta e fundacional, depende de prévia aprovação em

84 Ver art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 19, de 04 de junho de 1998 DOU 05/06/1998.

concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas apenas as nomeações para cargo em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável, previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, objeto do concurso;

V – os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

VI – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites fixados em lei complementar à Constituição da República;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e limites definidos em lei específica, prevista no art. 37, inciso VII, da Constituição da República;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

VIII – o não cumprimento dos encargos trabalhistas pelas prestadoras de serviços, apurado na forma da legislação específica, importará na rescisão do contrato sem direito a indenização;

IX – a lei fixará o limite máximo de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça e por Secretários de Estado no âmbito dos respectivos poderes;

IX – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros do Executivo, Legislativo e Judiciário, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, do Governador do Estado no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).*

IX – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros do Executivo, Legislativo e Judiciário, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, do Governador do Estado no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).*

IX – fica estabelecido, como limite remuneratório único aplicável aos servidores públicos do Estado do Ceará, de quaisquer Poderes, inclusive do Ministério Público e da Defensoria Pública, o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, limitado a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste artigo aos subsídios dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 01 de junho de 2017).

X – a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;

XI – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XII – ressalvado o disposto no inciso anterior e em outros dispositivos desta Constituição, é vedada a vinculação de vencimentos, para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público, inclusive ao salário mínimo, na conformidade com o que dispõe o art. 7º, IV, da Constituição da República;

XII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

XIII – os vencimentos dos servidores públicos, civis e militares, são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, 153 § 2º, I e 37, XI e XII da Constituição da República;

XIII – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV do art. 37 e nos arts. 39, § 4º, 150, inciso II, 153, inciso III e 153, § 2º, inciso I, todos da Constituição Federal;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

XIV – Lei Complementar estabelecerá os casos de contratação, por tempo determinado, não superior a seis meses, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

XIV – Lei Complementar estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária, de

excepcional interesse público, fixando prazo de até doze meses, prorrogável, no máximo, por doze meses.⁸⁵

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 02 de setembro de 1999).

XV – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, permitida apenas, e quando houver compatibilidade de horários:

XV – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, permitida apenas, e quando houver compatibilidade de horários, observado, em qualquer caso, o disposto no inciso XI:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

a) a de dois cargos de professor; e

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico;

c) a de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

XVI – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista;

XVI – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

XVII – a administração fazendária e seus servidores terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XVII – (revogado);

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 81, de 26 de agosto de 2014).

XVIII – somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundação pública;

XVIII – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

XIX – depende de autorização legislativa, em qualquer caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XX – ressalvados os casos de dispensa e inexistência, previstos em lei, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, que assegure igualdade de

condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

XXI – a pensão mínima dos servidores do Instituto de Previdência do Estado do Ceará não poderá ser inferior ao valor de um salário mínimo;

XXI – Nenhuma pensão paga aos dependentes de servidor público falecido poderá ter valor mensal inferior ao salário mínimo, ressalvados os casos de remuneração e proventos proporcionais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

XXI – nenhuma pensão paga aos dependentes de servidor público falecido poderá ter valor mensal inferior ao salário mínimo;⁸⁶

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

XXII – o tempo de serviço dos servidores públicos na administração direta, nas autarquias e nas fundações públicas, será contado como título, quando se submeterem a concurso público para fins de efetivação na forma da lei;

XXIII – a lei reservará percentual de cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

XXIV – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º, do art. 39, da Constituição da República, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices, vedada remuneração inferior ao salário mínimo nacional;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

XXV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

XXVI – a administração tributária, atividade essencial ao funcionamento do Estado e exercida por servidores de carreira específica, terá recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuará de forma integrada com a dos demais entes federados, inclusive com o compartilhamento de cadastros e informações fiscais, na forma da lei ou convênio; (Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009);

XXVI – (revogado);

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 81, de 26 de agosto de 2014).

XXVII – as atividades de controle da Administração Pública Estadual, essenciais ao seu funcionamento, contemplarão, em especial,

85 Ver Lei Complementar nº 14, de 15 de setembro de 1999; e Lei Complementar nº 22, de 24 de julho de 2000, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

86 Ver Lei Complementar nº 31, de 05 de agosto 2002, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

as funções de ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

XXVIII – as atividades de planejamento, orçamento e gestão serão desempenhadas por órgão de natureza permanente e exercidas por servidores organizados em carreiras específicas, na forma de lei própria.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 121, de 11 de maio de 2023).

§ 1º Nenhum servidor poderá receber contraprestação inferior ao salário mínimo.

§ 2º Os valores dos cargos comissionados serão fixados, obedecendo-se a uma diferença nunca excedente a dez por cento de um para o outro em seu escalonamento hierárquico, não podendo exceder ao valor da remuneração correspondente ao do Símbolo DNS-1.

§ 2º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 10 de agosto de 2018, no DJE).⁸⁷

§ 3º Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade de bens e no ressarcimento do erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 4º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

§ 5º Por força do art. 37, XIV, da Constituição Federal em combinação com o seu art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os percentuais ou valores relativos às gratificações ou quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive as de caráter pessoal, são calculados e aplicados de modo singelo, incidindo exclusivamente sobre o vencimento base ou soldo, dos servidores públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas, bem como de quaisquer categorias de agentes públicos do Estado do Ceará.⁸⁸

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de dezembro de 1995).

§ 6º Excluem-se do limite máximo previsto no inciso IX, somente a Progressão Horizontal por Tempo de Serviço, o Salário-Família e o Adicional de Férias.⁸⁹

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de dezembro de 1995).

§ 7º Os servidores ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Ceará deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, aos seus superiores, que adotarão as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

§ 8º Os auditores e auditores-adjuntos da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, aos seus superiores, que adotarão as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

§ 8º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 81, de 26 de agosto de 2014).

§ 9º As declarações de bens a que se referem os §§ 7º e 8º deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

§ 9º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 81, de 26 de agosto de 2014).

§ 10. Nas hipóteses do inciso XIV deste artigo, quando se tratar de contratos temporários de professores, ocorrendo paralisações ou força maior, devidamente justificadas, que suspendam o calendário acadêmico ou escolar, impedindo o cumprimento da carga horária do semestre dentro do prazo de contratação, os respectivos Professores Substitutos poderão ter seus contratos prorrogados no limite necessário da reposição das aulas, sem criação de qualquer vínculo, e no caso dos temporários da área de defesa agropecuária os contratos poderão ser prorrogados por mais doze meses, contados do prazo final da primeira prorrogação. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 60, de 08 de julho de 2008).

§ 10. Nas hipóteses do inciso XIV deste artigo, quando se tratar de contratos temporários de professores, ocorrendo paralisações ou força maior, devidamente justificadas, que suspendam o calendário acadêmico ou escolar, impedindo o cumprimento da carga horária do semestre dentro do prazo de contratação, os respectivos Professores Substitutos poderão ter seus contratos prorrogados no limite necessário da reposição das aulas, sem criação de qualquer vínculo, no

87 Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

88 Arguida a inconstitucionalidade na redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de dezembro de 1995. Contudo, considerada prejudicada por decisão monocrática em 26 de junho de 1999. Publicada no DJE de 02 de agosto de 1999. Ver integralidade da decisão na ADI nº 1443-9 no Anexo II.

89 Arguida a inconstitucionalidade na redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de dezembro de 1995. Contudo, considerada prejudicada por decisão monocrática em 26 de junho de 1999. Publicada no DJ de 02 de agosto de 1999. Ver integralidade da decisão na ADI nº 1443-9 no Anexo I.

caso dos temporários da área de defesa agropecuária os contratos poderão ser prorrogados por mais doze meses, contados do prazo final da primeira prorrogação, e nos demais casos, poderão ser prorrogados por mais cento e vinte dias contados do prazo final da primeira prorrogação, quando já autorizada nova contratação temporária por lei específica ou quando já autorizado concurso público para provimento de cargo efetivo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 78, de 17 de outubro de 2013).

§ 10. Nas hipóteses do inciso XIV deste artigo, quando se tratar de contratos temporários de professores, ocorrendo paralisações ou força maior, devidamente justificadas, que suspendam o calendário acadêmico ou escolar, impedindo o cumprimento da carga horária do semestre dentro do prazo de contratação, os respectivos Professores Substitutos poderão ter seus contratos prorrogados no limite necessário da reposição das aulas, sem criação de qualquer vínculo; no caso dos temporários da área de defesa agropecuária, bem como das de arquitetura, engenharia e cargos técnicos inerentes a essas áreas, os contratos poderão ser prorrogados por mais doze meses, contados do prazo final da primeira prorrogação; nos demais casos, poderão ser prorrogados por mais cento e vinte dias contados do prazo final da primeira prorrogação, quando já autorizada nova contratação temporária por lei específica ou quando já autorizado concurso público para provimento de cargo efetivo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 16 de fevereiro de 2016).

§ 10. Nas hipóteses do inciso XIV deste artigo, quando se tratar de Contratos Temporários de Professores, ocorrendo paralisações ou força maior, devidamente justificadas, que suspendam o calendário acadêmico ou escolar, impedindo o cumprimento da carga horária do semestre dentro do prazo de contratação, os respectivos Professores Substitutos poderão ter seus contratos prorrogados no limite necessário da reposição das aulas, sem criação de qualquer vínculo; no caso dos temporários da área de defesa agropecuária, de arquitetura, de engenharia, de cargos técnicos inerentes a essas áreas, bem como de cargos cujo desempenho esteja relacionado a projetos estaduais de habitação e de desenvolvimento urbano, os contratos poderão ser prorrogados por mais 12 (doze) meses, contados do prazo final da primeira prorrogação; nos demais casos, poderão ser prorrogados por mais 120 (cento e vinte) dias contados do prazo final da primeira prorrogação, quando já autorizada nova contratação temporária por lei específica ou quando já autorizado concurso público para provimento de cargo efetivo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 89, de 11 de maio de 2017).

§ 10. Nas hipóteses do inciso XIV deste artigo, quando se tratar de Contratos Temporários de Professores, ocorrendo paralisações ou força maior, devidamente justificadas, que suspendam o calendário acadêmico ou escolar, impedindo o cumprimento da carga horária do semestre dentro do prazo de contratação, os respectivos Professores Substitutos poderão ter seus contratos prorrogados no limite necessário da reposição das aulas, sem criação de qualquer vínculo; no caso dos temporários da área de defesa agropecuária, do sistema socioeducativo, de arquitetura, de engenharia, de cargos técnicos inerentes a essas áreas bem como de cargos cujo desempenho esteja relacionado a projetos estaduais de habitação, de desenvolvimento urbano, os contratos poderão ser prorrogados por mais 12 (doze) meses, contados do prazo final da primeira prorrogação; nos demais casos, poderão ser prorrogados por mais 120 (cento e vinte) dias, contados do prazo final da primeira prorrogação, quando já autorizada nova

contratação temporária por lei específica ou quando já autorizado concurso público para provimento de cargo efetivo.”

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 96, de 03 de outubro de 2019).

§ 11. A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, na forma da lei;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 12. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 13. A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, incisos X e XXXIII da Constituição da República; e

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 14. Fica vedada a nomeação ou a designação para cargos de provimento em comissão daqueles considerados inelegíveis, em razão de atos ilícitos nos termos da Lei Complementar de que trata o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, no âmbito da Administração direta e indireta dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do Estado do Ceará, incluídos os Tribunais de Contas e o Ministério Público. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 74, de 19 de abril de 2012).

§ 14. Fica vedada a nomeação ou a designação para cargos de provimento em comissão daqueles considerados inelegíveis, em razão de atos ilícitos nos termos da Lei Complementar de que trata o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, no âmbito da Administração direta e indireta dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do Estado do Ceará, incluídos o Tribunal de Contas do Estado do Ceará e o Ministério Público.

(Substituída a expressão “os Tribunais de Contas” por “o Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, Art. 14, de 16 de agosto de 2017).

§ 15. É vedada, ainda, a nomeação direta para membros dos Tribunais de Contas, bem como para compor listas para efeitos de investidura e promoção no âmbito

do Poder Executivo, Poder Judiciário e do Ministério Público, daqueles inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da Lei Complementar de que trata o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, integrando critérios inarredáveis na escolha e nomeação de autoridades nos casos previstos nesta Constituição. *(Inserido pela Emenda Constitucional nº 74, de 19 de abril de 2012).*

§ 15. É vedada, ainda, a nomeação direta para membros ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, bem como para compor listas para efeitos de investidura e promoção no âmbito do Poder Executivo, Poder Judiciário e do Ministério Público, daqueles inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da Lei Complementar de que trata o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, integrando critérios inarredáveis na escolha e nomeação de autoridades nos casos previstos nesta Constituição.

(Substituída a expressão “aos Tribunais de Contas” por “ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, Art. 12, de 16 de agosto de 2017).

Art. 155. Fica assegurada a maiores de dezesseis anos a participação nos concursos públicos para ingresso nos serviços da administração direta e indireta.

Art. 156. A lei estabelecerá as circunstâncias e exceções em que se aplicarão sanções administrativas, inclusive a demissão ou destituição do servidor público que:

Art. 156. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 749-1, no dia 20 de março de 2003, publicada no dia 28 de março de 2003, no DJE).⁹⁰

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público;

I – (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 749-1, no dia 20 de março de 2003, publicada no dia 28 de março de 2003, no DJE).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – for proprietário, controlador ou diretor de empresa que mantenha contrato com pessoa jurídica de direito público;

II – (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 749-1, no dia 20 de março de 2003, publicada no dia 28 de março de 2003, no DJE).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

III – patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I.⁹¹

III – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 157. Os órgãos que compõem a administração direta e indireta, autarquias, sociedades de economia mista e suas entidades vinculadas e as fundações, deverão reservar dez por cento do total de suas verbas publicitárias, destinadas à televisão, para a Televisão Educativa - TVE - Canal 5.

Art. 158. É assegurado o controle popular na prestação dos serviços públicos mediante direito de petição.

Parágrafo único. As pessoas responsáveis pela prestação dos serviços públicos, sempre que solicitadas por órgãos públicos, sindicatos ou associações de usuários, prestarão, no prazo definido em lei, informações detalhadas sobre planos, projetos, investimentos, custos, desempenhos e demais aspectos pertinentes à sua execução, sob pena de responsabilidade.⁹²

Art. 159. A publicidade dos atos, programas e obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo, ou de origem social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e abusivo culto da personalidade de autoridades e servidores públicos.

Art. 159. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º A não observância dos preceitos deste artigo implicará na responsabilidade civil, administrativa e política da autoridade e na vedação de manter a administração estadual, direta e indireta, quaisquer vínculos com entidade ou pessoa privada responsável pela produção publicitária ou veiculação das peças promocionais.

§ 1º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 2º Para garantir o cumprimento das normas deste artigo contra fórmulas indiretas de promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos, será vedado à administração direta ou indireta manter vínculos contratuais com pessoas ou entidades privadas, quando estas divulgarem, em qualquer veículo de comunicação de massa, a qualquer título, peças ou mensagem promocionais alusivas à ação pessoal de qualquer autoridade ou servidor público, identificadas por nomes, símbolos, referências pessoais, imagens ou qualquer outra indicação capaz de estabelecer ligação direta ou subliminar.

§ 2º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

90 Ver ADI nº 749-1 no Anexo I.

91 Inciso com arguição de inconstitucionalidade na ADI nº 749-1, na qual o STF não se pronunciou quanto a ele, embora tenha julgado todos os outros dispositivos inconstitucionais.

92 Regulamentado pela Lei nº 11.755, de 14 de novembro de 1990, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

Art. 160. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, na forma e prazo previstos em lei, poderá obter informações a respeito da execução de contratos ou convênios firmados por órgãos ou entidades integrantes da administração direta, indireta e fundacional do Estado, para a execução de obras ou serviços, podendo, ainda, denunciar quaisquer irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado ou a Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, os órgãos e entidades contratantes deverão remeter ao Tribunal de Contas e à Assembleia cópias do inteiro teor dos contratos ou convênios respectivos, no prazo de cinco dias após a sua assinatura.

Art. 161. Compete ao Estado e Municípios fiscalizar, na forma da legislação vigente, a aplicação por suas entidades da administração direta, indireta e fundações, dos recursos federais, que lhes forem transferidos, mediante convênio, acordos ou ajustes, sem elidir a fiscalização de competência dos órgãos do controle interno e externo da União.

Art. 162. É obrigatória a fixação de quadro com lotação numérica de cargos e funções, sem o que não será permitida a nomeação ou contratação de servidores.

§1º A despesa com pessoal ativo e inativo dos Poderes Estaduais, Ministério Público, fundos, órgãos e entidades da administração indireta, mantidos pelo Poder Público, não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§2º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I – se houver dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; e

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§3º As autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundação terão quadro de lotação próprio, sendo vedada a nomeação ou contratação de pessoas sem a existência de vaga.

§4º Será vedada contratação de serviços de terceiros para a realização de atividades que possam ser regularmente exercidas por servidores.

§4º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 749-1, no dia 20 de março de 2003, publicada no dia 28 de março de 2003, no DJE).⁹³

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 162-A Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, relação dos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e pensionistas, devendo a identificação ser por nome, sem abreviações, cargo efetivo ou função, cargo em comissão ou função gratificada, posto ou graduação, matrícula, órgão de lotação e de exercício. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001).

Art. 162-A. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, relação dos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e pensionistas, devendo a identificação ser por nome, sem abreviações, cargo efetivo ou função, cargo em comissão ou função gratificada, posto ou graduação, matrícula, órgão de lotação e de exercício.

(Substituída a expressão “os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios” por “o Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

§1º A obrigação imposta por este artigo abrange os servidores públicos dos Quadros permanentes e transitórios.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001).

§2º Nas relações mencionadas no caput deste artigo, deve ainda constar, separadamente, a identificação de todas as pessoas físicas que, nos doze meses anteriores ao mês das publicações, prestaram serviços de natureza eventual ou permanente aos Poderes e órgãos do Estado do Ceará, e que por eles foram diretamente remunerados, e de estagiários e bolsistas, devendo a identificação ser por nome, sem abreviações, função, atividade ou serviço prestado, matrícula, CPF, esse se inexistir matrícula, datas de início e término da função, atividade ou serviço prestado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001).

§3º O não cumprimento do disposto neste artigo configura lesão ao patrimônio público estadual, à moralidade e à publicidade administrativas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001).

Art. 162-B. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos, na forma do § 6º do art. 39 da Constituição Federal. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001).

93 Ver ADI nº 749-1 no Anexo II.

Art. 162-B. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 162-B. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

(Substituída a expressão “os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios” por “o Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo configura lesão ao patrimônio público estadual, à moralidade e à publicidade administrativas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001).

Art. 162-C. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores gastos, em cada um dos doze meses anteriores ao mês de publicação, com o pagamento dos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e pensionistas, e com o pagamento das pessoas físicas que, no mesmo período, prestaram serviços de natureza eventual ou permanente aos Poderes e órgãos do Estado do Ceará, e que por eles foram diretamente remunerados. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001).

Art. 162-C. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores gastos, em cada um dos 12 (doze) meses anteriores ao mês de publicação, com o pagamento dos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e pensionistas, e com o pagamento das pessoas físicas que, no mesmo período, prestaram serviços de natureza eventual ou permanente aos Poderes e órgãos do Estado do Ceará, e que por eles foram diretamente remunerados.

(Substituída a expressão “os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios” por “o Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017).

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo configura lesão ao patrimônio público estadual, à moralidade e à publicidade administrativas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001).

Art. 163. O Estado responsabilizará os seus servidores por alcance e outros danos causados à administração, ou por pagamentos efetuados em desacordo com as normas legais, sujeitando-os ao sequestro e perdimento de bens, nos termos da legislação pertinente.

Art. 164. É gratuita, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, além dos atos previstos no art. 5º, inciso LXXVI, da Constituição Federal, a expedição de cédula de identidade individual.

Art. 165. Os deficientes físicos sensoriais ou não, que ingressarem no serviço público, aposentar-se-ão integral e optativamente por tempo de serviço, após vinte e cinco anos, caso não sobrevenha doença correlata ou agravante.

Art. 165. Os servidores públicos deficientes físico-sensoriais, ou não, farão jus a aposentadoria na mesma forma estabelecida para os demais servidores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

Art. 165. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

Seção II Dos Servidores Públicos Civis

Art. 166. O Estado, no âmbito de sua competência, instituirá regime único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações.

Art. 166. Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas estarão sujeitos a regime jurídico de direito público administrativo, instituído em lei, a qual também instituirá planos de carreira.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º A lei assegurará aos servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.⁹⁴

(Trecho declarado inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 10 de agosto de 2018, no DJE).

§2º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição da República.

§2º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

94 Além da ADI, ocorreu a não recepção da parte remanescente do §1º do art. 166, em face da Emenda Constitucional Federal nº 19/1998, incidindo, na espécie, a vedação de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeitos de remuneração de pessoal do serviço público, prevista no art. 37, XIII, da Constituição Federal. Julgado em 20/06/2018 e publicado no DJE 10/08/2018. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – os requisitos para a investidura; e

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

III – as peculiaridades dos cargos.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 3º O Estado manterá Escola de Governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para tanto, a celebração de convênios com os demais entes federados.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 4º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX da Constituição da República.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 5º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários de Estado serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido em qualquer caso, o disposto no art. 37, incisos X e XI da Constituição Federal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 6º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do parágrafo anterior.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 7º A lei poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, respeitado, em qualquer caso, o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 8º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão, anualmente, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 9º A lei disciplinará a aplicação dos recursos orçamentários provenientes da economia de despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 167. São direitos do servidor público, entre outros:

I – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

II – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

III – salário-família para os seus dependentes;

IV – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais;

V – repouso semanal remunerado;

VI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

VII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do salário normal;

VIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias;

IX – participação de funcionários públicos na gerência de fundos e entidades para os quais contribuem, a ser regulamentada por lei;

X – direito de reunião em locais de trabalho, desde que não exista comprometimento de atividades funcionais regulares;

XI – liberdade de filiação político-partidária;

XII – licença especial de três meses, após a implementação de cada cinco anos de efetivo exercício;

XIII – (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 10 de agosto de 2018, no DJE).⁹⁵

XIII – servidor que contar tempo igual ou superior ao fixado para aposentadoria voluntária terá provento calculado no nível de carreira ou cargo de acesso, imediatamente superior, dentro do quadro a que pertencer;

XIII – (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 10 de agosto de 2018, no DJE).⁹⁶

XIV – a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

95 Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

96 Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

§1º O servidor que contar tempo de serviço igual ou superior ao fixado para aposentadoria voluntária com proventos integrais, ou aos setenta anos de idade, aposentar-se-á com as vantagens do cargo em comissão em cujo exercício se encontrar, desde que o haja ocupado, durante cinco anos ininterruptos, ou que o tenha incorporado.

§1º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 10 de agosto de 2018, no DJE).⁹⁷

§2º O servidor, ao aposentar-se, terá o direito de perceber na inatividade, como provento básico, o valor pecuniário correspondente ao padrão de vencimento imediatamente superior ao da sua classe funcional, e, se já ocupara o último escalão, fará jus à gratificação adicional de vinte por cento sobre a sua remuneração, estendendo-se o benefício aos que já se encontram na inatividade.

§2º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 10 de agosto de 2018, no DJE).⁹⁸

Art. 168. O servidor será aposentado:

Art. 168. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata o art. 330, caput, desta Constituição serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 6º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

Art. 168. Os servidores abrangidos pelo regime próprio de previdência social de que trata o art. 330, caput, desta Constituição serão aposentados e deixarão pensão aos seus dependentes, na forma do art. 40 da Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da Lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004).

I – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

II – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

III – voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

III – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; e

a) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004);

b) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§1º Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, na forma do que dispuser a respeito a legislação federal.

§1º Esta Lei Complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, alíneas a e b, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, na forma do que dispuser a Legislação Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

§1º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§2º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou funções temporárias.

§2º O tempo de contribuição Federal, Estadual ou Municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade, vedada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

§2º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§3º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, da Constituição Federal, na forma da Lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

97 Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

98 Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

§ 3º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§ 4º Esta Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

§ 4º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

I – ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

I – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

II – ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

II – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§ 4º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 4º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§ 5º O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade de vencimentos ou proventos do servidor falecido, na forma do disposto no parágrafo anterior.

§ 5º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em Lei.⁹⁹ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

§ 5º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§ 6º Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da Lei. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

§ 6º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§ 7º Incidirá contribuição previdenciária sobre os proventos e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo, que superem o limite máximo estabelecido

para os benefícios do regime geral de previdência social, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

§ 7º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§ 8º O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária estabelecidas no inciso III, alínea a, deste artigo, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

§ 8º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

Art. 169. O servidor público do Estado quando investido nas funções de direção máxima de entidade representativa de classe ou conselheiro de entidade de fiscalização do exercício das profissões liberais, não poderá ser impedido de exercer suas funções nesta entidade, nem sofrerá prejuízos nos seus salários e demais vantagens na sua instituição de origem.

Parágrafo único. Ao servidor afastado do cargo de carreira do qual é titular, com ou sem direito à percepção dos vencimentos, é assegurado o direito de contar o período de exercício das funções das entidades referidas no caput deste artigo, ocorrido durante o afastamento, como efetivo exercício do cargo.

§ 1º. Ao servidor afastado do cargo de carreira do qual é titular, com ou sem direito à percepção dos vencimentos, é assegurado o direito de contar o período de exercício das funções das entidades referidas no caput deste artigo, ocorrido durante o afastamento, como efetivo exercício do cargo. (Renumerado pela Emenda Constitucional nº 44, de 28 de dezembro de 2000).

§ 1º Ao servidor afastado do cargo de carreira/função, do qual é titular, fica assegurado o direito de contar o período de exercício das funções das entidades referidas no caput deste artigo, ocorrido durante o afastamento, como efetivo exercício do cargo.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 72, de 01 de dezembro de 2011).

§ 2º Sendo a direção máxima da entidade representativa de classe exercida por colegiado, a garantia prevista no caput deste artigo será exercida no mínimo por 02 de seus membros, acrescido de mais 01 representante por cada 1000 servidores em atividade, não podendo ultrapassar a 05 membros, devidamente indicados, permitindo o rodízio periódico ou substituição da indicação. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 44, de 28 de dezembro de 2000).

§ 2º Sendo a direção máxima da entidade representativa de classe, associação ou sindicato, exercida de forma presidencialista ou colegiada, a garantia prevista no caput deste artigo será exercida no mínimo por 1 (um) representante para a associação e 3 (três) para o sindicato, sendo acrescida de mais um representante por cada 750 (setecentos e cinquenta) servidores em atividade, não

99 Havia uma suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADI nº 145-1. Em 2018, no julgamento de mérito, o STF declarou a prejudicialidade em relação a esse dispositivo pelo motivo de ter havido a sua revogação em 2015. Além desse, havia também uma arguição na ADI nº 702-5, que foi julgada prejudicada pelo Supremo. Ver íntegra das ADIs. nº 145-1 e 702-5 no Anexo II.

podendo ultrapassar a 3 (três) membros para a associação e a 6 (seis) membros para o sindicato, devidamente indicados, permitindo o rodízio periódico ou substituição da indicação.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 72, de 01 de dezembro de 2011).

Art. 170. As empresas, fundações, autarquias e sociedades de economia mista, que integram a organização estadual, terão conselho representativo, constituído por servidores das respectivas entidades, e por esses escolhidos em votação direta e secreta.

Art. 171. A lei concederá tratamento remuneratório isônomo aos membros titulares de conselhos integrantes da administração direta estadual.

Art. 172. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

Art. 172. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores estaduais nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ou mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§1º O servidor público estável só perderá o cargo:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa; e

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º Invalidadada por sentença judicial a demissão de servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§2º Invalidadada por sentença judicial a demissão de servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§3º Extinto o cargo ou a função temporária ou declarada sua desnecessidade, o servidor ou o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada em

proporção ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo ou função.

§3º Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§4º Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 173. A lei fixará os vencimentos dos servidores públicos, sendo vedada a concessão de gratificação, adicionais ou quaisquer vantagens pecuniárias por decreto ou por qualquer ato administrativo.

Art. 173. Somente por lei específica poderão ser fixados subsídios, vencimentos, gratificações, adicionais ou quaisquer outras vantagens pecuniárias dos servidores públicos.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 174. Os escritórios de entrância especial terão seus vencimentos fixados de modo que não excedam a oitenta por cento do que for atribuído aos juizes da entrância inferior, aplicando-se o mesmo limite percentual para os escritórios das demais entrâncias.

Art. 174. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 10 de agosto de 2018, no DJE).¹⁰⁰

Art. 175. Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

Art. 175. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

III – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

100 Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; e

V – para efeito de benefício previdenciário no caso de afastamento, os valores serão determinados como se em efetivo exercício.

Seção III Dos Servidores Públicos Militares

Art. 176. São servidores públicos militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

§ 1º As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares.

§ 2º As patentes dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros são conferidas pelo Governador do Estado.

§ 3º O militar em atividade que aceitar cargo público civil permanente será transferido para a reserva.

§ 4º O militar da ativa que aceitar cargo, emprego ou função pública temporária, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, sendo contado o tempo de serviço apenas para a promoção e transferência para a reserva; depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, será transferido para a inatividade.

§ 5º Ao servidor militar são proibidas a sindicalização e a greve.

§ 6º O militar, enquanto em efetivo serviço, não pode estar filiado a partidos políticos.

§ 7º Ao se candidatar a cargo eletivo, os integrantes das duas corporações militares estaduais Polícia Militar e Corpo de Bombeiros:

I – tendo menos de dez anos de serviço, deverão afastar-se da atividade; e

II – com mais de dez anos de serviço, serão agregados pela autoridade superior à respectiva corporação e, se eleitos, passarão à inatividade, automaticamente, no ato da diplomação.

§ 8º O oficial da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros só perderá o posto e a patente, se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do Tribunal de Justiça.

§ 9º O oficial judicialmente condenado à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.

§ 10 Os direitos, deveres e prerrogativas dos servidores militares do Estado, em serviço ativo ou na inatividade, constarão em leis ou regulamentos, não lhes podendo ser atribuída remuneração inferior à correspondente, em igualdade de posto ou graduação, ao pessoal do Exército.¹⁰¹

§ 10. Os direitos, deveres e prerrogativas dos servidores militares do Estado, em serviço ativo ou na inatividade, constarão em leis ou regulamentos.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 11 É vedada qualquer forma de discriminação, inclusive em razão de estado civil, no acesso a cursos e concursos que possibilitem a promoção do militar no seio da corporação.

§ 12 A praça condenada na Justiça Militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, só perderá a graduação por decisão do Tribunal de Justiça.

§ 13 Aos servidores militares ficam assegurados todos os direitos garantidos, nesta Constituição, aos servidores civis, ressalvados aqueles, cuja extensão aos militares colida com a Constituição Federal.

§ 14. Fica vedada a concessão administrativa ou legal de todo e qualquer tipo de anistia ou perdão por infrações disciplinares cometidas por servidores militares envolvidos em movimentos ilegítimos ou antijurídicos de paralisação, motim, revolta ou outros crimes de natureza militar que atentem contra a autoridade ou a disciplina militar.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 99, de 03 de março de 2020).

§ 15. A comprovada participação de militares em ilegítimo movimento paredista ou motim, ocasionando a paralisação parcial ou total das respectivas atividades, em fundado prejuízo à continuidade dos serviços de segurança pública, implica a vedação à tramitação legislativa de qualquer mensagem ou proposição que visem a conceder aumento remuneratório ou até mesmo vantagens funcionais para a categoria.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 99, de 03 de março de 2020).

§ 16. A vedação a que se refere o § 15 deste artigo inicia-se com a deflagração do movimento ilegítimo, perdurando pelo prazo de até 6 (seis) meses após o total e pleno restabelecimento da ordem, assim reconhecido em ato expedido pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 99, de 03 de março de 2020).

101 Dispositivo questionado na ADI nº 145-1. Contudo, o dispositivo teve prejudicada sua análise pelo STF devido à revogação ocorrida pela EC nº 65/2009. Publicada no DJE e no DOU 25/06/2018. Ver ADI nº 145-1. no Anexo II.

Art.177. O soldado, cabo e sargento, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que tenham o segundo grau completo ou equivalente, com limite de trinta anos de idade, poderão submeter-se à seleção de formação de oficiais.

Art. 177. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 749-1, no dia 20 de março de 2003, publicada no dia 28 de março de 2003, no DJE).¹⁰²

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º O subtenente policial militar ou bombeiro militar, possuidor de diploma de conclusão de curso de aperfeiçoamento de sargento, equivalente ao segundo grau, ao contar trinta anos ou mais de serviço, classificado com bom comportamento, não respondendo a inquérito ou processo, ou cumprindo pena, poderá ser transferido para a reserva, e, ao requerer, ser promovido a segundo-tenente.

§ 1º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 749-1, no dia 20 de março de 2003, publicada no dia 28 de março de 2003, no DJE).¹⁰³

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º O subtenente policial militar ou bombeiro militar, possuidor de diploma de conclusão de curso de aperfeiçoamento de sargento, com segundo grau completo ou equivalente, classificado no mínimo com bom comportamento, não respondendo a inquérito ou processo, como também não cumprindo pena, será promovido a segundo-tenente do Quadro de Oficial Auxiliar, de acordo com as vagas existentes, obedecendo ao princípio de antiguidade, concorrendo às promoções até o posto de capitão, com o limite até cinquenta e três anos de idade, onze meses e vinte e nove dias.

§ 2º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 749-1, no dia 20 de março de 2003, publicada no dia 28 de março de 2003, no DJE).¹⁰⁴

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§3º O militar estadual com tempo de serviço mínimo exigido para permanecer em atividade e que tenha estado por três ou mais anos no penúltimo grau hierárquico do seu quadro e já figurado em quadro de acesso à última promoção, mediante requerimento, será promovido, independente de vaga, ao posto ou graduação superior, com simultânea transferência para a reserva remunerada.

§ 3º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 749-1, no dia 20 de março de 2003, publicada no dia 28 de março de 2003, no DJE).¹⁰⁵

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

CAPÍTULO V DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA CIVIL

DA SEGURANÇA PÚBLICA, PENITENCIÁRIA E DEFESA CIVIL

(Redação dada pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

Seção I Disposições Gerais

Art.178. A segurança pública e a defesa civil são cumpridas pelo Estado do Ceará para proveito geral, com responsabilidade cívica de todos na preservação da ordem coletiva, e com direito que a cada pessoa assiste de receber legítima proteção para sua incolumidade e socorro, em casos de infortúnio ou de calamidade, e garantia ao patrimônio público ou privado e à tranquilidade geral da sociedade, mediante sistema assim constituído:

Art. 178. A segurança pública, penitenciária e a defesa civil são cumpridas pelo Estado do Ceará para proveito geral, com a responsabilidade cívica de todos na preservação da ordem coletiva, e com direito que a cada pessoa assiste receber legítima proteção para sua incolumidade e socorro, em caso de infortúnio e calamidade, e garantia ao patrimônio público ou privado e à tranquilidade geral da sociedade, mediante sistema assim constituído:

(Redação dada pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

I – Polícia Civil; e

I – Polícia Civil;

(Redação dada pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

II – Organizações Militares:

II – Organizações Militares:

(Redação dada pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

a) Polícia Militar; e

a) Polícia Militar;

(Redação dada pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

b) Corpo de Bombeiros;

b) Corpo de Bombeiros;

(Redação dada pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

III – Polícia Penal.

(Inserido pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

102 Ver ADI nº 749-1 no Anexo II.

103 Ver ADI nº 749-1 no Anexo II.

104 Ver ADI nº 749-1 no Anexo II.

105 Ver ADI nº 749-1 no Anexo II.

Parágrafo único. Todos os órgãos que integram o sistema de segurança pública e defesa civil estão identificados pelo comum objetivo de proteger a pessoa humana e combater os atos atentatórios aos seus direitos, adotando as medidas legais adequadas à contenção de danos físicos e patrimoniais, velando pela paz social, prestando recíproca colaboração à salvaguarda dos postulados do Estado Democrático de Direito.

Parágrafo único. Todos os órgãos que integram o sistema de segurança pública, penitenciária e a defesa civil estão identificados pelo comum objetivo de proteger a pessoa humana, e combater os atos atentatórios aos seus direitos, adotando as medidas legais adequadas à contenção de danos físicos e patrimoniais, velando pela paz social, prestando recíproca colaboração à salvaguarda dos postulados do Estado Democrático de Direito. *(Redação dada pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).*

§1.º Todos os órgãos que integram o sistema de segurança pública, penitenciária e a defesa civil estão identificados pelo comum objetivo de proteger a pessoa humana, e combater os atos atentatórios aos seus direitos, adotando as medidas legais adequadas à contenção de danos físicos e patrimoniais, velando pela paz social, prestando recíproca colaboração à salvaguarda dos postulados do Estado Democrático de Direito.

(Renumerado pela Emenda constitucional nº 115, de 05 de maio de 2022).

§2.º A Perícia Forense do Estado do Ceará Pefoce, exclusivamente para efeitos funcionais, não previdenciários, dos ocupantes de cargos ou funções integrantes de seu quadro, será considerada parte integrante da estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado, sendo dirigida pelo Perito-Geral da Perícia Forense, de livre nomeação e exoneração do Governador do Estado, e garantida a sua autonomia administrativa e financeira, inclusive mediante dotação orçamentária própria.

(Inserido pela Emenda constitucional nº 115, de 05 de maio de 2022).

Art. 179. A atividade policial é submetida ao controle externo do Ministério Público, deste devendo atender às notificações, requisições de diligências investigatórias e instauração de inquéritos, em estrita observância dos disciplinamentos constitucionais e processuais.

Art. 180. O Conselho de Segurança Pública é órgão com funções consultivas e fiscalizadoras da política de segurança pública.

§1.º A lei disporá sobre a estrutura, composição e competência do Conselho, garantida a representação de membros indicados pela Polícia Civil, Militar, Corpo de Bombeiros, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Ceará e entidades representativas da sociedade civil, dedicadas à preservação da dignidade da pessoa humana.¹⁰⁶

§1.º A lei disporá sobre a estrutura, composição e competência do Conselho, garantida a representação de membros indicados

pela Polícia Civil, pelo Corpo de Bombeiros, pela Polícia Penal, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Ceará e pelas entidades representativas da sociedade civil, dedicadas à preservação da dignidade da pessoa humana.

(Redação dada pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

§2.º O Conselho gozará de autonomia administrativa e financeira, com quadro próprio de pessoal e dotações orçamentárias que lhe sejam diretamente vinculadas.

Art. 180-A. O Poder Executivo instituirá, na forma da lei, a Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, de controle externo disciplinar, com autonomia administrativa e financeira, com objetivo exclusivo de apurar a responsabilidade disciplinar e aplicar as sanções cabíveis, aos militares da Polícia Militar, militares do Corpo de Bombeiro Militar, membros das carreiras de Polícia Judiciária, e membros da carreira de Segurança Penitenciária.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 70, de 18 de janeiro de 2011).

Parágrafo único. O titular do Órgão previsto no caput deste artigo é considerado Secretário de Estado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 70, de 18 de janeiro de 2011).

Art. 181. Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana, constituído exclusivamente por representantes da comunidade, com a incumbência de apurar violação a direitos humanos em todo o território cearense para posterior encaminhamento ao Ministério Público, a fim de que seja promovida a responsabilidade dos infratores.¹⁰⁷

§1.º O Conselho gozará de autonomia administrativa e financeira, com quadro próprio de pessoal e dotações orçamentárias que lhe sejam diretamente vinculadas.

§2.º A lei poderá conferir a órgãos da sociedade civil e das comunidades interessadas atribuições consultivas na elaboração da política de segurança pública do Estado, com especificações regionais.¹⁰⁸

Art. 182. A legislação estadual sobre Polícia Militar e Corpo de Bombeiros sujeitar-se-á às normas gerais de organização, efetivo, material bélico, garantias, convocação, mobilização, nas latitudes fixadas em lei complementar federal.

106 Regulamentado pela Lei nº 12.120, de 24 de junho de 1993, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

107 Ver Lei nº 13.297, de 07 de março de 2003, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

108 Regulamentado pela Lei nº 12.686, de 14 de maio de 1997, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

Seção II Da Polícia Civil

Art. 183. Polícia Civil, instituição permanente orientada com base na hierarquia e na disciplina, com direta subordinação ao Governador do Estado, é organizada em carreira, sendo os órgãos que a integram dirigidos por delegados, exceto os órgãos da área técnico-científica e de magistério da Polícia Civil que serão dirigidos, privativamente, por profissionais da respectiva área, subordinados diretamente ao Secretário de Segurança.

Art. 183. A Polícia Civil, instituição permanente orientada com base na hierarquia e disciplina, subordinada ao Governador do Estado, é organizada em carreira, sendo os órgãos de sua atividade fim dirigidos por delegados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 30 de abril 1997).

Art. 183. A Polícia Civil, instituição permanente orientada com base na hierarquia e disciplina, subordinada ao Governador do Estado do Ceará, é organizada em carreira, sendo os órgãos de sua atividade-fim dirigidos por delegados, cujo cargo integra, para todos os fins, inclusive de limites remuneratórios, as carreiras jurídicas do Estado.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 91, de 06 de junho de 2017).

Parágrafo único. A Chefia da Polícia Civil é privativa de delegado de carreira em efetivo exercício, de livre escolha do Governador do Estado, com nível equivalente a Secretário de Estado.¹⁰⁹

§ 1º A Chefia da Polícia Civil é privativa de delegado de carreira, de livre escolha do Governador do Estado.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 30 de abril de 1997).

§ 2º Os Delegados de carreira da Polícia Civil deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, à Superintendência de Polícia Civil e à Corregedoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública, que adotarão as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

§ 3º As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 49, de 04 de abril de 2002).

Art. 184. Compete à Polícia Civil exercer com exclusividade as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto militares, realizando as investigações por sua própria

iniciativa, ou mediante requisições emanadas das autoridades judiciárias ou do Ministério Público.

§ 1º Os delegados de polícia de classe inicial percebem idêntica remuneração aos promotores de primeira entrância, prosseguindo na equivalência entre as demais classes pelo escalonamento das entrâncias judiciárias.

§ 1º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 10 de agosto de 2018, no DJE).¹¹⁰

§ 2º Os integrantes das carreiras policiais civis são mantidos em regime de uniformidade de remuneração para os cargos de equivalentes níveis nos cursos especializados das diferentes carreiras das áreas profissionais que as integram.

§ 2º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 10 de agosto de 2018, no DJE).¹¹¹

§ 3º Os vencimentos dos integrantes das carreiras policiais civis serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das classes da carreira.

§ 3º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 10 de agosto de 2018, no DJE).¹¹²

Art. 185. Para garantia do direito constitucional de atendimento à mulher, vítima de qualquer forma de violência, deve o Estado instituir delegacias especializadas de atendimentos à mulher, em todos os Municípios com mais de oitenta mil habitantes.

Art. 185. Para garantia do direito constitucional de atendimento a mulher, vítima de qualquer forma de violência, deve o Estado instituir delegacias especializadas de atendimento à mulher em todos os municípios com mais de sessenta mil habitantes.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 17, de 13 de dezembro 1994).

Parágrafo único. O corpo funcional das delegacias especializadas de atendimento à mulher será composto, preferencialmente, por servidores do sexo feminino.

Art. 186. O delegado titular residirá na respectiva circunscrição policial.

109 Dispositivo questionado na ADI nº 145-1. Contudo, o dispositivo teve prejudicada sua análise pelo STF devido à revogação ocorrida pela EC nº 65/2009. Publicada no DJE e no DOU 25/06/2018. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

110 Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

111 Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

112 Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

Seção III Da Polícia Militar

Art. 187. A Polícia Militar do Ceará é instituição permanente, orientada dentro dos princípios da legalidade, hierarquia e disciplina, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, subordinada diretamente ao Governador do Estado, tendo por missão fundamental garantir os poderes constituídos no regular desempenho de suas competências, cumprindo as requisições emanadas de qualquer destes, para o primado da lei e da ordem.

Art. 187. A Polícia Militar do Ceará é instituição permanente, orientada com base nos princípios da legalidade, hierarquia e disciplina, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, subordinada ao Governador do Estado, tendo por missão fundamental exercer a polícia ostensiva, preservar a ordem pública e garantir os poderes constituídos no regular desempenho de suas competências, cumprindo as requisições emanadas de qualquer destes. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 30 de abril de 1997).*

Art. 187. A Polícia Militar do Ceará é instituição permanente, orientada com base nos princípios da legalidade, da probidade administrativa, da hierarquia e da disciplina, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, subordinada ao Governador do Estado, tendo por missão fundamental exercer a polícia ostensiva, preservar a ordem pública e garantir os poderes constituídos no regular desempenho de suas competências, cumprindo as requisições emanadas de qualquer destes.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º Os títulos, postos, graduações, uniformes, símbolos e distintivos são privativos dos integrantes da corporação.

§2º O Comando da Polícia Militar é privativo de coronel da corporação, em serviço ativo com conclusão de cursos indicados em lei, de livre escolha do Governador do Estado, com nível equivalente a de Secretário de Estado.¹¹³

§2º O Comando da Polícia Militar é privativo de coronel da corporação, em serviço ativo, observadas as condições indicadas em Lei, de livre escolha do Governador do Estado.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 30 de abril de 1997).

Art. 188. Incumbe à Polícia Militar a atividade da preservação da ordem pública em todas as suas modalidades e proteção individual, com desempenhos ostensivos para inibir os atos atentatórios a pessoas e bens.

Parágrafo único. A lei disciplinará o efetivo da Polícia Militar, dispondo sobre sua organização, funcionamento e medidas aplicáveis, para garantir a sua eficiência operacional, distribuindo as responsabilidades em consonância com os graus hierárquicos.

113 Na redação anterior do §2º, havia uma suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADI nº 145-1. Contudo, o dispositivo teve prejudicada sua análise pelo STF devido à revogação ocorrida pela EC nº 28/1997. Publicada no DJE e no DOU em 25/06/2018. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

SEÇÃO IV Do Corpo de Bombeiros Militar

Seção IV Da Polícia Penal

(Redação dada pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

Art. 188-A. A Polícia Penal de natureza permanente, com função indelegável de Estado, vinculada ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

(Inserido pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

Art. 188-B. O preenchimento do quadro de servidores das polícias penais será feito, exclusivamente, por meio de concurso público e por meio da transformação dos cargos isolados, dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários e dos cargos públicos equivalentes.

(Inserido pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

Parágrafo único. Lei disporá sobre a regulamentação da Polícia Penal.

(Inserido pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

Seção V

(Inserido pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

Do Corpo de Bombeiros

(Inserido pela Emenda constitucional nº 101, de 13 de agosto de 2020).

Art. 189. O Corpo de Bombeiros é instituição militar permanente, estruturado em carreira e organizado em observância aos preceitos de hierarquia, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, com direta subordinação ao Governador do Estado, devendo cumprimento às requisições emanadas dos Poderes Estaduais para assegurar o império da lei e da ordem.

Art. 189. O Corpo de Bombeiros Militar é instituição permanente orientada com base na hierarquia e disciplina, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, subordinada ao Governador do Estado, sendo organizado em carreira, tendo por missão fundamental a proteção da pessoa, visando a sua incolumidade em situações de risco, infortúnio ou de calamidade, devendo cumprimento às requisições emanadas dos Poderes Estaduais. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 30 de abril de 1997).*

Art. 189. O Corpo de Bombeiros Militar é instituição permanente orientada com base nos princípios da legalidade da probidade administrativa, da hierarquia e da disciplina, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, subordinada ao Governador do Estado, sendo organizado em carreira, tendo por missão fundamental a proteção da pessoa, visando sua incolumidade em situações

de risco, infortúnio ou de calamidade, devendo cumprimento às requisições emanadas dos Poderes Estaduais.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º Os títulos, postos, graduações, uniformes, símbolos e distintivos são privativos dos integrantes da corporação.

§2º O Comando do Corpo de Bombeiros Militar é privativo de oficial da ativa, no posto de coronel da corporação, com conclusão de cursos indicados em lei, de livre escolha do Governador do Estado, tendo nível equivalente a de Secretário de Estado.¹¹⁴

§ 2º O Comando do Corpo de Bombeiros Militar é privativo de coronel da corporação, em serviço ativo, observadas as condições indicadas em Lei, de livre escolha do Governador do Estado.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 30 de abril de 1997).

Art. 190. Incumbe ao Corpo de Bombeiros, no âmbito estadual, a coordenação da defesa civil e o cumprimento entre outras das atividades seguintes:

- I – prevenção e combate a incêndio;
 - II – proteção, busca e salvamento;
 - III – socorro médico de emergência pré-hospitalar;
 - IV – proteção e salvamento aquáticos;
 - V – pesquisas científicas em seu campo de atuação funcional;
 - VI – controle da observância dos requisitos técnicos contra incêndios de projetos de edificações, antes de sua liberação ao uso; e
 - VII – atividades educativas de prevenção de incêndio, pânico coletivo e de proteção ao meio ambiente.
- VII** – atividades educativas de prevenção de incêndio, pânico coletivo, proteção ao meio ambiente e atividades socioculturais.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Parágrafo único. A lei disciplinará o efetivo do Corpo de Bombeiros, dispondo sobre sua organização, funcionamento e medidas aplicáveis, para garantir a sua eficiência operacional, distribuindo as responsabilidades em consonância com os graus hierárquicos.

CAPÍTULO VI DO CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

Art. 190-A. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado; (Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

II – avaliar a efetivação da estratégia definida no plano estratégico de desenvolvimento de longo prazo, o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

III – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

IV – realizar o acompanhamento da execução da receita e da despesa e a fiscalização da execução física das ações governamentais;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

V – criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos do orçamento do Estado;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

VI – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Estado, na forma da lei;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

VII – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, respeitada a legislação de organização e funcionamento do sistema de controle interno de cada Poder, de iniciativa exclusiva do respectivo Poder.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

§1º As atividades de controle interno serão desempenhadas por órgãos de natureza permanente e exercidas por servidores organizados em carreiras específicas, na forma de lei complementar.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

114 Na redação anterior do § 2º, havia uma suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADI nº 145-1. Contudo, o dispositivo teve prejudicada sua análise devido à revogação ocorrida pela EC nº 28/1997. Decisão publicada no DJE e no DOU em 25/06/2018. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

§ 2º O controle interno poderá ser exercido de forma descentralizada, sob a coordenação do órgão central do sistema de controle interno de cada Poder, na forma de lei complementar.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

§ 3º Os responsáveis pelo sistema de controle interno de cada Poder, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, na forma de lei complementar.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

Art. 190-B. Os entes e entidades públicas, as pessoas jurídicas do setor privado e as pessoas físicas que recebam recursos para execução de projetos em parceria com a Administração Pública Estadual, mediante convênios e quaisquer instrumentos congêneres, deverão comprovar a boa e regular aplicação, na forma de lei complementar.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput implicará a proibição de celebrar novos convênios e instrumentos congêneres, inclusive termos aditivos de valor, na forma de lei complementar.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

Art. 190-C. Lei Complementar disporá sobre regras para transferências de recursos por meio de convênios e instrumentos congêneres, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012).

TÍTULO VII DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 191. O Estado e os Municípios podem instituir:

Art. 191. O Estado pode instituir:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – impostos em conformidade com a discriminação emanada da Constituição da República;

I – os impostos referidos no art. 155, incisos I a III da Constituição Federal;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – taxas decorrentes do exercício do poder de polícia ou da fruição de serviços públicos, prestados ou colocados ao dispor do usuário;

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

III – contribuição de melhoria em razão de obras públicas que acrescentam benefícios diretos a imóvel do contribuinte;

III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IV – contraprestações atuariais em matéria de previdência e assistência sociais.

IV – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

V – contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário, na forma do art. 149, § 1º da Constituição Federal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 3º A petição destinada à obtenção de guias de recolhimento de débitos tributários exonerará o contribuinte de correção monetária, juro de mora e sanções pecuniárias, se não lhe for dada ciência, no prazo contemplado no art. 7º, § 1º, do despacho exarado de indeferimento ou acolhida.

§ 3º O requerimento destinado à obtenção de guias de recolhimento de débitos tributários exonerará o contribuinte de correção monetária, juro de mora e sanções pecuniárias, se não lhe for dado ciência, no prazo referido no § 2º do art. 7º desta Constituição, do despacho exarado de indeferimento ou acolhida.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 192. A lei poderá isentar, reduzir ou agravar tributos, com finalidades extrafiscais por incentivo a atividades socialmente úteis ou desestimular práticas inconvenientes ao interesse público, observados os disciplinamentos federais.

§ 1º O ato cooperativo, praticado entre o associado e sua cooperativa, não implica em operação de mercado.¹¹⁵

§ 2º Concede-se isenção tributária de ICMS aos implementos e equipamentos destinados aos deficientes físicos auditivos, visuais, mentais e múltiplos, bem

115 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 429-8, porém julgado improcedente. Acórdão DJE. 30/10/2014. Ver ADI nº 429-8 no Anexo II.

como aos veículos automotores de fabricação nacional com até 90 HP de potência adaptados para o uso de pessoas portadoras de deficiência.

§ 2º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Declarado inconstitucional por decisão do STF sem a pronúncia de nulidade por um prazo de 12 meses a partir da ata da sessão, proferida na ADI nº 429-8, no dia 20 de agosto de 2014, publicada no dia 30 de outubro de 2014, no DJE).¹¹⁶

Art. 193. As microempresas são isentas de tributos estaduais nos limites definidos pela União, como elemento indicativo dessa categoria.

(Julgado parcialmente inconstitucional, dando-lhe interpretação conforme para excluir de seu âmbito de incidência o ICMS, ADI 429-8, publicado no dia 30 de outubro de 2014, no DJE).¹¹⁷

Parágrafo único. A isenção tributária se estende a operações relativas à circulação de mercadorias para destinatário localizado neste ou em outro Estado e sobre prestação de transportes interestaduais, intermunicipais e comunicações.

Parágrafo único. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 429-8, no dia 20 de agosto de 2014, publicada no dia 30 de outubro de 2014 no DJE).¹¹⁸

Art. 194. Os projetos de lei sobre matéria financeira exigem, para sua aprovação pela Assembleia Legislativa, maioria absoluta de votos, devendo indicar as fontes de recursos, sempre que houver aumento de despesa.

Art. 194. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 195. O processo administrativo tributário será disciplinado em lei, assegurando amplo e igualitário direito de defesa.

CAPÍTULO II DOS IMPOSTOS ESTADUAIS

Art. 196. Compete ao Estado instituir:

I – impostos sobre:

- a) transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos;
- b) operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no Exterior;

c) propriedade de veículos automotores;

d) adicional de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital, em até cinco por cento do que for pago à União por pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no território do Estado;

d) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição; e

III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º A competência para instituição de impostos prevista na alínea a do inciso I, quando se tratar das hipóteses mencionadas no inciso III do art. 155 da Constituição da República, será regulada em lei complementar federal.

§ 2º A instituição e a cobrança dos tributos referidos neste artigo obedecerão aos princípios e às normas gerais de direito tributário previstos na Constituição Federal.

Art. 197. O imposto previsto no art. 196, I, a, será devido ao Estado:

I – relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, quando situados no Estado; e

II – relativamente a bens móveis, títulos e créditos, quando o inventário ou arrolamento se processar em seu território, ou nele tiver domicílio o doador.

Parágrafo único. O Estado respeitará, na fixação da alíquota do imposto de que trata o caput, o índice máximo estabelecido pelo Senado Federal.

Art. 198. Em relação aos impostos de competência do Estado, na repartição das respectivas receitas, pertencem aos Municípios:

I – cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores;

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, licenciados em seus territórios;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

116 Julgado inconstitucional sem nulidade por 12 meses (concedido o prazo de sobrevida do benefício por 12 meses a partir da data de publicação da ata da sessão (20/08/2014)). Acórdão DJE 30/10/2014, ver mérito na ADI nº 429-8 no Anexo II.

117 Ver ADI nº 429-8 no Anexo II.

118 Ver ADI nº 429-8 no Anexo II.

II – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação;

III – vinte e cinco por cento dos recursos recebidos pelo Estado em razão do disposto no art. 159, inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, incisos I e II, todos da Constituição Federal;

IV – as parcelas que lhes forem devidas serão creditadas em contas nos dias dez e vinte e cinco do referido mês, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.

V – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico que couber ao Estado, nos termos do § 4º do art. 159 da Constituição Federal e na forma da lei a que se refere o inciso III do mesmo artigo.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 199. Aplicam-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação as seguintes normas:

I – será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores por este ou outro Estado;

II – a isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará em crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III – poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV – serão aplicáveis a operações e prestações interestaduais e de exportação as alíquotas estabelecidas em resolução do Senado Federal;

V – fixará o Estado as alíquotas para as operações internas, observado o seguinte:

a) limite mínimo não inferior ao estabelecido pelo Senado Federal para as operações interestaduais, salvo:

1 – deliberação em contrário estabelecida na forma da lei complementar federal, conforme previsto no art. 155, § 3º, XII, g da Constituição da República;

2 – por resolução do Senado Federal, na forma da alínea a do inciso V do § 2º do art. 155 da Constituição da República;

b) limite máximo, na hipótese de resolução do Senado Federal, para a solução de conflito específico que envolva interesse de Estados;

VI – para as operações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto; e

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte de imposto;

VII – nas operações e prestações interestaduais que destinem mercadorias e serviços a contribuinte do imposto, na qualidade de consumidor final, caberá ao Estado a diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

VIII – incidirá, ainda, o imposto sobre a entrada de mercadoria importada do Exterior, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo fixo do estabelecimento, assim como sobre serviço prestado no Exterior, se no Estado estiver situado o estabelecimento da mercadoria ou do serviço;

IX – não haverá incidência do imposto:

a) sobre operações que destinem ao Exterior produtos industrializados, salvo os semielaborados, assim definidos em lei complementar federal;

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica; e

c) sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;

X – não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização configure fato gerador dos dois impostos;

XI – as isenções, os incentivos e os benefícios fiscais serão concedidos ou revogados com base em deliberações dos Estados e do Distrito Federal, na forma prevista no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal;

XII – com exceção deste imposto, nenhum outro tributo estadual incidirá sobre operações relativas à energia elétrica, combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e minerais.

Art. 200. O Estado divulgará, no Diário Oficial, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, o montante de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os recursos

transferidos sob forma de convênio, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios e de rateio.

Parágrafo único. Os dados divulgados serão discriminados por Municípios.

Art. 201. Não incidirá imposto, conforme a lei dispuser, sobre todo e qualquer produto agrícola pertencente à cesta básica, produzido por pequenos e microprodutores rurais que utilizam apenas a mão-de-obra familiar, vendido diretamente aos consumidores finais.

Art. 201. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 429-8, no dia 20 de agosto de 2014, publicada no dia 30 de outubro de 2014 no DJE).¹¹⁹

Parágrafo único. A não incidência abrange produtos oriundos de associações e cooperativas de produção e de produtores, cujos quadros sociais sejam compostos exclusivamente por pequenos e microprodutores e trabalhadores rurais sem terra.

Parágrafo único. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 429-8, no dia 20 de agosto de 2014, publicada no dia 30 de outubro de 2014 no DJE).¹²⁰

CAPÍTULO III DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

Art. 202. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

III – vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel; e

IV – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, inciso I, alínea b, da Constituição da República, definidos em lei complementar federal.

Parágrafo único. O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o

cumprimento da função social da propriedade, conforme o disposto no art. 182 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV DOS ORÇAMENTOS

Art. 203. O Estado programará as suas atividades financeiras mediante leis de iniciativa do Poder Executivo, abrangendo:

Art. 203. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

~~I – plano plurianual;~~

I – plano estratégico de desenvolvimento de longo prazo;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

~~II – diretrizes orçamentárias; e~~

II – plano plurianual;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

~~III – orçamentos anuais.~~

III – diretrizes orçamentárias; e

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

IV – orçamentos anuais.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

§ 1.º A lei do plano estratégico de longo prazo estabelecerá as diretrizes e os objetivos de longo prazo para promoção do desenvolvimento do Estado, numa perspectiva de proporcionar as condições estruturantes fundamentais para um ciclo prolongado de crescimento econômico e social sustentável, apto e capaz de propiciar a redução das desigualdades sociais e regionais do Estado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

§ 2.º O plano estratégico de longo prazo terá duração mínima de 20 (vinte) anos, equivalente ao período de 5 (cinco) Planos Plurianuais, alinhado aos princípios da Gestão Democrática Compartilhada para Resultados e da Participação Cidadã, e elaborado sob a égide do órgão responsável pela gestão do sistema estadual dos instrumentos de planejamento.¹²¹

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

§ 3.º O plano plurianual, editado por lei, contemplará as diretrizes, objetivos e metas da política financeira estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para cumprimento de programas de continuada duração, será expresso em forma regionalizada, tendo como elementos dimensionadores a região

119 Ver ADI nº 429-8 no Anexo II.

120 Ver ADI nº 429-8 no Anexo II.

121 Ver Lei nº 18.709, de 27 de março de 2024, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

metropolitana e as microrregiões, objetivando reduzir as desigualdades internas, tomando por critério, para maior alocação de recursos, as carências populacionais, observadas as regras seguintes:

(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

I – O plano conterá projeções exequíveis no prazo de cinco anos para o desenvolvimento integral e harmônico de todo o espaço cearense;

II – o plano conterá projeções exequíveis no prazo de quatro anos para o desenvolvimento integral e harmônico de todo o espaço cearense;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 02, de 16 de maio de 1991).

II – a mensagem do Executivo deverá ter ingresso na Assembleia até trinta de abril do ano que precederá o exercício inicial a ser atingido pela sua vigência;

II – a mensagem do Executivo deverá ter ingresso na Assembleia até trinta de setembro do ano que precederá o exercício inicial a ser atingido pela sua vigência;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 38, de 28 de abril de 1999).

III – recebendo o projeto, determinará a Assembleia a extração de avulsos, distribuindo-se para exame e oferecimento de sugestões emanadas das microrregiões e região metropolitana, a estas cabendo assegurar a participação populacional, através de suas entidades representativas, submetendo-as à apreciação do respectivo Conselho Deliberativo, que deverão ser encaminhadas dentro de sessenta dias;

III – recebendo o projeto, determinará a Assembleia a extração de avulsos, distribuindo-se para exame e oferecimento de sugestões emanadas das microrregiões e região metropolitana, a estas cabendo assegurar a participação populacional, através de suas entidades representativas, submetendo-as à apreciação do respectivo Conselho Deliberativo, que deverão ser encaminhadas dentro de quarenta e cinco dias.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 38, de 28 de abril de 1999).

IV – o projeto, com as modificações apresentadas pelas comissões técnicas, será incluído na pauta, devendo estar concluída a votação até trinta de agosto do ano que precederá o exercício inicial a ser atingido pela sua vigência e aprovado por maioria absoluta.

IV – o projeto, com as modificações apresentadas pelas comissões técnicas, será incluído em pauta, devendo estar concluída a votação e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa do ano que precederá o exercício inicial a ser atingido pela sua vigência e aprovado por maioria absoluta.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 38, de 28 de abril de 1999).

V – transcorrido o prazo previsto no inciso IV, dentro de trinta dias devem as comissões técnicas oferecer parecer com as reformulações consideradas pertinentes;

V – transcorrido o prazo previsto no inciso III, devem as comissões técnicas oferecer parecer com as reformulações consideradas pertinentes, no prazo de quinze dias;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 14 de dezembro de 1995).

VI – o projeto, com as modificações apresentadas pelas comissões técnicas, será incluído em pauta, devendo estar concluída a votação em prazo não superior a trinta dias e aprovado por maioria absoluta.

VI – o projeto, com as modificações apresentadas pelas comissões técnicas, será incluído em pauta, devendo estar concluída a votação até trinta de agosto do ano que perceberá o exercício inicial a ser atingido pela sua vigência e aprovado por maioria absoluta. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 14 de dezembro de 1995).

VI – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá as metas e prioridades deduzidas do plano plurianual, a serem aplicáveis no exercício de atividades administrativas em geral, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, assegurada a ordem cronológica prevista no plano plurianual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá as diretrizes políticas para observância pelas agências financeiras oficiais de fomento, observadas as seguintes normas:

(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

I – o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá ser encaminhado pelo Executivo à Assembleia até dois de maio do ano que precederá à vigência do orçamento anual subsequente;

II – a elaboração deverá estar concluída em sessenta dias, exigindo-se maioria absoluta para a sua aprovação, regendo-se em tudo o mais pelas normas do processo legislativo;

III – o Poder Executivo publicará, no prazo de trinta dias, após a expiração de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, prestando esclarecimentos que lhe sejam requisitados pela Assembleia Legislativa ou pelo Tribunal de Contas;¹²²

IV – os planos e programas estaduais serão elaborados, refletindo as conformações regionais e setoriais, em consonância com o plano plurianual, sendo apreciados pela Assembleia, que assegurará a sua compatibilização.

§ 5º A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes Estaduais, Ministério Público, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive as fundações legalmente instituídas e mantidas pelo Poder Público;

122 Ver Lei Complementar nº 04, de 04 de outubro de 1995, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

II – o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – os orçamentos previstos nos incisos I e II, compatibilizados com o plano plurianual, terão por prioritário objetivo eliminar as desigualdades microrregionais, implicando a ação governamental, em seu conjunto, no processo de desenvolvimento harmônico da região metropolitana e das microrregiões, em quantitativos proporcionais ao vulto das carências populacionais;

IV – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos estaduais a ela vinculados, da administração direta ou indireta, incluindo os fundos e fundações oriundos ou mantidos pelo Estado;

V – o Projeto de Lei Orçamentária será encaminhado ao Legislativo, acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

VI – O projeto de lei orçamentária anual será submetido pelo Executivo à Assembleia Legislativa, observado o prazo máximo de quatro meses do início de sua vigência, cumprindo-se as normas atinentes às do processo legislativo, conciliadas às deste capítulo.

VI – o Projeto de Lei Orçamentária anual será submetido pelo Executivo à Assembleia Legislativa, observando o prazo máximo de setenta e cinco dias do início de sua vigência, cumprindo-se as normas atinentes às do processo legislativo, conciliada às deste capítulo;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 04, de 25 de setembro de 1991).

VII – os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 204. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais devem observar as normas dispostas no processo legislativo ordinário e as deste capítulo.

§ 1º Somente são admissíveis emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, quando:

I – reconhecida a compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – houver indicação dos recursos, admitidos apenas os decorrentes de despesas anuladas, excluídas as que versem sobre:

- a)** dotações para pessoal e seus encargos;
- b)** serviço da dívida; e

c) transferências tributárias constitucionais para Municípios; ou

III – sejam relacionadas:

- a)** à correção de erros ou omissões; ou
- b)** aos dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 2º As emendas do projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas, se houver incompatibilidade com o plano plurianual.

§ 3º O Governador do Estado, enquanto não tiver havido apreciação pela comissão incumbida das atividades financeiras e orçamentárias, poderá dirigir mensagem, propondo modificações nos projetos cogitados neste capítulo.

Art. 205. São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os critérios orçamentários ou adicionais;

III – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição com os Municípios do produto de arrecadação de impostos, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino e para o fomento à pesquisa científica e tecnológica, além da prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, de acordo com os arts. 158, 159, 212, 218 e 165 da Constituição Federal;

IV – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

V – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização do legislativo;

VI – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VII – a utilização, sem a autorização legislativa específica, dos recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos; e

VIII – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§2º O Estado despenderá um mínimo de vinte por cento da sua arrecadação tributária com investimentos.

§ 2.º A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá meta anual de investimentos a serem custeados com recursos provenientes da receita de arrecadação tributária do Estado.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 98, de 19 de dezembro de 2019).

§ 3º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§4º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da Constituição Federal.

§ 4º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender às despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 5º Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da Lei Complementar a que se refere o art. 165, § 9º da Constituição Federal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 6º A criação ou a extensão de qualquer benefício ou vantagem funcional ou, ainda, de outras despesas referentes a agentes públicos estaduais, no âmbito dos três Poderes, incluídos o Ministério Público, a Defensoria Pública e os Tribunais de Contas, dependem, quando importar em gasto público, da aprovação em lei e da previa previsão, na lei orçamentária anual e créditos adicionais, dos recursos necessários ao custeio da despesa correspondente, aplicando-se esta última exigência de previsão orçamentária prévia também para nomeação de pessoal e provimento de cargos no serviço público.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 84, de 03 de dezembro de 2015).

Art. 206. Cabe à lei complementar estadual:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias anuais; e

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como as condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Parágrafo único. Deverão constar, obrigatoriamente, das premissas orçamentárias, previstas no inciso VIII, § 3º, art. 216, mecanismos que assegurem o efetivo controle sobre a receita e despesas

públicas da administração direta, indireta e fundações do Poder Público Estadual.

Art. 207. Os planos e programas estaduais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Poder Legislativo.

Art. 207. O plano plurianual e os planos e programas regionais, municipais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano estratégico de longo prazo e apreciados pelo Poder Legislativo.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 114, de 30 de março de 2022).

Parágrafo único. Serão incluídos nas dotações orçamentárias da Assembleia recursos para viabilizar o programa de ação cultural e operativo do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, contemplado no art. 49, parágrafo único desta Constituição.

Art. 208. O Estado criará incentivos para a desconcentração das atividades produtivas na Região Metropolitana de Fortaleza, de modo a favorecer a interiorização do desenvolvimento.

Art. 209. Do produto de arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS, o Estado destinará zero vírgula setenta e cinco por cento à constituição de fundo para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo, administrado através do Banco do Estado do Ceará BEC, de acordo com o plano de desenvolvimento estadual, ficando assegurada a utilização de, no mínimo, cinquenta por cento dos valores do fundo de apoio a micro, pequena e média empresas, na forma que a lei estabelecer, sendo que cinquenta por cento dos recursos devem, obrigatoriamente, ser aplicados no Interior do Estado.

Art. 209. O Estado destinará recursos para constituição e manutenção do fundo destinado à aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo, administrado financeiramente pela Secretaria da Fazenda, de acordo com o plano de desenvolvimento estadual, ficando assegurada a utilização de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do volume total de aportes em favor das micros, pequenas e médias empresas, assim definidas em Lei, sendo que 50% (cinquenta por cento) dos recursos deverão ser aplicados no interior do Estado. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 29 de junho de 1999).*

Art. 209. O Estado aportará recursos para constituição e manutenção de fundo destinado ao fomento e ao incremento de microempreendedorismo, inclusive mediante a disponibilização de crédito popular, objetivando a geração de novas oportunidades de empregos e renda para a população.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 107, de 25 de fevereiro de 2021).

Parágrafo único. Os recursos aportados para o fundo de constituição e manutenção para o fomento e o incremento do microempreendedorismo no Estado do Ceará obrigatoriamente serão destinados no importe de até 10% (dez por cento) aos microempreendedores com deficiência, bem como às mulheres microempreendedoras chefes de família.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 107, de 25 de fevereiro de 2021).

Art. 210. A Lei de Orçamento do Estado observará, para investimentos do setor público estadual do interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim.

Art. 210. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá o valor dos investimentos do setor público estadual no interior.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 122, de 22 de junho de 2023).

Parágrafo único. Excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.

Art. 211. O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada semestre, relatório resumido da execução orçamentária, bem como apresentará trimestralmente ao Poder Legislativo a caracterização sobre o Estado e suas finanças públicas, devendo constar do demonstrativo:

I— as receitas e despesas da administração direta, indireta e fundações do Poder Público Estadual, constantes do orçamento em seus valores mensais;

II— os valores ocorridos desde o início do exercício até o último mês do trimestre, objeto da análise financeira;

III— a comparação mensal entre os valores do inciso II com seus correspondentes previstos no orçamento já atualizados por suas alterações; e

IV— as previsões atualizadas de seus valores até o final do exercício financeiro.

Parágrafo único. Os trimestres, objeto de análise financeira, deverão ser, de janeiro a março, abril a junho, julho a setembro e outubro a dezembro.

Art. 211. O Poder Executivo publicará e apresentará ao Poder Legislativo a caracterização sobre o Estado e suas finanças públicas, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária e, a cada quadrimestre, relatório de gestão fiscal, em conformidade com os arts. 52, 53, 54 e 55 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 30 de março de 2021).

Art. 211-A. Lei de iniciativa do Poder Executivo estabelecerá normas de finanças públicas no âmbito do Estado do Ceará, às quais se sujeitarão todos os Poderes, incluídos Ministério Público e Defensoria Pública, com o objetivo de preservar a responsabilidade da gestão e cidadania fiscal, bem como de promover o equilíbrio financeiro das contas públicas, elevando o padrão e a qualidade dos investimentos.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

Art. 212. As informações sobre as finanças do Estado são públicas, devendo ser acessíveis a qualquer cidadão.

Parágrafo único. As informações solicitadas serão fornecidas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.

Art. 213. Incumbe ao Poder Público estadual e municipal, na forma da lei, firmar contrato, concessão ou permissão, alienar ou adquirir bens, sempre através de licitação.

Art. 213. Incumbe ao Poder Público Estadual firmar contratos, inclusive de concessão ou permissão de serviços públicos, ou

para alienar ou adquirir bens, mediante prévia licitação, salvo nos casos expressamente previstos em lei.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º Os contratos de concessão para a prestação de serviços públicos poderão conter expressa cláusula de reversibilidade, incorporando, ao término do prazo contratual, ao patrimônio do poder concedente, estadual ou municipal, os bens vinculados à prestação do serviço independente de qualquer indenização.

§1º Os contratos de concessão para a prestação de serviços públicos poderão conter expressa cláusula de reversibilidade, incorporando, ao término do prazo contratual, ao patrimônio do poder concedente, os bens vinculados à prestação do serviço independente de qualquer indenização.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º Quando a execução de serviço público é delegada a particulares, considerar-se-á implícita no contrato a cláusula de prevalência do interesse público, importando à entidade concedente o direito de proceder, a qualquer tempo, à revisão do contrato para adaptá-lo às exigências do interesse coletivo, respeitado o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

§3º A comprovação da idoneidade financeira dos licitantes far-se-á mediante a apresentação de certidões negativas de protestos de títulos e pendências de procedimentos de execução.

§3º A comprovação da idoneidade financeira dos licitantes, assim como a de sua qualificação técnica far-se-á na forma prescrita em lei.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§4º A qualificação técnica dos licitantes estaduais ou municipais será verificada, nos casos de atividades que exigem filiação a entidades ou conselhos, pela apresentação da inscrição; nos outros casos, por atestado fornecido por órgão da administração direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou por duas empresas privadas.

§4º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§5º A comprovação do pagamento do imposto sindical será considerada como regularidade fiscal e exigida nas licitações.

§5º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

TÍTULO VIII DAS RESPONSABILIDADES CULTURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 214. O Estado conjuga-se às responsabilidades sociais da Nação soberana para superar as disparidades cumulativas internas, incrementando a modernização nos aspectos cultural, social, econômico e político, com a elevação do nível de participação do povo, em correlações dialéticas de competição e cooperação, articulando

a sociedade aos seus quadros institucionais, cultivando recursos materiais e valores culturais para o digno e justo viver do homem.

Parágrafo único. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO

Art. 215. A educação, baseada nos princípios democráticos, na liberdade de expressão, na sociedade livre e participativa, no respeito aos direitos humanos, é um dos agentes do desenvolvimento, visando à plena realização da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, contemplando o ensino as seguintes diretrizes básicas:

Art. 215. A Educação, baseada nos princípios democráticos na liberdade de expressão, na sociedade livre e participativa, no respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos e garantindo formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais, é um dos agentes do desenvolvimento, visando a plena realização da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, contemplando o ensino as seguintes diretrizes básicas:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

III – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

IV – valorização dos profissionais do ensino com planos de carreira, na forma da lei, para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurada a isonomia salarial para docentes em exercício, com titulação idêntica, respeitando-se o grau de ensino em que estiver atuando;¹²³

V – gestão democrática da instituição escolar na forma de lei, garantidos os princípios de participação de representantes da comunidade;

VI – garantia de padrão de qualidade;

VII – formação de seres humanos plenamente desenvolvidos, capazes de compreender os direitos e deveres da pessoa, do cidadão, do Estado e dos diferentes organismos da sociedade;

VIII – fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional, assim como a preservação, a difusão e expansão do patrimônio cultural da humanidade;

VIII – fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional, assim como a preservação do meio ambiente, bem como resguardar, expandir e difundir o patrimônio cultural da humanidade;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IX – preparação dos indivíduos para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos, que permitem utilizar as possibilidades do meio em função do bem comum;

X – currículos voltados para os problemas brasileiros e suas peculiaridades regionais;

XI – ensino religioso facultativo;

XII – liberdade de organização dos alunos, professores, funcionários e pais de alunos, sendo facultada a utilização das instalações do estabelecimento de ensino para atividade das associações.

§ 1º Serão ministradas, obrigatoriamente, nos estabelecimentos de ensino público e privado, com o envolvimento da comunidade, noções de:

- a) direitos humanos;
- b) defesa civil;
- c) regras de trânsito;
- d) efeito das drogas, do álcool e do tabaco;
- e) direito do consumidor;
- f) sexologia;
- g) ecologia;
- h) higiene e profilaxia sanitária;
- i) cultura cearense, abrangendo os aspectos histórico, geográfico, econômico e sociológico do Estado e seus Municípios;
- j) sociologia; e
- l) folclore.

§ 2º Serão também incluídas, como disciplinas obrigatórias dos currículos nas escolas públicas e privadas de 1º e 2º graus, matérias sobre cooperativismo e associativismo.

§ 3º As escolas de 1º e 2º graus deverão incluir nas disciplinas da área de Humanidades, História, Geografia, Educação Artística e

123 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 145-1. Contudo, no julgamento de mérito, o dispositivo foi declarado constitucional. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

OSPB, temas voltados para a conscientização da necessidade de se preservar o patrimônio cultural.

Art. 216. O Estado do Ceará destinará, anualmente, no orçamento do Estado, verbas a serem aplicadas com a educação, em montante nunca inferior a vinte e cinco por cento da arrecadação.

Art. 216. O Estado do Ceará destinará, anualmente, no orçamento do Estado, verbas a serem aplicadas com a educação, em montante nunca inferior a vinte e cinco por cento da arrecadação.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 05, de 13 de dezembro de 1991).

§1º Serão garantidos mecanismos de controle social sobre a arrecadação e utilização dos recursos destinados à educação.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º É vedada a cobrança de taxas e contribuições, a qualquer título, nas escolas públicas, criadas e mantidas pelo Estado e Municípios.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 217. O Poder Público organizará o sistema estadual de ensino, com normas gerais de funcionamento para as escolas públicas estaduais, municipais e para as particulares sob sua jurisdição, e com assistência técnica e financeira aos Municípios, para o desenvolvimento dos seus próprios sistemas.

Art. 218. O sistema estadual de ensino será organizado, em colaboração com a União e os Municípios, sendo planejado e executado em forma regionalizada, com diretrizes, objetivos e metas definidos nos planos plurianuais, mediante garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, extensivo aos que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II – melhoria de qualidade de ensino;

III – atuação prioritária dos Municípios no ensino fundamental e pré-escolar, aplicando o percentual de vinte e cinco por cento da receita com que estão comprometidos, conforme o disposto no art. 212 da Constituição Federal;

IV – atendimento em creches e pré-escolar às crianças de zero a seis anos de idade;

IV – atendimento em creches e pré-escolar às crianças de zero a cinco anos de idade;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

V – ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VI – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência em qualquer idade, preferencialmente na rede regular de ensino;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares, de material didático-escolar, transporte, alimentação e saúde;

VIII – acesso aos níveis mais elevados do ensino, segundo a capacidade de cada um;

IX – estímulo à criação artística e às atividades de pesquisa e extensão;

X – oferta do ensino profissionalizante, segundo as aptidões do educando e as necessidades do mercado de trabalho;

XI – erradicação do analfabetismo;

XII – universalização do atendimento escolar;

XIII – promoção humanística, científica e tecnológica do Estado;

XIV – recenseamento pelos Municípios dos educandos do ensino fundamental, zelando-se pela sua frequência;

XV – manutenção do ensino fundamental, através de rede própria estadual ou em colaboração com os Municípios;

XVI – escolas com corpo docente habilitado;

XVII – ensino público e gratuito a todos, através de programas sociais devidamente orçados, vedado o uso de salário-educação;

XVIII – integração da Escola que oferece ensino fundamental e médio aos serviços de saúde, mediante ensino e difusão das noções básicas de Educação para a saúde pública.

§1º Sempre que os Municípios não tiverem condições de oferecer o atendimento previsto nos incisos IV e VI, cabe ao Estado suplementar as verbas para corrigir desníveis regionais.

§2º As classes de alfabetização para a criança a partir de seis anos serão mantidas, com prioridade, ensejando o aprendizado da leitura e da escrita, garantindo-se acesso efetivo ao 1º grau.

§3º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente, suscetível do exercício do direito de representação por qualquer cidadão e iniciativa de ofício pelo Ministério Público.

§4º O Estado construirá e manterá escolas preparatórias profissionalizantes, que funcionarão em regime de internato, para abrigarem menores abandonados.

§5º O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 219. As universidades estaduais gozam de autonomia didático-científica, administrativa, financeira, patrimonial e de gestão democrática, disciplinada em seus estatutos e regimentos.

Art. 220. A organização democrática do ensino é garantida, através de eleições, para as funções de direção nas instituições de ensino, na forma que a lei estabelecer.

Art. 221. As instituições de ensino superior serão necessariamente orientadas pelo princípio de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão dos serviços à comunidade.

Art. 222. As instituições educacionais de nível superior, criadas e mantidas pelo Poder Público estadual, adotarão a natureza jurídica de fundação de direito público.

Art. 223. Fica instituído o regime jurídico estatutário para docentes e demais servidores das fundações educacionais públicas de nível superior, nos termos do art. 39 da Constituição Federal, respeitado, quanto aos docentes, o estabelecido no art. 206, inciso V da Constituição Federal.

Art. 224. O Governo Estadual aplicará, mensalmente, nunca menos de um quinto da parcela a que se refere o art. 212 da Constituição Federal para despesas de capital do sistema de ensino superior público do Estado do Ceará, respeitada a proporcionalidade dos recursos repassados às universidades públicas estaduais nos últimos dois anos anteriores à promulgação desta Constituição.

Parágrafo único. Ficam as universidades públicas estaduais autorizadas, para fins de assegurar a autonomia da gestão financeira, a transferir e utilizar, na medida de suas necessidades, os recursos estabelecidos neste artigo, para despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, remuneração de serviços pessoais, outros serviços e encargos, diversas despesas de custeio, despesas de exercícios anteriores e vice-versa.

Art. 225. Caberá ao Poder Público Estadual dispor sobre a criação e funcionamento das instituições de ensino superior municipais e particulares, promovendo a articulação desse nível com os demais.

Art. 226. O estatuto e o plano de carreira do Magistério Público serão elaborados com a participação de entidades representativas da classe, observados:

I – piso salarial único para todo o magistério, de acordo com o grau de formação;

II – condições plenas de reciclagem e atualização permanentes, com direito a afastamento das atividades docentes, sem perda da remuneração;

III – progressão funcional na carreira, baseada na titulação;

IV – paridade de proventos entre ativos e aposentados;

V – concurso público para o provimento de cargos; e

VI – estabilidade no emprego, nos termos da Constituição Estadual;

§1º O plano de carreira para o pessoal técnico-administrativo será elaborado com a participação de entidades representativas da classe, garantindo:

a) piso salarial;

b) condições plenas para reciclagem e atualização permanentes com direito a afastamento das atividades, sem perda da remuneração;

c) progressão funcional na carreira, baseada na titulação.

§2º Professor é todo profissional com a devida titulação que exerça atividade de magistério, incluindo-se nesta, além da docência, as decorrentes das funções de direção, planejamento, supervisão, inspeção, coordenação, acompanhamento, controle, avaliação, orientação e pesquisa.

§3º O professor, em qualquer dos níveis, será aposentado com vencimentos integrais, satisfeito o requisito de tempo de serviço, independentemente da natureza de sua investidura.

Art. 227. Os Municípios responsabilizar-se-ão, prioritariamente, pelo ensino fundamental, devendo manter e/ou expandir o atendimento às crianças de zero a seis anos, só podendo atuar no nível superior de ensino quando a demanda dos ensinos fundamental e médio estiver plena e satisfatoriamente atendida, quantitativa e qualitativamente.

Art. 227. Os Municípios responsabilizar-se-ão, prioritariamente, pelo ensino fundamental, devendo manter e expandir o atendimento às crianças de zero a cinco anos, só podendo atuar no nível superior de ensino quando a demanda dos ensinos fundamental e médio estiver plena e satisfatoriamente atendida, quantitativa e qualitativamente.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º O Estado prestará assistência técnica e financeira aos Municípios que mantenham o ensino fundamental, devendo decretar a medida de intervenção, ao verificar não haver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal.

§2º Os poderes públicos providenciarão para que as escolas, progressivamente, sejam convertidas em centros educacionais dotados de infraestrutura técnica e de serviços necessários ao desenvolvimento de todas as etapas da educação fundamental.

§3º Os poderes públicos providenciarão para que as escolas adotem, progressivamente, o sistema de ensino de tempo integral de oito horas diárias.

Art. 228. O ensino médio visa assegurar formação humanística científica e tecnológica, voltada para o desenvolvimento de uma consciência crítica em todas as modalidades do ensino em que se apresentar.

§ 1º O Poder Público Estadual responsabilizar-se-á pela manutenção e expansão do ensino médio, público e gratuito, tomando providências para sua progressiva universalização.

Art. 229. Fica assegurada às pessoas portadoras de deficiência educação em todos os graus escolares, quer em classes comuns, quer em classes especiais, quando se fizer necessário.

Art. 229. Fica assegurada às pessoas com necessidades especiais educação em todos os graus escolares, quer em classes comuns, quer em classes especiais, quando isto se fizer necessário.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º Nas bibliotecas públicas será proposta a criação de um centro de informações de assuntos sobre a problemática social das deficiências, como estímulo à pesquisa, à ciência e às políticas transformadoras.

§ 2º As bibliotecas devem adquirir acervos de livros com escrita braille, como estímulo à formação cultural dos deficientes visuais.

§ 3º Toda entidade de reabilitação mantida pelo Estado, além de sua destinação, deve manter curso pré-escolar e de 1º grau, bem como ensino profissionalizante, compatíveis com a deficiência de seus frequentadores, de forma gratuita e obrigatória, sem limite de idade, desde o nascimento.

§ 3º Toda entidade de reabilitação mantida pelo Estado, além de sua destinação, deve manter curso pré-escolar e de ensino fundamental, bem como ensino profissionalizante, compatíveis com a deficiência de seus frequentadores, de forma gratuita e obrigatória, sem limite de idade, desde o nascimento.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 4º Em se tratando de órgão privado, com finalidade filantrópica, o Estado deve prover os meios para que seja atingido o seu objetivo.

§ 5º O Estado promoverá, pelo menos uma vez por ano, em suas campanhas permanentes de conscientização, esclarecimentos sobre a problemática das pessoas deficientes.

Art. 230. O Conselho de Educação do Ceará, órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema de ensino do Estado do Ceará, será entidade autônoma e constituir-se-á em unidade orçamentária e de despesa.¹²⁴

§ 1º O Conselho de Educação do Ceará será integrado por educadores, indicados na seguinte proporção: um terço pelo Secretário de Educação do Ceará e dois terços pelo Legislativo.¹²⁵

§ 1º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 2º Compete ao Conselho de Educação do Ceará, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em lei e observadas as diretrizes e bases estabelecidas pela União:

I – baixar normas disciplinadoras dos sistemas estadual e municipal de ensino;

II – baixar normas disciplinadoras do sistema estadual de ensino;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

III – interpretar a legislação de ensino;

IV – autorizar o funcionamento do ensino particular e avaliar-lhe a qualidade; e

V – desconcentrar suas atribuições, por meio de comissões de âmbito municipal.

§ 3º A competência, a organização e as diretrizes do funcionamento do Conselho serão estabelecidas em lei.

Art. 231. Os recursos públicos serão destinados às escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros na educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsa de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade de residência do educando, ficando o poder público obrigado a investir, prioritariamente, na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino fundamental.

124 Ver Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

125 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 143-4, a qual foi julgada extinta pelo STF. Em nova arguição de inconstitucionalidade, desta vez na ADI nº 2824-3, o dispositivo foi questionado novamente. No entanto, a ação foi extinta, devido à revogação superveniente ocasionada pela EC nº 65/2009. Ver ADIs n.ºs 143-4 e 2824-3 no Anexo II.

§4º Serão criados mecanismos de controle democrático da arrecadação e utilização dos recursos destinados à educação.

§5º As instituições universitárias estaduais poderão estabelecer, mediante convênios, programas de ação para esses fins, com o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, definido no art. 49, parágrafo único desta Constituição.

§6º As escolas rurais do Estado devem obrigatoriamente instituir o ensino de cursos profissionalizantes.

§7º O Estado firmará convênio com as universidades e centros de pesquisa, visando aprimorar o ensino, regionalizando-o de acordo com as características de cada microrregião.

§8º Em cada microrregião do Estado será implantada uma escola técnica agrícola que deve ter os currículos e o calendário escolar adequados à realidade da microrregião.

§9º O Estado, em conjunto com os Municípios e com a participação da comunidade, implantará o sistema estadual de bibliotecas públicas, tendo como unidade central a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.¹²⁶

§10º O Estado e os Municípios preservarão a documentação governamental e histórica, assegurando o acesso aos interessados.

Art. 232. Lei estadual disporá sobre os critérios para a municipalização do ensino.

Parágrafo único. O Estado garantirá a municipalização do ensino de 1º grau, através de:

Parágrafo único. O Estado garantirá a municipalização do ensino fundamental, por meio de:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – incentivo à criação de conselhos municipais de educação, onde houver condições;

II – transferência da capacidade decisória e de ação aos Municípios, nas áreas de ensino de 1º grau;

II – transferência da capacidade decisória e de ação aos Municípios, nas áreas de ensino fundamental;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

III – criação e fortalecimento de estruturas municipais de educação, e preparação destas para assumirem os encargos educacionais de 1º grau;

III – criação e fortalecimento de estruturas municipais de educação, e preparação destas para assumirem os encargos educacionais do ensino fundamental;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IV – transferência progressiva de encargos e serviços relativos ao ensino de 1º grau aos Municípios, na medida de suas reais disponibilidades;

IV – transferência progressiva de encargos e serviços relativos ao ensino fundamental aos Municípios, na medida de suas reais disponibilidades; e

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

V – criação de mecanismos, visando o fortalecimento das ações municipais e ampliação do repasse de recursos financeiros.

CAPÍTULO III DA CULTURA

Art. 233. Fica criado o Fundo Estadual de Cultura a ser administrado pela Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, ouvido o Conselho Estadual de Cultura.

Art. 233. O Estado do Ceará promoverá a valorização e a proteção das manifestações e expressões culturais, advindas dos diversos indivíduos, grupos e coletividades participantes do processo de construção da cultura cearense, observados os seguintes princípios dos direitos culturais:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – defesa e valorização do patrimônio cultural;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – valorização da diversidade étnica e regional;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

III – respeito à diversidade e ao pluralismo cultural;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IV – resguardo da memória coletiva;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

V – promoção da cidadania cultural;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

VI – promoção da inclusão social;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

VII – universalização do acesso aos bens culturais;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

VIII – autonomia das entidades culturais; e

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IX – gestão democrática.

126 Ver Lei nº 18.012, de 01 de abril de 2022, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 234. Serão criados arquivos municipais integrados ao sistema estadual de arquivos, para a preservação de documentos.

Art. 234. Constituem patrimônio cultural do Estado do Ceará os bens de natureza material e imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos e coletividades formadores da sociedade cearense, nos quais se incluem:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – as formas de expressão;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – os modos de criar, fazer e viver;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º Após o período fixado em Lei municipal, essa documentação poderá ser remetida, definitivamente, ao Arquivo Público Estadual.

§ 1º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 2º O Arquivo Público, mediante solicitação, remeterá cópia de microfimes dos documentos para os Municípios de origem.

§ 2º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 235. Nenhuma repartição pública estadual ou municipal destruirá ou desviará sua documentação, sem antes submetê-la ao setor de triagem, instituído pelo Estado, para fins de preservação de documentação de valor histórico, jurídico ou administrativo, assegurando amplo acesso aos interessados.

Art. 235. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural do Estado do Ceará, por meio de inventário, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 236. O poder público assegurará os meios e as condições para o funcionamento eficiente dos sistemas estaduais de biblioteca, documentação e arquivo, como órgãos executores da política de incentivo à leitura, à preservação do

patrimônio bibliográfico e documental e ao intercâmbio com as instituições congêneres.

Art. 236. A gestão pública da cultura no Estado do Ceará será feita por intermédio da Secretaria da Cultura, de forma sistêmica, com participação de órgãos colegiados, na forma da lei.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º A lei disporá sobre o Fundo Estadual de Cultura, a ser administrado pela Secretaria da Cultura, com a colaboração de órgão colegiado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 2º O Conselho Estadual da Cultura terá natureza autônoma, consultiva, deliberativa e normativa, de composição majoritária da sociedade civil, atendendo a critérios democráticos na escolha de seus membros, na forma da lei.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 237. Compete aos Municípios, mediante assessoria da Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, promover o levantamento, tombamento e preservação do seu patrimônio histórico e cultural.

Art. 237. O Poder Público assegurará os meios e as condições para o funcionamento eficiente e democrático dos sistemas e subsistemas estaduais de cultura, na forma da lei.¹²⁷

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 237-A O Estado do Ceará incentivará a promoção da cultura no âmbito dos Municípios.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 237-B Será instituído, na forma da lei, o sistema estadual de arquivos, integrado pelos arquivos estaduais e municipais, para a guarda, gestão, conservação e preservação dos documentos públicos.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º Nenhuma repartição pública destruirá ou desviará sua documentação, sem antes submetê-la ao setor competente para a triagem.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 2º Aos interessados será assegurado amplo acesso aos documentos referidos neste artigo, respeitadas as restrições constitucionais.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 237-CA lei estabelecerá incentivos para produção e conhecimento de bens e valores culturais.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

127 Ver Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

§1º O Estado do Ceará poderá adotar modelo de Orçamento Participativo para a alocação de recursos públicos destinados à cultura e elaboração de Plano Plurianual correspondente.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º A lei estabelecerá o Plano Estadual de Cultura, de duração plurianual, visando o desenvolvimento do Estado e à integração das ações do poder público, respeitados os princípios dos direitos culturais elencados neste capítulo.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

CAPÍTULO IV DO DESPORTO

CAPÍTULO IV DO DESPORTO E DO TURISMO

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 238. É dever do Estado fomentar e apoiar práticas desportivas formais e não formais, em suas diferentes manifestações, educação física, desporto, lazer e recreação, como direito de todos.

§1º Será assegurada prioridade, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais, ao desporto educacional, em suas atividades, meios e fins.

§2º O Poder Público reconhece a educação física como disciplina obrigatória no ensino público e privado.

Art. 239. É dever do Estado incentivar a pesquisa sobre educação física, desporto e lazer, criar e manter instalações esportivas e recreativas nos projetos de urbanização e instituições escolares públicas, e exigir igual participação da iniciativa privada.

Parágrafo único. Fica criado o Fundo de Desenvolvimento do Esporte Amador, devendo a lei definir a origem dos recursos e o órgão a que caberá a sua administração.¹²⁸

Art. 240. O Poder Público criará estrutura organizacional dotada de recursos próprios, que terá competência para organizar, executar e supervisionar as atividades desportivas educacionais do Estado.

§1º O Poder Público garantirá ao portador de necessidade especial atendimento especializado no que se refere à educação física e à prática de atividades desportivas, sobretudo no âmbito escolar.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º O Poder Público apoiará e incentivará o lazer e o desporto como forma de promoção social, com tratamento diferenciado para o desporto profissional e amador.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 241. As empresas vinculadas ao Governo do Estado do Ceará deverão aplicar no mínimo dez por cento de suas verbas publicitárias em comerciais que incentivem o esporte amador e o educacional.

Parágrafo único. As verbas deverão ser utilizadas na cobertura de atividades esportivas amadorísticas, no patrocínio de atletas, no apoio à realização de competições, na contratação de atletas para comerciais ou em outras atividades semelhantes.

Art. 241-A O Estado promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social, de divulgação, de valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, respeitando as peculiaridades locais, coibindo a desagregação das comunidades envolvidas e assegurando o respeito ao meio ambiente e à cultura das localidades exploradas, estimulando sua autossustentabilidade.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º O Estado definirá a política estadual de turismo proporcionando condições necessárias para o desenvolvimento da atividade.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º O instrumento básico de intervenção do Estado, decorrente da norma estatuída no caput deste artigo, será o plano diretor de turismo, estabelecido em lei, considerado o potencial turístico das diferentes regiões, com a participação dos municípios envolvidos, direcionando as ações de planejamento, promoção e execução da política estadual de turismo.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§3º Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, caberá ao Estado, em ação conjunta com os municípios, promover especialmente:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – o inventário e a regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico do Estado;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – a infraestrutura básica necessária à prática do turismo, apoiando e realizando investimentos no fomento dos empreendimentos, equipamentos e instalações e na qualificação dos serviços;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

128 Ver Lei Complementar nº 36, de 06 de agosto de 2003, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

III – a promoção de intercâmbio permanente, em âmbito nacional e internacional, visando ao aumento do fluxo turístico e a elevação da média de permanência do turista;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IV – medidas específicas para o desenvolvimento dos recursos humanos para o setor;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

V – elaboração sistemática de pesquisas sobre oferta e demanda turística, com análise dos fatores de oscilação do mercado;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

VI – fomento ao intercâmbio permanente com outros Estados da Federação e com o exterior, em especial com os países da América do Sul, visando ao fortalecimento do espírito de fraternidade e aumento do fluxo turístico nos dois sentidos, bem como a elevação da média de permanência do turista em território do Estado; e

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

VII – construção de albergues populares, favorecendo o lazer das camadas pobres da população.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

CAPÍTULO V DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 242. Os órgãos públicos da administração direta e indireta são obrigados a atender a pedidos de informação dos profissionais de comunicação social, dos veículos de comunicação de massa ou de quaisquer cidadãos interessados em questões de relevante interesse público.

§1º Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo, empresa e assessoria de comunicação social, observados os incisos IV, V, X, XIII e XIV, do art. 5º da Constituição Federal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica ou artística.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 243. As emissoras de rádio e televisão mantidas pelo Estado, ou com ele conveniadas, na forma da lei, realizarão programas de ensino público e gratuito para o 1º, 2º e 3º graus, de modo a combinar a massificação do ensino com critérios de qualidade, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promovendo, ainda, manifestações populares, folclóricas e de lazer.

Art. 244. As emissoras de rádio e televisão sob controle do Estado ou da entidade da administração indireta atuarão, prioritariamente,

nas áreas de educação e cultura, reservando horário para a divulgação das atividades dos Poderes do Estado, devendo difundir:

I – programa de ação do Governo relativo à preservação e proteção do meio ambiente;

II – relatório das atividades efetivamente desenvolvidas durante o exercício anterior, a título de prestação de contas.

Parágrafo único. O relatório de atividades de que trata este artigo ficará durante sessenta dias, a partir de sua divulgação, à disposição de qualquer cidadão ou entidade representativa para exame e apreciação, podendo-se questionar sua legitimidade, no exercício do direito de petição ou representação.

CAPÍTULO VI DA SAÚDE

Art. 245. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às suas ações e serviços.

Art. 246. As ações e serviços públicos e privados de saúde integram a rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único de saúde no Estado, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização político-administrativa com direção única em cada nível de governo;

II – municipalização dos recursos, serviços e ações de saúde de abrangência municipal, podendo os Municípios constituir consórcios para desenvolver as ações de saúde que lhes correspondam;

III – integralidade na prestação das ações de saúde preventivas e curativas, adequadas às realidades epidemiológicas;

IV – universalização da assistência, com acesso igualitário a todos, nos níveis de complexidade dos serviços de saúde;

V – participação de entidades representativas de usuários e servidores de saúde na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas e das ações de saúde nos níveis estadual e municipal, através de conselhos municipais e estaduais de saúde; e

VI – assistência à saúde, livre à iniciativa privada.

§1º As entidades filantrópicas e sem fins lucrativos poderão participar do sistema único de saúde, mediante contrato de direito público ou convênio.

§2º São vedados:

I – incentivos fiscais ou recursos públicos para instituições privadas; e

II – participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde, salvo nos casos previstos em lei, ficando sua instalação no Estado condicionada à aprovação pelo Conselho Estadual de Saúde.

Art. 247. O sistema único estadual de saúde será financiado com recursos do orçamento do Estado, da seguridade social, da União, dos Municípios, além de outras fontes.

§1º Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde no Estado serão administrados através dos fundos estadual e municipal de saúde, pelas secretarias estadual e municipal de saúde.

§2º O fundo estadual é formado por recursos provenientes de dotações orçamentárias federais, estaduais e de outras fontes.

Art. 248. Compete ao Sistema Único Estadual de Saúde, além de outras atribuições:

I – gerir, planejar, coordenar, controlar e avaliar a política estadual de saúde, estabelecida em consonância com os níveis federal e municipal;

II – administrar o fundo estadual de saúde de acordo com o art. 5º, §§ 2º e 3º, da Constituição da República;

II – administrar o Fundo Estadual de Saúde de acordo com o art. 198 da Constituição da República;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

III – prestar serviços de saúde, de vigilância sanitária e epidemiológica, e outros necessários ao alcance dos objetivos dos sistemas, em coordenação com os sistemas municipais;

IV – assumir a responsabilidade pelos serviços de abrangência estadual ou regional, ou por programas, projetos e atividades que não possam, por seu custo, especialização ou grau de complexidade, ser executados pelos Municípios;

V – participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

VI – ordenar a formação, aperfeiçoamento e utilização de recursos humanos na área de saúde em interação com o Ministério da Educação e as secretarias estadual e municipal de Educação;

VII – fiscalizar e inspecionar alimentos, inclusive controlar seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VIII – promover a fluoretação dos abastecimentos públicos de água e assegurar o seu controle nos níveis compatíveis;

IX – promover o desenvolvimento de novas tecnologias e a produção de medicamentos, matérias-primas, imunobiológicos e biotecnológicos, de preferência por laboratórios estatais, com rigoroso controle de qualidade, e torná-los acessíveis à população;

X – desenvolver o sistema estadual público regionalizado de coleta, processamento e transfusão de sangue e hemoderivados;

XI – estabelecer normas, fiscalizar e controlar estabelecimentos, produtos, substâncias e equipamentos utilizados na assistência à saúde;

XII – proceder à atualização periódica do código sanitário;

XIII – desenvolver o sistema de informações de saúde, sob controle público, visando a um melhor planejamento e avaliação das ações e da política de saúde;

XIV – estruturar e controlar os serviços de verificação de óbitos;

XV – assegurar o acesso à educação e à informação e aos métodos de planejamento familiar que não atentem contra a saúde, respeitando o direito de opção pessoal;

XVI – participar do controle e da fiscalização de produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

XVII – promover a implantação de centros de reabilitação orofacial, de ortodontia e odontologia preventiva;

XVIII – colaborar com a proteção do meio ambiente e do trabalho;

XIX – atuar em relação ao processo produtivo, garantindo:

a) medidas que visem à eliminação de riscos de acidentes, doenças profissionais e do trabalho e que ordenem o processo produtivo, de modo a garantir a saúde dos trabalhadores e acionar os órgãos incumbidos da prevenção de acidente no trabalho para apuração de responsabilidade;

b) obrigação das empresas de ministrar cursos sobre riscos e prevenção de acidentes, ficando a cargo do Estado exercer permanente fiscalização sobre as condições locais de trabalho, meio ambiente, maquinaria, meios e equipamentos de proteção oferecidos ao trabalhador;

c) direito de recusa ao trabalho em ambientes que tiverem seus controles de riscos à vida e à saúde em desacordo com as normas em vigor, com a garantia de permanência no emprego, sem redução salarial;

XX – desenvolver, em integração com o sistema educacional, ações educativas de saúde nos locais de prestação de serviço, nas escolas ou onde sejam necessárias, visando ao esclarecimento à informação e à discussão, com os usuários;

XXI – implantar e garantir as ações do programa de assistência integral à saúde da mulher que atenda às especificidades da população feminina do Estado, em todas as fases da vida da mulher, desde o nascimento à terceira idade;

XXII – elaborar planejamento global na área de odontologia, incluindo sua supervisão a cargo, exclusivamente, de cirurgiões-dentistas;

XXIII – criar e implantar departamentos odontológicos em hospitais do Sistema Único de Saúde Estadual;

XXIV – criar, na área de saúde, programa de assistência médico-odontológica às crianças de zero a seis anos e a jovens; e

XXV – fomentar o estudo, a pesquisa, a incorporação e a aplicação de novas tecnologias no âmbito da saúde.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º Cabe ao Estado montar, em toda sua rede hospitalar e ambulatorial, leitos, espaços, equipamentos para atendimento gratuito às pessoas portadoras de deficiência.

§ 2º O Estado deverá fazer convênio com instituições que tenham leitos equipados para tratamento dos portadores de deficiência.

§ 3º O Estado promoverá políticas públicas de incentivo e apoio à saúde mental, com o objetivo de prevenir, diagnosticar e tratar os transtornos mentais, bem como promover a saúde mental e o bem-estar da população.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 128, de 21 de maio de 2025).

Art. 249. Cabe ao Estado a coordenação e gerenciamento do Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do seu território.

Art. 249. Cabe ao Estado, no âmbito do seu território, a coordenação e gerenciamento do Sistema Único de Saúde SUS.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Parágrafo único. Garantir-se-á ao órgão coordenador pleno acesso às informações junto a entidades privadas da área, relativas à saúde da população.

Art. 249-A. Fica instituído o Fundo Estadual de Atenção Secundária à Saúde, de natureza contábil e financeira, destinado à manutenção dos serviços de saúde de média complexidade, em urgência e emergência, em atendimentos móveis de urgência e emergência, de odontologia especializada e de rede ambulatorial especializada.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 71, de 18 de janeiro de 2011).

§ 1º O Fundo previsto no caput é constituído:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 71, de 18 de janeiro de 2011).

I – por quinze por cento dos recursos a que se referem os incisos III e IV do art. 158 da Constituição Federal e os incisos I e II do art. 198 desta Constituição;¹²⁹
(Inserido pela Emenda Constitucional nº 71, de 18 de janeiro de 2011).

I - (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 4597, no dia 21 de dezembro de 2020, publicada no dia 8 de março de 2021, do DJE e no DOU).

II - por recursos depositados pelo Estado na conta específica do Fundo, correspondentes a dois terços do valor previsto no inciso I;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 71, de 18 de janeiro de 2011).

III - por outros recursos previstos em Lei específica.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 71, de 18 de janeiro de 2011).

§ 2º O Fundo Estadual de Atenção Secundária à Saúde é subordinado à Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 71, de 18 de janeiro de 2011).

§ 3º O Conselho Estadual da Saúde estabelecerá a disciplina geral para a utilização dos recursos do Fundo, no atendimento de seus objetivos, a ser formalizada por Decreto do Governador do Estado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 71, de 18 de janeiro de 2011).

§ 4º Outros serviços de saúde de média complexidade, previstos em Decreto do Governador do Estado, poderão ser mantidos por recursos do Fundo Estadual de Atenção Secundária à Saúde.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 71, de 18 de janeiro de 2011).

Art. 250. Toda informação ou publicidade, que atente contra a saúde ou induza a consumo nocivo, deverá incluir observação explícita dos riscos, sob a responsabilidade dos promotores e fabricantes por eventuais danos.

Art. 251. Fica sujeita à fiscalização de órgão competente a comercialização de substâncias tóxicoinebriantes, nos termos da legislação vigente.

Art. 252. O Estado estabelecerá política de saneamento, tanto no meio urbano como no rural, em função das respectivas realidades locais e regionais, observados os princípios da Constituição Federal.

§ 1º Assegurar-se-á a participação das comunidades, das instituições e das três esferas do Governo no planejamento, na organização dos serviços e na execução das ações.

129 Ver ADI nº 4597, no Anexo II.

§2º Os padrões técnicos das obras e serviços de saneamento deverão ser adequados tanto ao meio físico quanto ao nível socioeconômico das comunidades, garantindo-se o mínimo de condições sanitárias.

§3º O Estado assegurará os recursos necessários aos programas de saneamento, com vistas à expansão e melhoramento do setor.

CAPÍTULO VII DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CAPÍTULO VII DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 253. O Estado promoverá o desenvolvimento científico e tecnológico, incentivando a pesquisa básica e aplicada, a autonomia e capacitação tecnológicas e a difusão dos conhecimentos técnicos e científicos, tendo em vista o bem-estar da população e o progresso das ciências.

§1º A política científica e tecnológica tem por objetivos o respeito à vida e à saúde humana, o aproveitamento racional e não predatório dos recursos naturais, a preservação e a recuperação do meio ambiente, bem como o respeito aos valores éticos e culturais.

§2º As universidades e demais instituições públicas de pesquisa devem participar do processo de formulação da política científica e tecnológica e ser seus agentes primordiais.

Art. 254. Compete ao Estado estabelecer uma política de desenvolvimento científica e tecnológica que possibilite o norteamento das prioridades de ciência e tecnologia em consonância com as políticas regional e nacional.

§1º A pesquisa básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência.

§2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas regionais e expansão do conhecimento, visando o desenvolvimento do sistema produtivo.

§3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá, aos que deles se ocupem, meios e condições especiais de trabalho.

§4º Será facultada às universidades e demais instituições públicas de pesquisa a criação da carreira de pesquisador, a ser disciplinada por lei.

Art. 255. A lei disciplinará o apoio e estímulo às empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada à região, inovação tecnológica com competitividade internacional, formação e

aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que desenvolvam projetos integrados com universidades e institutos de pesquisa.

Parágrafo único. A lei instituirá incentivos ao investimento e à fixação de atividades econômicas no território do Estado, objetivando desenvolver-lhe as potencialidades e observadas as peculiaridades regionais.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 256. O Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, criado e mantido pelo Poder Público, será integrado por representantes das entidades da Sociedade Civil e de organismos governamentais envolvidos com a geração e aplicação do conhecimento científico e tecnológico, e com as consequências e impactos delas resultantes.

Art. 256. O Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CECT), integrante da Secretaria da Ciência e Tecnologia, será composto por representantes das entidades da sociedade civil e de organismos públicos e privados envolvidos com a educação superior, a geração e aplicação do conhecimento científico e tecnológico, e com as consequências e impactos delas resultantes, cuja estrutura, competência e composição serão disciplinados por Lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 13 de dezembro de 1994).

Art. 256. O Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, integrante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, será composto por representantes das entidades da sociedade civil e de organismos públicos e privados envolvidos com a educação superior, a geração e aplicação do conhecimento científico e tecnológico, e com as consequências e impactos delas resultantes, cuja estrutura, competência e composição serão disciplinados por Lei.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§1º Caberá ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia o desempenho das seguintes funções, entre outras que a lei dispuser:

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia o desempenho das seguintes funções, entre outras que a lei dispuser:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 13 de dezembro de 1994).

~~I – estabelecer as diretrizes para a formulação da política científica e tecnológica do Estado;~~

I – dar apoio ao Governador do Estado sobre propostas, ideias e políticas da Ciência, Tecnologia e Inovação de relevância para o desenvolvimento da economia cearense;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 6 de abril de 2006).

~~II – deliberar sobre o plano estadual de ciência e tecnologia;~~

II – realizar estudos temáticos, setoriais e prospectivos, de curto e longo prazo, cujos resultados ajudem a formular as diretrizes de política e os planos estaduais de ciência, tecnologia e inovação;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 6 de abril de 2006).

~~III – fiscalizar seu cumprimento pelo Poder Público;~~

III – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IV – avaliar as atividades de pesquisa científica e tecnológica financiadas com recursos estaduais;

IV – avaliar, quando solicitado, o resultado das políticas de ciência, tecnologia e inovação e as atividades delas decorrentes realizadas no território cearense;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 06 de abril de 2006).

V – apreciar as atividades de órgãos situados no Ceará, mas não vinculados ao Governo Estadual.

V – orientar as instituições de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), vinculadas ao Governo Estadual, e subsidiar as demais instituições dessa natureza situadas no território cearense, que apresentem propostas que contribuam para o desenvolvimento da política estadual de Ciência e Tecnologia.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 06 de abril de 2006).

§ 2º. As atividades do Conselho serão realizadas por Secretaria Executiva, com assessoramento e recursos próprios.

§ 2º (Suprimido).

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 13 de dezembro de 1994).

§ 3º. Lei complementar definirá a composição e a competência do Conselho.

§ 3º (Suprimido).

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 13 de dezembro de 1994).

Art. 257. O plano estadual de ciência e tecnologia abrangerá os componentes da pesquisa científica e tecnológica e indicará com precisão as ações prioritárias a serem empreendidas, mediante a aplicação de recursos federais e estaduais no campo da pesquisa científica e tecnológica.

Art. 257. O Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CECT) contribuirá com os planos estaduais de ciência e tecnologia, abrangendo os componentes da pesquisa científica, da pesquisa tecnológica, do desenvolvimento e da inovação, e indicará com precisão as formas e ações prioritárias a serem empreendidas, mediante a aplicação de recursos federais, estaduais, municipais ou privados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 6 de abril de 2006).

Art. 257. O Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação contribuirá, com os planos estaduais de ciência e tecnologia, abrangendo os componentes da pesquisa científica, da pesquisa tecnológica, do desenvolvimento e da inovação e indicará com precisão as formas e ações prioritárias a serem empreendidas, mediante a aplicação de recursos federais, estaduais, municipais ou privados.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º Será assegurada a compatibilidade das ações da área tecnológica com as metas globais de desenvolvimento econômico e social do Estado e do País.

§ 1º Os trabalhos do Conselho deverão assegurar a compatibilidade das ações que resultem das pesquisas científicas, das atividades tecnológicas ou de inovação, com as metas globais de desenvolvimento econômico e social do Estado e do País.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 06 de abril de 2006).

§ 2º A dotação orçamentária para execução das atividades das instituições estaduais de pesquisa será determinada de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas no plano e constará do orçamento geral do Estado.

§ 3º Caberá ao órgão executivo responsável pela implementação do plano estadual de ciência e tecnologia cumprir as deliberações do conselho e promover a articulação entre os planos de ciência e tecnologia e os mecanismos e programas de fomento e demais ações promovidos em nível nacional e estadual.

§ 3º Caberá à Secretaria da Ciência e Tecnologia a responsabilidade pela implementação dos planos estaduais de educação superior, ciência e tecnologia, conjuntamente com o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, devendo promover a articulação entre os referidos planos e os Planos de Desenvolvimento socioeconômico, científico e tecnológico do Estado e do País, como também com os mecanismos de fomento e demais ações de incentivo promovidos a níveis estadual e nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 13 de dezembro de 1994).

§ 3º Compete à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior a responsabilidade pela captação das sugestões e propostas emanadas do Conselho, para inserção nos planos estaduais, cuidando para que estes se articulem com os planos de desenvolvimento socioeconômico, científico e tecnológico do Estado e do País, como também com os mecanismos de fomento e demais ações de incentivo promovidas pelos Governos Estadual e Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 6 de abril de 2006).

§ 3º Compete à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a responsabilidade pela captação das sugestões e propostas emanadas do Conselho, para inserção nos planos estaduais, cuidando para que estes se articulem com os planos de desenvolvimento socioeconômico, científico e tecnológico do Estado e do País, como também com os mecanismos de fomento e demais ações de incentivos promovidas pelos Governos Estadual e Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 258. O Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada.¹³⁰

§ 1º A dotação prevista neste artigo será calculada sobre a renda obtida através de impostos e transferida em duodécimos, mensalmente, no mesmo exercício.

130 Ver Lei Estadual nº 11.752, de 12 de novembro de 1990, modificada pela Lei Estadual nº 12.077, de 1º de março de 1993. Ver também a Lei nº 13.297, de 07 de março de 2003, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

§ 2º A despesa com pessoal da Fundação de Amparo à Pesquisa não poderá exceder os cinco por cento do seu orçamento global.

CAPÍTULO VIII DO MEIO AMBIENTE

Art. 259. O meio ambiente equilibrado e uma sadia qualidade de vida são direitos inalienáveis do povo, impondo-se ao Estado e à comunidade o dever de preservá-los e defendê-los.

Parágrafo único. Para assegurar a efetividade desses direitos, cabe ao Poder Público, nos termos da lei estadual:

I – manter um órgão próprio destinado ao estudo, controle e planejamento da utilização do meio ambiente;

II – manter o Conselho Estadual do Meio Ambiente COEMA;¹³¹

III – delimitar, em todo o território do Estado, zonas específicas para desapropriação, segundo critérios de preservação ambiental e organizados de acordo com um plano geral de proteção ao meio ambiente;

IV – estabelecer, dentro do planejamento geral de proteção do meio ambiente, áreas especificamente protegidas, criando, através de lei, parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação, implantando-os e mantendo-os com os serviços públicos indispensáveis às suas finalidades;

V – delimitar zonas industriais do território estadual para a instalação de parques fabris, estabelecendo-os mediante legislação ordinária, vedada a concessão de subsídios ou incentivos de qualquer espécie, para a instalação de novas indústrias fora dessas áreas;

VI – conservar os ecossistemas existentes nos seus limites territoriais, caracterizados pelo estágio de equilíbrio atingido entre as condições físico-naturais e os seres vivos, com o fim de evitar a ruptura desse equilíbrio;

VII – adotar nas ações de planejamento uma visão integrada dos elementos que compõem a base física do espaço;

VIII – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas concomitantemente com a União e os Municípios, de forma a garantir a conservação da natureza, em consonância com as condições de habitabilidade humana;

IX – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Estado e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético, no âmbito estadual e municipal;

X – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida e o meio ambiente;

XI – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade, fiscalizando a extração, captura, produção, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos;

XII – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

XIII – fomentar o florestamento e o reflorestamento nas áreas críticas em processo de degradação ambiental, bem como em todo o território estadual;

XIV – controlar, pelos órgãos estaduais e municipais, os defensivos agrícolas, o que far-se-á apenas mediante receita agrônômica;

XV – definir as áreas destinadas a reservas florestais, criando condições de manutenção, fiscalização, reflorestamento e investimento em pesquisas, sobretudo na Chapada do Araripe;

XVI – proibir, no território do Estado, a estocagem, a circulação e o livre comércio de alimentos ou insumos contaminados por acidentes graves de qualquer natureza, ocorridos fora do Estado;

XVII – implantar delegacias policiais especializadas na prevenção e combate aos crimes ambientais;

XVIII – desenvolver estudos e estimular projetos, visando à utilização de fontes naturais de energia e à substituição de combustíveis atualmente utilizados em indústrias e veículos por outros menos poluentes;

XIX – embargar a instalação de reatores nucleares, com exceção daqueles destinados exclusivamente à pesquisa científica e ao uso terapêutico, cuja localização e especificação serão definidas em lei;

XX – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

131 Ver Lei nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987; Lei nº 12.910, de junho de 1999; Lei 13.297, de 07 de março de 2003; e Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

XXI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território, autorizadas pela União, ouvidos os Municípios.

Art. 260. O processo de planejamento para o meio ambiente deverá ocorrer de forma articulada entre Estado, Municípios e entidades afins, em nível federal e regional.

Parágrafo único. O Sistema Estadual de Meio Ambiente orientar-se-á para a recuperação, preservação da qualidade ambiental, visando ao desenvolvimento socioeconômico, dentro de parâmetros a serem definidos em lei ordinária que assegurem a dignidade humana e a proteção à natureza.

Art. 261. Os resíduos líquidos, sólidos, gasosos ou em qualquer estado de agregação de matéria, provenientes de atividades industriais, comerciais, agropecuárias, domésticas, públicas, recreativas e outras, exercidas no Estado do Ceará, só poderão ser despejados em águas interiores ou costeiras, superficiais ou subterrâneas existentes no Estado, ou lançadas à atmosfera ou ao solo, se não causarem ou tenderem a causar poluição.

Art. 262. Será prioritário o uso de gás natural por parte do sistema de transporte público.

Art. 263. O Estado e os Municípios deverão promover educação ambiental em todos os níveis de ensino, com vistas à conscientização pública da preservação do meio ambiente.

Art. 263. O Estado e os Municípios deverão promover educação ambiental em todos os níveis de ensino, com vistas à conscientização pública da preservação e recuperação do meio ambiente.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 264. Para licitação, aprovação ou execução de qualquer obra ou atividade pública ou privada potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente e/ou que comporte risco para a vida e a qualidade de vida, é obrigatório, nos termos da lei estadual, a realização de estudo prévio de impacto ambiental com a publicação do respectivo relatório conclusivo do estudo no Diário Oficial do Estado.

Art. 264. Qualquer obra ou atividade pública ou privada, para as quais a Superintendência Estadual do Meio Ambiente SEMACE, exigir Estudo de Impacto Ambiental, deverá ter o parecer técnico apreciado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente COEMA, com a publicação da resolução, aprovada ou não, publicada no Diário Oficial do Estado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 14 de dezembro de 1991).¹³²

Art. 264. Ao Estado do Ceará caberá promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ressalvado aquelas de competência da União e dos Municípios.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 126, de 02 de abril de 2025)

§ 1º A lei estabelecerá os tipos de obra ou atividades que podem ser potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente e/ou que comportem risco à vida e à qualidade de vida, e disporá sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente, órgão subordinado diretamente ao Governador do Estado, em que é garantida a participação da comunidade através das entidades representativas de classe de profissionais de nível superior das áreas de engenharia, arquitetura, agronomia, biologia, medicina e direito.¹³³

§ 2º Só será licitada, aprovada ou executada a obra ou atividade, cujo relatório conclusivo do estudo prévio de que trata o caput deste artigo, apreciado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, for favorável à licitação, aprovação ou execução.

§ 3º O Estado do Ceará é responsável pelo licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 126, de 02 de abril de 2025)

§ 4º Para exercer as atribuições concernentes ao licenciamento das intervenções de impacto local, o município deve dispor de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente, em conformidade com a legislação vigente.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 126, de 02 de abril de 2025)

§ 5º Considera-se órgão ambiental capacitado, para os efeitos do disposto no § 4.º, aquele que possui técnicos próprios ou em consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas a serem delegadas.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 126, de 02 de abril de 2025)

Art. 265. A política de desenvolvimento urbano, executada pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal, adotará, na forma da lei estadual, as seguintes providências:

— desapropriação de áreas destinadas à preservação dos mangues, lagoas, riachos e rios da Grande Fortaleza, vedadas nas áreas desapropriadas construções de qualquer espécie, exceção feita aos pólos de lazer, sem exploração comercial;

132 Julgado parcialmente inconstitucional na ADI nº 2142-7, dando-lhe interpretação conforme para excluir de seu âmbito de incidência a supressão da competência dos Municípios para regular e executar o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local, publicado no dia 26 de agosto de 2022, no DJE e no DOU. Tese de julgamento: é inconstitucional interpretação do art. 264 da Constituição do Estado do Ceará de que decorra a supressão da competência dos municípios para regular e executar o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local. Ver ADI nº 2142-7 no Anexo II.

133 Ver Lei Complementar nº 231, de 13 de janeiro de 2021, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

I – desapropriação de áreas destinadas à preservação dos mangues, lagoas, riachos e rios da Região Metropolitana de Fortaleza e do Cariri e de outras que venham a ser criadas, vedadas nas áreas desapropriadas construções de qualquer espécie, exceção feita aos polos de lazer, sem exploração comercial;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – desapropriação de áreas definidas em lei estadual, assegurando o valor real da indenização;

III – garantia, juntamente com o Governo Federal, de recursos destinados à recomposição da fauna e da flora em áreas de preservação ecológica;

IV – proibição da pesca em açudes públicos, rios e lagoas, no período de procriação da espécie;

V – proibição a indústrias, comércio, hospitais e residências despejarem, nos mangues, lagos e rios do Estado, resíduos químicos e orgânicos não tratados;

VI – proibição da caça de aves silvestres no período de procriação, e, a qualquer tempo, do abate indiscriminado;

VII – proibição do uso indiscriminado de agrotóxicos de qualquer espécie nas lavouras, salvo produtos liberados por órgãos competentes;

VIII – articulação com órgãos federais e municipais para a criação, a curto, médio e longo prazos, de mecanismos para resgatar as espécies em extinção da fauna e da flora;

IX – fiscalização, conjuntamente com a União e Municípios, objetivando a efetiva proteção da flora e da fauna;

X – instalação, em cada Município, de órgão auxiliar dos órgãos federais e estaduais, na preservação da ecologia e do meio ambiente; e

XI – proibição de desmatamentos indiscriminados, bem como de queimadas criminosas e derrubadas de árvores para madeira ou lenhas, punindo-se o infrator, na forma da lei.

Art. 266. O zoneamento ecológico-econômico do Estado deverá permitir:

I – áreas de preservação permanente;

II – localização de áreas ideais para a instalação de parques, florestas, estações ecológicas, jardins botânicos e hortos florestais ou quaisquer unidades de preservação estaduais ou municipais;

III – localização de áreas com problemas de erosão, que deverão receber especial atenção dos governos estadual e municipal;

IV – localização de áreas ideais para o reflorestamento.

Art. 267. As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções administrativas na forma determinada pela lei.

Art. 268. A irrigação deverá ser desenvolvida em harmonia com a política de recursos hídricos e com os programas de conservação do solo e da água.

Art. 269. Na formulação de sua política energética, o Estado dará especial ênfase aos aspectos de preservação do meio ambiente, utilidade social e uso racional dos recursos disponíveis, obedecendo às seguintes prioridades:

I – redução da poluição ambiental, em especial nos projetos destinados à geração de energia elétrica;

II – poupança de energia, mediante aproveitamento mais racional e uso mais consciente;

III – maximização do aproveitamento de reservas energéticas existentes no Estado; e

IV – exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis com fins energéticos, que deverão ser administrados por empresas do Estado ou sob seu controle.

Art. 270. O Estado estabelecerá um plano plurianual de saneamento, com a participação dos Municípios, determinando diretrizes e programas, atendidas as particularidades das bacias hidrográficas e os respectivos recursos hídricos.

Art. 271. Cabe ao Estado e aos Municípios promover programas que assegurem, progressivamente, os benefícios do saneamento à população urbana e rural.

CAPÍTULO IX DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DA MULHER

CAPÍTULO IX DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO, DA MULHER E DO ÍNDIO

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 272. É dever indelegável do Estado assegurar os direitos fundamentais da criança, garantida a participação da sociedade civil na alocação e fiscalização dos recursos destinados a esse fim, observados os princípios contidos na Constituição Federal.

Art. 272. É dever da família, da sociedade e do Estado promover ações que visem assegurar à criança e ao adolescente, com

prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Parágrafo único. As diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Estado consignarão, entre as prioridades da administração pública, metas e indicação de recursos necessários para os programas de duração continuada, em benefício das pessoas portadoras de deficiência, menores carentes e idosos.

Art. 273. Toda entidade pública ou privada que inclua o atendimento à criança e ao adolescente, inclusive os órgãos de segurança, têm por finalidade prioritária assegurar-lhes os direitos fundamentais.

Parágrafo único. As empresas privadas que absorvam contingentes de até cinco por cento de deficientes no seu quadro funcional gozarão de incentivos fiscais de redução de um por cento no ICMS.

Parágrafo único. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 429-8, no dia 20 de agosto de 2014, publicada no dia 30 de outubro de 2014 no DJE).¹³⁴

Art. 274. A criança e o adolescente têm o direito de viver e de ser educados na sua família natural e, excepcionalmente, em uma família substituta.

Art. 275. O Estado tomará as medidas que visem a assegurar o pleno desenvolvimento e progresso da mulher, com o objetivo de garantir-lhe o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade com o homem.

Art. 276. O Estado criará mecanismos que garantam uma educação não diferenciada para ambos os sexos, desde as primeiras séries escolares, de forma a propiciar a formação de cidadãos conscientes de igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres.

§1º O Conselho Cearense dos Direitos da Mulher CCDM terá assento no Conselho de Educação do Ceará.¹³⁵

§2º Será implantado, dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Educação do Estado, o setor Mulher e Educação, destinado a tomar, juntamente com o CCDM, medidas apropriadas para garantir a igualdade de direitos da mulher, tais como:

I – combate a conceitos discriminatórios e estereotipados do papel do homem e da mulher contidos nos livros didáticos, nos programas e nos métodos de ensino, como forma de estímulo à educação mista;

II – igualdade de oportunidades, acesso à educação complementar, inclusive a programas de alfabetização funcional e de adultos;

III – orientação vocacional e a capacitação profissional com acesso a qualquer nível de estudo, tanto nas zonas urbanas como nas rurais;

IV – redução de taxas de evasão e organização de programas para continuação dos estudos das jovens mulheres que os tenham abandonado prematuramente;

V – oportunidade de participação ativa nos esportes e educação física;

VI – adoção de outras medidas com vistas a reduzir, com a maior brevidade, a diferença de conhecimentos entre o homem e a mulher no Estado do Ceará.

Art. 277. O Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, órgão que objetiva propor medidas e ações que possibilitem o exercício dos direitos da mulher e sua participação no desenvolvimento social, político, econômico e cultural do Estado do Ceará, será consultado com prioridade e obrigatoriamente, quando da elaboração de políticas públicas, a ela referentes em todas as instâncias da administração estadual.

Parágrafo único. O Conselho Cearense dos Direitos da Mulher gozará de autonomia financeira e administrativa.¹³⁶

Art. 278. As crianças e os adolescentes respeitados em sua dignidade, liberdade e consciência, gozarão da proteção especial do Estado e da sociedade, na forma da lei.

Art. 279. O Estado deverá assumir, prioritariamente, o amparo e a proteção às crianças e adolescentes em situação de risco, zelando para que os programas atendam às características culturais e socioeconômicas locais.

Parágrafo único. São consideradas em situação de risco crianças e adolescentes:

134 Ver ADI nº 429-8 no Anexo II.

135 Criado pela Lei nº 11.170, de 02 de abril de 1986, modificado pelas Leis nº 11.399, de 21 de dezembro de 1987, nº 12.606, de 15 de julho de 1996, e nº 13.380, de 29 de setembro de 2003, e nº 17.170, de 09 de janeiro de 2020. Deve-se analisar também a Lei nº 18.310 de 17 de fevereiro de 2023 no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

136 Ver Lei nº 18.310 de 17 de fevereiro de 2023, e Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

I – privados das condições essenciais de sobrevivência no que concerne à alimentação, higiene, saúde, moradia e educação obrigatória;

II – explorados profissionalmente no mundo do trabalho;

III – envolvidos em atividades ilícitas como: roubo, tráfico de drogas, mendicância e prostituição;

IV – forçados a fazerem da rua o seu espaço de trabalho e habitação;

V – envolvidos com o uso de drogas;

VI – confinados em instituições.

Art. 280. A redução das taxas de mortalidade infantil até índices aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde será considerada prioritária dentre todas as políticas governamentais.

Art. 281. A família, a sociedade e o Poder Público têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.¹³⁷

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Art. 282. O idoso terá direito à saúde, à proteção, à assistência social, ao trabalho, à educação, ao lazer, à justiça e à vida coletiva.¹³⁸

§ 1º Para assegurar a efetividade desses direitos, incumbe ao poder público:

I – adotar medidas para garantir ao idoso sua participação na comunidade;

II – implementar uma política social para idosos em todo o Estado;

III – criar organismo responsável pela coordenação de programas destinados às pessoas idosas no âmbito estadual e municipal.

§ 2º Constarão, obrigatoriamente, no orçamento anual do Estado, dotações para entidades sem fins lucrativos, devidamente cadastradas e dedicadas ao amparo e assistência à terceira idade.

Art. 283. Para estimular a confecção e comercialização de aparelhos de fabricação alternativa para as pessoas portadoras de deficiência, o Estado concederá:

I – subsídios financeiros à pesquisa;

II – orientação técnica através de órgãos específicos do Estado ou por este indicado;

III – isenção de cem por cento do ICMS;

III – (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 429-8, no dia 20 de agosto de 2014, publicada no dia 30 de outubro de 2014 no DJE).¹³⁹

IV – apoio de planejamento técnico, implantação e acompanhamento desses empreendimentos incentivados pelo Estado.

Art. 284. O Estado assegurará ao maior de sessenta e cinco anos¹⁴⁰:

I – atendimento preferencial em seus postos de saúde, estabelecimentos de crédito, e quaisquer órgãos da administração pública direta e indireta;

II – assistência médica, odontológica e social;

III – proteção contra a violência, através de órgãos especializados da Secretaria de Segurança Pública¹⁴¹;

IV – programas preventivos contra o envelhecimento precoce.

Art. 285. O Poder Público assegurará aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência:

I – acesso aos serviços de saúde com atendimento humanitário, especializado e integrado, inclusive a distribuição de medicamentos, próteses, órteses e implementos aos idosos e deficientes carentes;

II – alfabetização;

137 Ver Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, DOU 03/10/2003 (Estatuto do Idoso).

138 Ver Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 DOU 03/10/2003 (Estatuto do Idoso).

139 Ver ADI nº 429-8 no Anexo II.

140 Regulamentado pela Lei nº 12.231, de 09 de dezembro de 1993, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece. Ver também Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 DOU 03/10/2003 (Estatuto do Idoso).

141 Ver Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

III – acesso aos cursos de extensão universitária, proporcionando-lhes formas de relacionamento social;

IV – programas culturais que viabilizem e estimulem sua participação e integração na comunidade;

V – assistência domiciliar ao idoso carente e abandonado.

VI – acesso adequado aos logradouros e edifícios públicos.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Parágrafo único. O Poder Público dispensará apoio técnico-social e financeiro e material às entidades sociais filantrópicas de utilidade pública, devidamente legalizadas com mais de cinco anos de serviço.

Art. 286. O planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Art. 287. O Estado respeitará e fará respeitar os direitos, bens materiais, crenças, tradições e garantias reconhecidas aos índios pela Constituição da República.

§1º O órgão do Ministério Público designará um de seus membros para, em caráter permanente, dar assistência jurídica e judiciária aos índios do Estado, suas comunidades e organizações, nos termos do art. 232 da Constituição da República.

§2º O Estado proporcionará aos índios de seu território, desde que lhe seja solicitado por suas comunidades e organizações, e sem interferir em seus hábitos, crenças e costumes, assistência técnica e meios de sobrevivência e de preservação física e cultural.¹⁴²

CAPÍTULO X DA POLÍTICA URBANA

Art. 288. A política urbana, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 289. A execução da política urbana está condicionada ao direito de todo cidadão a moradia, transporte público, saneamento, energia elétrica, gás, abastecimento, iluminação pública, comunicação, educação, saúde, lazer e segurança.

Parágrafo único. A propriedade urbana cumpre sua função social, quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

Art. 290. O plano diretor do Município deverá conter:

I – a delimitação de áreas destinadas à implantação de atividades com potencial poluidor hídrico e atmosférico, que atendam aos padrões de controle de qualidade sanitária estadual;

II – a delimitação de áreas destinadas à habitação popular, que atenderão aos seguintes critérios:

a) contiguidade à área de rede de abastecimento de água e energia elétrica, no caso de conjuntos habitacionais;

b) localização acima da cota máxima de cheias;

c) declividade inferior a trinta por cento, salvo se inexistirem no perímetro urbano áreas que atendam a este requisito, quando será admitida uma declividade de até cinquenta por cento, desde que sejam obedecidos padrões especiais de projetos, a serem definidos em lei estadual;

III – a identificação das áreas urbanas para o atendimento ao disposto no art. 182 § 4º da Constituição Federal;

IV – o estabelecimento de parâmetros máximos para parcelamento do solo e para a edificação, que assegurem o adequado aproveitamento do solo;

V – as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, consignando prioridades da administração pública, metas e indicação de recursos necessários para os programas de duração continuada, em benefício das pessoas portadoras de deficiência, menores carentes e idosos;

VI – a eliminação das barreiras arquitetônicas em logradouros e edifícios de uso público extensivo aos terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, aeroviários e portuários, bem como aos veículos de transporte coletivo;

VII – a exigência, para a liberação de toda e qualquer obra pública, de estrita observância das necessidades e dos direitos das pessoas deficientes ao acesso a banheiros adaptados e rampas, com indicação em braille ou altorrelevo;

VIII – a garantia de participação dos deficientes através de seus movimentos representativos, em sua feitura, bem como no acompanhamento de sua execução.

Art. 291. Nas diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão:

I – regularização dos loteamentos irregulares, inclusive os clandestinos, abandonados ou não titulados;

142 Ver Lei n.º 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, no Banco Eletrônico de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

II – preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária e o estímulo a essas atividades primárias;

III – criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, ambiental e turístico e de utilidade pública;

IV – livre acesso especialmente aos deficientes a edifícios públicos e particulares de frequência aberta ao público, a logradouros públicos e ao transporte coletivo, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais e a adaptação dos meios de transporte.

Art. 292. O imposto progressivo, a contribuição de melhoria e a edificação compulsória não poderão incidir sobre terreno de até duzentos e cinquenta metros quadrados, destinado à moradia do proprietário que não tenha outro imóvel urbano ou rural.

Art. 293. As limitações do direito de construir e o condicionamento ao uso do solo urbano serão especificados, exclusivamente, em lei.

§1º Excetuadas as edificações de preservação histórica, declaradas por lei, as restrições ao direito de construir e ao uso do solo urbano permitirão, no mínimo, a possibilidade de duas categorias de construção no imóvel e de uso do solo urbano, estabelecidos no plano diretor da cidade de que trata o art. 182 da Constituição Federal.

§2º A petição, para fins de aprovação de projetos de edificações e licenças de obras, somente será passível de indeferimento por infringência a dispositivos legais ou a decretos regulamentares, nos limites autorizados por lei e no prazo contemplado no art. 7º, §2º desta Constituição, não servindo de fundamentação normas contidas em portarias, resoluções ou instruções administrativas.

Art. 294. Para assegurar as funções sociais da propriedade, o Poder Público usará, principalmente, os seguintes instrumentos:

I – imposto progressivo sobre imóvel;

II – desapropriação por interesse social ou utilidade pública, com prévia e justa indenização em dinheiro;

III – discriminação de terras públicas destinadas, prioritariamente, a assentamentos de pessoas de baixa renda; e

IV – inventário, registros, vigilância e tombamentos de imóveis.

Art. 295. As terras devolutas, patrimônio do Estado, somente poderão ser utilizadas para:

I – áreas de reserva ecológica e de proteção ao meio ambiente;

II – projetos de reforma agrária; e

III – loteamentos populares.

Parágrafo único. É obrigação do Estado e dos Municípios manter os cadastros de suas terras atualizados.

Art. 296. É facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para a área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo; e

III – desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 297. A Lei Orgânica dos Municípios definirá as áreas destinadas à criação do cinturão verde, para a produção de hortifrutigranjeiros pelas comunidades periféricas.

Art. 298. Para assegurar a todos os cidadãos o direito de moradia, fica o Poder Público obrigado a formular políticas habitacionais que permitam:

I – acesso a programas públicos de habitação ou a financiamento público para aquisição ou construção de habitação própria; e

II – assessoria técnica à construção da casa própria.

Art. 299. A execução da política habitacional do Estado será realizada por órgão estadual responsável pela:

I – elaboração do programa de construção de moradias populares e saneamento básico;

II – avaliação e aprimoramento de soluções tecnológicas para problemas habitacionais.

Art. 300. Cabe ao Poder Público garantir a destinação de recursos orçamentários para a implantação de habitação de interesse da população de baixa renda.

Art. 301. Cabe ao Estado e aos Municípios garantir a implantação dos serviços, de equipamentos e infraestrutura básica, visando à distribuição equilibrada e proporcional à concentração e à densidade populacional, tais como:

I – rede de água e esgoto;

II – energia e sistema telefônico;

III – sistema viário e transporte; e

IV – equipamento educacional, de saúde e de lazer.

Art. 302. O transporte sob responsabilidade do Estado, localizado no meio urbano, deve ser planejado e operado de acordo com a política de transporte dos Municípios e do plano diretor.

Art. 303. Compete ao Estado o controle dos serviços de transportes intermunicipais de passageiros, incluindo-se o estabelecimento de linhas, concessões, tarifas e fiscalização do nível de serviço apresentado.

Art. 304. Na elaboração dos respectivos orçamentos e dos planos plurianuais, o Estado e os Municípios deverão prever as dotações necessárias ao cumprimento do disposto neste Capítulo.

Art. 305. Para a elaboração do projeto do plano diretor do município, o órgão técnico municipal realizará zoneamento ambiental, compreendido como ambiente natural e social, que norteará o parcelamento, uso e ocupação do solo, as construções e edificações, visando conjuntamente à melhoria do desempenho das funções sociais urbanas, da qualidade de vida e preservação do meio ambiente, na forma da lei.

Art. 306. Na elaboração do plano de uso e ocupação do solo e do de transporte, bem como na gestão dos serviços públicos, o Poder Municipal deverá buscar a aprovação do Legislativo e a participação da comunidade, através de suas entidades representativas.

Art. 307. O não cumprimento das normas estabelecidas neste capítulo implicará na imputação de responsabilidade civil e penal da autoridade omissa.

Art. 308. Fica assegurado o amplo acesso da população às informações sobre planos de uso e ocupação do solo, de transporte e gestão dos serviços públicos.

CAPÍTULO XI DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA

Art. 309. O Estado disporá, por lei, sobre o planejamento da política agrícola, ouvidos os proprietários, parceiros, posseiros, arrendatários e trabalhadores rurais.

Art. 309. O Estado disporá, por lei, sobre o planejamento da política agrícola, ouvidos os proprietários, parceiros, posseiros, arrendatários e trabalhadores rurais, com os seguintes objetivos principais:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

I – propiciar o aumento da produção e da produtividade, bem como a ocupação estável do campo; e

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

II – orientar a utilização racional de recursos naturais de forma sustentável, compatível com a preservação do meio ambiente, especialmente quanto à proteção e conservação do solo e da água.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 310. A assistência técnica e a extensão rural serão organizadas em níveis estadual e municipal.

§ 1º A política de assistência técnica e de extensão rural promoverá a capacitação do produtor rural, visando à melhoria de suas condições de vida e das de suas famílias, observados:

I – a difusão de tecnologia agrícola e de administração rural;

II – o apoio à organização do produtor rural;

III – a informação de medidas de caráter econômico, social e de política agrícola;

III – a informação de medidas de caráter econômico, social, ambiental e de política agrícola;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

IV – a difusão de conhecimentos sobre saúde, alimentação e habitação;

V – a orientação do uso racional dos recursos naturais; e

VI – a diversificação e rotação de culturas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 2º A assistência técnica e a extensão rural de órgãos públicos devem voltar-se prioritariamente para os pequenos produtores, adequando os meios de produção aos recursos e condições técnicas e socioeconômicas do produtor rural.

Art. 311. O Estado apoiará as organizações dos produtores rurais, especialmente dos pequenos e médios, e disporá de um plano estadual de produção e abastecimento, que será elaborado na forma da lei pelo órgão estadual de planejamento agrícola.

§ 1º O Poder Público Estadual prestará assistência obrigatória ao pequeno produtor, adotará medidas de valorização e defesa da economia rural, simplificando as exigências burocráticas, para fins de empréstimos em bancos oficiais, bem como proporcionará a distribuição de sementes selecionadas, implementos agrícolas, adubos e defensivos.

§ 2º A lei disporá sobre a criação do Fundo de Eletrificação Rural do Estado do Ceará.

Art. 312. O Estado apoiará e estimulará o cooperativismo e associativismo como forma de desenvolvimento socioeconômico dos trabalhadores rurais e urbanos, em especial nos assentamentos para fins de reforma agrária e urbana, bem como estimulará mecanismos de produção, consumo, serviços, crédito e educação,

cooperados e associados, nas áreas rurais e urbanas como formas de desenvolvimento preferencial.

Parágrafo único. O Estado destinará, entre outros recursos, percentual definido por lei dos tributos, recolhidos pelas cooperativas e associações para a constituição do Fundo de Desenvolvimento, Fomento e Educação para a Cooperação e Associação.

Art. 313. Para assegurar a efetividade dos projetos de assentamento e beneficiar os trabalhadores rurais, incumbe ao Estado:

I – criar mecanismos especiais de crédito, com juros subsidiados e programas de assistência e de extensão rural;

II – assegurar a comercialização da produção; e

III – criar fundo ou seguro para indenizar a produção dos trabalhadores rurais, em caso de seca.

Art. 314. O Estado, nas áreas de assentamento, garantirá, gratuitamente, o ensino fundamental e o atendimento de saúde.

Art. 315. O Estado, através do órgão competente, mediante ação discriminatória, promoverá o levantamento geral de suas terras devolutas, nelas assentando os trabalhadores rurais sem terra, compreendidos os posseiros, arrendatários, subarrendatários, parceiros e assalariados permanentes e temporários.

§1º Os projetos de assentamento serão executados por órgão específico, com a participação na deliberação de entidades representativas de trabalhadores rurais, como sindicatos e associações correlatas.

§2º Os órgãos estaduais encarregados da política agrícola do Estado devem determinar um percentual de suas verbas para o desenvolvimento das áreas de assentamento.

Art. 316. A política fundiária do Estado do Ceará tem como base:

I – democratização do acesso à terra, promovendo redistribuição fundiária, para a solução dos problemas sociais no campo;

II – indisponibilidade de terras públicas, inclusive devolutas, necessárias à construção de reservas florestais;

III – alienação aos ocupantes, com base em procedimento discriminatório, envolvendo critérios, tais como o grau e a forma de utilização da terra, as relações de trabalho, a preservação dos recursos naturais, a dimensão da gleba, a localização, os recursos hídricos, que definirão o próprio valor da terra, para efeito de compra e venda;

IV – redistribuição de setenta e cinco por cento das terras públicas, devolutas, arrecadadas, preferencialmente aos trabalhadores

sem terra ou aos que só tenham o local de moradia, organizados em associações de trabalhadores;

V – lei de terras, com observância da escala de prioridade, de acordo com os seguintes princípios:

a) outorga de título de domínio, ou de concessão de uso aos beneficiários de terras devolutas, a uma ou mais pessoas ou grupos organizados;

b) prévia autorização legislativa para concessão ou alienação de terras públicas, inclusive devolutas, estabelecido o limite máximo de cem hectares, ainda que parceladamente;

b) as terras públicas, inclusive as devolutas, apuradas através de arrecadação sumária ou de processo discriminatório administrativo ou judicial, destinadas a projetos de assentamento ou reassentamento, ou ainda as regularizações fundiárias terão suas titulações concedidas pela entidade integrante da Administração Pública Estadual, responsável pela política fundiária do Estado do Ceará, independentemente de prévia autorização legislativa, estabelecido o limite máximo de 200ha (duzentos hectares) de terras, por beneficiário, ainda que parceladamente;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 06 de agosto de 1996).

c) garantia de simplificação dos procedimentos administrativos, quando a área em questão tiver dimensão igual ou inferior a cinquenta hectares, em se tratando de terras destinadas a assentamento de trabalhadores rurais, ligados a associação ou órgão de representação de classe;

c) garantia de simplificação dos procedimentos administrativos, quando a área envolvida, adquirida para projetos de assentamento ou de reassentamento de trabalhadores rurais, ligados à associação ou à entidade de representação de classe, tiver dimensão igual ou inferior a quinze módulos fiscais.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 06 de agosto de 1996).

Art. 317. A política agrícola do Estado será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva dos setores de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, e setores de comercialização, armazenamento e de transportes, com base nos seguintes princípios:

I – preservação e restauração ambiental, mediante:

a) controle de uso de agrotóxico;

b) uso de tecnologias adequadas ao manejo do solo;

c) exploração integrada e diversificada dos estabelecimentos agrícolas, objetivando uma racional utilização dos recursos naturais;

d) controle biológico das pragas;

e) reflorestamento diversificado com espécies nativas, principalmente nas encostas e cabeceiras de rios;

f) critérios no processo de ocupação e utilização do solo;

g) preservação e recuperação dos manguezais;

h) garantia do equilíbrio ecológico;

II – adoção dos seguintes programas regionalizados, priorizando as peculiaridades socioeconômicas e climáticas:

a) eletrificação rural;

b) irrigação;

c) incentivo à pesquisa e difusão de tecnologia;

d) política educacional, currículos e calendários escolares; e

e) infraestrutura de produção e comercialização;

f) modalidades de crédito, com preferência para os pequenos e miniprodutores rurais;

III – fomento à produção agropecuária, para apoio aos pequenos produtores, assistência aos trabalhadores e estímulo à produção alimentar destinada ao mercado interno, assegurando aos produtores organizados em cooperativas ou associações:

a) infraestrutura de produção e comercialização;

b) crédito;

c) assistência técnica e extensão rural;

d) preços mínimos, compatíveis com os custos da produção, em complementação à política federal; e

e) garantia de comercialização, principalmente através de estreitamento dos laços entre produtores e consumidores organizados, como também pela compra de produtos para distribuição à população carente dentro de programas específicos;

IV – organização do abastecimento alimentar, visando a:

a) apoio a programas regionais e municipais de abastecimento popular;

b) estímulo à organização de consumidores em associações de consumo ou em outros modos não convencionais de comercialização de alimentos, tais como os sistemas de compras comunitárias, diretamente dos produtores;

c) distribuição de alimento a preços diferenciados, dentro de programas especiais;

d) articulação de órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela implementação de programas de abastecimento e alimentação; e

e) manutenção e acompanhamento técnico-operacional de feiras livres e feiras de produtores;

V – incentivo à exploração integrada e diversificada dos estabelecimentos produtivos como forma de minimizar preços de insumos e produtos agrícolas, além de lhes proporcionar sua exploração mais racional;

VI – apoio ao pescador artesanal, objetivando:

a) melhorar as condições técnicas para o exercício da sua atividade;

b) estimular sua organização em colônias ou em projetos específicos, buscando eliminar os laços de dependência que lhe têm comprometido a renda e sua condição como pescador artesanal; e

c) regularizar as posses dos pescadores, ameaçados pela especulação imobiliária;

VII – elaboração de programas de construção de moradia e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico da população rural, para fixação do homem no campo;

VIII – fomento à criação de cursos formais e informais para formação de técnicos agrícolas para atender às diversas regiões socioeconômicas do Estado, com currículo e calendário escolares compatíveis com as necessidades de cada microrregião;

IX – adequação da política creditícia, buscando sua definição através dos seguintes mecanismos:

a) garantia de concessão direta de crédito rural a posseiros e arrendatários;

b) atribuição de prioridade ao crédito rural para investimento e custeio, levando em consideração as necessidades apuradas em função da integração global das atividades produtivas existentes na propriedade, sem sua vinculação a uma cultura específica;

c) prioridade de recursos de investimentos para a agricultura alimentar, principalmente para os produtores que lidam prioritariamente com a força do trabalho familiar;

d) não concessão de crédito a estabelecimentos e projetos que não atendam às recomendações para a preservação do meio ambiente;

e) criação de mecanismos que proibam a urbanização de lagoas, rios e mangues;

X – assistência creditícia às cooperativas, que detenham no seu quadro social, mais de cinquenta por cento de pequenos e miniprodutores rurais, com utilização do Fundo de Desenvolvimento do Cooperativismo;

XI – coordenação dos órgãos regionais de desenvolvimento e das suas atividades no Estado;

XII – promoção de gestões junto ao sistema nacional de seguro agrícola, a fim de garantir a sua concessão de exploração prioritariamente às associações de seguro, no âmbito do Estado, objetivando a implementação de uma política estadual neste setor;

XIII – destinação de recursos orçamentários a serem aplicados para as seguintes prioridades:

- a) criação e apoio aos assentamentos de trabalhadores rurais sem terra;
- b) produção de alimento para o mercado interno pelos pequenos e miniprodutores rurais;
- c) pesquisa e assistência técnica procurando atender às peculiaridades regionais; e
- d) criação e apoio às associações de trabalhadores rurais.

Parágrafo único. Lei ordinária disporá sobre a execução do estabelecido neste artigo.

Art. 318. O Estado e os Municípios têm o dever de preservar as águas e promover seu racional aproveitamento.

Art. 319. O Estado, mediante convênio com os Municípios e a União, conjugará recursos para viabilização dos programas de desenvolvimento para aproveitamento social das reservas hídricas, compreendendo:

I – o fornecimento de água potável e de saneamento básico em todo o aglomerado urbano com mais de mil habitantes, observados os critérios de regionalização da atividade governamental e a correspondente alocação de recursos;

II – a expansão do sistema de represamento de águas com edificação, nas jusantes de açudes públicos, de barragens, bem como a instalação de sistemas irrigatórios, com prioridade para as populações mais assoladas pelas secas; e

III – o aproveitamento das reservas subterrâneas, contribuindo para minorar o flagelo das secas.

§ 1º Os grandes proprietários beneficiados em decorrência de investimentos públicos contra as secas deverão, através de contribuição de melhoria, compensar o custo das obras realizadas, na forma estabelecida na lei.

§ 2º O Estado apresentará, periodicamente, relatório à União para mantê-la atualizada e capacitada a atender a regiões atingidas pelas secas, conforme o disposto no art. 21, XVIII da Constituição Federal.

§ 3º Os serviços de mobilização populacional nos períodos de seca deverão concentrar-se, prioritariamente, em obras de aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou em regiões de baixa renda.

§ 4º O Estado aproveitará os recursos que lhe sejam repassados pela União, conforme indicação prioritária consubstanciada no art. 43, § 3º da Constituição Federal, em trabalhos de recuperação de terras áridas, cooperando com os pequenos e médios proprietários rurais para a implantação em suas glebas de fontes de água e de irrigação de pequeno porte.

§ 5º Na articulação com a União, quando da exploração dos serviços e instalações de energia elétrica, e do aproveitamento energético dos cursos de água em seu território, o Estado levará em conta os usos múltiplos e o controle das águas, a drenagem, a correta utilização das várzeas, a flora e a fauna aquática e a preservação do meio ambiente.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 6º A proteção das águas deverá ser considerada na elaboração de normas legais relativas a florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e demais recursos naturais e ao meio ambiente.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 320. Constarão das leis orgânicas municipais disposições relativas ao uso, à conservação, à proteção e ao controle dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, no sentido:

I – de serem obrigatórias a conservação e a proteção das águas e a inclusão, nos planos diretores municipais, de áreas de preservação daquelas utilizáveis para abastecimento das populações;

II – do zoneamento de áreas inundáveis, com restrições à edificação naquelas sujeitas a inundações frequentes;

III – da manutenção da capacidade de infiltração do solo, para evitar inundações;

IV – da implantação de sistema de alerta e defesa civil, para garantir a segurança e a saúde públicas, quando da ocorrência de secas, inundações e de outros eventos críticos;

V – da implantação de matas ciliares, para proteger os corpos de água;

VI – do condicionamento e aprovação prévia, por organismos estaduais de controle ambiental e de gestão de recursos hídricos, dos atos de outorga, pelos Municípios, a terceiros, de direitos que possam influir na qualidade ou quantidade das águas, superficiais e subterrâneas; e

VII – da implantação de programas permanentes de racionalização do uso das águas para abastecimento público, industrial e para irrigação.

Art. 321. O Governo do Estado deverá instituir incentivos e prover outros meios para assegurar viabilização e o desenvolvimento da agricultura irrigada, bem como estimular a introdução de culturas nobres, conforme regulamentação em lei ordinária.

Art. 322. Fica criado o Conselho Estadual de Ações Permanentes contra as Secas.

§ 1º O referido Conselho terá como objetivo compatibilizar as ações de órgãos federais, estaduais e municipais, tornando-as permanentes e evitando paralelismo de programas afins.

§ 2º O Conselho Estadual de Ações Permanentes contra as Secas será constituído por membros indicados pelas comunidades rurais, sindicatos de trabalhadores, defesa civil, Secretaria de Estado da Agricultura e Meio Ambiente, DNOCS, Sudene e órgãos afins, cujas normas serão definidas em lei complementar.¹⁴³

Art. 323. O Estado deverá elaborar política especial para as áreas secas, contemplando, dentre outras medidas, a aquisição de áreas para perfuração de poços profundos, açudes, barragens, cisternas e outros pontos d'água e projetos de produção com pequena irrigação.

Art. 324. As bacias ou regiões hidrográficas com mais de um Município terão os planos e programas de preservação e proteção dos recursos naturais nelas contidos, elaborados conjuntamente pelo Estado e Município envolvidos.

Parágrafo único. O Estado celebrará convênio com os Municípios para a gestão, por estes, do uso das águas de interesse exclusivamente locais.

Art. 325. As áreas de vazantes dos açudes públicos estaduais deverão ser cedidas em comodato pelo Estado para plantio por parte dos trabalhadores rurais sem terra da região.

Parágrafo único. Os proprietários de terras contíguas aos espelhos d'água de açudes construídos com participação do Estado, ou totalmente públicos, ficarão obrigados a estabelecer servidões com a finalidade de coletivizar o uso da água.

Parágrafo único. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 1º A gestão dos recursos hídricos deve privilegiar a produção de alimentos para consumo interno, especialmente de pequenos produtores familiares e assentamentos rurais;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

§ 2º Os proprietários de terras contíguas aos espelhos d'água de açudes e canais hídricos construídos com participação do Estado, ou totalmente públicos, ficarão obrigados a estabelecer servidões com a finalidade de coletivizar o uso da água.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 326. A administração manterá atualizado o plano estadual de recursos hídricos e instituirá, por lei, seu sistema de gestão, congregando organismos estaduais e municipais e a sociedade civil e assegurará recursos financeiros e mecanismos institucionais necessários para garantir:

I – a utilização racional das águas superficiais e subterrâneas;

II – o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos e o rateio dos custos das respectivas obras na forma da lei;

III – a proteção das águas contra ações que possam comprometer o seu uso atual ou futuro; e

IV – a defesa contra eventos críticos, que ofereçam riscos à saúde, e à segurança pública, e ocasionem prejuízos econômicos ou sociais.

§ 1º A gestão dos recursos hídricos deverá:

I – propiciar o uso múltiplo das águas e reduzir seus efeitos adversos;

II – ser descentralizada, participativa e integrada em relação aos demais recursos naturais;

III – adotar a bacia hidrográfica como base e considerar o ciclo hidrológico, em todas as suas fases.

§ 2º As diretrizes da política estadual de recursos hídricos serão estabelecidas por lei.

§ 3º Aos proprietários ou agricultores, que trabalham em áreas irrigadas, será obrigatória a energia elétrica consumida para tal atividade, de acordo com lei regulamentar.

Art. 327. O Estado dispensará às microempresas e às empresas de pequeno porte rural, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, redução ou eliminação, conforme o caso, de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, nos termos da lei complementar.

Art. 327. O Estado dispensará às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 328. O Estado levará em conta o problema específico da mulher na zona rural, relativamente ao papel que desempenha na sobrevivência econômica da família, e à remuneração de seu trabalho.

Parágrafo único. O Estado adotará medidas apropriadas para assegurar o direito da mulher do campo a:

I – participar na elaboração e execução de planos de desenvolvimento em todos os níveis; e

143 Ver Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, no Banco de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

II – ter acesso às ações de programas de assistência integral à saúde da mulher, inclusive às de planejamento familiar.

CAPÍTULO XII DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAIS

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 329. O Estado promoverá programa de prevenção, integração social e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, mediante treinamento para o trabalho e a convivência e a facilitação de acesso aos bens e serviços coletivos com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Art. 329. O Estado promoverá política pública de prevenção, integração social e atendimento especializado para as pessoas com deficiência, mediante treinamento para o trabalho e a convivência e a facilitação de acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 116, de 03 de novembro de 2022).

§ 1º A lei reservará percentual de cargos e empregos públicos estaduais para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

§ 2º A lei disporá, com vistas a facilitar a locomoção de pessoas portadora de deficiência, a previsão de rebaixamentos, rampas e outros meios adequados de acesso, em logradouros, edificações em geral e demais locais de uso público, bem como a adaptação das já existentes.

§ 3º A prevenção da excepcionalidade mental será objeto da atenção máxima do Estado, observados seus aspectos de profilaxia (causas sociais, biológicas, nutricionais, acidentais, medicamentosas, radioativas); de diagnóstico precoce; de tratamento e de desenvolvimento da pesquisa especializada.

§ 3º. A prevenção e o tratamento das pessoas com deficiência será objeto da atenção máxima do Estado, observados seus aspectos de profilaxia (causas sociais, biológicas, nutricionais, acidentais, medicamentosas, radioativas), de diagnóstico precoce, de tratamento e de desenvolvimento da pesquisa especializada.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 116, de 03 de novembro de 2022).

§ 4º Fica criado o Fundo de Atenção à Excepcionalidade Mental FAEM, para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 330. Os órgãos de direção da entidade estadual responsável pela previdência e assistência social serão constituídos preferencialmente por servidores públicos estaduais de carreira, dela contribuintes.

Art. 330. A previdência social dos servidores públicos estaduais, civis e militares, agentes públicos e dos membros de Poder, ativos, inativos e pensionistas, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público é organizada em Sistema Único, administrado pelo Poder Executivo, através das Secretarias

da Fazenda e da Administração, nos termos da Lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003).

Art. 330. A previdência social dos servidores estaduais, detentores de cargos efetivos, incluídas suas autarquias e fundações, dos membros do Poder, ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, será organizada em sistema único e terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Estado do Ceará, dos servidores ativos e inativos e dos demais pensionistas, observadas as normas gerais de contabilidade e atuária e critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, conforme disposto em Lei Complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

Art. 330. A previdência social dos servidores estaduais, detentores de cargos efetivos, dos militares, dos membros de Poder, ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo, incluídas suas autarquias e fundações, Legislativo e Judiciário, dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e do Ministério Público, será organizada em sistema único e terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Estado do Ceará, dos segurados e dos pensionistas, observadas as normas gerais de contabilidade e atuária e critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, conforme o art. 40 da Constituição Federal e o disposto em lei complementar.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§ 1º Instituído o Sistema Único de que trata o caput deste artigo, ficam extintos, na Administração Pública Estadual, todos os Montepios existentes, institutos de aposentadoria e pensão e a Pensão Policial Militar, ficando vedada a instituição de quaisquer novos benefícios de montepio ou previdenciários, a qualquer título, diversos do disposto neste Capítulo, ressalvando-se a manutenção e o pagamento dos benefícios atualmente concedidos, os quais serão suportados pelo Sistema Único, nos termos da Lei, respeitado, em qualquer caso, o teto remuneratório aplicável.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

§ 2º Os Deputados Estaduais não serão contribuintes do Sistema Único de que trata o caput deste artigo e poderão ter sistema próprio de previdência social, mantido por contribuição dos segurados e pensionistas e por recursos do Estado, nos termos da Lei. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

§ 2º. São segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social os titulares de mandato eletivo estadual ou municipal, salvo se vinculados a regime próprio de previdência social, na forma da legislação específica.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 127, de 07 de maio de 2025).

§ 3º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário disponibilizarão, mensalmente, a partir de noventa dias da publicação desta emenda, os dados, relativos aos seus servidores, necessários ao gerenciamento do Sistema Único de Previdência.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

§ 4º A contribuição previdenciária cobrada dos servidores públicos para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de

que trata o caput deste artigo, não poderá ter alíquotas inferiores à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

§5º São também alcançados pelo caput deste artigo, os servidores estáveis abrangidos pelo art. 39, caput da Constituição Federal, na redação original, c/c o art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, e o admitido até 5 de outubro de 1988, que não tenha cumprido, naquela data, o tempo previsto para aquisição da estabilidade no serviço público, desde que subordinados ao regime jurídico estatutário.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

§6º A idade mínima para aposentadoria no serviço público estadual corresponderá à prevista para o servidor público federal, no art. 40, § 1.º, inciso III, da Constituição Federal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 97, de 19 de dezembro de 2019).

Art. 331. A contribuição previdenciária descontada de cada servidor público estadual e repassada ao Instituto de Previdência do Estado do Ceará – IPEC, será destinada ao custeio dos benefícios e auxílios previdenciários, conforme se dispuser em lei.

Art. 331. O Sistema Único de Previdência Social de que trata o artigo anterior será organizado com base em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, e será mantido mediante contribuição previdenciária, dos ativos, inativos e pensionistas, na alíquota mínima de onze por cento sobre as respectivas remuneração, proventos e pensões, além de contribuição do próprio Estado do Ceará, conforme disposto em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

Art. 331. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º da Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

§1º O sistema Único de Previdência Social mantido por contribuição previdenciária, atenderá, nos termos da Lei, a: (Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999):

§1º O Sistema Único de Previdência Social mantido por contribuição previdenciária, atenderá, nos termos da Lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003):

§1º O Sistema Único de Previdência Social, mantido por contribuição previdenciária, atenderá, nos termos da Lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55 de 22 de dezembro de 2003)

§1º O Sistema Único de Previdência Social, mantido por contribuição previdenciária, atenderá, nos termos da Lei, a:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69 de 18 de janeiro de 2011)

I – aposentadoria; (Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999):

I – aposentadoria do segurado;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003).

II – pensão por morte do segurado ao cônjuge supérstite, companheiro ou companheira e demais dependentes do segurado, estes desde que devidamente inscritos; (Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999):

II – pensão por morte do segurado em favor: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003)

II – pensão por morte do segurado em favor dos dependentes seguintes, provada a dependência econômica na forma definida em Lei: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011):

a) do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, e do cônjuge separado judicialmente ou do divorciado, estes quando, na data do falecimento do segurado, estejam percebendo pensão alimentícia, por força de decisão judicial definitiva ou acordo judicial homologado e transitado em julgado; (Inserido pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003).

a) o cônjuge supérstite, o companheiro ou a companheira e o ex-cônjuge separado juridicamente ou divorciado, desde que, nos dois últimos casos, na data do falecimento do segurado, esteja percebendo pensão alimentícia devidamente comprovada, observado o percentual fixado, que incidirá sobre a cota que couber ao cônjuge ou companheiro no rateio da pensão com os beneficiários de outras classes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011):

a) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

b) dos filhos menores; (Inserido pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003):

b) o filho até completar vinte e um anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011):

b) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

c) dos filhos inválidos e dos tutelados, em ambas as hipóteses quando vivam sob dependência econômica do segurado; (Inserido pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003)

c) dos filhos inválidos e dos tutelados, exigida, quanto a estes últimos, a comprovação da dependência econômica em relação ao segurado; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55 de 22 de dezembro de 2003):

c) o filho inválido e o tutelado; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011):

c) (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

II – pensão por morte do segurado, na forma definida em lei;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

III – auxílio reclusão, no limite definido em Lei. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999):

III – salário família, na forma definida em Lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015):

III – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 97, de 19 de dezembro de 2019).

IV – salário-família; e (Inserido pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003):

IV – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

V – salário-maternidade. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003):

V – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§2º Os planos de Previdência Social a serem desenvolvidos pelo IPEC, mediante contribuição do segurado, atenderão, nos termos da lei, a:

I – cobertura dos eventos de morte e reclusão;

II – concessão de auxílios para segurados de baixa renda;

III – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§2º Nenhuma aposentadoria ou pensão terá valor mensal inferior ao salário mínimo, ressalvados os casos de aposentadoria e pensões proporcionais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

§2º Nenhuma aposentadoria ou pensão terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55 de 22 de dezembro de 2003).

§3º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou rendimento do trabalho do segurado, terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§3º Ressalvados os casos de aposentadoria proporcional, a pensão por morte corresponderá à totalidade do subsídio, vencimentos ou proventos do servidor falecido, independentemente do número de dependentes inscritos, respeitado, em qualquer caso, o teto remuneratório aplicável. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

§3º A pensão por morte será calculada, na forma da lei, com base no subsídio, vencimentos ou proventos do segurado falecido, independentemente do número de dependentes inscritos, respeitado, em qualquer caso, o teto remuneratório aplicável, e observado o disposto no § 7º do art 40, da Constituição Federal.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015).

§4º O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, independentemente do número de dependentes e até o limite de setenta por cento do teto remuneratório atribuído aos servidores.

§4º A pensão por morte, prevista no parágrafo anterior, será devida a partir. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

§4º A pensão por morte, prevista no parágrafo anterior, será devida a partir. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003).

§4º A pensão por morte, prevista no parágrafo anterior, será devida a partir. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011).

§4º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

I – do óbito, quando requerida até noventa dias depois deste; (Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999):

I – do óbito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003):

I – da data do óbito, se requerido o benefício em até 90 (noventa) dias do falecimento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011):

I – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

II – do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior ou no caso de inclusão post mortem qualquer que seja o status do dependente; (Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999):

II – do requerimento, no caso de inclusão post mortem qualquer que seja a condição do dependente; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003):

II – da data do requerimento, no caso de inclusão post mortem, nos termos e situações definidos em lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011):

II – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

III – da sentença judicial, no caso de morte presumida ou ausência. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999):

III – do trânsito em julgado da sentença judicial, no caso de morte presumida ou de ausência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003):

III – da data do requerimento, se o benefício for requerido após noventa dias do óbito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011):

III – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

IV – da data do trânsito em julgado da sentença judicial, no caso de morte presumida ou ausência. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011):

IV – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§4º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§5º Nenhum benefício da Previdência Social poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total:

§5º A pensão decorrente de contribuição paga por qualquer ocupante de cargo, função ou emprego público da administração direta, autárquica e fundacional, ou por membros de quaisquer dos Poderes do Estado, inclusive do Ministério Público, somente poderá ter como beneficiários o cônjuge supérstite, a companheira ou o companheiro, e os filhos menores do segurado, sendo vedada a designação legal ou indicação de quaisquer outros beneficiários, inclusive netos, ressalvados os casos de tutela judicial e de invalidez, sempre que demonstrada a dependência econômica. A pensão será paga metade ao cônjuge supérstite, companheira ou

companheiro, e metade, em partes iguais, aos filhos menores. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).*

§5º A pensão por morte decorrente de contribuição paga por qualquer ocupante de cargo, função ou emprego público da administração direta, autárquica e fundacional, ou por membros de quaisquer dos Poderes do Estado, inclusive do Ministério Público, somente poderá ter como beneficiários as pessoas indicadas no §1º, inciso II, deste artigo, vedada a designação legal ou indicação de quaisquer outros beneficiários, inclusive netos. A pensão será paga metade às pessoas indicadas na letra a do inciso II, observados os percentuais estabelecidos na decisão judicial que fixou a pensão alimentícia, e metade, em partes iguais, aos indicados nas letras b e c do inciso II. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003).*

§5º A pensão por morte decorrente de contribuição paga por qualquer ocupante de cargo, função ou emprego público da administração direta, autárquica e fundacional, ou por membros de quaisquer dos Poderes do Estado, inclusive do Ministério Público, somente poderá ter como beneficiários as pessoas indicadas no §1º, inciso II, deste artigo, vedada a designação legal ou indicação de quaisquer outros beneficiários, inclusive netos. A pensão será paga metade às pessoas indicadas na alínea “a” do inciso II do §1º, deste artigo, em quotas iguais, salvo se verificados percentuais de pensão alimentícia, que serão observados, e metade, em partes iguais, aos indicados nas alíneas “b” e “c” do inciso II do §1º, deste artigo. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011).*

§5º Lei definirá a forma de concessão, rateio e o marco inicial do benefício de pensão, inclusive as causas de sua cessação e o rol de dependentes.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§6º Os benefícios e auxílios previdenciários serão custeados com as fontes previstas neste capítulo.

§6º Na falta dos filhos menores, ou quando por qualquer motivo cessar o pagamento a estes, a pensão será paga integralmente ao cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, assim como na falta destes, a pensão será paga integralmente aos filhos menores, cessando na forma do parágrafo seguinte. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).*

§6º Na falta dos beneficiários indicados na letra a do inciso II, do §1º, ou quando por qualquer motivo cessar o pagamento a estes, a pensão por morte será paga integralmente aos beneficiários indicados nas letras b e c e vice-versa, observando-se sempre, na forma de rateio entre os concorrentes, o disposto no parágrafo anterior. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003).*

§6º Na falta dos beneficiários indicados na alínea “a” do inciso II, do §1º, por qualquer motivo, inclusive a perda superveniente da condição de beneficiário, a pensão por morte será paga integralmente aos beneficiários indicados nas alíneas “b” e “c” e vice-versa, observando-se sempre, na forma de rateio entre os concorrentes, o disposto nos parágrafos anteriores, inclusive quanto à incidência do percentual de pensão alimentícia, se existente, não podendo a quota percebida pelo cônjuge separado juridicamente ou ex-cônjuge divorciado, em qualquer hipótese, superar o percentual fixado a título de pensão alimentícia. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011).*

§6º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§7º Cessa o pagamento da pensão. *(Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).*

§7º Cessa o pagamento da pensão por morte. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003).*

§7º Cessa o pagamento da pensão. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 22 de dezembro de 2003).*

§7º Cessa o pagamento da pensão. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011).*

§7º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

I – em relação ao cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, na data em que contrair núpcias, constituir nova união estável ou falecer; *(Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).*

I – em relação ao cônjuge supérstite, companheira ou companheiro, e ao cônjuge separado judicialmente ou divorciado, na data em que contraírem núpcias, constituírem nova união estável ou falecerem; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003).*

I – em relação ao cônjuge supérstite, companheira ou companheiro e ao ex-cônjuge separado juridicamente ou divorciado, beneficiário de pensão alimentícia, na data em que contraírem novas núpcias ou constituírem nova união estável; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011).*

I – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

II – em relação a filho, filha ou tutelado, na data em que atingir a maioridade ou quando de sua emancipação, salvo se inválido(a) totalmente para o trabalho até o falecimento do segurado, comprovada, neste caso, a dependência econômica em relação ao segurado. *(Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).*

II – em relação ao filho, filha ou tutelado, na data em que atingir a maioridade, salvo se inválido(a) ou quando de sua emancipação. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 22 de dezembro de 2003).*

II – em relação ao filho ou filha, na data em que atingir vinte e um anos, salvo se inválido(a) totalmente para qualquer trabalho até o falecimento do segurado, comprovada, neste caso e a na forma da Lei, a dependência econômica em relação a este. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011).*

II – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

III – em relação ao tutelado, na data em que atingir vinte e um anos, ainda que cessada a tutela com o óbito do segurado; *(Inserido pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011).*

III – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

IV – com o falecimento dos beneficiários; *(Inserido pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011).*

IV – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

V – em todos os demais casos definidos em lei. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011).

V – (revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§ 8º Os serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, não contribuirão para o Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará de que trata este artigo, ressalvados os inscritos anteriormente ao advento da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

§ 8º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§ 9º Observado o disposto no parágrafo anterior, a contribuição previdenciária a ser recolhida pelos serventuários da Justiça, ativos e inativos, não remunerados pelos cofres públicos e seus pensionistas, corresponderá, no mínimo, a vinte por cento, incidente sobre toda a remuneração, proventos ou pensão percebidos, conforme o caso, nos termos dispostos em Lei. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

§ 9º (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§ 10 Observado o disposto nos §§ 8º e 9º, os serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos terão os proventos de suas aposentadorias fixados de acordo com a média das remunerações que serviu de base de cálculo para as 96 (noventa e seis) últimas contribuições efetivamente recolhidas à entidade estadual responsável pela previdência social, sendo tais proventos e pensões reajustados na mesma época e índice dos reajustes gerais dos servidores do Estado. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

§ 10 (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10 de dezembro de 2015).

§ 11 Nenhum benefício de previdência social poderá ser criado majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

§ 12 A contribuição previdenciária do Sistema Único de Previdência Social não incidirá sobre a parcela de até R\$ 300,00 (trezentos reais) do provento ou pensão. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

§ 12 (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004).

§ 13 O servidor público civil ativo, os agentes públicos ativos e os membros de Poder ativos do Estado do Ceará, que permanecerem em atividade após completarem as exigências para a aposentadoria voluntária integral nas condições previstas no art. 40 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, ou nas condições previstas no art. 8º, da mesma Emenda, farão jus à não incidência da contribuição

previdenciária até a data da publicação da concessão de sua aposentadoria, voluntária ou compulsória. (Inserido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

§ 13. O servidor público civil ativo, os agentes públicos ativos e os membros de Poder ativos do Estado do Ceará, que permanecerem em atividade após completar as exigências para inativação, farão jus a abono de permanência nos termos e limites estabelecidos pela Constituição Federal e respectivas Emendas.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011).

§ 14º. Integram o Sistema Único de Previdência os servidores estaduais que, embora não estáveis, nem estabilizados excepcionalmente pelo art. 19, do ADCT, da Constituição Federal, hajam contribuído e estejam a contribuir para o referido Sistema.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009).

Art. 332. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais do Estado e dos Municípios:

I – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas; e

II – local apropriado, nos estabelecimentos públicos e privados em que trabalhem, pelo menos, trinta mulheres, para guardarem sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação.

Art. 333. A prevenção da excepcionalidade física e sensorial será objeto de assistência do Estado, observados aspectos de profilaxia, de diagnóstico precoce, de tratamento e de desenvolvimento da pesquisa especializada.

Art. 333. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 116, de 03 de novembro de 2022).

Parágrafo único. Fica criado o Fundo de Assistência à Excepcionalidade Física e Sensorial FAES, para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Parágrafo único. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 116, de 03 de novembro de 2022).

Art. 334. O Estado institucionalizará casas de abrigos e albergues para mulheres vítimas de violência.

Art. 335. O pensionista do Instituto da Previdência do Ceará receberá no nível inicial pelo menos um salário mínimo.

Art. 335. Nenhum provento ou pensão, pago pelo Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará, poderá ser superior a cem por cento da totalidade do subsídio ou vencimento do segurado quando na atividade.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

Parágrafo único. Os pensionistas terão seus benefícios atualizados ao nível do que percebia o funcionário, quando de seu falecimento.¹⁴⁴

144 Havia uma suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADI nº 145-1. No entanto, a ação, em relação a esse parágrafo único, foi julgada prejudicada em virtude da revogação do dispositivo pela EC nº 39/1999. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

Parágrafo único. (Revogado).

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999).

Art. 336. São direitos sociais: a educação, a habitação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 1º Ficam definidas como funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana de Fortaleza, até determinação posterior em Lei ordinária, as seguintes:

- desenvolvimento econômico e social integrado;
- cartografia e informações básicas;
- saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e drenagem);
- uso do solo;
- habitação;
- transporte coletivo e sistema viário metropolitano;
- proteção do meio ambiente.

Art. 2º Em razão da construção do açude público do Castanhão, fica redefinido o espaço físico do Município de Jaguaribara, que passa a Ter as delimitações seguintes:¹⁴⁵

I—ao Norte, confinando com os Municípios de Morada Nova, São João do Jaguaribe e Alto Santo, coincidindo com os limites do distrito de Castanhão descritos na Lei nº 3.814, de 13 de setembro de 1957, partindo desse limite em linha reta até encontrar o riacho do Livramento, ponto extremo de Morada Nova;

II—Ao Oeste, confinando com os Municípios de Morada Nova e Jaguaribara, no ponto do riacho do Livramento, referido no item anterior, subindo no mesmo riacho, atravessando ao meio o açude Poço do Barro, prosseguindo pelo riacho do Deserto, até encontrar a paralela 5º 30', daí em diante permanecem os limites indicados na Lei nº 3.550, de 9 de março de 1957;

III—ao Sul, confinando com o Município de Jaguaribe, permanecendo inalterado o limite da lei anteriormente citada (Lei nº 3.550, de 9 de março de 1957);

IV—ao Leste, confinando com os Municípios de Iracema e Alto Santo, persiste o limite da Lei nº 3.550, de 9 de março de 1957, avançando a seguir nas linhas limítrofes do distrito do Castanhão, conforme a Lei 3.814, de 13 de setembro de 1957, até então sujeito à jurisdição do Município de Alto Santo.

Art. 2º Em razão da construção do Açude Público do Castanhão, deverá ser redefinido o espaço físico do Município de Jaguaribara, passando a ter as seguintes delimitações:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995).

A) ao Norte com o Município de Morada Nova:

Começa na interseção da reta que liga a foz do riacho Junqueiro no Rio Jaguaribe, à foz do riacho Mão Quebrada no riacho Desterro com a reta que liga o ponto de Latitude 5º 26' 48", e Longitude 38º 31' 45" ao ponto de Latitude 5º 26' 07" e Longitude 38º 30' 06", seguindo em linha reta até este último ponto; daí segue por outra reta até o ponto de Latitude 5º 23' 45" e Longitude 38º 26' 26", de onde, por outra reta tirada para o ponto de Latitude 5º 21' 05" e Longitude 38º 25' 41", vai até sua interseção com o divisor de águas entre o rio Jaguaribe

145 Nesta redação, havia uma arguição de inconstitucionalidade por meio da ADI nº 188-4, a qual foi considerada prejudicada em virtude das mudanças ocasionadas pelas EC nº 25/1995 e EC nº 30/1997. Ver íntegra da ADI nº 188-4 no Anexo II.

e o riacho do Livramento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995).

A) Ao Norte com o município de Morada Nova:

Começa na interseção da Reta que liga a foz do riacho Junqueiro, no Rio Jaguaribe, à foz do riacho Mão Quebrada, no riacho Desterro, com a reta que liga o ponto de latitude 5° 26' 48" e longitude 38° 31' 45" ao ponto de latitude 5° 26' 07" e longitude 38° 30' 06", seguindo em linha reta até este último ponto; daí segue por outra reta até o ponto de latitude 5° 23' 45" e longitude 38° 26' 26", de onde, por outra reta tirada para o ponto de latitude 5° 24' 40" S e longitude 38° 22' 31" W, que incide com o divisor de águas entre o Rio Jaguaribe e o riacho do Livramento.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de maio de 1997).

B) Ao Leste com o município de Alto Santo:

Começa na interseção da reta tirada entre o ponto de Latitude 5° 23' 45" e Longitude 38° 26' 26" e o ponto de Latitude 5° 21' 05" e Longitude 38° 23' 41" com o divisor de águas entre o rio Jaguaribe e o riacho do Livramento; segue pelo citado divisor até o ponto de Latitude 5° 25' 29" e Longitude 38° 26' 47"; daí vai em linha reta até o ponto de Latitude 5° 26' 49" e Longitude 38° 25' 41", no rio Jaguaribe pelo qual sobe até a foz do riacho Junqueiro; sobe por este riacho até a foz do riacho do Meio, sobe pelo riacho do Meio até o seu cruzamento com a BR-116, de onde segue em linha reta até a ponta Norte da serra Micaela. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995).

B) Ao Leste com o município de Alto Santo:

Começa na interseção da reta tirada entre o ponto de latitude 5° 23' 45" e longitude 38° 26' 26" e o ponto de latitude 5° 24' 40" S e longitude 38° 22' 31" W, que incide com o divisor de águas entre o rio Jaguaribe e o riacho do Livramento, segue por este divisor até o ponto de latitude 5° 25' 16" S e longitude 38° 25' 50" W, situado na linha de divisa do Projeto Xique-Xique, segue esta divisa até o ponto de latitude 5° 24' 51" S e longitude 38° 26' 08" W, continua por esta linha de divisa até o ponto de latitude 5° 25' 35" S e longitude 38° 26' 55" W, seguindo em linha reta para o ponto de latitude 5° 26' 08" S e longitude 38° 26' 10" W, que incide na linha de divisa do Projeto Xique-Xique, daí segue pela mesma reta até o ponto de latitude 5° 26' 40" S e longitude 38° 25' 27" W, situado na margem do Rio Jaguaribe.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de maio de 1997).

C) Ainda a Leste com o município de Iracema:

Permanece a mesma divisa definida na Lei 3.814/57, alínea "e". (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995).

C) Ainda a Leste com o município de Iracema:

Permanece a mesma divisa definida na alínea "C" da Lei 3.550 de 9 de março de 1957.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de maio de 1997).

D) Ao Sul com o município de Jaguaribe:

Permanece a mesma divisa definida na Lei 3.550/57, alínea "d".

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995).

E) A Oeste com o município de Jaguaretama:

Começa no cruzamento da estrada que liga as cidades de Jaguaribe e Jaguaretama no riacho Manoel Lopes, daí em linha reta vai à fazenda Riacho dos Bois, de onde por outra vai à foz do Riacho dos Cavalos no riacho do Sangue pelo qual sobe até o ponto situado à meia-légua do rio Jaguaribe; deste ponto segue pela linha equidistante meia-légua do rio Jaguaribe até o ponto de Latitude 5° 29' 23" e Longitude 38° 31' 36", daí segue em linha reta até o ponto de Latitude 5° 28' 06" e Longitude 38° 33' 04"; daí por outra reta vai ao ponto de Latitude 5° 26' 48" e Longitude 38° 31' 45", por outra reta tirada para o ponto de Latitude 5° 26' 07" e Longitude 38° 30' 06" até sua interseção com a reta tirada da foz do riacho Junqueiro no Rio Jaguaribe para a foz do riacho Mão Quebrada no riacho Desterro.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995).

Parágrafo único. A área descrita passa a compor o novo espaço territorial do Município de Jaguaribara, para cumprimento da realocação e reurbanização do distrito-sede de Jaguaribara e da sede do distrito de Poço Comprido.

§ 1º A área descrita e delimitada nos incisos deste Artigo, passa a ser o novo espaço territorial do município de Jaguaribara, para cumprimento da realocação e reurbanização do distrito-sede de Jaguaribara e da sede do distrito de Poço Comprido.

(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995).

§ 2º O disposto no "caput" deste Artigo fica a depender de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995).

§ 3º No caso de resultado desfavorável, na consulta prevista no parágrafo anterior, os limites municipais serão redefinidos, nos termos da Lei, observados os requisitos previstos em Lei Complementar Estadual, e dependendo de nova consulta prévia, mediante plebiscito às populações diretamente interessadas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995).

Art. 3º Fica criado o Campus Industrial Avançado do Cariri, obrigando-se o Governo Estadual a desapropriar área de cem hectares nos Municípios de Crato, Juazeiro do Norte ou Barbalha, para a instalação de uma Zona de Processamento para a Exportação - ZPE, como apêndice agregado à ZPE CEARÁ S/A que utilizará as facilidades de alfandegamento do porto e aeroporto de Fortaleza.

Art. 4º Fica o povoado de Jericoacoara transformado em espaço territorial ecológico, a ser especialmente protegido nos termos do art. 225, III da Constituição Federal, devendo o Estado em conjunto com os Municípios da microrregião promover a preservação ambiental.

Art. 5º Após a promulgação da Constituição Estadual, as indústrias poluentes que não possuírem filtros e outros equipamentos que evitem a contaminação ambiental, terão o prazo de seis meses,

prorrogáveis por igual período, para adoção das providências necessárias.

§1º O Poder Público Estadual apresentará projeto complementar, dispondo sobre a manutenção ou a restauração do meio ambiente, com a indicação das obras públicas a serem expandidas.

§2º O projeto complementar de que trata este artigo deverá ser previamente submetido à apreciação dos órgãos de fiscalização do meio ambiente.

§3º O Banco do Estado do Ceará assegurará prioridade de atendimento às empresas que solicitaram empréstimos para cumprimento das disposições precedentes.

Art. 6º A Imprensa Oficial e demais gráficas do Estado, da administração direta ou indireta, promoverão edição popular do texto integral desta Constituição, que será posta, gratuitamente, à disposição das escolas, dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas e de outras instituições representativas da comunidade e das ligadas diretamente às áreas estudantis e jurídicas.¹⁴⁶

Art. 7º A Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa, de que trata o artigo 258, será criada por lei especial dentro do prazo de doze meses, a contar da data da promulgação desta Constituição.¹⁴⁷

Art. 8º A Assembleia Legislativa, dentro do prazo de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor, em consonância com o art. 48-DT, da Constituição Federal.¹⁴⁸

Art. 9º Ficam reabilitados os Deputados Estaduais, Suplentes de Deputados Estaduais e Vereadores que, no período de 1º de abril de 1964 a 31 de dezembro de 1970, tiveram no Estado do Ceará, os seus mandatos cassados por motivos políticos, embora a formalização dos atos tenha invocado outras fundamentações jurídicas.

Art. 10. Dentro de noventa dias, a contar da data de promulgação desta Constituição, o Governador enviará à Assembleia Legislativa a estrutura organizacional do Poder Executivo, na qual constarão todos os órgãos do Poder Público, das empresas estatais e de economia mista e fundações.

Art. 11. Os serviços notariais, de registro e escriturarias são exercidos, em caráter privado, por delegado do Poder Público.

§1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

§2º Lei definirá normas gerais para fixação das taxas de serviços relativos aos atos praticados pelos serviços notariais, de registro e escrituraria.

§3º O ingresso na atividade notarial, de registro e escrituraria far-se-á por concurso público de provas e títulos.

§4º Não se permitirá que qualquer cartório notarial, de registro e escrituraria fique vago por mais de seis meses, sem a abertura de concurso público de provimento ou de remoção.

§5º Fica assegurada aos substitutos das serventias extrajudiciais e judiciais na vacância a efetivação, no cargo de titular, desde que, investidos na forma da lei, na data da promulgação desta Constituição, contem ou venham a contar cinco anos de exercício, nessa condição e na mesma serventia.

§5º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).¹⁴⁹

Art. 12. São considerados estáveis no serviço público todos os servidores das serventias judiciais, conforme a Emenda à Constituição nº 22, de vinte e nove de julho de 1982, que contem pelo menos cinco anos de serviço e até cinco de outubro de 1989.

Art. 12. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 251-1, no dia 27 de agosto de 2014, publicada no dia 06 de novembro de 2014, no DJE).¹⁵⁰

Art. 13. O Tribunal de Alçada a que se refere o art. 113 desta Constituição deverá ser instalado no prazo máximo de seis meses, a contar da data da promulgação da Constituição Estadual.

Parágrafo único. O caput deste artigo determina o prazo fixado para efetivar-se o aumento de Desembargadores no Tribunal de Justiça e instalação do Tribunal de Alçada, Juizados Especiais e de Pequenas Causas.

Art. 14. O cargo de Promotor de Justiça Militar passa a integrar a carreira do Ministério Público, de entrância especial, com a denominação de Promotor de Justiça Militar.

146 Ver Lei nº 12.782, de 30 de dezembro de 1997 (Trata da autorização para extinção da Imprensa Oficial do Ceará IOCE), disponível no Banco de Leis Temáticas (Belt) da Alece. Ver também Decreto nº 24.855, de 1º de abril de 1998 D.O.E. 01/04/1998.

147 Ver Lei nº 13.104, de 24 de janeiro de 2001, no Banco de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

148 Lei Complementar nº 30, de 26 de julho de 2002, no Banco de Leis Temáticas (Belt) da Alece.

149 Ver ADI nº 251-1 no Anexo II.

150 Ver ADI nº 251-1 no Anexo II.

Parágrafo único. O atual ocupante do cargo de que trata este artigo passa a integrar o Ministério Público, com o tempo de serviço exercido no citado cargo.

Art. 15. O Conselho Estadual de Justiça será instalado até seis meses após a data da promulgação desta Constituição, cabendo ao Tribunal de Justiça adotar as providências necessárias, inclusive requisitando recursos financeiros e meios materiais à autoridade executiva, respondendo esta por eventuais embaraços às aquisições.¹⁵¹

Parágrafo único. Não havendo, no prazo acima referido, lei complementar regulamentando a atuação do Conselho, este será convocado pelo seu presidente dentro de trinta dias, passando a reger-se pelo regimento que adotar, até o advento da mencionada lei.

Art. 16. Os atuais ocupantes dos cargos de Procurador junto ao Conselho de Contas dos Municípios neles permanecerão até quando se aposentarem, e passarão a se denominar Procuradores de Justiça, integrantes do Ministério Público Estadual.

Art. 16. Os atuais ocupantes dos cargos de Procurador junto ao Tribunal de Contas dos Municípios neles permanecerão até quando se aposentarem, e passarão a se denominar Procuradores de Justiça, integrantes do Ministério Público Estadual. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992).

Art. 16. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 3315, no dia 6 de março de 2008, publicada no dia 14 de maio de 2008, no DJE e no DOU).¹⁵²

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos Procuradores do Conselho de Contas dos Municípios com processo de aposentadoria em tramitação no Tribunal de Contas do Estado, bem como aos aposentados.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo Procuradores do Tribunal de Contas dos Municípios com processo de aposentadoria em tramitação no Tribunal de Contas do Estado, bem como aos aposentados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992).

Parágrafo único. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 3315, no dia 6 de março de 2008, publicada no dia 14 de maio de 2008, no DJE e no DOU).¹⁵³

Art. 17. Aos Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios, nomeados antes da vigência da Constituição Federal de 1988, não se aplica o art. 79, § 3º, parte final.

Parágrafo único. Para as duas vagas adicionais do Conselho de Contas dos Municípios, de que trata o art. 79, os Conselheiros serão indicados pela Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. Para as duas vagas adicionais ao Tribunal de Contas dos Municípios, de que trata o art. 79, os Conselheiros serão indicados pela Assembleia Legislativa.¹⁵⁴

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 09, de 16 de dezembro de 1992).

Art. 18. Ficam criadas a Universidade Regional de Itapipoca URIT, a Universidade Vale do Poti UVAP com sede em Crateús, a Universidade Regional de Quixadá UREQ e a Universidade Regional do Planalto da Ibiapaba URPI.

§ 1º Lei estabelecerá as regras de funcionamento das universidades e os cursos por elas adotados, disseminando-se as suas unidades e encargos por todo o espaço das respectivas microrregiões.

§ 2º O Governador do Estado terá um prazo de três anos para implantá-las, contados a partir de três meses da promulgação da Constituição.

Art. 19. O Instituto de Estudos Políticos e Atividades Parlamentares, criado pela Resolução nº 200, de 31/12/88, publicada no Diário Oficial de 5/1/89, passa a denominar-se Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, nos termos do art. 49, parágrafo único desta Constituição, permanecendo inalterados os seus objetivos.

Parágrafo único. Os mandatos de seus atuais dirigentes terão a duração de dois anos, contados da promulgação da Constituição, sem óbice à recondução.

Art. 20. Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315/67, de 12 de setembro de 1967, serão assegurados os seguintes direitos:

I – aproveitamento no serviço público, sem exigência de concurso, com estabilidade;

151 Arguida a inconstitucionalidade do art. 15 e de seu parágrafo único na ADI nº 136-1. Contudo, a ação foi extinta sem resolução de mérito, uma vez que houve o esgotamento dos efeitos do art. 15 deste ADCT. Ver ADI nº 136-1 no Anexo II.

152 Ver ADI nº 3315 no Anexo II.

153 Ver ADI nº 3315 no Anexo II.

154 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 279-1. Contudo, a ação foi declarada prejudicada e, conseqüentemente, arquivada pelo STF devido à EC nº 09/1992. Ver ADI nº 279-1 no Anexo II.

II – assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes;

III – aposentadoria, com proventos integrais, aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, se servidor público estadual da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional, independente do regime jurídico; e

IV – prioridade na aquisição da casa própria para os que não a possuam ou para suas viúvas ou companheiras.

Art. 21. Os professores e servidores dos quadros da Universidade Estadual do Ceará UECE, Universidade Regional do Cariri URCA e Universidade Vale do Acaraú UVA terão regime jurídico único.

Parágrafo único. Os professores e servidores das instituições referidas neste artigo, com sua aquiescência, poderão prestar serviços em qualquer dessas entidades, preservando-se o vínculo originário.

Art. 22. O Estado orientará o tratamento a ser dispensado a seus servidores, no sentido de que seja observado o princípio da isonomia correspondendo equivalentes deveres e responsabilidades a iguais salários.

Art. 23. Todos os servidores públicos e empregados do Estado, salvo os ocupantes de cargos em comissão, integrarão quadros de carreira, sendo assegurada a ascensão funcional, atendidos os requisitos desta Constituição.

§1º É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de médico que estejam sendo exercidos por médicos militares na administração pública direta ou indireta.

§2º É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, que estejam sendo exercidos na administração pública direta ou indireta.

Art. 24. Fica assegurado aos servidores públicos estatutários dos municípios que não disponham de previdência e assistência médica, odontológica, farmacêutica e hospitalar, o direito de filiar-se aos correspondentes órgãos do Estado, na forma da lei estadual complementar, que estabelecerá os critérios necessários.

Art. 25. Os servidores públicos do Estado e dos Municípios, da administração direta, de autarquia, empresas públicas, sociedades de economia mista e das fundações públicas, na data da promulgação desta Constituição, há pelo

menos cinco anos, e que não tenham sido admitidos mediante aprovação prévia em concursos públicos de provas e títulos, são considerados estáveis no serviço público.

Art. 25. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 289-9, no dia 09 de fevereiro de 2007, publicada no dia 30 de março de 2007, no DJE).¹⁵⁵

§1º O tempo de serviço dos servidores será contado como título quando submetidos a concurso, para fins de efetivação, na forma da lei.

§ 1º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 289-9, no dia 09 de fevereiro de 2007, publicada no dia 30 de março de 2007, no DJE).¹⁵⁶

§2º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, nem aos que a lei declare de livre exoneração, cujo tempo de serviço não será computado para os fins deste artigo, exceto se se tratar de servidor.

§ 2º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 289-9, no dia 09 de fevereiro de 2007, publicada no dia 30 de março de 2007, no DJE).¹⁵⁷

§3º Com a estabilidade de que trata o caput deste artigo, as funções de caráter eventual dos servidores em geral passam a ser de natureza permanente, caracterizando-se como cargos, devendo como tais ser considerados, para todos os efeitos.

§ 3º (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 289-9, no dia 09 de fevereiro de 2007, publicada no dia 30 de março de 2007, no DJE).¹⁵⁸

Art. 26. Os servidores públicos civis do Estado e dos Municípios que ingressaram na administração direta por processo seletivo de caráter público e de provas eliminatórias, em exercício profissional, há pelo menos dois anos, são considerados efetivos de pleno direito.

Art. 26. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 289-9, no dia 09 de fevereiro de 2007, publicada no dia 30 de março de 2007, no DJE).¹⁵⁹

Art. 27. Fica extensiva aos Técnicos de Programação Educacional, a vantagem de que trata o art. 3º da Lei nº 9.375, de 10 de julho de 1970 com a alteração constante do art. 1º da Lei nº 10.165, de 21 de março de 1978, bem como os ocupantes do cargo de profissional de relações públicas, de provimento efetivo,

155 Ver ADI nº 289-9 no Anexo II.

156 Ver ADI nº 289-9 no Anexo II.

157 Ver ADI nº 289-9 no Anexo II.

158 Ver ADI nº 289-9 no Anexo II.

159 Ver ADI nº 289-9 no Anexo II.

nos quadros da administração direta e indireta, a vantagem de que trata o artigo 3º e parágrafo único da Lei nº 9.375, de 10 de julho de 1970, com a alteração constante do art. 1º e seu parágrafo da Lei nº 10.165, de 21 de março de 1978 e com a alteração constante do art. 1º e seus parágrafos da Lei nº 11.243, de 12 de dezembro de 1986.

Art. 27. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 26 de junho de 2018, no DJE).¹⁶⁰

Art. 28. Fica extensiva aos ocupantes dos cargos técnicos de programação educacional, de provimento efetivo de quadro de pessoal a que se refere a Lei nº 10.776, de 17 de dezembro de 1982, com a alteração do art. 7º da Lei nº 11.463, de 17 de julho de 1988, bem como aos ocupantes dos cargos de assistente técnico de educação, auditor de educação e técnico de educação de que tratam as Leis nºs 10.703, de 13 de agosto de 1982 e 10.876, de 26 de dezembro de 1983, a vantagem de que trata o art. 3º, da Lei nº 9.375, de 10 de julho de 1970 com a alteração constante no art. 1º da Lei nº 10.165, de 21 de março de 1978.

Art. 28. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 145-1, no dia 20 de junho de 2018, publicada no dia 26 de junho de 2018, no DJE).¹⁶¹

Art. 29. Ficam efetivados os servidores públicos civis do Estado e dos Municípios, da administração direta, de autarquias e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação desta Constituição há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da Constituição Federal, tornando-se estáveis no serviço público.

Art. 29. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 289-9, no dia 09 de fevereiro de 2007, publicada no dia 30 de março de 2007, no DJE).¹⁶²

Art. 30. Os servidores da administração direta e indireta, colocados à disposição, remanejados ou prestando serviço a qualquer órgão dos Poderes do Estado, passam a integrar o quadro no emprego ou cargo pertinente à respectiva prestação de serviço e ao regime jurídico correspondente, desde que façam opção até noventa dias após a promulgação desta Constituição, perante o órgão a que estão agregados.

Art. 30. (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal).

(Decisão proferida na ADI nº 289-9, no dia 09 de fevereiro de 2007, publicada no dia 30 de março de 2007, no DJE).¹⁶³

Art. 31. Será criado, dentro de trinta dias da promulgação da Constituição, grupo de trabalho, com dez membros, sendo cinco indicados pelo Poder Executivo e o restante pelo Poder Legislativo, com a finalidade de apresentar estudos necessários à construção de um novo Aeroporto para Fortaleza.

Parágrafo único. Um dos membros a ser indicado pelo executivo será representante do Ministério da Aeronáutica.

Art. 32. No primeiro exercício financeiro a partir da promulgação da Constituição, não poderá o Estado despender com pessoal mais do que setenta e cinco por cento do valor da sua receita corrente, conforme determina a Constituição Federal.

Art. 33. Fica criada, nos termos da lei, a Escola Técnica Estadual de Itapipoca, para dar suporte ao ensino profissionalizante na região Norte do Estado, instituído-se:

I – ensino de primeiro grau profissionalizante para as carreiras de: torneiro mecânico, serralheiro, pintor, marceneiro, pedreiro, mestre-de-obras, eletricista, bombeiro hidráulico; e

II – ensino profissionalizante de 2º grau para carreira de: técnico agrícola e pecuário, técnico em química industrial, técnico em edificações, técnico em pesca e processamento do peixe e seus derivados.

Parágrafo único. A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará editará a lei de criação prevista no caput deste artigo até noventa dias após a promulgação da Carta Magna Estadual.

Art. 34. Após cinco anos da promulgação da Constituição Estadual, será realizada sua revisão constitucional, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Assembleia.

Parágrafo único. A iniciativa popular de emenda à Constituição Estadual será assegurada, quando da revisão constitucional.

Art. 35. Serão revistas pela Assembleia Legislativa, no prazo de dois anos da promulgação desta Constituição, todas as doações, vendas, concessões, autorizações e permissões de uso de terras

160 Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

161 Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

162 Ver ADI nº 289-9 no Anexo II.

163 Ver ADI nº 289-9 no Anexo II.

públicas com área superior a cinquenta hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 até a 5 de outubro de 1991.

Art. 36. O Governo do Estado, trinta dias após a promulgação da Constituição, determinará estudos à Empresa Cearense de Telecomunicações Ecetel, para a implantação de canais de transmissão de áudio e vídeo em número suficiente para atendimento a todas as emissoras de televisão de Fortaleza, incluindo um canal reserva.

§1º As despesas decorrentes dessa providência serão divididas entre as emissoras de televisão interessadas na futura exploração dos canais, para retransmissão ao Interior do Estado.

§2º A TV Educativa terá prioridade de utilização para um dos atuais canais da Ecetel.

§3º Lei definirá os critérios para exploração dos canais de televisão para o Interior por parte das emissoras interessadas de Fortaleza.

Art. 37. As empresas individuais ou coletivas, em débito com a Fazenda Estadual, com total de autos de infração lavrados até 30.3.89, cujo valor não ultrapasse a cinco mil OTNs, do dia da lavratura, ajuizados ou não, poderão liquidar sua dívida até 31.12.89, sem multa e sem atualização monetária.¹⁶⁴

Parágrafo único. Tratando-se de microempresa, independe a anistia, ora concedida, do limite estabelecido do caput deste artigo e de qualquer formalidade.¹⁶⁵

Art. 38. A lei agrícola a ser promulgada no prazo de um ano disporá, nos termos da Constituição, sobre os objetivos, instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, abastecimento interno e mercado externo.

Art. 39. Aos bombeiros militares fica garantido o direito de opção pela permanência nos Quadros da Polícia Militar do Ceará.

§1º O prazo da opção será de cento e oitenta dias, a contar da promulgação da presente Constituição, mediante requerimento escrito ao Chefe do Poder Executivo.

§2º Ao optar pela permanência no efetivo da Polícia Militar do Ceará, o bombeiro militar ocupará vaga no quadro de organização

da corporação, na qualificação policial militar parcial correlata ou, na falta desta, na qualificação de combatente.

§3º Inexistindo vaga nas qualificações citadas no parágrafo anterior, o bombeiro militar será incluído na qualificação de combatente na condição de excedente.

Art. 40. Caberá ao Estado constituir o Conselho Estadual de Energia, no prazo de um ano, a partir da data da promulgação desta Constituição, com atribuição de estabelecer a política energética estadual, promover e acompanhar sua implementação.

Parágrafo único. O Conselho será paritariamente composto por membros nomeados pelo Governo do Estado e representantes da sociedade civil organizada.

Art. 41. Os Municípios, no prazo de doze meses, adotarão providências no sentido de dotar suas administrações públicas, de legislação específica suplementar à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos termos do inciso II, do art. 30, da Constituição Federal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 35, de 30 de junho de 1998).

Art. 42. Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado, que vigorará por dez exercícios financeiros, nos termos dos arts. 43 a 49 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.¹⁶⁶

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

Art. 43. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias correntes:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

I – do Poder Executivo;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

II – do Poder Judiciário;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

III – da Assembleia Legislativa;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

IV – do Ministério Público do Estado;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).¹⁶⁷

164 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 145-1. No entanto, a ação foi julgada prejudicada em virtude do exaurimento da eficácia normativa da regra de anistia tributária, decisão em 20 de junho de 2018. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

165 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 145-1. No entanto, a ação foi julgada prejudicada em virtude do exaurimento da eficácia normativa da regra de anistia tributária, decisão em 20 de junho de 2018. Ver ADI nº 145-1 no Anexo II.

166 Arguida a inconstitucionalidade na ADI nº 6061, aguardando julgamento de mérito. Ver ADI nº 6061. Ver Anexo II.

167 Arguida a inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Aguardando julgamento de mérito. Processo nº 0628158-47.2018.8.06.0000 (situação: suspensa). Ver anexo II.

V – da Defensoria Pública do Estado;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).¹⁶⁸

VI – do Tribunal de Contas do Estado.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

§ 1º Cada um dos limites a que se refere o caput deste artigo equivalerá:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

I - para o exercício de 2017, à despesa primária corrente paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigida em 7,0% (sete inteiros por cento);

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

II – para os exercícios posteriores, segundo definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, ou 90% (noventa por cento) da variação positiva da Receita Corrente Líquida, ambos para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere à Lei Orçamentária.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

§ 2º Os limites estabelecidos na forma do art.46, do § 1º do art. 99, alínea “e” do art.74, parágrafo único do art. 81, art. 136 e art. 148-A da Constituição Estadual não poderão ser superiores aos estabelecidos nos termos deste artigo.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

§ 3º A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária demonstrará os valores máximos de programação compatíveis com os limites individualizados calculados na forma dos incisos I e II do § 1º deste artigo.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

§ 4º As despesas primárias correntes autorizadas na Lei Orçamentária Anual sujeitas aos limites de que trata este artigo não poderão exceder os valores máximos demonstrados nos termos do § 3º deste artigo.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

§ 5º É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado da despesa primária corrente sujeita aos limites de que trata este artigo.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

§ 6º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

I – transferências constitucionais estabelecidas nos incisos III e IV do art.158 da Constituição Federal;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

II – créditos extraordinários a que se refere o § 3º do art.167 da Constituição Federal e a situação prevista no art. 88, inciso XIX da Constituição Estadual do Ceará;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

III – despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

§ 7º Para fins de verificação do cumprimento dos limites de que trata este artigo, serão consideradas as despesas primárias correntes pagas, incluídos os restos a pagar pagos.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

§ 8º O pagamento de restos a pagar inscritos até 31 de dezembro de 2015 poderá ser excluído da verificação do cumprimento dos limites de que trata este artigo, até o excesso de resultado primário dos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do exercício em relação à meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

§ 9º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos nesta Lei:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

I – despesas relativas à saúde, inclusive as aplicações mínimas de recursos, no caso do Estado do Ceará, do produto de arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II, da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que foram transferidas aos respectivos Municípios, bem como os critérios de rateio de recursos da União vinculados à saúde destinados ao Estado do Ceará, e do Estado aos seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

II – despesas relativas à Educação, inclusive as aplicações mínimas de recursos a que se refere o art. 212 da Constituição Federal e art. 216 da Constituição Estadual do Ceará.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

168 Arguida a inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Aguardando julgamento de mérito. Processo nº 0628428-71.2018.8.06.0000 (situação: suspensão). Ver anexo II.

§10. As limitações dispostas neste artigo não se aplicam a fundos cuja operacionalização aconteça com recursos exclusivamente próprios, sem suplementação com recursos do Tesouro Estadual, ainda que haja previsão de dotação orçamentária na lei que instituiu.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016).

Art. 43-A. Fica criado o Conselho de Governança Fiscal do Estado, com o objetivo precípua de zelar pelo equilíbrio fiscal do Estado, composto pelos seguintes membros:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

I – Governador do Estado;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

II – Presidente da Assembleia Legislativa;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

III – Presidente do Tribunal de Justiça;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

IV – Procurador-Geral de Justiça;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

V – Presidente do Tribunal de Contas do Estado;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

VI – Defensor Público-Geral.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

§1º Compete ao Conselho de Governança Fiscal do Estado:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

I – promover a harmonização e coordenação de ações entre os Poderes e Órgãos representados por seus integrantes, no que se refere à Gestão Fiscal;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

II – estabelecer diretrizes de distribuição equânime de esforços e medidas de eficiência fiscal;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

III – acompanhar e avaliar os resultados do Novo Regime Fiscal, instituído nos termos do art. 43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

IV – propor alteração nos limites a que se refere o inciso II do §1º do art. 43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, caso se mostre necessário ao equilíbrio fiscal do Estado;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

V – propor a prorrogação do Novo Regime Fiscal, caso se mostre necessário ao equilíbrio fiscal do Estado;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

VI – disseminar práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

§2º O Conselho de Governança Fiscal do Estado se reunirá, no mínimo, 3 (três) vezes ao ano, preferencialmente nos meses de maio, setembro e fevereiro, após a emissão dos Relatórios de Gestão Fiscal previstos no art. 54 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, ocasiões em que deverá dentre outras ações decorrentes de suas competências, proceder ao acompanhamento e a avaliação dos resultados do Novo Regime Fiscal, conforme o inciso III do §1º do caput.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

§3º A alteração nos limites nos termos do inciso IV, §1º, do caput, a prorrogação do Novo Regime Fiscal nos termos do inciso V, §1º, do caput e a alteração do método de correção dos limites a que se refere o inciso II do §1º do art. 43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, deverão ser realizadas por meio de projeto de lei complementar.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

§4º Ouvido o Conselho de Governança Fiscal do Estado, o Governador do Estado poderá propor projeto de lei complementar para alteração do método de correção dos limites a que se refere o inciso II do §1º do art. 43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

§5º Nas atividades de acompanhamento e avaliação dos resultados da gestão fiscal, o Conselho de Governança Fiscal terá o assessoramento técnico dos responsáveis pelo órgão central do sistema de controle interno, de cada Poder e Órgão citados no art. 43-A do caput.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

§6º Ato do Conselho disporá sobre a sua composição e forma de funcionamento, respeitados os mandamentos desta Constituição.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018).

Art. 43-B. Para fins de observância ao disposto no art. 43 deste Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, ficam redefinidos, nos termos deste artigo, os limites individualizados para as despesas primárias correntes no âmbito da Defensoria Pública do Estado, observado o seguinte:

(Inserido pela Emenda constitucional nº 102, de 03 de dezembro de 2020).

I – para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, fica reconhecido o atendimento, para todos os efeitos, inclusive de convalidação, dos limites de gastos pela Defensoria Pública do Estado, conforme previsão do art. 43 deste Ato de Disposições Constitucionais Transitórias;

(Inserido pela Emenda constitucional nº 102, de 03 de dezembro de 2020).

II – a partir do exercício de 2020, o limite de gastos da Defensoria Pública do Estado equivalerá:

(Inserido pela Emenda constitucional nº 102, de 03 de dezembro de 2020).

a) para o exercício de 2020, à despesa primária corrente prevista na Lei orçamentária do respectivo ano, acrescida de seus créditos adicionais e dos restos a pagar pagos;

(Inserido pela Emenda constitucional nº 102, de 03 de dezembro de 2020).

b) para os exercícios subsequentes, segundo definido no inciso II do § 1.º do art. 43 deste Ato de Disposições Constitucionais Transitórias.

(Inserido pela Emenda constitucional nº 102, de 03 de dezembro de 2020).

Art. 44. O Governador do Estado poderá propor, a partir do sexto exercício da vigência do Novo Regime Fiscal, projeto de Lei complementar para alteração do método de correção dos limites a que se refere o inciso II do § 1º do art. 43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.¹⁶⁹

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

Parágrafo único. Será admitida apenas uma alteração do método de correção dos limites por mandato governamental.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

Art. 45. No caso de descumprimento de limite individualizado, aplicam-se, até o final do exercício de retorno das despesas aos respectivos limites, aos Poderes e Órgãos elencados nos incisos I a VII do caput do art. 43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que o descumpriu, sem prejuízo de outras medidas, as seguintes vedações:¹⁷⁰

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

I – concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros do Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto dos derivados de sentença judicial ou de determinação legal decorrente de atos anteriores à entrada em vigor desta Emenda Constitucional;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

II – criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

IV – admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

V – realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

VI – criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza em favor de membros de Poder, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas do Estado, e de servidores e empregados públicos e militares;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

VII – criação de despesa obrigatória;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

VIII – adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

§1º Adicionalmente ao disposto no caput, no caso de descumprimento do limite de que trata o inciso I do caput do art. 43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ficam vedadas:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

I – a criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como a remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

II – a concessão ou ampliação de incentivos ou benefício de natureza tributária, excetuado aqueles que impactem positivamente a arrecadação.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

169 Arguida a inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Aguardando julgamento de mérito. Processo nº 0628158-47.2018.8.06.0000 (situação: suspensão). Ver anexo II.

170 Arguida a inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Aguardando julgamento de mérito. Processo nº 0628158-47.2018.8.06.0000 (situação: suspensão). Ver anexo II.

§2º No caso de descumprimento de qualquer dos limites individualizados de que trata o caput do art. 43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica vedada a concessão da revisão geral prevista no inciso X do caput do art.37 da Constituição Federal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

§3º As vedações previstas neste artigo aplicam-se também a proposições legislativas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

Art. 46. As disposições introduzidas pelo Novo Regime Fiscal:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

I – não constituirão obrigação de pagamento futuro pelo Estado ou direitos de outrem sobre o erário;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

II – não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

Art. 47. A proposta de lei que crie ou altere despesa obrigatória deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

Art.48. A proposta de lei que crie ou amplie renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro e de pelo menos uma das seguintes condições:

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

II – estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, expansão da atividade econômica, modernização dos controles fiscais, implementação da substituição tributária, dentre outras.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios, quando concedidos em caráter geral.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

Art. 49. A tramitação de proposição elencada no caput do art. 58 da Constituição Estadual, quando acarretar aumento de despesa ou renúncia de receita, será suspensa por até vinte dias, a requerimento de um quarto dos membros da Casa, nos termos regimentais, para análise de sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016).

Art. 50. Excepcionalmente, no exercício de 2024, os Poderes ou os órgãos de que trata o caput do art. 43 deste Ato de Disposições Constitucionais Transitórias poderão remanejar entre si parte do saldo positivo do limite individualizado de despesas primárias correntes aplicável no correspondente exercício.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 124, de 18 de dezembro 2024).

§1.º O remanejamento não poderá comprometer o atendimento integral dos limites estabelecidos para as despesas primárias correntes de cada Poder ou órgão.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 124, de 18 de dezembro 2024).

§2.º O valor remanejado, nos termos deste artigo, passa a integrar o limite do Poder ou órgão que o recebeu, ficando sujeito a correções conforme previsão do inciso II do § 1.º o art. 43 deste Ato de Disposições Constitucionais Transitórias.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 124, de 18 de dezembro 2024).

§3.º O remanejamento dependerá da aquiescência formal dos Poderes ou órgãos envolvidos e será formalizado por meio de decreto do Poder Executivo.

(Inserido pela Emenda Constitucional nº 124, de 18 de dezembro 2024).

Fortaleza, 5 de outubro de 1989. – Antônio Câmara, Presidente – Antônio dos Santos, 1º Vice-Presidente, – Macário de Brito, 2º Vice-Presidente, – Narcélio Limaverde, 1º Secretário – Ilário Marques, 2º Secretário – Geraldo Azevedo, 3º Secretário – Elmo Moreno, 4º Secretário – Everardo Silveira, Relator – Barros Pinho, Presidente de Comissão – Jarbas Bezerra, Relator de Comissão – Agaci Fernandes – Alceu Coutinho – Alexandre Figueredo – Antônio Jacó – Antônio Tavares – Bitu dos Santos – César Barreto – Cláudio Pinho – Domingos Fontes – Edson Silva – Érasmo Alencar – Erivano Cruz – Eudoro Santana – Fonseca Coêlho – Francisco Aguiar – Franzé Moraes – Gomes Farias – Henrique Azevedo – João Alfredo – João Luiz – João Viana – Júlio Rêgo – Liaderson Pontes – Luiz Pontes – Manoel Duca – Marcos Cals – Maria Dias – Maria Lúcia – Nonato Prado – Nilo Sérgio – Paulo Quezado – Pedro José – Pinheiro Landim – Tarcísio Monteiro – Teodorico Menezes – Tomaz Brandão.

PARTICIPANTES:

Carlos Cruz – Carlos Macêdo – Casimiro Neto – Ciro Gomes – Ednaldo Bessa – Figueiredo Correia – José Bezerra – José Prado – Marcus Viana – Moésio Loyola.



ANEXO I

EMENTÁRIO DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1989

**PARA ACESSAR OS
LINKS DAS EMENDAS
CONSTITUCIONAIS,
FAÇA O DOWNLOAD
DA VERSÃO DIGITAL
DA CONSTITUIÇÃO
ESTADUAL DO CEARÁ**



ESCANEE O QR CODE PARA
FAZER, GRATUITAMENTE,
O DOWNLOAD DA OBRA

EMENTÁRIO DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1989

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 01, DE 09 DE ABRIL DE 1991 (D.O.E. 12/04/1991)

Assunto: trata de proibições e impedimentos ao Governador do Estado.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec01.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 02, DE 16 DE MAIO DE 1991 (D.O.E. 20/05/1991)

Assunto: trata de especificações ao Plano Plurianual (PPA).

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec02.htm

Obs.: a EC nº 114/2022 reenumerou o § 1º para o § 3º do art. 203.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 03, DE 5 DE AGOSTO DE 1991 (D.O.E. 21/08/1991)

Assunto: trata de critérios para criação de Municípios.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec03.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 04, DE 25 DE SETEMBRO DE 1991 (D.O.E. 01/10/1991)

Assunto: trata da iniciativa e informações para apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec04.htm

Obs.: a EC nº 114/2022 reenumerou o § 3º para o § 5º do art. 203.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 05, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991 (D.O.E. 19/12/1991)

Assunto: trata da aplicação mínima de verbas para a educação.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec05.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 06, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991 (D.O.E. 19/12/1991)

Assunto: trata da remuneração dos vereadores.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec06.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 07, DE 26 DE JUNHO DE 1992 (D.O.E. DE 30/06/1992)

Assunto: trata da remuneração dos deputados estaduais.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec07.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 08, DE 03 DE NOVEMBRO DE 1992 (D.O.E. 09/11/1992)

Assunto: trata da disponibilidade de receitas municipais e competência do Tribunal de Contas Municipais para apreciação das contas do prefeito e presidente de Câmara Municipal.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec08.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 09, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1992 (D.O.E. 22/12/1992)

Assunto: trata da substituição da palavra Conselho de Contas dos Municípios para Tribunal de Contas dos Municípios.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec09.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10, DE 29 DE MARÇO DE 1994 (D.O.E. 30/03/1994)

Assunto: trata da iniciativa privativa do governador do estado e da nomeação de conselheiros para o Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE).

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec10.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 11, DE 29 DE MARÇO DE 1994 (D.O.E. 30/03/1994)

Assunto: trata do subsídio após cessada a investidura em caráter permanente no cargo de Governador do Estado.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec11.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 12, DE 29 DE MARÇO DE 1994 (D.O.E. 30/03/1994)

Assunto: trata do número de Conselheiros do Tribunal de Contas dos municípios e da criação da Procuradoria de Contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec12.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 13, DE 07 DE ABRIL DE 1994 (D.O.E. 13/04/1994)

Assunto: trata da fixação dos preços dos serviços de transporte coletivo.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec13.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14, DE 07 DE ABRIL DE 1994 (D.O.E. 13/04/1994)

Assunto: trata da representação do vice-prefeito.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec14.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 15, DE 07 DE ABRIL DE 1994 (D.O.E. 13/04/1994)

Assunto: trata de decisões sobre o parecer prévio das contas do prefeito e eficácia de título executivo das decisões do TCM.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec15.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 16, DE 13 DE ABRIL DE 1994 (D.O.E. 22/12/1994)

Assunto: trata da revogação de dispositivos referentes à previdência para Vereadores.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec16.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 17, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994 (D.O.E. 22/12/1994)

Assunto: trata do dever de o Estado instituir delegacias especializadas de atendimento à mulher.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec17.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 18, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994 (D.O.E. 22/12/1994)

Assunto: trata da Indicação no Processo Legislativo.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec18.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994 (D.O.E. 22/12/1994)

Assunto: trata da inclusão do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CECT) na estrutura da Secretaria da Ciência e Tecnologia e de especificações da competência da Secretaria da Ciência e Tecnologia.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec19.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1995 (D.O.E. 04/12/1995)

Assunto: trata da revogação do subsídio após cessada a investidura em caráter permanente no cargo de Governador do Estado e da aplicação do prazo do *caput* do Art. 84 aos substitutos constantes no *caput* do Art. 86.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec20.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 21, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1995 (D.O.E. 21/12/1995)

Assunto: trata de gratificações ou vantagens pecuniárias dos servidores públicos do Estado do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec21.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 22, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1995 (D.O.E. 21/12/1995)

Assunto: trata da apreciação do parecer técnico pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-COEMA- em obra ou atividade em que for exigido Estudo de impacto ambiental pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente- SEMACE.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec22.htm

Obs.: ver ADI nº 2142-7 do STF.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 23, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1995 (D.O.E. 21/12/1995)

Assunto: trata do parecer com reformulações feitas pelas comissões técnicas ao projeto da lei do plano estratégico de longo prazo.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec23.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 24, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995 (D.O.E. 21/12/1995)

Assunto: trata do mandado de segurança e do *habeas data* contra atos de autoridades do Estado.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec24.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 25, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995 (D.O.E. 22/12/1995)

Assunto: trata da redefinição dos limites do município de Jaguaribara, em razão da construção do açude Castanhão.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec25.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26, DE 06 DE AGOSTO DE 1996 (D.O.E. 19/08/1996)

Assunto: trata da necessidade de autorização legislativa em casos de alienação de bens imóveis do Estado, da competência exclusiva da Assembleia Legislativa e das exceções.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec26.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 27, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1996 (D.O.E. 11/12/1996)

Assunto: trata da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE) à Assembleia Legislativa.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec27.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 28, DE 30 DE ABRIL DE 1997 (D.O.E. 09/05/1997)

Assunto: trata da chefia da Polícia civil, do comando da Polícia Militar e do comando do Corpo de Bombeiros Militares.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec28.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29, DE 30 DE ABRIL DE 1997 (D.O.E. DE 14/05/1997)

Assunto: trata do julgamento das contas que o prefeito deve prestar anualmente e de outros responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec29.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30, DE 13 DE MAIO DE 1997 (D.O.E. 20/05/1997)

Assunto: trata da redefinição das delimitações do município de Jaguaribara, em razão da construção do açude Castanhão.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec30.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 31, DE 12 DE AGOSTO DE 1997 (D.O.E. 13/08/1997)

Assunto: trata da redefinição do modo de escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec31.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 32, DE 14 DE OUTUBRO DE 1997 (D.O.E. 22/10/1997)

Assunto: trata da competência do Estado do Ceará para o fornecimento direto a partir de gasodutos de transporte.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec32.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 33, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1997 (D.O.E. 22/12/1997)

Assunto: trata do mandado de segurança e do *habeas data* contra atos de autoridades do Estado.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec33.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 34, DE 30 DE JUNHO DE 1998 (D.O.E. 13/07/1998)

Assunto: trata da delimitação de municípios que participarão do Conselho Deliberativo.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec34.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 35, DE 30 DE JUNHO DE 1998 (D.O.E. 13/07/1998)

Assunto: trata da necessidade de os municípios suplementarem a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec35.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 36, DE 30 DE JUNHO DE 1998 (D.O.E. 13/07/1998)

Assunto: trata da fiscalização contábil financeira orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta pela Câmara com auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec36.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37, DE 30 DE JUNHO DE 1998 (D.O.E. 13/07/1998)

Assunto: trata da competência do Tribunal de Justiça (TJ-CE) para garantir a instalação de comarcas autônomas e independentes nos municípios em que ainda não exista e da competência do Governador e do Defensor Público Geral para adotar medidas necessárias para que exista a representação da Defensoria Pública em todas as comarcas.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec37.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 38, DE 28 DE ABRIL DE 1999 (D.O.E. 30/04/1999)

Assunto: trata da mudança de datas e prazos da Mensagem do Poder Executivo na Assembleia Legislativa.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec38.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 39, DE 05 DE MAIO DE 1999 (D.O.E. 10/05/1999)

Assunto: trata da Previdência e assistências sociais dos servidores públicos estaduais.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec39.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 40, DE 29 DE JUNHO DE 1999 (D.O.E. 02/07/99)

Assunto: trata da mudança no prazo para os prefeitos enviarem balancetes mensais relativos à aplicação dos recursos arrecadados e recebidos e de outras disposições na fiscalização desses recursos.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec40.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 29 DE JUNHO DE 1999 (D.O.E. 02/07/99)

Assunto: trata da destinação de recursos do Estado para constituição e manutenção do fundo destinado à aplicação em programas de financiamento do setor produtivo.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec41.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42, DE 2 DE SETEMBRO DE 1999 (D.O.E. 15/09/1999)

Assunto: trata da contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária da administração pública do Estado do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec42.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 43, DE 14 DE OUTUBRO DE 1999 (D.O.E. 20/10/1999)

Assunto: trata da eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e da comissão representativa da Assembleia Legislativa, que funcionará durante o recesso.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec43.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 44, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000 (D.O.E. 04/01/2001)

Assunto: trata da garantia a servidores investidos e cargo de direção máxima de entidade representativa de classe colegiada de não sofrerem prejuízos nem na entidade representativa nem na instituição de origem.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec44.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000 (D.O.E. 04/01/2001)

Assunto: trata da revogação da regra para o Tribunal de Justiça (TJ-CE) implantar as ações necessárias à instalação de comarcas autônomas e independentes nos municípios em que ainda não exista e prevê a representação da Defensoria Pública em todas as comarcas.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec45.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 46, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2001 (D.O.E. 12/12/2001)

Assunto: trata da exigência de transparência da administração pública, por meio da publicação da relação de servidores ativos, inativos e pensionistas, dos valores dos subsídios e remuneração dos cargos e empregos públicos e dos valores gastos com pagamento de pessoal.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec46.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2001 (D.O.E. 26/12/2001)

Assunto: trata da fiscalização sobre a gestão financeira, orçamentária e patrimonial dos municípios.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec47.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 48, DE 04 DE ABRIL DE 2002 (D.O.E. 11/04/2002)

Assunto: trata da imunidade parlamentar.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec48.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 49, DE 04 DE ABRIL DE 2002 (D.O.E. 11/04/2002)

Assunto: trata das declarações de bens anuais dos Deputados Estaduais, Governador e Vice-Governador, Secretários de Estado, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, Defensores Públicos, Delegados de carreira da Polícia Civil, Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e do município, Prefeitos, Vice-prefeitos, Vereadores, ocupantes de cargos comissionados dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Ceará, agentes arrecadadores da Secretaria da Fazenda, de seus cônjuges e descendentes até o primeiro grau ou por adoção.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec49.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 50, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002 (D.O. 27/12/2002)

Assunto: trata do subsídio após cessada a investidura em caráter permanente no cargo de Governador do Estado, para o Governador e o Vice-Governador, desde que tenham exercido o cargo de Governador em caráter permanente por pelo menos seis meses.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec50.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002 (D.O.E. 27/12/2002)

Assunto: trata de cargos que o Deputado poderá assumir sem resultar na perda do mandato parlamentar.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec51.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 52, DE 29 DE ABRIL DE 2003 (D.O.E. 02/05/2003)

Assunto: trata da previdência social dos servidores públicos estaduais ativos, inativos e pensionistas da administração direta e do Sistema único de Previdência Social.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec52.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (D.O.E. 23/12/2003)

Assunto: trata da retirada da exigência da presença da maioria absoluta dos membros para que as sessões da Assembleia Legislativa ocorram.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec53.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 54, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (D.O.E. 23/12/2003)

Assunto: trata da alteração em requisitos para escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec54.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 55, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (D.O.E. 23/12/2003)

Assunto: trata de alterações em benefícios previdenciários do Sistema único de Previdência Social.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec55.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 56, DE 07 DE JANEIRO DE 2004 (D.O.E. 07/01/2004)

Assunto: trata do limite remuneratório dos agentes da administração pública estadual, e dá especificações sobre a aposentadoria pelo Sistema único de Previdência Social.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec56.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 57, DE 7 DE MARÇO DE 2006 (D.O.E. 08/03/2006)

Assunto: trata da alteração do período da Sessão Legislativa Ordinária e de alterações na convocação extraordinária da Assembleia Legislativa.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec57.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 06 DE ABRIL DE 2006 (D.O.E. 10/04/2006)

Assunto: trata de modificações na competência do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CECT).

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec58.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE DEZEMBRO DE 2006 - (D.O.E. 28/12/2006)

Assunto: trata da revogação da regra que assegurava o subsídio após cessada a investidura em caráter permanente no cargo de Governador do Estado, para o Governador e o Vice-Governador, desde que tenham exercido o cargo de Governador em caráter permanente por pelo menos seis meses.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec59.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 60, DE 08 DE JULHO DE 2008 - (D.O.E. 09/07/2008)

Assunto: trata de casos em que a prorrogação de contratos temporários de professores é possível, detalhando especificidade para os casos daqueles da área de defesa agropecuária.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec60.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 61, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008 (D.O.E. 15/01/2009)

Assunto: trata da competência da Assembleia Legislativa, do processo legislativo, da emenda constitucional, das leis, da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, do Estado e dos municípios e dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec61.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62, DE 22 DE ABRIL DE 2009 (D.O.E. 27/04/2009)

Assunto: trata do desenvolvimento e integração regional sustentável.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec62.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 63, DE 02 DE JULHO DE 2009 (D.O.E. 07/07/2009)

Assunto: trata de órgãos, estrutura, funcionamento, organização, autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, dos remédios constitucionais e do controle de constitucionalidade.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec63.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 64, DE 15 DE JULHO DE 2009 (D.O.E. 22/07/2009)

Assunto: trata da penalidade aos municípios que não prestarem as contas dos recursos recebidos e arrecadados à Câmara e ao Tribunal de Contas do Município.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec64.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009 (D.O.E. 24/09/2009)

Assunto: trata de modificação em diversos dispositivos constitucionais: “Dos Princípios fundamentais”, “Da participação popular”, “Da Organização estadual”, “Das Atividades essenciais dos Poderes Estaduais”, “Da Tributação e do Orçamento”.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec65.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009 (D.O.E. 25/11/2009)

Assunto: trata da possibilidade de o Governador delegar a atribuição de prover e extinguir cargos públicos aos Secretários de Estado.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec66.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 67, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009 (D.O.E. 08/12/2009)

Assunto: trata da previsão de que a quarta vaga para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado recairá em Auditor e a sétima em Membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec67.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 68, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010 (D.O.E. 21/10/2010)

Assunto: trata da modificação da idade necessária para a nomeação para os cargos de Procurador Geral do Estado e Procurador Geral Adjunto.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec68.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 69, DE 18 DE JANEIRO DE 2011 (D.O.E. 09/02/2011)

Assunto: trata de alterações na pensão por morte do segurado servidor titular de cargo efetivo.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec69.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 70, DE 18 DE JANEIRO DE 2011 (D.O.E. 23/02/2011)

Assunto: trata da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec70.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 71, DE 18 DE JANEIRO DE 2011 (D.O.E. 25/02/2011)

Assunto: Trata do Fundo Estadual de Atenção Secundária à Saúde.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec71.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011 - (D.O.E. 06/12/2011)

Assunto: trata do afastamento do servidor investido nas funções de direção máxima da entidade representativa de classe ou conselheiro de entidade de fiscalização do exercício de profissionais liberais.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec72.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 73, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011 (D.O.E. 06/12/2011)

Assunto: trata do estabelecimento do dia 25 de março como data magna do Estado do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec73.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 74, DE 19 DE ABRIL DE 2012 (D.O.E. 23/04/2012)

Assunto: trata de requisitos para escolha dos Secretários de Estado e de hipóteses de vedação à nomeação ou designação para cargos de provimento em comissão e para membros dos Tribunais de Contas.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec74.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 75, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012 (D.O.E. 27/12/2012)

Assunto: trata das atividades de controle da Administração Pública Estadual.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec75.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 76, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012 (D.O.E. 02/01/2013)

Assunto: trata da observância dos princípios da prescrição e da decadência pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE).

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec76.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 77, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013 (D.O.E. 07/10/2013)

Assunto: trata do número de Procuradores de Conta na Procuradoria de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE) e na Procuradoria de Contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec77.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 78, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013 (D.O.E. 17/10/2013)

Assunto: trata da prorrogação dos contratos temporários de professores, detalhando a especificidade dos temporários da área de defesa agropecuária.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec78.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 79, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013 (D.O.E. 11/12/2013)

Assunto: trata da liberdade dos municípios quanto à decisão de associação ou não à Associação de municípios, em nível estadual e em nível federal.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec79.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 80, DE 10 DE ABRIL DE 2014 (D.O.E. 16/04/2014)

Assunto: trata da iniciativa legislativa da Defensoria Pública, fortalecimento da gestão e ampliação de sua autonomia.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec80.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 81, DE 26 DE AGOSTO DE 2014 (D.O.E. 28/08/2014)

Assunto: trata da Administração Fazendária.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec81.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 82, DE 28 DE MAIO DE 2015 (D.O.E. 29/05/2015)

Assunto: trata da inclusão da licença-maternidade no rol dos afastamentos que não resultarão na perda do mandato do Deputado Estadual.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec82.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 83, DE 02 DE JULHO DE 2015 (D.O.E. 14/07/2015)

Assunto: trata da competência aos municípios para garantir a liberdade de crença e vedação a dificultar o funcionamento dos cultos e dá o detalhamento do que se entende por dificultar o funcionamento de cultos religiosos e de igrejas.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec83.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 84, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015 (D.O.E. 04/12/2015)

Assunto: trata de requisitos para a criação ou a extensão de qualquer benefício ou vantagem funcional ou outras despesas a agentes públicos estaduais de de quaisquer Poderes, inclusive do Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunais de Contas.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec84.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 85, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015 (D.O.E. 14/12/2015)

Assunto: trata de mudanças em disposições referentes a contribuições e benefícios previdenciários dos servidores abrangidos pelo Sistema Único de Previdência Social.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec85.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 86, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016 (D.O.E. 16/02/2016)

Assunto: trata da prorrogação dos contratos temporários de professores, detalhando a especificidade dos temporários das áreas de “Arquitetura”, “Engenharia” e cargos técnicos inerentes a essas áreas.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec86.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 87, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016 (D.O.E. 21/12/2016)

Assunto: Trata da extinção do Tribunal de Contas do Município.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec87.htm

Obs.: emenda revogada pela EC nº 92/2017.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 88, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016 (D.O.E. 21/12/2016)

Assunto: trata do Novo Regime Fiscal no estado do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec88.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 89, DE 11 DE MAIO DE 2017 (D.O.E. 17/05/2017)

Assunto: trata da contratação temporária de professores nas situações de paralisações ou força maior, devidamente justificadas.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec89.htm

Obs.: ver também ECs nº 42 e 60 desta Constituição.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 90, DE 01 DE JUNHO DE 2017 (D.O.E. 08/06/2017)

Assunto: trata do limite remuneratório único dos servidores públicos do Estado do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec90.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 91, DE 06 DE JUNHO DE 2017 (D.O.E. 12/06/2017)

Assunto: trata de disposições da Polícia Civil.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec91.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 92, DE 16 DE AGOSTO DE 2017 (D.O.E. 21/08/2017)

Assunto: trata da extinção do Tribunal de Contas do Município do Estado do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec92.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 93, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018 (D.O.E. 29/11/2018)

Assunto: trata da modificação de vigência na EC nº 90/2017 (limite remuneratório único dos servidores públicos estaduais).

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec93.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 94, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018 (D.O.E. 27/12/2018)

Assunto: trata da criação do Conselho de Governança Fiscal do Estado do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec94.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 27 DE JUNHO DE 2019 (D.O.E. 04/07/2019)

Assunto: trata da aposentadoria dos Conselheiros de Contas postos em disponibilidades após a extinção do TCM-CE.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec95.htm

Obs.: ver também EC nº 92/2017.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 96, DE 3 DE OUTUBRO DE 2019 (D.O.E. 07/07/2019)

Assunto: trata da prorrogação de contratos temporários de professores por motivo de paralisações ou força maior.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec96.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 (D.O.E. 19/12/2019)

Assunto: trata da idade mínima para aposentadoria no serviço público estadual.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec97.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 98, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 (D.O.E. 19/12/2019)

Assunto: trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec98.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 99, DE 3 DE MARÇO DE 2020 (D.O.E. 03/03/2020)

Assunto: trata de vedações a concessões administrativas ou legais de anistia ou perdão por infrações disciplinares cometidas por servidores militares envolvidos em movimentos ilegítimos ou antijurídicos de paralisações, motim, revolta ou outros crimes de natureza militar.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec99.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 100, DE 29 DE ABRIL DE 2020 (D.O.E. 29/04/2020)

Assunto: trata das prorrogações de contratos ou atos de admissões para atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec100.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 101, DE 13 DE AGOSTO DE 2020 (D.O.E. 17/08/2020)

Assunto: trata da instituição da Polícia Penal do Estado do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec101.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 102, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020 (D.O.E. 04/12/2020)

Assunto: trata da redefinição dos limites individualizados para as despesas primárias correntes no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec102.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020 (D.O.E. 21/12/2020)

Assunto: trata de prorrogação excepcional de contratos temporários para docentes no âmbito das instituições de ensino superior do Estado do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec103.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 104, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020 (D.O.E. 23/12/2020)

Assunto: trata de prorrogação excepcional de contratos temporários de professores das escolas da rede pública estadual de ensino.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec104.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 105, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020 (D.O.E. 23/12/2020)

Assunto: trata do período das sessões legislativas de cada ano e da eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec105.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 106, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021 (D.O.E. 04/03/2021)

Assunto: trata da prorrogação excepcional no âmbito da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) e da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR), de contratações temporárias de excepcional interesse público.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec106.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 107, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021 (D.O.E. 04/03/2021)

Assunto: trata do aportamento de recursos pelo Estado para a constituição e manutenção de fundo destinado ao fomento e a incrementação do empreendedorismo e da extinção do Fundo de Financiamento às Micro, Pequena e Média Empresas do Estado do Ceará FCE.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec107.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 108, DE 30 DE MARÇO DE 2021 (D.O.E. 30/03/2021)

Assunto: trata do prazo de prestação de contas do Governador à Assembleia Legislativa em caso de calamidade pública e do relatório resumido de execuções orçamentárias e do relatório de gestão fiscal.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec108.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 109, DE 20 DE ABRIL DE 2021 (D.O.E. 20/04/2021)

Assunto: trata da prorrogação excepcional de contratos temporários para docentes no âmbito das escolas da rede pública estadual de ensino.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec109.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 110, DE 04 DE MAIO DE 2021 (D.O.E. 06/05/2021)

Assunto: trata da prorrogação excepcional de contratos temporários para docentes no âmbito das instituições de ensino superior do Estado.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec110.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 111, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021 (D.O.E.14/10/2021)

Assunto: trata da prorrogação excepcional de contratos temporários para docentes no âmbito das escolas da rede pública estadual de ensino.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec111.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 112, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021 (D.O.E. 28/10/2021)

Assunto: trata da prorrogação excepcional de contratos temporários para docentes no âmbito das instituições de ensino superior do Estado.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec112.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 113, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021 (D.O.E. 02/12/2021)

Assunto: trata da prorrogação excepcional no âmbito da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR), de contratações temporárias de excepcional interesse público.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec113.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 114, DE 30 DE MARÇO DE 2022 (D.O.E. 30/03/2022)

Assunto: trata do planejamento estratégico estadual de longo prazo como horizonte norteador do desenvolvimento, das despesas e dos investimentos previstos no orçamento do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec114.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 115, DE 05 DE MAIO DE 2022 (D.O.E. 06/05/2022)

Assunto: trata da inclusão da Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce), exclusivamente para fins funcionais como parte integrante da estrutura organizacional da Polícia Civil e da direção da Pefoce.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec115.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 116, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022 (D.O.E. 04/11/2022)

Assunto: Trata da proteção das pessoas com deficiência pelo Estado e da criação do Fundo Estadual para Pessoa com Deficiência.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec116.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 117, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022 (D.O.E. 09/11/2022)

Assunto: trata da modificação da data da posse do Governador e do Vice-Governador.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec117.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 118, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022 (D.O.E. 23/11/2022)

Assunto: trata da transparência nas votações do Poder Legislativo em relação ao pedido de intervenção e ao veto.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec118.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 119, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2022 (D.O.E. 01/12/2022)

Assunto: trata da alienação de bens públicos do Estado do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec119.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2022 (D.O.E.01/12/2022)

Assunto: trata da prorrogação excepcional no âmbito da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR), de contratações temporárias de excepcional interesse público.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec120.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 121, DE 11 DE MAIO DE 2023 (D.O.E. 16/05/2023)

Assunto: trata das atividades de planejamento, orçamento e gestão no Estado do Ceará.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec121.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 122, DE 22 DE JUNHO DE 2023 (D.O.E. 22/06/2023)

Assunto: trata de investimentos no setor público estadual no interior e em fundação de amparo à pesquisa para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec122.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 123, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023 (D.O.E. 28/12/2023)

Assunto: trata da prorrogação excepcional no âmbito da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR), de contratações temporárias de excepcional interesse público.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec123.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 124, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024 (D.O.E. 19/12/2024)

Assunto: trata da excepcionalidade de remanejamento entre os Poderes e os órgãos do caput do art. 43 do ADCT em relação a parte do saldo positivo do limite individualizado de despesas primárias correntes aplicável no exercício de 2024.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec124.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 125, DE 06 DE MARÇO DE 2025 (D.O.E. 06/03/2025)

Assunto: estabelece termo final para a vigência das contratações temporárias de profissionais do Sistema Socioeducativo do Estado.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec125.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 126, DE 02 DE ABRIL DE 2025 (D.O.E. 02/04/2025)

Assunto: trata de alteração ao art. 264 para dispor da competência do Estado para promover o licenciamento ambiental, ressalvada a competência da União e dos Municípios cearenses.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec126.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 127, DE 07 DE MAIO DE 2025 (D.O.E. 07/05/2025)

Assunto: trata da obrigatoriedade de filiação dos titulares de mandato eletivo estadual ou municipal ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, salvo quando já vinculados a regime próprio, vedando a criação de regime específico para essa categoria e resguardando os direitos adquiridos e regras de transição dos regimes existentes até a Emenda Constitucional Federal nº 103/2019.

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec127.htm

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 128, DE 21 DE MAIO DE 2025 (D.O.E. 22/05/2025)

Assunto: trata da atribuição do estado em promover políticas públicas de incentivo e apoio à saúde mental

Link de acesso: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/const_e/ec128.htm



ANEXO II

EMENTÁRIO DAS AÇÕES DIRETAS DE
INCONSTITUCIONALIDADE (ADIs)
SEQUENCIADO POR ORDEM CRESCENTE
DOS DISPOSITIVOS IMPUGNADOS

AJUIZADAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF):

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 307-1

Requerente: Procurador-Geral da República.

Requerido: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Dispositivos questionados:

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 20, inciso V	art. 25
art. 30, caput	
art. 33, §§ 1º e 2º	
art. 35, caput e § 3º	
art. 37, §§ 6º a 9º	
art. 38, §§ 2º e 3º	
art. 42, caput e § 1º	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.

Link de acesso: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=598702>

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 143-4

Requerente: Governador do Estado do Ceará.

Requerido: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Dispositivos questionados:

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 38, § 2º	
art. 40, § 3º	
art. 49, inciso III, alíneas "b" e "c" e inciso XXXII	
art. 88, incisos X e XI	
art. 147, caput e § 2º	
art. 49, inciso XIX	
art. 60, inciso IV e §§ 1º e 2º	
art. 63, § 2º	
art. 89, inciso VI	
art. 230, § 1º	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.

Link de acesso: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=346204>

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4775

Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Requerido: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Dispositivos questionados:

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 49, inciso XX	
art. 90, caput; e §§ 1º e 2º	

Órgão julgador: decisão monocrática

Link de acesso: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311853575&text=.pdf>

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5768

Requerente: Procuradoria Geral da República.

Requerido: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Dispositivos questionados:

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 60 § 2º, alínea d	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.

Link de acesso: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=750984429>

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3076-1

Requerente: Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Requerido 1: Governador do Estado do Ceará.

Requerido 2: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Dispositivos questionados:

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 71, § 2º	

Órgão julgador: decisão monocrática (declaração de prejudicialidade).

Link de acesso: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2188055>

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3078-7.

Requerente: Procurador-Geral da República.

Requerido 1: Governador do Estado do Ceará.

Requerido 2: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Dispositivos questionados:

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 71, § 2º, inciso I (alterado pela EC nº 10/94)	

Órgão julgador: decisão monocrática (declaração de prejudicialidade).

Link de acesso: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2188628>

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5117.**Requerente:** Associação Nacional do Ministério Público de Contas. - AMPCON.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 73, caput	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=751972000>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1780.****Requerente:** Procurador-Geral da República.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 78.	

Órgão julgador: decisão monocrática (prejudicialidade devido a perda do objeto).**Link de acesso:** <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1694882>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3276****Requerente:** Partido Democrático Trabalhista - PDT.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

EMENDA CONSTITUCIONAL	ADCT
art.79, §2º, inciso II, alínea “c”	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=506567>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 136****Requerente:** Associação dos Magistrados Brasileiros AMB.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 94	art. 15, caput e parágrafo único

Órgão julgador: decisão monocrática (extinto o processo sem resolução de mérito).**Link de acesso:** <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1492221>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 251****Requerente:** Procurador-Geral da República.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:****Corpo permanente:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 96, inciso II, alíneas “b” e “f”	art. 11, §5º
art. 105 §1º	art. 12
art. 106	
art. 107	
art. 109, §§ 1º a 4º	
art. 110	
art. 111	
art. 112	
art. 113	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7147177>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 6514****Requerente:** Procurador-Geral da República.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Amicus curiae 1:** Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará (Adpec).**Amicus curiae 2:** Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep).**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 108, inciso VII alínea “a”	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755741179>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3140****Requerente:** Procurador-Geral da República.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 108, inciso VII, alínea b, <i>in fine</i>	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=469684>

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2212**Requerente:** Governador do Estado do Ceará.**Requerido 1:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Requerido 2:** Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 108, inciso VII, alínea "i"	

Órgão julgador: declarado improcedente**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=375353>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 145-1****Requerente:** Governador do Estado do Ceará.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 135, caput e inciso I	art. 27
art. 136	art. 28
art. 140, parágrafo único	art. 37
art. 141, inciso III	
art. 145	
art. 147, § 1º	
art. 152, caput e incisos I, III e IV e parágrafo único	
art. 154, § 2º	
art. 166, § 1º	
art. 167, incisos XII e XIII e §§ 1º e 2º	
art. 168, § 5º	
art. 174	
art. 176, § 10	
art. 183, parágrafo único	
art. 184, §§ 1º, 2º e 3º	
art. 187, § 2º	
art. 189, § 2º	
art. 215, inciso IV	
art. 335, parágrafo único	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=747903044>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3160-1****Requerente:** Procurador-Geral da República.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 137, caput.	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=582656>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 749-1****Requerente:** Governador do Estado do Ceará.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 148, § 3º	
art. 156, caput e incisos I e II	
art. 162, § 4º	
art. 177, caput e §§ 1º, 2º, e 3º	

Órgão julgador: Tribunal Pleno**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266520>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1443-9****Requerente:** Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 154, §§ 5º e 6º	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347061>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 702-5****Requerente:** Governador do Estado do Ceará.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 168, § 5º	
art. 331, § 4º	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=346550>

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 429**Requerente:** Governador do Estado do Ceará.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 192, §§1º e 2º	
art. 193, caput e parágrafo único	
art. 201, caput e parágrafo único	
art. 273, parágrafo único	
art. 283, inciso III	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7065854>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2.824****Requerente:** Governador do Estado do Ceará.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 230, §1º	

Órgão julgador: Decisão monocrática.**Link de acesso:** <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311443072&text=.pdf>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4597****Requerente:** Associação Nacional dos Municípios Produtores - ANAMUP.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 249-A, §1º, inciso I	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15345628502&text=.pdf>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2142****Requerente:** Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 264, caput	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=761768851>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 188-4****Requerente:** Procurador-Geral da República.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
	art. 2º, caput, incisos I, II, III, IV, e parágrafo único.

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de medida cautelar:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=346236>**Link da questão de ordem:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=904>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 279****Requerente:** Procurador-Geral da República.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
	art. 17, parágrafo único.

Órgão julgador: decisão monocrática (prejudicialidade devido à perda do objeto).**Link de acesso:** <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1499226>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3315****Requerente:** Procurador-Geral da República.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
	art. 16 e parágrafo único

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=520033>**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 289****Requerente:** Governador do Estado do Ceará.**Requerido:** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.**Dispositivos questionados:**

CORPO PERMANENTE	ADCT
	art. 25
	art. 26
	art. 29
	art. 30

Órgão julgador: Tribunal Pleno.**Link de acesso:** <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=409730>

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 6061

Requerente: Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep).

Requerido: Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Dispositivos questionados:

CORPO PERMANENTE	ADCT
	Emenda Constitucional nº 88/2016.

Órgão julgador: ainda será definido.

Situação: aguardando julgamento de mérito.

Link de acesso: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5621736>

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5767

Requerente: Procurador-Geral da República.

Requerido: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Dispositivos questionados:

EMENDA CONSTITUCIONAL	ADCT
art. 2º da EC nº 59/2006	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.

Link de acesso: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=748531220>

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 6316

Requerente: Partido Solidariedade.

Requerido: Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Amicus curiae 1: Partido do Movimento Democrático Brasileiro MDB.

Amicus curiae 2: Associação do Membros dos Tribunais de Contas do Brasil ATRICON.

Dispositivos questionados:

EMENDA CONSTITUCIONAL	ADCT
art.3º, caput e § 1º da EC nº 95/2019	

Órgão julgador: Tribunal Pleno.

Link de acesso: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=765893348>

AJUIZADAS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARA (TJ-CE)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0622098-92.2017.8.06.0000

Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará.

Requerido: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Dispositivos questionados:

CORPO PERMANENTE	ADCT
art. 20, parágrafo único (incluído pela EC 83/2015).	

Órgão julgador: Órgão especial do TJ-CE.

Situação: aguardando julgamento de mérito.

Link de acesso: <https://portal.tjce.jus.br/uploads/constitucionalidade/0622098-92.2017.8.06.0000.pdf>

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0628158-47.2018.8.06.0000

Requerente: Associação Cearense do Ministério Público.

Requerido: Estado do Ceará e Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Dispositivos questionados:

CORPO PERMANENTE	ADCT
	art. 43, inciso II, IV, e §§ 1º a 5º;
	art. 44, caput e parágrafo único
	art. 45, caput, incisos I a VIII, e § 2º

Órgão julgador: Órgão especial do TJ-CE

Situação: suspenso (aguardando julgamento de mérito)

Link de acesso: <https://esaj.tjce.jus.br/cposg5/show.do?processo.codigo=P00003HIU0000#>

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0628428-71.2018.8.06.0000

Requerente: Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará (ADPEC).

Requerido: Estado do Ceará e Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Dispositivos questionados:

CORPO PERMANENTE	ADCT
	Emenda Constitucional nº 88/2016

Órgão julgador: Órgão especial do TJ-CE.

Situação: suspenso (aguardando julgamento do mérito).

Link de acesso: <https://esaj.tjce.jus.br/cposg5/show.do?processo.codigo=P000031E0000>

**PARA ACESSAR OS LINKS DAS ADIs,
FAÇA O DOWNLOAD DA VERSÃO
DIGITAL DA CONSTITUIÇÃO
ESTADUAL DO CEARÁ**



ESCANEE O QR CODE PARA
FAZER, GRATUITAMENTE,
O DOWNLOAD DA OBRA



ANEXO III

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO
DA CONSTITUIÇÃO DO CEARÁ

ABASTECIMENTO ALIMENTAR

- Art. 317, IV “a” a “e”

ABUSO DO PODER

- Econômico ou político; Deputados: art. 53, V

AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

- Art. 108, VII, “f”
- Por omissão: art. 127, §2º

AÇÃO DISCRIMINATÓRIA

- procedimento: art. 316, III
- Terras devolutas: art. 315, §2º

AÇÃO PENAL PÚBLICA

- Função institucional do Ministério Público, promover, privativamente: art. 130, I

AÇÃO POPULAR

- art. 7º, §4º;
- procedimento: art. 100 e parágrafo único

AÇÃO RESCISÓRIA

- art. 108, VII, “e”

AÇUDES

- servidão: art. 325, parágrafo único

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- atividades exercidas por servidores; serviços de terceiros; vedação: art. 162, §4º
- autarquias e administração pública indireta; lotação própria e não existência de vaga: art. 162, §3º
- cargos comissionados: art. 154, §2º
- cédula de identidade; gratuidade: art. 164
- despesa com pessoal: art. 162, §1º
- informações sobre contratos ou convênios públicos; denúncia de irregularidades: art. 160 e parágrafo único
- órgãos públicos; publicidade: art. 159, §§1º e 2º
- prestadores de serviço público; danos causados por agentes: art. 154, §4º
- princípios: art. 154, I a XXIII e §§
- quadro com lotação numérica de cargos e funções: art. 162
- recursos federais; competência para fiscalizar: art. 161
- responsabilidade dos servidores do estado: art. 163
- vantagem ou aumento da remuneração; concessão; admissão de pessoal; requisitos: art. 162, §2º.

ADOLESCENTE

- família natural; família substituta, viver e serem educados: art. 274
- –prioridade dos direitos fundamentais; art. 273
- proteção especial do estado e da sociedade; art. 278
- respeito à dignidade, liberdade e consciência; 278
- situações de risco, art. 279, parágrafo único e incisos I a VI
- vide criança

AGLOMERADOS URBANOS

- delimitação: art. 43, II, “c”

AGRICULTURA

- irrigada; culturas nobres: art. 321

AGROPECUÁRIA

- estímulo à produção alimentar; art. 317, III, letras “a” a “e”
- fomentar a produção, organizar o abastecimento: art. 15, VIII

AGROTÓXICOS

- proibição de uso indiscriminado; art. 265, VII

ÁGUAS

- preservação e aproveitamento: art. 318
- recursos hídricos; aproveitamento social: art. 319, I a III e §§ 1º ao 4º

ALIENAÇÃO

- aprovação pela assembleia legislativa; art. 49, XIII
- autorização para bens do Estado; art. 19, § 1º

ALÍQUOTAS

- fixação para operações internas; art. 199, inciso VI, letras “a” e “b”

AMPLA DEFESA DO GOVERNADOR

- art. 90, §3º

APOSENTADORIA

- 13º salário; direito; art. 167, I
- apreciar a legalidade do ato de funcionalismo público municipal; art. 78, III
- apreciar a legalidade do ato de; funcionalismo público estadual; art. 76, III
- atos de, membros do MP; art. 135, III de juízes por interesse público; art. 96, X
- de juízes; art. 96, VIII
- dos membros da Defensoria Pública; art. 148, §3º
- em cargos de funções temporárias; art. 168, §2º

- gratificação natalina, mês base para cálculo; art.167, XIV
- iniciativa privativa do Governo, leis que disponham; art.60, §2º, letra “c”
- reajustes de membros do MP; art.144, caput
- reajustes de magistrados, art. 103, caput
- revisão dos proventos da; art. 168, §4º
- vantagens do cargo em comissão; art. 167, §1º
- voluntária, por tempo de serviço; art.167, XIII

APOSENTADOS

- vide APOSENTADORIA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- atribuições; sanção do Governador: art. 50, I a XV
- comissão específica de controle político: art. 9º, parágrafo único, I a V
- comissões permanentes ou temporárias; constituição e competência: art. 55, §1º e §2º, I à IX
- competência exclusiva: art. 49, I a XXXII e parágrafo único
- convocação e período extraordinário: art. 47, §§5º e 6º
- regimento interno: art. 6º, §2º
- sessões legislativas; período: art. 47, §§1º ao 6º
- sessões públicas e secretas: art. 48 e parágrafo único

ASSISTÊNCIA JURÍDICA

- gratuidade: art.8º, §2º
- pena de responsabilidade: art. 8º, §4º

ASSISTÊNCIA PÚBLICA

- competência comum do Estado, União e Municípios aos portadores de deficiências; art. 15, II

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- aos filhos e dependentes, creches e pré-escolar: art. 332, I
- arts. 329 a 336 e previdência; órgãos de direção: art. 330
- prevenção de excepcionalidade física e sensorial: art. 333 e parágrafo único
- programas promovidos pelo Estado; portadores de deficiência: art. 329, §§1º ao 4º

ASSOCIAÇÃO

- criação: art. 13
- dissolução ou suspensão: art. 13, parágrafo único

AUTARQUIA

- conselho representativo; art. 170, caput
- convocação de dirigentes pela Assembleia Legislativa; art. 49, XIV

- convocação de dirigentes pelas Comissões da Assembleia Legislativa: art. 55, V
- criação de: art. 154, XVIII
- isonomia de vencimentos: art. 166, §1º
- planos de carreira: art. 166
- quadro de pessoal: art. 162, §3º
- verba publicitária, reserva: art. 157, caput

BACIAS OU REGIÕES HIDROGRÁFICAS

- planos e programas de preservação e proteção: art. 324, caput e parágrafo único

BEM-ESTAR

- dos idosos: art. 281, caput

BENS

- de valores materiais: art. 15, III e IV
- do Estado: art. 19 e seus parágrafos
- responsabilidade por dano, legislação: art. 16, VIII

BENS DO ESTADO

- alienação de bens imóveis: art. 19, §1º
- art. 19, I a V
- impenhorabilidade: art. 19, §2º
- permissão de uso, bens do Estado; art. 19, §1º

BENS IMÓVEIS

- causa mortis; art. 196, I, a, e art. 197, I
- impostos devido ao Estado; art. 197, I
- permissões de uso, bens do Estado; art. 19, §1º
- transmissão intervivos; art. 202, I

BENS PÚBLICOS

- praias, áreas: art. 23, I a VIII e parágrafo único

BIBLIOTECA

- sistemas estaduais: art. 236

CÂMARA MUNICIPAL

- competências: art. 34, I a XVII

CAPITAL DO ESTADO

- art. 17 e parágrafo único

CARGOS PÚBLICOS

- portadores de deficiência; percentual definido por lei: art. 329, §1º

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- apoio e estímulo às empresas que investem em pesquisa e tecnologia: art. 255
- arts. 253 a 258
- Conselho Estadual; composição e funções: art. 256, parágrafo único, incisos I a IV
- desenvolvimento científico e tecnológico; competência estadual: art. 253, §§ 1º e 2º e art. 254, §§ 1º ao 4º
- Fundação de Amparo à Pesquisa: art. 258, §§ 1º e 2º
- plano estadual; abrangências: art. 257, §§ 1º ao 3º

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

- art. 49, XXI
- art. 9º, parágrafo único, IV
- criação e poderes: art. 56, §§ 1º e 2º

COMISSÕES

- atribuições, art. 55, §§ 1º e 2º e incisos I ao IX
- convocações de Secretários de Estado pelas; art. 57, caput
- parlamentar de inquérito; art. 56, §§ 1º e 2º
- permanentes e temporárias; art. 55, caput

COMPETÊNCIA

- da Assembleia Legislativa: art. 49, incisos e parágrafo único
- das comissões da Assembleia Legislativa: art. 55, § 2º e incisos
- de prefeitos: art. 38, incisos I ao VII
- do Estado do Ceará, com sanção do Governador: art. 50, caput e incisos
- do Estado para instituir impostos e taxas: art. 196, incisos I ao III e §§ 1º e 2º
- do Tribunal de Justiça: art. 108 e incisos I ao X
- instituição e arrecadação de tributos municipais: art. 28, III
- privativa da Procuradoria Geral do Estado: art. 151, I ao VII
- privativa dos tribunais: art. 102, I ao V
- proibição de delegação: art. 64, § 1º

COMPETÊNCIA COMUM

- art. 15, I a XII e parágrafo único

COMUNICAÇÃO SOCIAL

- arts.: 242 a 244
- emissoras de rádio e televisão; programas de ensino; educação e cultura; difusão: art. 243 e 244, I e II e parágrafo único
- órgãos públicos; pedidos de informação: art. 242

CONCESSÃO

- de auxílio para segurados de baixa renda: art. 331, § 2º, II
- de garantias de operações de crédito pelo Estado, aprovação: art. 49, XXVII
- de terras públicas, aprovação: art. 49, XIII
- de vantagens ou aumento de remuneração: art. 162, § 2º, incisos I e II e art. 173, caput
- exploração dos serviços de transporte coletivo por: art. 28, IV exploração dos serviços de transporte rodoviário por: art. 14, XVIII
- obrigatoriedade de licitação para: art. 213, caput e § 1º CONCURSO PÚBLICO
- magistratura: art. 117
- maiores de 16 anos: art. 155

CONSELHOS

- Conselho Cearense dos Direitos da Mulher; objetivos e autonomia: art. 277 e parágrafo único
- Conselho de Justiça Estadual: art. 106
- Conselho de Segurança Pública: art. 180, §§ 1º e 2º
- Conselho do Ministério Público: art. 132
- Conselho Estadual de Ações Permanentes Contra as Secas: art. 322, §§ 1º e 2º
- Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia: art. 256
- –Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana: art. 181, §§ 1º e 2º
- –Deliberativo; funções e composição: art. 43, § 2º, I e II
- Diretor; função e composição: art. 43, § 2º, III e IV

CONSUMIDOR

- curadoria do, integra a estrutura do MP, art. 133, II
- legislação sobre responsabilidade por dano; art. 16, VIII CONTRATAÇÃO
- por tempo determinado; art. 154, XIV

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

- art. 191, III; e art. 196, III e § 2º

CONTROLE EXTERNO

- art. 69

CONTROLE INTERNO

- irregularidades ou ilegalidades; pena de responsabilidade solidária: art. 67, parágrafo único

CONTROLE POLÍTICO

- exercício e medidas: art. 9º, parágrafo único, I a IV
-

COOPERATIVA

- criação: art. 13
- dissolução ou suspensão: art. 13, parágrafo único

CORPO DE BOMBEIROS MILITARES

- constituição e organização: art. 189, §§ 1º e 2º
- incumbência: art. 190, I a VII e parágrafo único

CRÉDITOS

- adicionais; projetos de lei: art. 204, §§ 1º, 2º e 3º
- especiais e extraordinários: art. 205, §§ 3º e 4º

CRIAÇÃO

- de áreas especiais de interesse urbanístico, social e turístico, art. 291, III
- de associações, independência de autorização do Estado, art. 13
- de cargos, empregos e funções públicas; art. 50, VIII; art. 60, § 2º, “a”; art. 74, “d”; art. 112, I; art. 135, I
- de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundação pública; art. 154, XVIII e XIX de municípios; art. 50, VI
- de Secretarias de Estado; art. 60, § 2º, “d”
- instituições de ensino superior municipais e particulares; art. 225, caput

CRIANÇA

- direito de vida e educação: art. 274
- direitos fundamentais: art. 272 e parágrafo único
- entidade pública ou privada; atendimento à criança e ao adolescente: art. 273
- proteção especial do Estado: art. 278
- redução da taxa de mortalidade infantil: art. 280
- situação de risco: art. 279, parágrafo único, I a VI
- vide ADOLESCENTE

CRIME

- contra a mulher: art. 120 e parágrafo único

CRIME INAFIANÇÁVEL

- Deputados: art. 51, §§ 1º e 2º CRIMES COMUNS
- Governador: art. 90, § 1º, I
- Prefeitos: art. 108, VII, “a”
- Secretário de Estado: art. 93, parágrafo único
- Vice-Governador; Deputados Estaduais; Juízes Estaduais; Membros do Ministério Público: art. 108, VII, “a”

CRIME DE RESPONSABILIDADE

- Governador e Secretário de Estado: art. 49, XX
- Governador: art. 89, I a VI e parágrafo único
- julgamento: art. 90 matéria orçamentária: art. 205, § 1º
- prefeito: art. 42, § 1º
- Procurador-Geral da Justiça; Procurador-Geral do Estado; Defensor-Geral da Defensoria Pública: art. 49, XXIV
- Secretário de Estado: arts. 57 e 93, parágrafo único
- vide CRIMES COMUNS

CULTURA

- arquivos municipais: art. 234 e §§ 1º e 2º
- destruição ou desvio de documentos: art. 235
- Fundo Estadual de Cultura; criação: art. 233
- patrimônio histórico e cultural: art. 237
- sistemas estaduais de biblioteca: art. 236

DANOS

- ao meio ambiente, legitimidade para postular apuração de responsabilidade; art. 11, § 2º
- ao patrimônio público, promoção de ação popular; art. 7º, § 4º
- competência para conhecer e julgar, lesivos ao meio ambiente; art. 119, caput e parágrafo único
- por indução ao consumo nocivo, responsabilidade; art. 250, caput
- responsabilidade, causados por servidores ao Estado; art. 163, caput

DEFENSORIA PÚBLICA

- Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento da Mulher; objetivo: art. 149
- Defensor Público; prerrogativas: art. 147, § 1º
- Defensor-Geral; destituição: art. 147, § 2º
- Defensor-Geral; nomeação; escolha e mandato: art. 147
- funções institucionais: art. 148, I a VIII, §§ 1º ao 4º
- Incumbência: art. 146 organização e chefia: art. 147 DEFESA CIVIL
- art. 178, incisos I e II, alíneas “a” e “b” e parágrafo único
- coordenação; art. 190, caput

DEFICIENTES FÍSICOS

- aparelhos de fabricação alternativa: art. 283, I a IV
- art. 12, §§ 1º e 2º
- art. 272, parágrafo único
- educação: art. 218, VI e 229
- garantias: art. 285, I a IV e parágrafo único
- sensorial ou mental; programas: art. 229
- servidores públicos; aposentadoria: art. 165

DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE PODERES

- vedação: art. 3º, § 4º

DELEGACIAS

- de atendimento à mulher: art. 185 e parágrafo único DELEGADOS DE POLÍCIA
- classe inicial; remuneração: art. 184, § 1º
- titular, residência: art. 186 vencimentos: art. 184, § 3º

DENÚNCIA

- de ilegalidade ou irregularidades: art. 11, §§ 1º e 2º

DEPUTADOS ESTADUAIS

- impedimentos: art. 52, I e II
- inviolabilidade: art. 51, caput e § 4º
- não perderão o mandato; casos: art. 54, I e II e §§ 1º ao 3º
- número: art. 45, § 1º e 2º perda do mandato: art. 53, I a VI processo e julgamento: art. 51, § 3º
- remuneração: art. 51, § 5º
- representação; elevação: art. 45, § 2º

DESAPROPRIAÇÃO

- áreas de preservação dos mangues, lagoas, riachos e rios; vedações: art. 265, I e II
- pagamento: art. 296, III
- por interesse social ou utilidade pública: art. 294, II

DESENVOLVIMENTO URBANO

- diretrizes e normas: art. 291, I a IV

DESPESA

- não autorizada; comissão permanente: art. 70, §§ 1º e 2º

DESPORTO

- art. 238 a 241
- atividades desportivas; estrutura organizacional: art. 240
- esporte amador e educacional; obrigatoriedade de aplicação de verbas de publicidade: art. 241 e parágrafo único
- pesquisa sobre desporto: art. 239
- práticas desportivas; dever do Estado: art. 238, §§ 1º e 2º

DIREITO DE PETIÇÃO OU REPRESENTAÇÃO

- art. 244, parágrafo único
- art. 7º, §§ 1º e 2º
- de petição; controle popular na prestação dos serviços públicos: art. 158 e parágrafo único
- de representação: art. 218, § 3º

DIREITOS HUMANOS

- apuração de violação, incumbência, art. 181, caput DIREITOS SOCIAIS
- art. 336 DISCRIMINAÇÃO
- defesa contra, combate, art. 14, III
- na possibilidade de promoção de militares em virtude de estado civil, vedação; art. 176, § 11
- vedação ao Estado e aos Municípios; art. 20, II

DOCUMENTOS PÚBLICOS

- desvio ou destruição: art. 235

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- recursos para as Câmaras Municipais: art. 35, §§ 1º ao 3º
- repasse de recursos ao Poder Legislativo: art. 46, parágrafo único

EDUCAÇÃO

- aplicação da receita resultante de impostos: art. 224
- assistência e sistemas de ensino: art. 227, §§ 1º ao 3º
- Conselho de Educação do Ceará; composição e competências: art. 230, §§ 1º ao 3º
- criação e funcionamento das instituições de ensino superior: art. 225
- direito de todos: art. 10
- educação ambiental: art. 263
- ensino médio; objetivos: art. 228 e § 1º
- escolas comunitárias: art. 231, I e II e §§ 1º ao 10
- estatuto e plano de carreira do magistério público: art. 226, I a VI, §§ 1º ao 3º
- fundação de direito público: art. 222
- instituições de ensino; eleições para função de direção: art. 220
- matérias obrigatórias: art. 215, § 1º “a” à “l” e §§ 2º e 3º
- municipalização do ensino: art. 232, parágrafo único, I a V
- Municípios; ensino fundamental: art. 227
- não diferenciada: art. 276
- orçamento estadual; destinação de receitas, obrigatoriedade: art. 216
- pessoas deficientes: art. 229, §§ 1º ao 5º e art. 218, VI
- princípio de indissociabilidade do ensino: art. 221
- princípios e diretrizes básicas: art. 215, I a XII
- regime jurídico estatutário: art. 223
- sistema educacional de ensino; organização e garantias: arts. 217 e 218, I a XVIII, §§ 1º ao 4º
- universidades estaduais; autonomia: art. 219
- vide ENSINO

EDUCAÇÃO FÍSICA

- art. 238, § 2º
- pesquisa sobre educação física, desporto e lazer; dever do Estado: art. 239

ELEIÇÃO

- cargos representativos; provimentos: art. 5º, I

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

- art. 27, parágrafo único

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

- cláusulas pétreas: art. 59, § 4º, I a III
- proibição: art. 59, § 1º
- promulgação e aprovação: art. 59, §§ 2º e 3º
- proposta de emenda: art. 59, I a III
- rejeição: art. 59, § 5º EMPRESAS ESTATAIS
- conselho representativo de, constituição; art. 170, caput
- exploração de recursos naturais renováveis por; art. 269, IV
- fiscalização de contas de, competência do Tribunal de Contas, art. 76, V
- gás canalizado; exploração: art. 21, parágrafo único
- obrigatoriedade de aplicação de 10% de verbas publicitárias em comerciais que incentivem o esporte amador; art. 241, caput
- orçamento de investimento, obrigatoriedade de fixação em lei orçamentária; art. 203, § 3º, II

ENERGIA

- elétrica; subsídios: art. 326, § 3º
- política energética; prioridades: art. 269, I a IV

ENSINO

- aplicação da receita mínima exigida, intervenção no município, art. 39, III; art. 216, caput
- democratização do ensino, eleição de cargos de direção nas instituições de ensino, art. 220, caput
- direito ao, 1º e 2º graus; art. 10, caput
- diretrizes básicas; art. 215
- educação ambiental; art. 263
- fundamental, responsabilidade dos municípios
- municipalização, art. 227, caput, art. 232
- legislação concorrente, art. 16, IX
- nas áreas de assentamento; art. 314
- obrigatoriedade de programas de, rádio e televisão mantidas pelo Estado, art. 243
- profissionalizante, para portadores de deficiência, obrigatoriedade do Estado, art. 229, § 3º
- vide EDUCAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ

- estrutura organizacional: art. 25
- exploração de petróleo, gás natural, recursos hídricos e minerais; compensação financeira: art. 22
- gerenciamento costeiro e defesa ambiental: art. 24 e parágrafos
- organização; competência e princípios fundamentais: art. 14, I a XIX
- sede do governo e capital estadual: art. 17 e parágrafo único
- símbolos estaduais: art. 18
- vedações: art. 20, I a V

FAMÍLIA

- natural e substituta: art. 274
- planejamento familiar: art. 286

FINANÇAS PÚBLICAS

- informações; publicidade: art. 212 e parágrafo único

FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- controle externo: art. 69
- Estadual; quem exerce, prestação de contas: art. 68 e parágrafo único
- Municipal; quem exerce; prestação de contas: art. 77 e parágrafo único
- Poderes; controle interno; finalidade: art. 67, I a IV

FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DOS MUNICÍPIOS

- quem exerce: art. 41 e parágrafo único

FUNDAÇÃO

- Fundação de amparo à pesquisa: art. 258, §§ 1º e 2º e art. 7º dos ADCT
- FUNDOS
- Fundo de Assistência à Excepcionalidade Física e Sensorial: art. 333 e parágrafo único
- Fundo de Atenção à Excepcionalidade Mental (FAEM): art. 329, § 4º
- Fundo de Desenvolvimento, Fomento e Educação para a cooperação e Associação: art. 312, parágrafo único

GÁS

- gás natural; transporte público: art. 262
 - participação do resultado da exploração: art. 22
-

GOVERNADOR

- afastamento: art. 90, § 1º, I e II
- ausência: art. 86, § 1º
- competência privativa: art. 88, I a XXI
- condições de elegibilidade: art. 82, § 2º, I a VI
- crime de responsabilidade: art. 89, I a VI e parágrafo único
- eleição: art. 82, §§ 1º e 3º
- impedimento; perda do cargo: art. 86, § 2º, “a” à “d”
- impedimento; vacância conjunta; ordem de sucessão: art. 86
- julgamento: art. 90
- mandato: art. 82
- nova eleição: art. 87 e parágrafo único
- perda do cargo: art. 90, § 4º
- posse: art. 83, §§ 1º e 2º
- proibições e impedimentos: art. 85
- segundo turno de votação: art. 82, §§ 4º ao 6º
- substituição e sucessão: art. 84

GREVE

- do servidor público militar: art. 176, § 5º

HABEAS-CORPUS

- art. 100 e parágrafo único
- art. 101
- art. 108, VII, “d”

HÁBEAS-DATA

- art. 100 e parágrafo único
- art. 108, VII, “b”

IDOSO

- art. 272, parágrafo único
- dever de amparo: art. 281, §§ 1º e 2º
- direitos: art. 282, §§ 1º e 2º
- garantias: art. 285, I a V e parágrafo único
- maiores de 65 anos: art. 284, I a IV e art. 281, § 2º

IGUALDADE

- de condições aos concorrentes em licitação, art. 154, XX
- de condições no acesso ao ensino, art. 215, I
- de direitos da mulher para com o homem; art. 275, 276
- defesa da, obrigação do Estado, art. 14, III
- perante à lei, art. 214, parágrafo único

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO

- Causa mortis: art. 197, I e II e art. 196, I, “a”
- Inter vivos: art. 202, II

IMPOSTO PROGRESSIVO

- art. 292 art. 294, I
- art. 296, II

IMPOSTOS ESTADUAIS

- art. 191, I
- caráter pessoal; princípio da capacidade econômica do contribuinte: art. 191, § 1º
- competência e instituição: art. 196
- espécies: art. 196, I, “a” a “d”
- imposto de transmissão causa mortis: art. 197, I e II e art. 196, I “a”
- isenção tributária de ICMS: art. 192, § 2º
- não incidência: art. 201 e parágrafo único IMPOSTOS MUNICIPAIS
- competência; instituição e espécies: art. 202, I a IV
- progressividade do IPTU: art. 202, parágrafo único

IMPrensa

- divulgações oficiais: art. 29

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- art. 154, § 3º

INCONSTITUCIONALIDADE

- julgamento de ações de; competência; art. 108, VII, “f”
- obrigatoriedade da maioria de votos para declarar a; art. 128
- partes legítimas para propor ação de; art. 127
- apor veto: art. 38, IV

ÍNDIOS

- direitos e garantias: art. 287, §§ 1º e 2º

INFÂNCIA

- direitos sociais; art. 336
- proteção; art. 16, XV

INICIATIVA POPULAR

- art. 34, VII
- exercício: art. 6º e § 1º
- proposta de cidadãos: art. 62 e parágrafo único

INTEGRAÇÃO REGIONAL

- conformação municipalista: art. 43, I e II
- descentralização: art. 43, I
- integração: art. 43, II, de “a” a “c”
- planos globais de desenvolvimento: art. 4º, § 2º, I
- sistema de integração regional: art. 4º, § 2º INTER VIVOS
- limite do imposto; art. 105, § 2º transmissão; art. 202, II

INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO

- art. 49, XXVIII
- art. 108, VI

INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO

- cessação: art. 40, § 7º
- decreto de intervenção: art. 40, § 2º
- intervenção; decreto governamental; art. 40
- não intervenção; exceções: art. 39, I a IV
- pedido de intervenção: art. 40, § 1º
- solicitação pelo Judiciário: art. 40, § 6º

INVESTIMENTOS

- art. 205, § 2º
- no interior: art. 210

JUIZADO DE PAZ

- composição, mandatos e competências: art. 126

JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS

- função e objetivos: art. 125

JUIZADOS ESPECIAIS

- competência: art. 124, parágrafo único
- provimento e funções: art. 124

JUÍZES ESTADUAIS

- aposentadoria; reajuste: art. 103
- concurso; ingresso na carreira: art. 117
- entrâncias: art. 116 garantias: art. 98, I a III
- jurisdição e competência: art. 115
- substituto; ingresso na carreira: art. 122 e parágrafo único
- titularidade: art. 121
- vedações: art. 98, parágrafo único, I a III

JUSTIÇA MILITAR

- competências e composição: art. 123, I e II

JUVENTUDE

- proteção: art. 16, XV LAZER
- pesquisa sobre educação física, desporto e lazer: art. 239

LEGISLAÇÃO CONCORRENTE

- art. 16, I a XVI, §§ 1º e 2º

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL

- aprovação: art. 61
- sobre matéria orçamentária: art. 206, I e II e parágrafo único

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

- art. 4º, § 2º, II
- art. 203, II e § 2º, I a IV

LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS

- cinturão verde: art. 297
- e legislação ordinária: art. 26
- elaboração e promulgação: art. 27
- emendas: art. 27, parágrafo único

LEIS

- iniciativa: art. 60, I a IV, §§ 1º e 2º
- Lei de Orçamento do Estado; investimento no Interior: art. 210
- orçamentária anual: art. 203, III e § 3º, I a VII

LEIS DELEGADAS

- elaboração: art. 64, §§ 1º ao 4º

LIBERDADE

- da inviolabilidade da; art. 214, parágrafo único
- de expressão; art. 215
- de filiação político-partidária; art. 167, XI

LICITAÇÃO E CONTRATOS

- concessão, permissão e alienação de bens: art. 213, §§ 1º ao 5º

MANDADO DE INJUNÇÃO

- art. 108, VII, “c”
- distribuição: art. 100 e parágrafo único

MANDADO DE SEGURANÇA

- distribuição: art. 100 e parágrafo único
- sistema rotativo de plantão: art. 101

MANDATO

- da perda do; art. 53
- duplicidade de, proibição; art. 52, II, “d”
- duração de, Governador e Vice; art. Art. 82
- duração de, Mesa Diretora da Assembleia; art. 47, § 2º
- duração de, prefeitos e vereadores; art. 37, § 3º
- inviolabilidade de opiniões, palavras e votos
- vereadores; art. 36
- inviolabilidade, deputados; art. 51, caput
- não perderá o mandato; art. 54, I e II e §§
- servidor público em exercício de; art. 175

MEIO AMBIENTE

- arts. 259 a 271
- condutas lesivas; sanção administrativa: art. 267
- crimes ecológicos: art. 119 e parágrafo único
- direitos inalienáveis do povo, preservação e defesa; efetividade: art. 259 e parágrafo único, I a XXI
- educação ambiental: art. 263
- gás natural; transporte público: art. 262
- impacto ambiental: art. 264, §§ 1º e 2º
- irrigação: art. 268
- plano plurianual de saneamento; art. 270
- política de desenvolvimento urbano; providências: art. 265, I a XI
- política energética; prioridades: art. 269, I a IV
- processo de planejamento: art. 260
- resíduos não causadores de poluição: art. 261
- saneamento para a população urbana e rural: art. 271
- sistema estadual de meio ambiente: art. 260, parágrafo único
- zoneamento ecológico-econômico: art. 266, I a IV

MENORES

- arts. 272 a 274

MICROEMPRESAS

- e empresas de pequeno porte rural, tratamento diferenciado: art. 327
- isenção de tributos estaduais: art. 193

MICRORREGIÕES

- composição e alterações: art. 43, § 1º
- peculiaridades fisiográficas e socioculturais: art. 43, II, “b”

MINISTÉRIO PÚBLICO

- acesso à carreira: art. 139
- aposentadoria: art. 144
- atividade junto ao Tribunal de Contas do Estado: art. 137
- autonomia e atribuições: art. 135, I a IV
- Conselho: art. 132
- estrutura organizacional; curadorias: art. 133, I a V, §§ 1º e 2º
- funções institucionais: art. 130, I a IX
- funções: art. 143
- garantias: art. 141, I a III
- incumbência: art. 129
- ingresso na carreira: art. 138
- nomeação e posse do Procurador Geral da Justiça: art. 131, § 1º

- órgãos: art. 131, I a IV
- pensão por morte: art. 145
- princípios: art. 129, parágrafo único
- Procurador-Geral de Justiça: art. 131, § 3º
- proposta orçamentária: art. 136
- vedações: art. 142, I a V
- vencimentos: art. 140 e parágrafo único

MULHER

- casas de abrigos e albergues: art. 334
- Conselho Cearense dos Direitos da Mulher: art. 276, § 1º, e art. 277
- direitos da mulher no campo; art. 328, parágrafo único, I e II
- exercício e gozo dos direitos fundamentais: art. 275
- medidas para garantia dos direitos da mulher: art. 276, § 2º, I a VI
- zona rural; papel e remuneração: art. 328

MUNICÍPIOS

- atuação conjunta; ações governamentais: art. 32, I a III
- autonomia: art. 25
- competência: art. 28, I a X
- criação; requisitos: art. 31
- ensino fundamental: art. 227 e §§ 1º e 2º
- gerenciamento costeiro e defesa ambiental: art. 24 e §§
- Lei Orgânica e leis ordinárias: art. 26
- municipalização do ensino: art. 232 e parágrafo único, I a V
- patrimônio histórico e cultural; competência: art. 237
- plano diretor; conteúdo: art. 290, I a VIII e art. 302
- vedações: art. 20, I a V

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

- controle de, do Estado; art. 67, III
- controle de, dos Municípios; art. 80, III
- dispor sobre limites e condições, competência exclusiva; art. 49; XXVII e art. 50, II
- vedado as garantias em, por antecipação de receita; art. 205, III

ORÇAMENTO

- arts. 203 a 213
- atividades financeiras do Estado; abrangência: art. 203, I a III e §§ 1º ao 3º
- destinação de verbas para educação: art. 216 execução orçamentária; publicação: art. 211, I a IV e parágrafo único
- lei de diretrizes orçamentárias: art. 203, II e § 2º, I a IV

- lei orçamentária anual: art. 203, III e §3º, I a VII
plano plurianual: art. 203, I e §1º, I a VI
- vedações: art. 205, I a VIII

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

- competência e princípios: art. 14, I a XIX
- organização político-administrativas: art. 1º

PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRICO

- competência dos Municípios; levantamento, tombamento e preservação: art. 237

PENSÃO

- por morte: art. 331, §4º

PENSIONISTA

- gratificação natalina valor base; art. 167, XIV
- revisão, benefícios e vantagens; art. 168, §4º

PETRÓLEO

- participação do resultado da exploração: art. 22

PLANO PLURIANUAL

- art. 203, I e §1º I a VI

PLANOS E PROGRAMAS

- estaduais, regionais e setoriais; elaboração: art. 207
- fundo para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo: art. 209
- sobre o solo, transporte e gestão dos serviços públicos: art. 306

PLEBISCITO

- art. 5º, II
- convocação, competência: art. 49, I
- referendo: art. 50, VI

PODER EXECUTIVO ESTADUAL

- quem exerce: art. 3º, §2º

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

- chefia: art. 37
- contas; parecer e apreciação: art. 42, §§2º ao 4º
- eleição: art. 37, §1º

PODER JUDICIÁRIO

- autonomia administrativa e financeira: art. 99, §§1º ao 5º
- Conselho de Justiça Estadual, art. 106
- Corregedoria da Justiça; conselho consultivo: art. 109, §§1º ao 4º
- custas dos serviços forense: art. 105, §§1º ao 3º

- descentralização dos seus órgãos: art. 4º, §3º, I a V
- deslocação do juiz: art. 8º, §1º
- independência: art. 95
- Lei de Organização Judiciária: art. 96, I a XIII e §§1º e 2º
- órgãos: art. 94, I a XI
- provocação jurisdicional: art. 8º
- quem exerce: art. 3º, §3º
- sede de comarca: art. 104

PODER LEGISLATIVO

- autonomia financeira e administrativa: art. 46
- organização política: art. 45
- quem exerce: art. 3º, §1º

PODER PÚBLICO MUNICIPAL

- sistema de controle interno; finalidade: art. 80, I a IV, §§1º e 2º

PODERES DO ESTADO

- art. 3º e parágrafos

POLÍCIA CIVIL

- competência: art. 184
- controle externo: art. 179
- delegados; remuneração: art. 184, §1º
- princípios, organização e chefia: art. 183 e parágrafo único
- vencimentos: art. 184, §3º

POLÍCIA MILITAR

- controle externo: art. 179
- incumbência e funcionamento: art. 188, parágrafo único
- princípios e organização: art. 187, §§1º e 2º

POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA

- ação discriminatória; levantamento de terras devolutas: art. 315
- águas; preservação e aproveitamento: art. 318
- áreas de assentamento; gratuidade do ensino fundamental e saúde: art. 314 e 315, §§1º e 2º
- áreas de vazantes: art. 325
- assistência técnica e extensão rural: art. 310, §1º, I a V e §2º
- bases: art. 316, I a V
- conflitos fundiários; competência; art. 118, §§1º e 2º
- cooperativismo e associativismo; estímulo: art. 312
- organização dos produtores rurais; plano estadual de produção e abastecimento: art. 311, §§1º e 2º
- planejamento: art. 309
- princípios: art. 317, I a XIII e parágrafo único

- projetos de assentamento; incumbência do Estado: art. 313, I a III
- reservas hídricas; aproveitamento social: art. 319, I a III e §§ 1º ao 4º
- trabalhadores rurais sem terra: art. 325, art. 317, XIII, “a” e art. 315

POLÍTICA URBANA

- providências: art. 265, I a XI

POLUIÇÃO

- combate a; art. 15, VI; art. 259, XII
- controle da; legislação concorrente pelo Estado: art. 16, VI

POPULAÇÃO INDÍGENA

- direitos e garantias: art. 287, §§ 1º e 2º

POVO

- fonte de legitimidade dos poderes: art. 2º
- poder de sufrágio: art. 5º

PREFEITO

- ausência do município: art. 37, § 9º
- competência: art. 38, I a VII
- crime de responsabilidade: art. 42, § 1º
- eleição: art. 37, § 1º
- julgamento: art. 37, § 5º
- mandato e posse: art. 37, § 3º
- perda do mandato: art. 37, § 4º
- prestação de contas: art. 42 e §§ 2º a 4º
- remuneração: art. 37, § 6º
- subsídios e representação; reajustes: art. 37, § 7º

PREVIDÊNCIA SOCIAL

- assistência social; órgãos de direção: art. 330
- contribuição previdenciária; IPEC: art. 331, §§ 1º ao 6º
- pensionista do IPEC; salário mínimo e benefícios atualizados: art. 335 e parágrafo único

PRINCÍPIOS

- da igualdade: art. 214, parágrafo único

PROCESSO LEGISLATIVO

- art. 58, I a VI

PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA

- nomeação e destituição: art. 131, § 1º e § 3º

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

- nomeação: art. 153

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- atribuições: art. 153, § 1º
- autonomia: art. 150, § 1º
- carreira de Procurador; princípios e garantias: art. 152, I a V e parágrafo único
- citação; apreciação de inconstitucionalidade: art. 127, § 1º
- competência privativa: art. 151, I a VII
- definição e funções: art. 150
- Lei Orgânica: art. 150, § 2º
- Procuradores do Estado; exercício de suas funções: art. 153, § 3º
- Procuradores; infrações comuns: art. 153, § 2º
- Procurador-Geral e Adjunto; chefia e nomeação: art. 153

PRODUTO AGRÍCOLA

- não incidência de imposto: art. 201 e parágrafo único

PROFESSOR

- definição e aposentadoria: art. 226, §§ 2º e 3º

PROJETOS DE LEI

- iniciativa do Governador: art. 63, §§ 1º ao 3º
- plano plurianual; diretrizes orçamentárias; orçamento anual; créditos adicionais; emendas e modificações: art. 204, §§ 1º ao 3º
- rejeição: art. 66
- sanção governamental: art. 65 e § 3º
- sobre matéria financeira; exigências: art. 194

PROJETOS DE LEI ORÇAMENTÁRIA

- art. 4º, § 2º, III
- art. 42, § 5º
- sobre matéria financeira: art. 194

PROPRIEDADE

- do solo urbano; pena sucessiva: art. 296, I a III
- funções sociais: art. 294, I a IV
- urbana; função social: art. 289, parágrafo único

RECURSOS HÍDRICOS

- plano estadual; sistema de gestão; garantias: art. 326, I a IV, §§ 1º à 3º
- uso, conservação, proteção e controle: art. 320, I a VII

REFERENDO

- art. 5º, III
 - art. 34, II
 - art. 49, I
-

REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

- composição e alterações: art. 43, § 1º
 - descentralização; incentivos: art. 208
 - formação: art. 43, II, “a”
 - programas de desenvolvimento rural: art. 44
-

REGIÕES

- articulação regional: art. 4º, § 1º
-

REGISTROS PÚBLICOS

- gratuidade para os pobres: art. 8º, § 3º “a” e “b”
-

REMUNERAÇÃO

- limite máximo da, servidores públicos; art. 154, IX
 - aumento da; art. 162, § 2º condigna; art. 14, XIII
 - do 13º salário; art. 167, I
 - do servidor público em mandato eletivo: art. 175, II e III
 - do trabalho noturno; art. 167, II
 - do Vice-Governador: art. 84, § 2º
 - do Vice-Prefeito, art. 38, § 3º
 - dos Deputados Estaduais: art. 51, § 5º
 - dos Vereadores, art. 33
 - Prefeitos; art. 37, § 6º
 - revisão geral da, servidores públicos; art. 154, X
 - vide VENCIMENTOS
-

REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

- entre os Municípios: art. 198, I a IV
-

REPRESENTANTES

- da comunidade, Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana; art. 181, caput
 - da sociedade civil, Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, art. 256, caput do povo; art. 45
-

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

- cultural, social, econômico e político: art. 214
-

REVISÃO CRIMINAL

- art. 108, VII, “e”
-

SALÁRIO MÍNIMO

- art. 154, § 1º
-

SANEAMENTO BÁSICO

- para a população urbana e rural: art. 271
 - plano plurianual de saneamento: art. 270 vide SAÚDE
-

SAÚDE

- ações e serviços públicos e privados; diretrizes: art. 246, I a VI e §§ 1º e 2º
 - arts. 245 a 252
 - atribuições e competências do SUDS: art. 248, I a XXIV e §§ 1º e 2º
 - coordenação e gerenciamento do SUDS: art. 249
 - dever do Estado: art. 245
 - política de saneamento: art. 252, §§ 1º ao 3º
 - publicidade nociva à saúde: art. 250
 - sistema único de saúde; financiamento: art. 247, §§ 1º e 2º SECAS
 - áreas secas, política especial: art. 323
 - Conselho Estadual de Ações Permanentes contra a Secas: art. 322, §§ 1º e 2º
 - investimentos públicos; proprietários beneficiados: art. 319, § 1º
 - regiões atingidas pelas secas: art. 319, § 2º
 - serviços de mobilização populacional; períodos de seca: art. 319, § 3º
-

SECRETARIAS

- criação, estrutura e atribuições; art. 50, IX e art. 60, § 2º, “d”
 - dos Tribunais, art. 102, III e art. 112, I
-

SECRETÁRIOS DE ESTADO

- art. 91
 - competência: art. 93, I a VII
 - escolha e impedimentos: art. 92 e parágrafo único
 - julgamento: art. 93, parágrafo único
-

SEGURANÇA PÚBLICA

- atividade policial; controle externo: art. 179
 - Conselho de Segurança Pública: art. 180, §§ 1º e 2º
 - Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana: art. 181, §§ 1º e 2º
 - órgãos e constituição: art. 178, I e II, “a”, “b” e parágrafo único
-

SERVIÇOS PÚBLICOS

- plano de gestão: art. 306
-

SERVIDOR PÚBLICO CIVIL

- afastamento do cargo: art. 169, parágrafo único
- atividades penosas insalubres ou perigosas: art. 168, § 1º
- cargos e funções temporárias: art. 168, § 2º
- conselho representativo: art. 170
- conselhos integrantes da administração direta estadual, remuneração isônoma: art. 171
- direção máxima de entidade representativa de classe ou conselheiro: art. 169
- direitos: art. 167, §§ 1º e 2º
- escrivães; vencimentos: art. 174
- espécies de aposentadoria: art. 168, I a III, “a” a “e”
- estabilidade: art. 172
- exercício de mandato eletivo: art. 175, I a V
- isonomia de vencimentos; ressalvas: art. 166, § 1º
- pensão por morte: art. 168, § 5º
- perda do cargo: art. 172, § 1º
- proventos, revisão: art. 168, § 4º
- regime único e planos de carreira: art. 166
- reintegração; disponibilidade remunerada: art. 172, §§ 2º e 3º
- sanções administrativas; casos: art. 156, I a III
- vencimentos: art. 173

SERVIDOR PÚBLICO MILITAR

- agregado; inatividade: art. 176, § 4º
- candidato a cargo eletivo; condições: art. 176, § 7º, I e II
- direitos, deveres e prerrogativas; paradigma do Exército: art. 176, § 10
- filiação partidária; vedação: art. 176, § 6º
- integrantes. Polícia Militar e Corpo de Bombeiros: art. 176
- militar estadual; promoção: art. 177, §§ 1º ao 3º
- oficial; pena privativa de liberdade: art. 176, § 9º
- oficial; perda do posto e da patente: art. 176, § 8º
- patentes: art. 176, §§ 1º e 2º
- praça; perda da graduação: art. 176, § 12
- reserva: art. 176, § 3º
- seleção de oficiais: art. 177
- sindicalização e greve: art. 176, § 5º
- vedação de discriminações: art. 176, § 11

SINDICALIZAÇÃO

- do servidor público militar: art. 176, § 5º

SOLO

- plano de uso e ocupação: art. 306
- urbana; condicionamento ao uso: art. 293

SUPLENTE

- convocação do, de Deputado; art. 54, § 1º

TAXAS

- art. 191, II
- base de cálculo: art. 191, § 2º
- poder de polícia: art. 196, II

TELEVISÃO

- TVE Canal 5: art. 157

TERRAS DEVOLUTAS

- cadastro: art. 295, parágrafo único
- utilização: art. 295, I a III

TERRITÓRIO

- espaço territorial cearense; constituição: art. 4º

TÓXICOS

- substâncias; fiscalização; art. 251

TRABALHADORES

- art. 315
- art. 317, XIII, “a”
- rurais sem terra: art. 325 e parágrafo único
- urbano e rurais; direitos: art. 332, I e II

TRANSPORTE

- de alunos carentes: art. 30
- intermunicipal de passageiros: art. 303
- plano de uso: art. 306
- plano diretor: art. 302

TRIBUNAIS

- competências privativa: art. 102, I a V

TRIBUNAL DE ALÇADA

- competência: art. 112, I a VI
- composição: art. 97 e parágrafo único
- juízes; permuta e remoção: art. 111
- jurisdição; art. 110, §§ 1º e 2º
- sede e composição: art. 113 e parágrafo único
- vencimentos: art. 111, parágrafo único

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

- atribuições: art. 74, “a” a “e”
- Auditor; substituição: art. 73 e parágrafo único
- Auditores; nomeação: art. 72
- competência: art. 76, I a XII, §§ 1º ao 4º composição e sede: art. 71

- Conselheiros; privilégios e impedimentos: art. 71, § 3º
- Conselheiros; vedações: art. 71, § 4º
- dotações orçamentárias: art. 75
- nomeação e escolha dos Conselheiros: art. 71, §§ 1º e 2º

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

- Auditor; substituição do Conselheiro: art. 79, § 4º
- Auditores; número e nomeação: art. 79, § 5º
- autonomia: art. 81, parágrafo único
- competência: art. 78, I a XII e §§ 1º ao 4º
- Conselheiros; escolha: art. 79, § 2º, I e II
- Conselheiros; nomeação e requisitos: art. 79, § 1º, I a III
- Conselheiros; prerrogativas e impedimentos: art. 79, § 3º
- número de Conselheiros; sede: art. 79
- organização: art. 81

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- competência: art. 108, I a X
- composição: art. 97 e parágrafo único e art. 107
- danos e crimes ecológicos: art. 119 e parágrafo único
- questões agrárias: art. 118, §§ 1º e 2º
- sede e jurisdição: art. 107

TRIBUNAL DO JÚRI

- art. 94, IV
- competência: art. 114

TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO

- arts. 191 a 195
- processo administrativo tributário: art. 195
- receitas; repartição para os Municípios:
art. 198, I a IV TRIBUTOS
- divulgação e recursos: art. 200
- guias de recolhimento de débitos; art. 191, § 3º
- ICMS; normas: art. 199, I a XII e art. 196, I, “b”
- instituição e espécies: art. 191, I a IV e §§ 1º ao 3º
- isenção, redução ou majoração: art. 192

UNIVERSIDADES

- apoio financeiro do poder público: art. 231, § 2º
- participação na política científica e tecnológica: art. 253, § 2º
- universidades estaduais; autonomia: art. 219

VENCIMENTOS

- dos Defensores Públicos; art. 147, § 1º
- dos magistrados, art. 96, VII
- dos membros do Ministério Público, Procurador-Geral da Justiça, art. 140 e parágrafo único

- equiparação de, entre os Poderes; art. 154, XI
- fixação de, magistrados, art. 108, I, “c”
- irredutibilidade de, magistrados; art. 98, III
- irredutibilidade, servidores civis e militares; art. 154, XIII
- isonomia entre cargos de atribuições iguais; art. 166, § 1º
- vide REMUNERAÇÃO

VEREADORES

- inviolabilidade: art. 36
- remuneração: art. 33

VETO

- apreciação ou rejeição; prazo: art. 65, §§ 4º e 5º
- total ou parcial do projeto de lei: art. 65, §§ 1º e 2º

VICE-GOVERNADOR

- atribuições: art. 84, § 1º
- ausência: art. 86, § 1º
- impedimento; perda do cargo: art. 86, § 2º, “a”, “b” e “d”
- impedimento; vacância conjunta;
ordem de sucessão: art. 86
- posse: art. 83, §§ 1º e 2º
- proibições e impedimentos: art. 86, § 3º
- remuneração: art. 84, § 2º
- substituição e sucessão: art. 84
- vacância: art. 87, parágrafo único

VICE-PREFEITO

- competência: art. 38, § 1º
- disposição: art. 38, § 2º
- eleição: art. 37, § 1º
- vencimento: art. 38, § 3º

VOTAÇÃO

- de leis complementares; art. 6



ANEXO IV

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO DO ATO DAS
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

AÇUDE CASTANHÃO

- município de Jaguaribara: art. 2º, alíneas A a E e §§ 1º a 3º

AEROPORTO

- construção de novo: art. 31 e parágrafo único

ANISTIA

- art. 37 e parágrafo único

BOMBEIROS MILITARES

- opção pelos quadros da PMCE: art. 39, §§ 1º ao 3º

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

- art. 8º

CONSELHEIROS

- do Tribunal de Contas dos Municípios: art. 17 e parágrafo único

CONSELHO

- Estadual de Justiça; instalação: art. 15 e parágrafo único
- Estadual de Energia: art. 40 e parágrafo único

CONSTITUIÇÃO

- promulgação; primeiro exercício financeiro: art. 32
- revisão: art. 34 e parágrafo único

ESCOLA

- Técnica Estadual de Itapipoca; criação: art. 33, I e II e parágrafo único

ESTABILIDADE

- art. 12

EX-COMBATENTES

- direitos: art. 20, I a IV

FUNÇÃO PÚBLICA

- art. 1º

FUNDAÇÃO CEARENSE DE AMPARO À PESQUISA

- art. 7º

IMPrensa OFICIAL

- art. 6º

INDÚSTRIAS POLUENTES

- art. 5º, §§ 1º, 2º e 3º

INSTITUTO

- de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará INESP: art. 19 e parágrafo único

JERICOACOARA

- art. 4º

LEI AGRÍCOLA

- art. 38

PODER EXECUTIVO

- Estrutura Organizacional: art. 10

PROCURADORES DE JUSTIÇA

- junto ao Conselho de Contas dos Municípios: art. 16 e parágrafo único

PROMOTOR

- de Justiça Militar: art. 14 e parágrafo único

REABILITAÇÃO

- de políticos cassados: art. 9º

SERVIÇOS NOTORIAIS

- quem exerce: art. 11 e parágrafos

SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

- Regime Jurídico Único: art. 21 e parágrafo único
- princípio da isonomia: art. 22
- empregados do Estado; quadro de carreira: art. 23 e parágrafos
- estatutários dos Municípios: art. 24
- considerados estáveis: art. 25, §§ 1º ao 3º
- efetivação de pleno direito: art. 26
- efetivação; em exercício há mais de cinco anos: art. 29
- disposição; remanejados ou prestadores de serviço: art. 30

TÉCNICO DE PROGRAMAÇÃO EDUCACIONAL

- art. 27

TELECOMUNICAÇÕES

- ECETEL: art. 36 e parágrafos

TERRAS PÚBLICAS

- revisão pela Assembleia Legislativa: art. 35

TRIBUNAL DE ALÇADA

- instalação: art. 13 e parágrafo único

UNIVERSIDADE

- criação: art. 18 e parágrafos VANTAGENS
- extensão: arts. 27 e 28

ZONA DE PROCESSAMENTO PARA A EXPORTAÇÃO

- ZPE art. 3º

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Música de **Alberto Nepomuceno**
Letra de **Thomaz Pompeu Lopes Ferreira**

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome, a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha, esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E, despertando, deslumbrada ao vê-las,
Ressoe a voz dos ninhos...
Há de aflorar, nas rosas e nos cravos
Rubros, o sangue ardente dos escravos!

Seja o teu verbo a voz do coração,
- Verbo de paz e amor, do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada;
Que importa que teu barco seja um nada,
Na vastidão do oceano,
Se, à proa, vão heróis e marinheiros
E vão, no peito, corações guerreiros?!

Sim, nós te amamos, em ventura e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em messes, nos estios
Em bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras e florestas
Brotem do solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal,
Sobre as revoltas águas dos teus mares!
E, desfraldando, diga aos céus e aos ares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi, na paz, da cor das hóstias brancas!

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
- Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!



ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ



Av. Desembargador Moreira, 2807,
Dionísio Torres - CEP: 60.170-900 - Fortaleza, CE
www.al.ce.gov.br

MESA DIRETORA 2025 - 2026

Deputado Romeu Aldigueri
PRESIDENTE

Deputado Daniel Oliveira
1º VICE-PRESIDENTE

Deputada Larissa Gaspar
2º VICE-PRESIDENTE

Deputado De Assis Diniz
1º SECRETÁRIO

Deputado Jeová Mota
2º SECRETÁRIO

Deputado Felipe Mota
3º SECRETÁRIO

Deputado João Jaime
4º SECRETÁRIO

Deputada Luana Régia
1º SUPLENTE DA MESA

Deputada Emília Pessoa
2º SUPLENTE DA MESA

Deputado David Durand
3º SUPLENTE DA MESA

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
SOBRE O DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DO CEARÁ



ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ



ESCANEE O QR CODE PARA FAZER,
GRATUITAMENTE, O DOWNLOAD DA OBRA

COMPILAÇÃO DAS EMENDAS DA **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ** ATÉ A EMENDA Nº 128/2025, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ (D.O.E.), EM 21.05.2025